

**UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ – UNIVALI
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO, EXTENSÃO E CULTURA -
PROPPEC
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E JURÍDICAS
PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO DE POLÍTICAS
PÚBLICAS – PMGPP**

**POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A JUVENTUDE EM JOINVILLE (SC):
IDENTIFICAÇÃO E ANÁLISE**

CRISTIANA SILVEIRA MIRA

ITAJAÍ – (SC), 2009

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

**UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ – UNIVALI
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO, EXTENSÃO E CULTURA -
PROPPEC
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E JURÍDICAS
PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO DE POLÍTICAS
PÚBLICAS – PMGPP**

**POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A JUVENTUDE EM JOINVILLE (SC):
IDENTIFICAÇÃO E ANÁLISE**

CRISTIANA SILVEIRA MIRA

Dissertação apresentada à Banca Examinadora no Mestrado Profissional em Gestão de Políticas Públicas da Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI, sob a orientação da Prof^a. Dra. Maria José Reis, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Gestão de Políticas Públicas.

ITAJAÍ – (SC), 2009

CRISTIANA SILVEIRA MIRA

**POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A JUVENTUDE EM JOINVILLE (SC):
IDENTIFICAÇÃO E ANÁLISE**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora no Mestrado Profissional em Gestão de Políticas Públicas da Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI, sob a orientação da Prof^ª. Dra. Maria José Reis, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Gestão de Políticas Públicas.

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Dra. Maria José Reis

Prof^º. Dr. Guillermo Alfredo Johnson

Prof^º. Dr. Márcio Vieira de Souza

ITAJAÍ – (SC), 2009

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos profissionais e usuários que fizeram parte desta pesquisa e permitiram que eu fizesse parte de suas vidas, compartilhando comigo um pouco da suas histórias.

MINHA GRATIDÃO

A jornada foi longa, porém chegou ao fim. É hora de lembrar todos que, de alguma forma, contribuíram para a realização deste trabalho, e agradecê-los.

Primeiramente, agradeço a Deus, que esteve comigo em todos os momentos, fáceis e difíceis, fortalecendo-me a cada dia, impedindo que eu abandonasse meus sonhos e objetivos.

À minha orientadora, Professora Dra. Maria José Reis, meu eterno agradecimento pela precisão na orientação do trabalho, além do incentivo, dedicação e solidariedade. Com toda sua diplomacia, os momentos difíceis tornaram-se agradáveis.

À minha família por todo apoio e carinho, especialmente a minha mãe, pela compreensão de todas as minhas ausências.

Ao meu pai (*in memoriam*), hoje com toda certeza, se estivesse comigo, estaria compartilhando toda alegria por ter cumprido mais uma etapa de minha vida.

Aos amigos do mestrado pela aprendizagem e convívio que me enriqueceram profundamente.

A todos os professores e professoras que contribuíram para a minha formação, em especial aos do Programa de Mestrado Profissional em Gestão de Políticas Públicas da Univali – PMGPP.

A todos os funcionários e funcionárias da Secretaria do Programa de Mestrado Profissional em Gestão de Políticas Públicas - PMGPP, que sempre me atenderam com toda presteza.

À FAPESC, por ter me concedido a bolsa de estudos permitindo com isso a realização do curso de mestrado.

A todos aqueles que, de modo direto ou indireto, contribuíram para o meu crescimento e amadurecimento humano e acadêmico, sobretudo às amigas Dilma e Jaqueline, pelo apoio e presença. A todos agradeço profundamente e dedico este trabalho.

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS	7
LISTA DE SIGLAS	9
RESUMO	12
ABSTRACT	13
INTRODUÇÃO	14
1 A PROBLEMÁTICA E O REFERENCIAL TEÓRICO	18
1.1 Conceituando “juventude”	18
1.2 A juventude na atualidade: da auto-identificação ao engajamento político	23
1.3 Juventude brasileira: família, educação, inserção no mundo do trabalho e pobreza	27
1.4 Políticas públicas: definições, adequação ao universo juvenil e sua trajetória histórica na América Latina	33
1.5 Crianças e jovens como sujeitos de direitos: o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA.....	36
1.5.1 Medida de proteção.....	38
1.5.2 Medida sócio-educativa	39
1.6 A Teoria das representações sociais	41
2 CARACTERIZAÇÃO DO CONTEXTO DA INVESTIGAÇÃO	45
2.1 Programas para jovens em Joinville	58
2.2 Fundação de Esportes, Lazer e Eventos de Joinville – FELEJ. O Programa de Iniciação Desportiva – PID	59
2.3 Programas/projetos da Secretaria de Assistência Social de Joinville	60
3 O ABRIGO INFANTO-JUVENIL DE JOINVILLE: CONDIÇÕES DE FUNCIONAMENTO E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DOS PROFISSIONAIS E USUÁRIOS SOBRE A REALIDADE EM ANÁLISE	68
3.1 Histórico e condições atuais de funcionamento do Abrigo Infanto-Juvenil de Joinville	68
3.2 Análise das entrevistas com os profissionais que atuam no Abrigo Infanto-Juvenil de Joinville	73
3.2.1 Perfil social dos profissionais entrevistados	73
3.2.2 Concepções sobre a adolescência de um modo geral e sobre os abrigados.....	81
3.2.3 Condições de atendimento aos abrigados	96
3.3 Análise das entrevistas com usuários do Abrigo Infanto-Juvenil de Joinville.....	108
3.3.1 Perfil social dos abrigados entrevistados.....	108
3.3.2 Representações sociais dos abrigados sobre as condições de abrigamento	111

3.3.3 Concepções sobre família, direitos sociais e adolescência.....	120
4 O PROGRAMA DE INICIAÇÃO DESPORTIVA – PID: PERFIL SOCIAL E CONCEPÇÕES DOS PROFISSIONAIS E USUÁRIOS SOBRE ASPECTOS DO PROGRAMA EM ANÁLISE	126
4.1 Perfil e representações sociais dos profissionais que atuam no Programa de Iniciação Desportiva - PID sobre a realidade em análise.....	128
4.1.1 Perfil social dos profissionais entrevistados	129
4.1.2 Concepções sobre o PID e seu funcionamento	132
4.1.3 Concepções sobre a adolescência de um modo geral e sobre os usuários do Programa de Iniciação Desportiva - PID	140
4.2 Resultados das entrevistas com os usuários que participam do Programa de Iniciação Desportiva - PID	148
4.2.1 Perfil social dos jovens entrevistados	149
4.2.2 Concepções dos usuários do Programa de Iniciação Desportiva - PID sobre a juventude e sobre sua própria condição de jovem	161
4.2.3 Representações sociais sobre as condições de funcionamento do Programa de Iniciação Desportiva - PID	162
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	171
REFERÊNCIAS.....	176
ANEXOS	180

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – Fontes de receitas municipais de Joinville	47
Tabela 02 – Estimativa de homens e mulheres em Joinville.....	47
Tabela 03 – Estimativa por faixa etária populacional de Joinville.....	48
Tabela 04 – Estimativa de habitantes por bairro em Joinville.....	49
Tabela 05 – Produção agrícola em Joinville.....	50
Tabela 06 – Agroindústria artesanal de alimentos	50
Tabela 07 – Número de escolas públicas em Joinville.....	51
Tabela 08 – Número de alunos nas escolas públicas e particulares em Joinville	52
Tabela 09 – Número de profissionais atuando na área da saúde pública (SUS) em Joinville.....	54
Tabela 10 - Infraestrutura de turismo, eventos e lazer de Joinville	55
Tabela 11 – Indicadores sociais de Joinville	57
Tabela 12 – Índice de qualidade de vida de Joinville	57
Tabela 13 - Perfis profissionais Abrigo Infante-Juvenil de Joinville	74
Tabela 14 - Cursos e qualificação para exercer a função no Abrigo.....	79
Tabela 15 - Número de funcionários do Abrigo.....	104
Tabela 16 – Tabela sobre demanda reprimida do Abrigo	106
Tabela 17 - Idade, sexo, cor/etnia e religião dos usuários do Abrigo.....	108
Tabela 18 - Local de nascimento e tempo em que se encontra abrigado	109
Tabela 19 – Que série frequenta e se já repetiu o ano	110
Tabela 20 - Quem cuida dos abrigados durante o dia?.....	114
Tabela 21 – Idade que os abrigados consideram ideal para trabalhar.....	122
Tabela 22 – Formação dos profissionais do PID.....	129
Tabela 23 – Tempo de trabalho e função no PID.....	131
Tabela 24 – Número de voluntários e de funcionários do PID	135
Tabela 25 – Idade e sexo dos alunos do PID.....	149
Tabela 26 – Local de nascimento e cidade de origem dos alunos do PID.....	150
Tabela 27 – Quanto tempo reside em Joinville e o motivo da mudança para a cidade.....	151
Tabela 28 – Bairro em que reside e o tipo de moradia dos alunos do PID	151
Tabela 29 - Com quem reside e a situação dos pais dos alunos do PID	152
Tabela 30 - Escolaridade dos pais, mães, irmãos e irmãs dos alunos do PID.....	153
Tabela 31 - Ocupação dos pais, mães, irmãos e irmãs dos alunos do PID	154

Tabela 32 - Renda dos pais, das mães, dos irmãos e das irmãs dos alunos do PID	155
Tabela 33 - Série, escola e turno em que estudam os usuários.....	156
Tabela 34 - Repetiu o ano? Antes ou depois de iniciar no PID?	157
Tabela 35 - Já trabalhou? Qual a idade ideal para trabalhar?	160
Tabela 36 - Há quanto tempo participa do PID? Encontrou dificuldade para entrar no PID?	162

LISTA DE SIGLAS

APOMT – Aviso por maus tratos

BPC – Benefício de Prestação Continuada

CAPSI – Centro de Atenção Psicossocial Infantil

CEI – Centro de Educação Infantil

CELESC – Centrais Elétricas de Santa Catarina

CEPAD – Centro de Estudo e Pesquisa em Análise do Discurso e Mídia

CER – Centro Educacional Regional

CERJ – Centro de Educação e Recreação Infanto-juvenil

CF – Constituição Federal

CIEE – Centro de Integração Empresa Escola

CIP – Centro de Internação Provisória

CIRETRAN – Circunscrição Regional de Trânsito

CLT – Consolidação das Leis do Trabalho

CMAS – Conselho Municipal de Assistência Social

CMDM – Conselho Municipal dos Direitos da Mulher

COMDE – Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência

COMDI – Conselho Municipal dos Direitos do Idoso

COMSEAN – Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional

CMDCA – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

CONANDA – Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente

CONSEG – Conselho Comunitário de Segurança

CONURB – Companhia de Desenvolvimento e Urbanização de Joinville

CRAS – Centro de Referência de Assistência Social

DETRAN – Departamento Estadual de Trânsito

EACS – Estratégias Agentes Comunitários de Saúde

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

EJA – Educação de Jovens e Adultos

ESF – Estratégias Saúde da Família

FEBEM – Fundação Estadual do Bem Estar do Menor

FELEJ – Fundação de Esportes, Lazer e Eventos de Joinville

FUNABEM – Fundação Nacional do Bem Estar do Menor

FUCABEM – Fundação Catarinense do Bem Estar do Menor

FUNDAMA – Fundação Municipal Albano Schmidt

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais

IPPUJ – Instituto de Pesquisa e Planejamento para o Desenvolvimento Sustentável de Joinville

LDB – Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social

MASJ – Museu Arqueológico de Sambaqui

NAPES – Núcleo de atendimento

NOB/SUAS – Norma Operacional Básica/Sistema Único de Assistência Social

ONG – Organização Não Governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

PA – Posto de Atendimento

PAF – Programa Atleta do Futuro

PET – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil

PIB – Produto Interno Bruto

PID – Programa de Iniciação Desportiva

PLANTÃO – Programa de Atendimento Emergencial

PM – Polícia Militar

PMJ – Prefeitura Municipal de Joinville

PNBEM – Política Nacional do Bem Estar do Menor

PNCDCFC - Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa de Criança e Adolescente à Convivência Familiar e Comunitária

POASF – Programa de Orientação e Apoio Sócio-familiar

PPP – Projeto Político Pedagógico

PSF – Programa Saúde da Família

SESC – Serviço Social do Comércio

SESI – Serviço Social da Indústria

SENTINELA – Programa de Combate à Violência e Exploração Sexual Infanto-Juvenil

SCBVJ – Sociedade Corpo de Bombeiros Voluntários de Joinville

SUS – Sistema Único de Saúde

UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

RESUMO

A presente dissertação tem como objetivo geral identificar as políticas públicas municipais para a juventude, no município de Joinville (SC), e analisar qualitativamente o desempenho de dois desses atuais programas/projetos municipais. Ao longo da história brasileira, iniciativas ora de controle ora de assistência marcaram o tratamento oferecido aos jovens. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) trouxe uma nova maneira de olhar a infância e a juventude que antes estava desprotegida em relação aos seus direitos. A nova perspectiva que se apresenta leva em conta os jovens e as crianças como sujeitos de direitos e responsabiliza o Estado, a sociedade e a família pela proteção integral dos infantes e dos jovens. Justamente por esta nova maneira de contemplar a infância e a juventude no Brasil, que se torna oportuna a temática aqui apresentada e analisada. Em termos metodológicos, procedeu-se o levantamento documental para a identificação dos projetos registrados na Coordenação de Políticas Públicas para a Juventude, do Gabinete do Vice-prefeito da Prefeitura Municipal de Joinville, a pesquisa de campo com vistas a conhecer as instalações e a rotina das instituições onde são desenvolvidos os projetos a serem analisados, bem como a realização de entrevistas com seus profissionais e com parte de seus usuários. Foram escolhidos para análise qualitativa, dentre os 23 projetos existentes no município em pauta, o Abrigo Infante-Juvenil de Joinville e o Programa de Iniciação Desportiva. Em linhas gerais, como resultados da pesquisa, no caso do referido Abrigo, identificou-se, além de certos aspectos positivamente avaliados pelos entrevistados, a ausência de alguns procedimentos e condições de infra-estrutura básicos para o atendimento a direitos constitucionais dos jovens referidos de modo especial pelos abrigados. No segundo caso, a avaliação qualitativa, tanto de profissionais e agentes desta política pública, quanto de seus usuários, apesar da identificação de algumas demandas a serem atendidas, apresenta-se mais positiva, percebendo-se sua contribuição para garantia do direito ao desenvolvimento pleno, no caso envolvendo as práticas desportivas oferecidas pelo Programa.

ABSTRACT

The aims of this dissertation are to identify municipal public policies for young people in the city of Joinville (SC), and to qualitatively analyze the performance of two of these current municipal programs/projects. Brazilian history is marked by initiatives in relation to young people that sometimes involved control, and sometimes welfare. The Statute of the Child and Adolescent brought a new perspective for childhood and adolescence, whose rights, up until then, had been unprotected. This new perspective considers young people and children as subjects with rights, and makes the State, society and the family responsible for their full protection. It is precisely due to this new way of addressing childhood and adolescence in Brazil that the theme presented here is relevant. In terms of methodology, a document survey was carried out to identify the projects registered at the Coordination of Public Policies for Adolescents, of the Vice Mayor's Office of Joinville; field trips were made to observe the routine and facilities where the projects are developed, and interviews were carried out with employees and users. From the twenty-three projects that exist in the city, two programs were selected for qualitative analysis; namely *Abrigo Infanto-Juvenil de Joinville* (Joinville Child-Adolescent Shelter) and *Programa de Iniciação Desportiva* (Sports Initiation Program). In general terms, the results showed that in the case of the Shelter, besides certain aspects that were evaluated positively by the interviewees, some of the procedures and basic infrastructure required to meet the constitutional rights of the adolescents were lacking, as mentioned particularly by the young people themselves. In the second case, for both employees and agents of this program and users, qualitative analysis revealed that although there are demands that still need to be met, this program is more positive, and its contribution is perceived as ensuring the right to full development, in this case, through the practice of sports offered by the program.

INTRODUÇÃO

Ao longo da história brasileira, iniciativas ora de controle ora de assistência marcaram o tratamento oferecido aos jovens, segundo Beluzzo e Victorino (2004). O Estado brasileiro, entretanto, não via esses jovens como sujeitos de direitos.

Com efeito, eram submetidos à ordem pelo trabalho “para não se perderem no meio do caminho”, ou mesmo era ocupado seu “tempo livre”, para não deixar que o diabo criasse uma falange de jovens em oficinas de infrações e delinquências, encaminhando a juventude para a escola, pois o progresso do país dependia inexoravelmente deles (BELUZZO; VICTORINO, 2004).

Depois da ditadura militar, logo no início do processo de redemocratização aconteceu o marco fundamental para a melhoria no relacionamento do Estado e da sociedade brasileira para com a juventude. A criação do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei n. 8.069 de 13/07/1990) veio a substituir o antigo Código de Menores Mello Matos (Lei n. 6.697, de 1979), a partir da apresentação da Emenda Popular “Criança, prioridade nacional”.

O ECA trouxe consigo uma nova maneira de olhar a infância e a juventude que antes estava desprotegida em relação aos seus direitos. A nova perspectiva que se apresenta leva em conta os jovens e as crianças como sujeitos de direitos e responsabiliza o Estado, a sociedade e a família por sua proteção integral, bem como pela garantia de seu pleno desenvolvimento bio-psico-social.

Justamente por essa nova maneira de contemplar a infância e a juventude no Brasil, de forma a garantir seus direitos, que se torna oportuna a presente proposta de pesquisa, pois é na investigação de programas/projetos específicos e suas estratégias de ação que se pode averiguar quais as potencialidades e os desafios, em cada um deles, para atingir a garantia dos direitos dos jovens e quais as estratégias atuais do Estado para tratar a própria categoria juvenil.

Por outro lado, diante de índices apontados pelo Censo 2000¹, no Brasil, durante a década de 90, que demonstram a crescente presença dos grupos juvenis entre 15 e 29 anos, e a representação do jovem como “problema social”, torna-se relevante estudar as ações que os municípios oferecem para formação desses

¹ Ver mais em: www.ibge.gov.br Acessado em 04 de março de 2009.

jovens, em âmbito local.

Considerando-se que Joinville é a cidade mais populosa e industrializada de Santa Catarina, com aproximadamente 136 mil jovens entre 15 e 29 anos, segundo o Instituto de Pesquisa e Planejamento para o Desenvolvimento Sustentável de Joinville - IPPUJ² faz-se necessária a identificação das políticas públicas para sua juventude, para garantir, de certo modo, o direito à informação presente no artigo 5º da Constituição Brasileira³.

Essa identificação aconteceu por meio da consulta à documentação da Coordenação de Políticas Públicas para a Juventude, do Gabinete do Vice-prefeito da Prefeitura Municipal de Joinville. A seguir, foram selecionados dois dos programas/projetos para análise, que ocorrerá em relação aos próprios locais onde essas iniciativas se desenvolvem, juntamente com as concepções dos respectivos profissionais e usuários sobre a atuação dos projetos/programas selecionados.

O interesse em mapear tais políticas para a juventude, em Joinville, visa delimitar e colocar em questionamento a abrangência das ações governamentais municipais destinadas à categoria juvenil, bem como constatar suas prioridades em ações governamentais para com os jovens.

Contudo, um fator particular está mesclado às questões sociais apontadas como parte da motivação para tal investigação. O fato de a autora ter realizado o mapeamento dessas políticas em Joinville, no ano de 2006, como trabalho de conclusão de curso em Psicologia sem, entretanto, analisá-las. Assim, além de atualizar o referido mapeamento, uma vez que houve mudança de gestão na Prefeitura e que foram constatadas permanências e eventuais alterações em relação às ações voltadas para o público juvenil por parte da municipalidade, pretende-se avançar significativamente na avaliação qualitativa dessa atuação, pela análise do desempenho de dois dos referidos projetos/programas em andamento, na atualidade.

Levando em consideração a problemática acima apresentada, a presente investigação teve como objetivo geral: (a) Identificar as políticas públicas municipais para a juventude, no município de Joinville; (b) analisar dois dos atuais programas/projetos municipais. Seus objetivos específicos são os listados seguir:

- Identificar os projetos/programas para a Juventude em Joinville, contendo

² Ver mais em: www.ippuj.sc.gov.br. Acessado em 10 de fevereiro de 2009.

³ Ver mais em: www.planalto.gov.br. Acessado em 04 de março de 2009.

informações gerais sobre seus objetivos, locais e rotinas de funcionamento, perfil social de usuários e dos profissionais envolvidos.

- Definir critérios e efetivar a escolha de dois dos referidos programas/projetos a serem analisados.
- Analisar qualitativamente o desempenho dos dois programas/projetos selecionados.

Em termos metodológicos, para atender aos objetivos propostos foi realizado, inicialmente, um aprofundamento da pesquisa bibliográfica sobre a problemática em pauta.

Em segundo lugar, com vistas à identificação das políticas públicas para a juventude, em Joinville, foi realizada pesquisa documental, isto é, consulta a toda a documentação disponível na Coordenação de Políticas Públicas para a Juventude, do Gabinete do Vice-prefeito da Prefeitura Municipal.

Com base nas informações contidas na pesquisa documental foram definidos os critérios e efetivada a escolha de dois dos programas /projetos: o Abrigo Infanto-Juvenil de Joinville e o Programa de Iniciação Desportiva - PID, a serem analisados em termos de seu desempenho. Efetivada a escolha das iniciativas públicas para a análise, foi realizada a pesquisa de campo. A seleção do Abrigo se deu pela obrigação instituída por lei através do ECA, já o PID aconteceu pelo fato de ser um programa bem visto pela cidade, chamando a atenção dos políticos de Joinville e também por ser uma iniciativa particular do município, não estando, portanto, ligado a obrigatoriedade da lei.

A pesquisa constou, por um lado, da visita às instalações dos projetos/programas escolhidos e, por outro lado, da realização de entrevistas semi-estruturadas com os profissionais dessas iniciativas, bem como com um determinado número de seus usuários, que foi definido após a consulta à documentação relativa à totalidade dos jovens atendidos.

A análise do desempenho dos dois programas/projetos foi, portanto, realizada em uma perspectiva qualitativa, por meio da identificação e interpretação das representações sociais dos profissionais e usuários, e das condições da infraestrutura das instituições e de sua rotina. Para Minayo (1994, p. 22), a pesquisa qualitativa “aprofunda-se no mundo dos significados das ações e relações humanas, um lado não perceptível e não captável em equações, médias e estatísticas”.

Ainda de acordo com Minayo (*idem*), a pesquisa qualitativa é aquela que trabalha com fatos que não podem ser medidos nem contados, e sim interpretados. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. (*idem*, pp. 21-22)

Em síntese, foi justamente com o objetivo de analisar as concepções dos profissionais e dos usuários sobre os aspectos apontados em relação a dois dos programas selecionados a partir do levantamento inicial, que se tornou relevante realizar a pesquisa qualitativa, uma vez que ela se preocupa “em compreender e explicar a dinâmica das relações sociais que, por sua vez, são depositárias de crenças, valores, atitudes e hábitos”. (*idem*, p. 24).

Respeitadas as possibilidades e limitações próprias de um trabalho acadêmico deste porte, espera-se contribuir para que a sociedade tome conhecimento das ações públicas para a juventude, em Joinville, e para a garantia dos direitos constitucionais de acesso à informação sobre tudo o que é público em relação à problemática em questão.

Além disso, considerando que foram realizadas algumas análises das concepções dos profissionais dessas políticas e também de seus usuários, espera-se contribuir para o fornecimento de dados qualitativos capazes de informar sobre o desempenho dos projetos/programas públicos voltados ao atendimento da população jovem, desenvolvidos em Joinville.

1 A PROBLEMÁTICA E O REFERENCIAL TEÓRICO

Neste capítulo serão abordadas diferentes temáticas e perspectivas teóricas diretamente relacionadas à problemática e aos objetivos da presente pesquisa, a começar pelo próprio conceito de juventude.

Dentre os múltiplos aspectos que envolvem a problemática em questão, serão focalizados, a seguir: a construção das identidades juvenis, o papel da família como o lugar social primordial para a formação destas identificações, do lugar e dos papéis da escola e da mídia, e da aproximação discutível com o universo do trabalho, e o pertencimento a uma dada classe social, como uma das distinções fundamentais que delimitam as possibilidades e desafios da atuação de diferentes agentes e instituições sociais.

Por outro lado, uma vez que a temática das políticas públicas é um dos eixos centrais desta investigação, serão também focalizadas determinadas perspectivas teóricas a esse respeito, de modo especial sobre as políticas públicas para a juventude no Brasil e na América Latina.

Do mesmo modo, como último tema deste capítulo, serão focalizadas colocações teóricas a respeito da temática das “representações sociais”, para dar conta da análise qualitativa proposta, voltada para a identificação e análise das concepções de agentes sociais diretamente envolvidos com dois programas/projetos para a juventude, desenvolvidos no município de Joinville.

1.1 Conceituando “juventude”

De acordo com a Assembléia das Nações Unidas⁴, que data do Ano Internacional da Juventude em 1985, jovem é aquele que se encontra na faixa etária entre 15 e 24 anos. Mas, ao levar-se em conta as diferentes culturas e extratos sociais, pode-se afirmar que existem juventudes, no plural, de modo que se possa levar em conta toda a diversidade juvenil existente junto às diversas faixas etárias. Ademais, deve-se considerar que existem culturas diferentes dentro de uma mesma

⁴ Ver mais em: Políticas Públicas De/Para/Com as Juventudes, UNESCO, 2004.

sociedade, fazendo que a passagem de uma fase de vida a outra varie substancialmente. Portanto, será levada em conta a faixa etária entre 15 e 29 anos⁵, para trabalhar o desenvolvimento desta pesquisa sobre as políticas públicas para a juventude.

Argumentam Novaes; Vannucchi (2004, pp. 10-11) ao fazer uma retrospectiva histórica sobre o conceito e a preocupação com esta categoria ao longo da história ocidental “que nas sociedades greco-romanas considerava-se jovem aquele pertencente à faixa etária entre 22 e 40 anos”. Além disso, o significado etimológico de *Juvenis* que vem de *aeoum* é “aquele que está em plena força da idade”. Havia, inclusive, uma cerimônia na qual a deusa *Juventa* era evocada e acontecia a troca da roupa simples pela toga, que garantia plenos direitos.

Conforme os mesmos autores, ainda se referindo aos limites cronológicos para a definição da faixa etária que compõe a juventude:

Hoje, de acordo com a maioria dos organismos internacionais, considera-se como jovem a faixa de 15 a 24 anos. No entanto, outras idades já são propostas em abordagens acadêmicas, na dinâmica da vida política e na mídia. Com estas idades oscilantes, convivem contraditórias imagens e expectativas: juventude perigosa, juventude como lugar da esperança, juventude como o paradigma do desejável e muitas outras. (*Idem*, p. 11)

De acordo com a UNESCO (2004, p. 23), em relatório sobre as políticas públicas para a juventude brasileira, certificando que se refere a um “período do ciclo da vida em que as pessoas passam da infância à condição de adultos [...]”. O documento também aponta que se deve considerar a variação da cultura das sociedades, pois é nesse período que se evidenciam mudanças importantes e presentes no desenvolvimento humano, além das biológicas e psicológicas, também as sociais e culturais.

Quanto às questões biológicas e psicológicas, o referido documento da UNESCO (2004) se manifesta:

A partir de enfoques biológicos e psicológicos, a juventude estaria definida como o período que vai desde o momento em que se atinge a maturidade fisiológica até a maturidade social. Mas, nem todas as pessoas da mesma idade percorrem esse período vital da mesma forma, nem atingem tal meta ao mesmo tempo, daí que a partir da sociologia e da ciência política se insiste na necessidade de se incorporarem outras dimensões de análise. A juventude tem significados distintos para pessoas de diferentes estratos socioeconômicos, e é vivida de maneira heterogênea, segundo contextos e

⁵ Fonte: Guia de Políticas Públicas de Juventude/ Brasília: Secretaria Geral da Presidência da República, 2006, p. 08.

circunstâncias. Esse é um dos embasamentos para a utilização do termo juventudes no plural. Contudo não se apela para uma visão fragmentada por tipos de jovens, e se ressalta que há elementos comuns a todos os jovens. (*Idem*, p. 25)

E mais adiante, ainda segundo a Unesco, existe um consenso que estabelece o início da juventude através dos enfoques biológico e psicológico, principalmente quanto às funções sexual e de reprodução, que modifica o corpo do jovem, mas também o psicológico. Isso diferenciaria a criança do adolescente. (*Idem*, p. 23)

Costa (2004, p. 244), por seu turno, ao definir o jovem, utilizando-se de critérios cronológicos, afirma que é um tempo que não pertence mais à infância e também não diz respeito à idade adulta. O autor ainda lembra a definição que a Unesco utiliza para identificar a idade cronológica dos jovens como “o período da vida que vai dos 15 aos 25 anos incompletos, ou seja, ao completar 25 anos, a pessoa deixa de ser jovem”. E também recomenda considerar a Constituição Federal em seu artigo 227 e o ECA que “reconhecem a adolescência como o período que vai dos 12 aos 18 anos incompletos”. Segundo o mesmo autor.

No Brasil, trabalha-se ainda com o conceito de jovens adultos, que abarca a população entre 18 e 21 anos incompletos. Devido ao fenômeno da defasagem idade/série em nosso país, um programa destinado ao estudante do ensino médio deverá atuar para adolescentes de 15 a 18 anos e também para jovens adultos, e até mesmo para jovens com mais de 21 anos, quando se trabalha com o ensino noturno. (*Ibidem*)

Margulis (2004), no entanto, questiona os limites cronológicos a partir de aspectos biológicos, para definir o início da juventude, em entrevista concedida à pesquisadora em educação, Olga Celestina da Silva Durand (2004):

[...] creo que la adolescencia tiene ciertas características particulares; por ejemplo: tiene un punto de inicio claro, se sabe cuando comienza la adolescencia mientras que en el caso de la juventud no hay un momento preciso que indique el comienzo de esta etapa. La condición de juventud depende de los roles sociales que en cada sociedad se van adjudicando. La adolescência, está claro, tiene un momento de inicio marcado por el cuerpo. También lo señala la sociedad, que acompaña los câmbios del cuerpo. Es una etapa en que el cuerpo del niño cambia y de pronto se insubordina y empieza a moverse por todos lados, a crecer, a modificarse. Y el muchacho o la chica, de un día para el outro, se encuentran con um cuerpo que ya no reconocen. Hay una cantidad de estímulos y de nuevos roles sociales, directamente relacionados con lo corporal. La sociedad, el mundo social reacciona frente al nuevo cuerpo del adolescente y emite mensajes. Entonces el comienzo de la adolescência está más o menos claro, no así el comienzo de la juventud. (MARGULIS *apud* DURAND, 2004, p. 307 e 308)

Esse autor completa sua argumentação, afirmando que:

[...] juventud tiene que ver con su vida social y cultural, con sus circunstancias históricas, depende de las instituciones de las que forma parte, en las que ocupa el lugar joven. Se Le adjudica el lugar joven en la dinámica institucional. (*Idem*, pp. 305-306)

Kehl (2004, pp. 90-91), preocupada com a abrangência histórica e cultural da juventude, aponta a puberdade como sinalização em todas as culturas dessa mudança do corpo de criança para o corpo adulto, configurando o início da juventude. Trata-se justamente desse ritual acompanhado pelas mudanças corporais, que acontece o ingresso do jovem e sua nova posição dentro das sociedades.

Também Renato Janine Ribeiro em seu artigo intitulado “Política e juventude: O que fica da energia” (2004, p. 24) considera a juventude “uma certa fase da vida, quando já se saiu da infância e da dependência, e ainda não se entrou na fase marcada pelas exigências do casamento, da paternidade, da produção [...]”. O autor ainda enfatiza que é o momento em que se pode contestar o que está exposto e também ir em busca do próprio caminho, considerando os anos em que se é jovem importante por vários sentidos.

Carrano (2000, p. 12), ao apresentar o conceito que seria, a seu ver, o conceito mais simples que a sociedade tem sobre o jovem, afirma que é necessário situar a juventude em termos cronológicos de idade, pois esse critério pode servir para realização de estudos estatísticos, serve também para definir a idade obrigatória de escolarização, construção de políticas públicas, pode ser pertinente inclusive para definir a idade ideal para a entrada do jovem no mundo do trabalho, também para a responsabilidade penal, categorização de programas de TV, dentre outros.

Pochmann (2004, p. 220), por sua vez, considera simples demais definir o jovem somente pelo critério da idade cronológica, achando importante analisar a influência das culturas sociais na constituição desse jovem. Justifica sua idéia ao dizer que “Alterações na temporalidade da vida e transformações na estrutura econômica repercutem direta e indiretamente sobre a condição juvenil [...]”.

Ainda segundo esse autor,

[...] já é considerável a quantidade de países que abandonaram o conceito de juventude circunscrito à faixa etária de 15 a 24 anos (BOURDER, 1995; PEDRAZZINI, 1994). Parte-se do pressuposto de que a tradicional transição da adolescência para a fase adulta, estimada em 9 anos, passa a ser cada vez mais insuficiente para dar conta da crescente complexidade do

tradicional ciclo de vida (bebê, infância, adolescência, juventude, vida adulta e velhice). (*Idem*, p. 221)

Quanto à delimitação social e cultural, a referência da Psicologia Social (BOCK; LIEBESNY, 2003, p. 210) contribui alegando que o período da adolescência não é uma fase natural do desenvolvimento humano, pois ela nem sempre existiu. Foi construída a partir das necessidades históricas e sociais da humanidade. Portanto, consideram a adolescência como “uma fase de desenvolvimento na sociedade moderna ocidental. Não é universal e não é natural dos seres humanos”.

As mesmas autoras, contextualizando temporalmente a juventude a partir das transformações históricas que ocorreram na civilização ocidental, apontam o que segue:

As revoluções industriais são o marco das transformações. Trouxeram mudanças profundas nas formas de vida e de trabalho; este se sofisticou com a tecnologia e passou a exigir um tempo prolongado de formação nas escolas de jovens que se mantinham afastados do mercado. Além disso, o desemprego estrutural da sociedade capitalista exigia cada vez mais novas condições para o ingresso no mercado de trabalho; a mão-de-obra jovem deveria permanecer mais tempo na escola se capacitando. Por outro lado, o avanço dos conhecimentos científicos deu mais tempo de vida aos homens que, por isso, precisavam se manter mais tempo trabalhando, ou seja, produzindo a sobrevivência. Manter a mão-de-obra jovem na escola foi a solução. A extensão do período escolar e o conseqüente distanciamento dos pais e da família trazem a aproximação de um grupo de iguais (física e socialmente nas mesmas condições) que, por identificação, se institui como um novo grupo social. As marcas do corpo que se desenvolve física e biologicamente são tomadas como sinais, não como geradores da adolescência. (*Idem*, p. 211)

De modo similar, Waiselfisz (2007, p. 12), em seu relatório de desenvolvimento juvenil (2007), enfatiza que “[...] a consolidação da categoria juventude como etapa específica do ciclo de vida humano, inserida entre a infância e a idade adulta, é fato relativamente recente na história da humanidade, um dos vários subprodutos da modernidade”.

Ainda segundo esse autor a universalização da escola contribuiu em fins do século XIX para a definição do conceito sobre juventude. Por isso, para ele, a escola exerce papel fundamental na construção e consolidação da juventude. Justamente devido a essa construção que hoje em dia tem-se a representação do jovem como a de estudante, pois além de tudo, é na escola que o jovem pode desenvolver suas “potencialidades individuais”. (*Ibidem*)

Além da preocupação com o contexto histórico e nele com as circunstâncias que deram ensejo à delimitação de uma nova categoria social, entre a infância e a vida adulta, diversos autores têm tratado de determinados aspectos nos contextos sociais atuais e de seus desdobramentos sobre a juventude ou juventudes, em termos socioculturais, dos quais trataremos no próximo ítem.

1.2 A juventude na atualidade: da auto-identificação ao engajamento político

Para tratar da juventude, na atualidade, um aspecto central é pensar em sua auto-identificação. Ao tratar do tema identidade, Bock; Liebesny (2003) afirmam que compreendem a construção da identidade num movimento dinâmico, resultado da interação com a cultura a qual o jovem pertence e ao mesmo tempo também participe dessa cultura.

Até mesmo sobre o projeto de vida, as autoras concordam que sofre influência dessas relações sociais “embora se referindo a um futuro, é no presente que são construídas suas formas; estas têm, por limite, a amplitude que a realidade presente lhes confere”. (*Idem*, p. 12)

Abad (2003, p. 25), por outro lado, no artigo denominado “Crítica Política das Políticas de Juventude”, ao se reportar à nova condição dos jovens na atualidade, relata a existência de uma condição juvenil nova caracterizada pela presença marcante de uma “autonomia individual”, pela necessidade incessante de experimentar a vida, também pela ausência de responsabilidade de terceiros, pela rápida maturidade física mental, emocional, afetiva e da sexualidade, apesar de atrasada no aspecto econômico.

Soares (2004), por sua vez, aborda o tema da identidade juvenil nos seguintes termos:

[...] ninguém cria sozinho ou escolhe para si uma identidade como se tirasse uma camisa do varal. Não é algo que se vista e leve para casa. Não se porta ou carrega uma identidade, como se faria com uma carteira, um vestido ou um terno. A identidade só existe no espelho, e esse espelho é o olhar dos outros, é o reconhecimento dos outros. É a generosidade do olhar do outro que nos devolve nossa própria imagem ungida de valor, envolvida pela aura da significação humana, da qual a única prova é o reconhecimento alheio. Nós nada somos e valem nada se não contarmos com o olhar alheio acolhedor, se não somos vistos, se o olhar do outro não nos recolhe e salva da invisibilidade – invisibilidade que nos anula e que é sinônimo, portanto, de solidão e incomunicabilidade, falta de sentido e valor. Por isso construir uma identidade é necessariamente um processo social,

interativo, de que participa uma coletividade e que se dá no âmbito de uma cultura e no contexto de um determinado momento histórico. Assim como não inventamos uma linguagem, individualmente, assim como não há linguagem privada, tampouco há identidade de um homem-ilha, de uma mulher-ilha, apartada de toda e qualquer relação humana [...]. (*Idem*, p. 137)

E continua afirmando que além de confundir as poucas referências que existem com as negativas, “a formação da identidade para os jovens é um processo penoso e complicado”.

A construção de si é bem mais difícil que escolher uma roupa, ainda que a analogia não seja de todo má, uma vez que o interesse por uma camisa de marca, pelo tênis de marca, corresponde a um esforço para ser diferente e para ser igual, para ser diferente-igual- aos outros, isto é, igual àqueles que merecem a admiração das meninas (e da sociedade ou dos segmentos sociais que mais importam aos jovens – o que também varia, é claro). Roupas, posturas e imagens compõem uma linguagem simbólica inseparável de valores. Aquilo que na cultura hip-hop se chama atitude talvez seja a síntese de uma estética e de uma ética, que se combinam de modo muito próprio na construção da pessoa. (*Ibidem*)

Apesar das opiniões diferenciadas sobre adolescentes/jovens, todos os autores analisados concordam sobre a importância dos grupos na construção da identidade do jovem. Conforme Soares (2004, p. 150) torna-se reconfortante pertencer a um grupo social porque o sentimento de que se têm valor é fortalecido, principalmente por ser “compartilhado por outros”.

De acordo com Waiselfisz (2007), para compreender-se o que genericamente tem sido denominado de juventude na atualidade, é necessário levar em conta o processo de globalização, o qual deu origem a transformações que afetaram significativamente as relações econômicas e sociais. Com isso, a própria categoria juvenil modificou também suas referências e suas formas de convivência social.

O relatório da Unesco (2004) aborda a mesma questão da globalização, chamando mais uma vez a atenção para a identidade e a diversidade do referido mundo juvenil, nos seguintes termos: “De fato, dando ênfase especial à identidade juvenil se considera que existem diferentes culturas juvenis, com características comuns, inclusive por influência da cultura de massas e dos processos de globalização”. (UNESCO, 2004, p. 25)

Costa (2004), por seu turno, trata do universo juvenil na atualidade, a partir da definição do que rotula de “cultura do pós-modernismo”, e de suas projeções em relação a esse universo. Para esse autor a cultura pós-moderna é também pós-industrial e repercute de maneira individualista, hedonista e consumista aos jovens,

além de existir um culto ao corpo e também um “desinteresse pelas questões relativas ao bem comum”. (*Idem*, p. 254)

Kehl (2004) discorre sobre aspectos da referida cultura, afirmando que eles são compartilhados, na atualidade, pelos jovens de um modo geral, independente de seu pertencimento social, sendo disseminados pela indústria cultural. No entanto, como sugere a autora, nem todos os jovens conseguem consumir tudo o que é oferecido. De acordo com ela:

[...] a cultura da sensualidade adolescente, da busca de prazeres e novas “sensações”, do desfrute do corpo, da liberdade, inclui todos os adolescentes. Do filhinho-de-papai ao morador de rua, do jovem subempregado que vive na favela ao estudante universitário do Morumbi (ou do Leblon), do traficante à patricinha, todos os adolescentes se identificam com o ideal publicitário do (a) jovem hedonista, belo (a), livre, sensual. O que favorece, evidentemente, um aumento exponencial da violência entre os que se sentem incluídos pela via da imagem, mas excluídos das possibilidades de consumo. (*Idem*, p. 93)

O papel e o lugar privilegiado da indústria cultural na formação da juventude é igualmente destacado e criticado por Margulis.

[...] la televisión, que funciona sin duda como uno de los principales factores en la socialización, en la transmisión de cultura, transmite demasiados contenidos de baja calidad. La televisión tiene un enorme poder simbólico instituyente, influye en la cultura que compartimos, en el lenguaje que usamos, en los mecanismos que empleamos para pensar. Y creo que su influencia es muchas veces negativa, ya que su lucha por el rating, su carácter comercial, su necesidad de entretener siempre al espectador para que no emigre hacia otro programa, va formando un televidente impaciente, tendiente a la pasividad, que necesita permanentes estímulos, “una audiencia perezosa” como decía Bourdieu, que no tolera un pensamiento complejo, un razonamiento prolongado, una reflexión que requiera un mayor esfuerzo de atención. Son recursos predilectos para aumentar el rating la acción violenta, el sentimentalismo barato, el lenguaje precoz. Entonces, si pensamos que se deja ese inmenso poder educativo y formativo en manos de los empresarios que dominan la televisión (y los otros medios) y en cambio se le opone apenas un sistema educativo aburrido, envejecido, burocrático, apegado a textos alejados de las experiencias y necesidades vitales del niño o del adolescente, queda en claro una parte de este inmenso problema. (MARGULIS *apud* DURAND, 2004, p. 313)

Kehl (2004, p. 93) problematiza também a ampliação das representações sobre a juventude, referindo-se à condição juvenil em termos de seu significado atual, como a valorização da aparência e de certo perfil “juvenil”, mais do que o pertencimento a uma determinada faixa etária, que se prolongaria até o início do que se convencionou denominar, eufemisticamente, de “terceira idade”.

Quem não se considera jovem hoje em dia? O conceito de juventude é bem elástico: dos 18 aos 40 anos, todos os adultos são jovens. A juventude é um

estado de espírito, é um jeito de corpo, é um sinal de saúde e disposição, é um perfil do consumidor, uma fatia do mercado onde todos querem se incluir. Parece humilhante deixar de ser jovem e ingressar naquele período da vida em que os mais complacentes nos olham com piedade e simpatia e, para não utilizar a palavra ofensiva – velhice, preferem o eufemismo “terceira idade”. Passamos de uma longa, longuíssima juventude, direto para a velhice, deixando vazio o lugar que deveria ser ocupado pelo adulto. (*Idem*, p. 89 e 90)

De modo similar, Abad (2003) constata que a “juventude” hoje foi simbolicamente transformada, ela própria, em objeto de consumo, pois se considera importante ser jovem. A juventude é representada na atualidade, para esse autor, como um objeto de consumo e, não importa a idade, todos desejam a juventude e isso se expressa nitidamente no corpo ou “lugar mais visível socialmente”.

Ante o exposto, o autor ainda acrescenta que a estética era aplicada pelos gregos quando tratavam do tema juventude. Por isso, decorre o fato “de que a aparência física é um dos primeiros dados registrados no bom senso quando se fala dos jovens”, (*idem*, p. 27)

Assim é que a juventude “pode terminar, mas, também, recomeçar”, como afirma Ribeiro (2004). Segundo o autor, associa-se os jovens a um ideal social: todos querem ser jovens. Seja com o corpo esbelto, seja para refazer a vida amorosa, profissional ou mesmo para sentir-se mais livre, todos almejam a eterna juventude. As sequências cronológicas de infância, juventude e velhice são apenas datas que sinalizam como referência para formulação de políticas públicas. Tornaram-se posições recicláveis na vida daqueles que fazem da juventude um ideal. O que deve ficar para reflexão na atualidade sobre essa “nova juventude” (RIBEIRO, *idem*) é o que deve ser feito para que toda a energia que se convencionou atribuir ao período da juventude não se perca com malhações em academias, que servem apenas para nós, e não produzem efeitos “fora de nós”. Concluindo, o autor se posiciona e se questiona sobre o que fazer para alterar o referido desperdício de energia.

Esse é um certo desperdício, e não é por um acaso que várias pessoas se perguntem: não daria para ligar na esteira ou na bicicleta uma bateria, e fazer que da energia que gastemos algo seja produzido? Esta é a metáfora do que quero dizer. Como fazer para que tanta energia juvenil gere resultados que não se apaguem, simplesmente, com o tempo, com a passagem à idade adulta, mas que perdurem? (*Idem*, p. 33)

Por outro lado, Carvalho (2004, p. 72), em seu artigo: “Ambientalismo e Juventude: o sujeito ecológico e o horizonte da ação política contemporânea”, preocupa-se com a atuação política juvenil. Haveria, na atualidade, uma identificação e preocupação juvenil com mudanças, com militância política, com transformação social? A seu ver, o que poderia mudar é a “maneira de compreender, viver e fazer política” por parte dos jovens que almejam por mudanças. A autora ainda aponta a possibilidade de novas performances ou riscos para a esfera pública e destaca a facilidade que os jovens têm com relação às mudanças, sobretudo culturais.

Dentre as novas performances, esse autor argumenta que é mais fácil mobilizar a juventude para mudar o próprio estilo de vida, com vistas a ajudar a sustentabilidade ambiental do planeta, uma vez que é possível identificar inúmeras oportunidades para que eles se identifiquem com “valores ecológicos”.

Esse acercamento dos ideais ecológicos pode assumir de modo não-excludente as formas de adesão a uma luta, a uma ação, a um modo de vida ou a um interesse intelectual. Dessa forma, nomear-se ecologista ou, ao menos, ecologicamente sensibilizado/simpatizante pode ganhar os sentidos de adesão a um ideário de ação militante; pode ser uma opção de engajamento grupal pontual e distintiva; ou ainda signo descritor de um interesse ambiental que pode combinar em diferentes gradações a sensibilidade política com a escolha da formação profissional/intelectual. (*Idem*, p. 71)

A autora vai além, afirmando que atualmente apresenta-se um significativo campo para atuação política, com espaços diferenciados para manifestações e expressões, para além das lutas sociais baseadas em princípios socialistas, com vistas a um ideal revolucionário, que marcaram algumas décadas do século passado. A redefinição das esferas pública e privada permite que a juventude participe e discuta os valores culturais (*Idem*, p. 55), e porque não, tanto questões sociais quanto ambientais, intimamente relacionadas na atualidade.

1.3 Juventude brasileira: família, educação, inserção no mundo do trabalho e pobreza

O processo de auto-identificação a que se referiu anteriormente inicia-se na família, o primeiro espaço social onde o jovem pode conhecer suas reais condições de vida e suas necessidades, sendo o espaço no qual os jovens começam a

delinear suas escolhas e decisões para si e sobre si. Para Sarti (2004), a família continua sendo o lugar onde é permitido crescer, mas não somente tratando-se do processo biológico e, sim, também, quanto ao processo simbólico, pois o sentido das relações se aprende a partir da família. Pode-se pensar nas relações entre as pessoas como também na relação do jovem com o mundo e com os bens materiais.

Entretanto, ainda segundo a autora (*idem*, p. 123), “de acordo com os recursos simbólicos e materiais disponíveis para cada família” alguns jovens podem sentir-se mais confortáveis em seus grupos de pares (*peer groups*) na hora de expressarem suas opiniões. Com efeito, “Os jovens caracterizam-se precisamente pela busca de outros referenciais para a construção de sua identidade fora da família, como parte de seu processo de individuação, perante o mundo familiar e social. (*ibidem*)

E continua sugerindo que se deve pensar na família como uma oportunidade de construir relações, nesse caso, do jovem com o outro, com o mundo, com o plano da cultura, com a sociedade. É, através do “universo de relações [familiares] que se delimita pela história que se conta aos indivíduos desde que nascem, ao longo do tempo, por palavras, gestos, atitudes ou silêncios, e que será por eles reproduzida e ressignificada, à sua maneira, dados os distintos lugares e momentos dos indivíduos na família”. (SARTI, 1999, 2003c; SARTI, 2004, p. 117)

É exatamente nesse mundo de relações mútuas e suplementares que o jovem se constitui enquanto sujeito, construindo sua singularidade, sua subjetividade. Para a mesma autora,

Crescer significa precisamente poder relativizar as referências familiares, desnaturalizando-as, o que permite, no mundo moderno, o processo de singularização do “indivíduo”. Esse processo atualiza-se permanentemente ao longo da vida e diz respeito não apenas ao indivíduo com relação à sua família, mas ainda às formas alternativas de organização familiar ante “modelos” legitimados socialmente. O “crescimento” passa a ser entendido não verticalmente, mas horizontalmente, como mudanças de lugar. (*idem*, p. 122)

Kehl (2004), por sua vez, ao tratar do mesmo assunto, agrega outras dimensões da passagem da infância para a vida adulta, fazendo ponderações vinculadas à esfera da escola e do trabalho.

A adolescência na modernidade tem o sentido de uma moratória, período dilatado de espera vivido pelos que já não são crianças, mas ainda não se incorporaram à vida adulta. O conceito de adolescência é tributário da incompatibilidade entre a maturidade sexual e o despreparo para o casamento. Ou, também, do hiato entre a plena aquisição de capacidades

físicas do adulto – força, destreza, habilidade, coordenação etc. – e a falta de maturidade intelectual e emocional, necessária para o ingresso no mercado de trabalho. O aumento progressivo do período de formação escolar, a alta competitividade do mercado de trabalho nos países capitalistas e, mais recentemente, a escassez de empregos obrigam o jovem adulto a viver cada vez mais tempo na condição de “adolescente”, dependente da família, apartado das decisões e responsabilidades da vida pública, incapaz de decidir seu destino. (*Idem*, p. 91)

Por outro lado, Soares (2004), referindo-se igualmente à adolescência, acrescenta uma nova dimensão à problemática em pauta – a condição social de classe -, afirmando que a condição juvenil é uma invenção sociocultural moderna, que se vive, entretanto, intensamente, como uma realidade “natural” (*Idem*, p. 141). Contudo, de acordo com o autor, não existe a vivência do período da adolescência convencional, “salta-se direto da infância ao mundo do trabalho (ou do desemprego). (*ibidem*)

Do mesmo modo, Margulis (2004) acrescenta observações a esse respeito, afirmando:

[...] hemos mencionado que el techo etáreo de la condición de juventud se está extendiendo, sobre todo entre los sectores médios y altos. Se prolongan los años de formación, a veces porque la complejidad del conocimiento lo hace necesario, también porqué de este modo la prolongación en el âmbito de los estudios, en la universidad, doctorados y posdoctorados, disimulan el desempleo em estos sectores. Por otra parte, entre los sectores más pobres, las crisis recientes incrementaron enormemente el número de los que están excluído del sistema educativo y también de la actividad econômica. Suman cantidades enormes los jóvenes que no pueden estudiar ni pueden trabajar. Los que están excluídos tanto del sistema educacional como del laboral. En este plano se torna más difícil pensar porque cuando la exclusión es tan grande, entran em crisis, también, los conceptos que empleamos. (*MARGULIS apud DURAND, 2004, pp. 309-310*)

Um pouco mais adiante, o autor afirma categoricamente que

Estamos creando una sociedad muy excluyente, que está afectando las viejas identidades, entre ellas el concepto de juventud, entonces todo entra em juego. Esta cantidad de jóvenes que no estudian ni trabajan, que no tienen un lugar. Cuando la sociedad no les da lugar, tampoco les confiere identidad. Pensar en esto nos plantea un terreno complicado en la medida en que la pobreza y la exclusión van creciendo. Toda esta lógica econômica de los últimos años en América Latina y en otras partes del mundo ha acuñado conceptos engañoses que han acompañado la expansión del modelo “único”, del neoliberalismo. (*ibidem*)

Frigotto (2004), em seu artigo “Juventude, trabalho e educação no Brasil” (2004), afirma que a prematuridade no mundo do trabalho por parte dos jovens de

baixa renda se dá pelas próprias condições sociais e não por questões ligadas a gênero, cor ou qualquer outra característica que não seja a de pertencimento a uma dada classe social.

[...] a questão central não é de caráter individual nem primeiramente de gênero, de cor ou de raça, mas de classe social. Por isso, a inserção precoce no emprego formal ou “trabalho informal”, a natureza e as condições de trabalho e a remuneração ou o acesso ou não à escola, a qualidade dessa escola e o tempo de escolaridade estão ligados à origem social dos jovens. (*idem*, p. 193)

Beluzzo (2001), ao discutir sobre o problema central de emprego para jovens, parafraseando Frigotto (*op. cit.*), considera importante o Estado gerar novos empregos, pois do contrário não haverá espaço todos. Para ele (*idem*, p. 2) “a maioria não é pobre porque não tem boa educação, mas, na realidade, não consegue boa educação porque é pobre.

Assim, Frigotto (2004, p. 192) identifica três aspectos que penalizam o jovem pobre no Brasil. O primeiro refere-se a “uma escola de acordo com a classe social”; o segundo faz referência “ao desmonte da escola básica tratando-a não como direito, mas como filantropia [...]”, e, por último, a desqualificação por meio da incorporação da pedagogia do mercado sobre a escola pública.

Existe outra realidade, tão significativa quando a educação de má qualidade, que deve ser considerada ao tratar deste assunto. Segundo Frigotto,

No aspecto específico do trabalho e da educação dos jovens da classe trabalhadora, a contradição se radicaliza, tendo em vista que a maior produtividade do trabalho não só não liberou mais tempo livre, mas, pelo contrário, no capitalismo central e periférico a pobreza e a “exclusão” ou inclusão precarizada jovializaram-se. Ou seja, cresceu o número de jovens que participam de “trabalhos” ou atividades dos mais diferentes tipos, como forma de ajudar seus pais a compor a renda familiar. E isso não é uma escolha, mas imposição de um capitalismo que rompe com os elos contratuais coletivos e os reduz a contratos individuais e particulares, e instaura o que Boaventura Santos (1999) denomina fascismo da insegurança. (*idem*, p. 197)

Enquanto essa realidade se configura como ‘natural’ na vida de jovens pobres no Brasil – entrar na adolescência e trabalhar para ajudar seus pais -, o contrário acontece na história de desenvolvimento dos jovens de classe média no país. Ou seja, nas palavras de Frigotto (*idem*, p. 182) “nesses casos, a grande maioria inicia sua inserção no mundo do trabalho após os 25 anos e em postos de trabalhos ou atividades de melhor remuneração”.

Sobre esse mesmo assunto, Pochmann (2004, pp. 231-232) apresenta sua opinião, constatando que os jovens de classe baixa ingressam cedo no mundo do trabalho com pouca escolaridade, e com isso preenchem as vagas cuja hierarquia e remuneração são os menores. Já com os jovens de classe alta, o contrário é totalmente verídico. A formação se estende, e, conseqüentemente a entrada no mercado de trabalho acontece com a melhor preparação, ocupando os melhores cargos e com salários maiores.

Abad (2003), em seu artigo “Crítica Política das Políticas de Juventude”, apresenta sua opinião sobre o assunto, quando afirma:

- Por um lado, muitos jovens das classes populares gozam de abundante tempo livre, embora se trate de um tempo de espera, vazio, em virtude da falta de trabalho, de estudo e de alternativas de um ócio criativo e vitalmente enriquecedor. Não é um tempo legitimado e valorizado socialmente pela família e pelos pares, mas sim o tempo da angústia e da impotência, o tempo da estigmatização social, um tempo que empurra na direção da marginalidade e da exclusão, o tempo do ficar “marcando boqueira” numa esquina, exposto aos agentes da limpeza social. A estes, a perspectiva de uma vida de trabalho e sacrifício não lhes parece ter a mesma eficácia que aos seus avós, seja por saberem que não conseguirão o que estes obtiveram, ou porque não lhes interessa conseguir unicamente o que seus avós buscavam.
- Por outro lado, nos jovens de classes sociais com possibilidade de uma postergação legitimada das responsabilidades adultas, o período de formação tende cada vez mais a alongar-se, seja pela complexidade dos conhecimentos exigidos para uma inserção profissional de acordo com suas expectativas de classe, seja pela falta de um destino econômico assegurado pela educação. A estes os anos de capacitação, mais que uma certeza de inserção trabalhista, aparecem como um imaginário de esperança passível de amainar as incertezas da brecha cada vez maior entre o capital e o trabalho, como prolongar uma idade sem maiores exigências produtivas de renda e o amparo das instituições educativas. (*Idem*, pp. 26-27)

Para solucionar o problema de trabalho infanto-juvenil, Frigotto (2004, p. 212) sugere que seja feita imediatamente “uma política pública redistributiva emancipatória de caráter mais universal, que teria extraordinário efeito social, econômico e ético [...]”. O objetivo deveria permear a garantia de acesso à escola (até o ensino médio) de crianças e jovens, além disso, deve-se considerar o pagamento de determinado valor fixo para que não seja permitida a entrada no mundo da informalidade e com isso a desistência escolar. Também garantir bolsas de estudo para aqueles que estão no mercado de trabalho, além de tempo, como um apoio ao estudo. E, para os que se encontram desempregados, deve-se criar também uma renda fixa, além da concretização da política de primeiro emprego.

Pelo tamanho do PIB do Brasil, está claramente provado que há viabilidade econômica para essas políticas e que, portanto, a decisão de implementá-

las é política. Certamente, isto é inequívoco, deve haver uma outra divisão da riqueza e da renda, vergonhosamente concentradas. Isto, como sinalizou Pochmann, não se faz sem contrariar interesses dos ricos, das grandes fortunas e do capital especulativo. (*Ibidem*)

Ao tratar do mesmo assunto, tentando encontrar uma saída para a precoce vida laboral de jovens pobres no Brasil, Pochmann (2004, pp. 230-231) aponta na mesma direção de Frigotto a criação de uma renda “capaz de financiar a inatividade, assim como ocorre privadamente aos jovens pertencentes às famílias ricas”. Com efeito, ocorreria a “postergação da inatividade juvenil” [dos jovens pobres], a conclusão do ensino médio e, portanto, eles estariam melhores preparados para o mercado de trabalho.

A experiência inédita do Programa Bolsa Trabalho – um dos nove programas pertencentes à estratégia de inclusão social da Secretaria do Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade da Prefeitura de São Paulo – aponta para a elevação da escolaridade e a simultânea postergação do ingresso do jovem de menor renda no mercado de trabalho. Em contrapartida, oferece a mais de 50 mil jovens uma garantia temporária de renda associada à aprendizagem teórica e prática em atividades comunitárias. (*Ibidem*)

Dessa forma, a própria escola poderá contribuir concretizando seu verdadeiro papel atual, segundo Fernandes (2004), em seu artigo “Segurança para viver – Propostas para uma política de redução da violência entre adolescentes e jovens”.

[...] resta que as crianças conversam, brincam, são traumatizados e sonham com a violência que impera nos bairros pobres onde vivem. Impõe-se então a pergunta: Como pode a escola pública crescer como pólo de prevenção ante os riscos da violência? Esta é uma questão estratégica que deveria provocar respostas de diversos setores do governo e da sociedade: ações esportivas para quem é de esporte; música e arte para quem é de cultura; mediação de conflitos, para o pessoal do direito; acesso ao mercado de trabalho, cuidado com os equipamentos, para toda a comunidade escolar; abertura para os moradores do bairro nos fins de semana, para que se torne uma prova visível de que o caminho de paz, que a escola representa, tem mais força vital do que as vibrações derivadas das forças da morte. (FERNANDES, 2004, p. 262)

Para finalizar, vale ressaltar que Margulis (2004), assumindo igualmente uma perspectiva propositiva, enfatiza que a educação precisa de investimentos para ser considerada “interessante” aos jovens.

La política educativa tiene que tratar de incorporar la actual tecnología de las comunicaciones y además, apuntar a que la educación realmente sea más atractiva, que logre interesar a los niños. Porque creo que los chicos perciben a la escuela como algo separado de la vida, algo alejado, algo que no tiene nada que ver con la vida real que ellos están viviendo.

No es solo enseñarles a los chicos computación, hay que enseñarles eso y también mucho más. Hay que enseñarles a pensar críticamente, a confiar en su mucho más. Hay que enseñarles a pensar críticamente, a confiar em su propia capacidad de razonar y de observar, enseñarles a usar los conocimientos disponibles y a saber buscarlos, a desarrollar sus capacidades creativas. (MARGULIS *apud* DURAND, 2004, pp. 312-313)

1.4 Políticas públicas: definições, adequação ao universo juvenil e sua trajetória histórica na América Latina

Na vanguarda dos problemas sociais que envolvem os jovens, encontram-se aqueles relacionados às desigualdades econômico-sociais das mais diversas ordens, chamando a atenção do país tanto como vítimas dos problemas, quanto como seus protagonistas. Entre os temas mais focalizados em relação aos jovens brasileiros como um todo, além daqueles tratados teoricamente, encontram-se as questões relativas ao desemprego, às doenças sexualmente transmissíveis, a gravidez na adolescência, as drogas e a violência. É para contextos nos quais são constatadas essas e outras questões que têm sido elaboradas e postas em prática políticas públicas como forma de garantir os direitos dos jovens ao pleno desenvolvimento bio-psico-social. Como afirmam Freitas & Papa (2003, pp. 07-08):

Nesse contexto, surgem assessorias, coordenadorias, secretarias e programas que têm como desafio a tarefa de desenvolver políticas considerando as especificidades da juventude brasileira sem perder de vista sua acentuada diversidade. Também criados em meados dos anos 90, estes espaços na estrutura do poder público ainda estão em processo de construção e enfrentam desafios por suas diferenças em relação às políticas já consolidadas. Há dificuldades em diferentes níveis, tais como a de um desenho institucional das políticas, a da existência ou não de orçamento próprio e a das formas de participação dos jovens na elaboração das propostas.

Abad (2003), em seu artigo intitulado “Crítica Política das Políticas de Juventude”, apresenta sua definição sobre Política Pública, afirmando que,

- A política pública, nome mais utilizado na América Latina, representa aquilo que o governo opta por fazer ou não fazer, frente a uma situação.
- A política pública é a forma de concretizar a ação do Estado, significando, portanto, um investimento de recursos do mesmo Estado.
- Admitindo-se delegar ao Estado a autoridade para unificar e articular a sociedade, as políticas públicas passam a ser um instrumento privilegiado de dominação.
- A política pública, ao mesmo tempo em que se constitui numa decisão, supõe uma certa ideologia da mudança social, esteja ela explícita ou não na sua formulação.
- Essa decisão é o resultado do compromisso de uma racionalidade técnica com uma racionalidade política. (*Idem*, p. 14)

“A finalidade definitiva das políticas sociais, [...] é a de apoiar a expansão da cidadania, removendo os obstáculos práticos ao seu pleno exercício”, ressalta Abad (*idem*, p. 18). Com isso, o autor, ao se referir especificamente às políticas públicas para a juventude, acredita que elas podem ser consideradas ferramentas para a implantação da “governabilidade democrática”. (*idem*, p. 16)

Sposito (2003), em seu artigo sobre as “Trajetórias na constituição de Políticas Públicas de Juventude no Brasil”, faz as seguintes ponderações sobre a noção de políticas públicas:

[...] a idéia de políticas públicas está associada a um conjunto de ações articuladas com recursos próprios (financeiros e humanos), envolve uma dimensão temporal (duração) e alguma capacidade de impacto. Essa noção, do mesmo modo, não reduz a política à implantação de serviços e nem ao eixo da articulação de programas e ações, embora esses dois aspectos possam estar nela contidos. Desse modo, o termo compreende a dimensão ético-política dos fins da ação, e deve se aliar, necessariamente, a um projeto de desenvolvimento econômico-social e implicar formas de relação do Estado com a sociedade. (*idem*, p. 59)

A mesma autora propõe “o entendimento das políticas públicas como o conjunto de decisões e ações destinadas à resolução de problemas políticos”. No que diz respeito às políticas públicas voltadas para a juventude, a autora se posiciona alertando para a decisão de respeitar a diversidade da própria condição juvenil para entender que as políticas destinadas aos jovens também podem ser diversificadas.

Poderão ser de inclusão, afirmativas de identidades e de formas de expressão voltadas para o presente, ou de integração na vida adulta, mas o que as unifica deve ser a sua inserção no campo de luta pelos direitos e de construção da democracia. (*idem*, p. 73)

Levando em consideração as últimas décadas, Bango (2003) em seu artigo “Políticas de Juventude na América Latina: identificação de desafios”, sintetiza a trajetória histórica das agendas públicas para a juventude, nos países latino-americanos.

A maior presença da questão juvenil na agenda pública está relacionada, em primeiro lugar, com a visibilidade que os jovens ganharam nos processos de democratização ocorridos na América Latina no final da década de 1980. As aberturas democráticas tiveram os jovens como principais protagonistas. Por meio de suas participações em revitalizados movimentos estudantis, partidos políticos e movimentos sociais, os jovens desempenharam um papel importantíssimo em prol do retorno da democracia. A esse fator de particular importância pode-se adicionar a designação do ano de 1985, por parte das Nações Unidas, como o Ano Internacional da Juventude, fazendo com que o tema aumentasse de

importância para os organismos internacionais e os Estados nacionais.
(*Idem*, p. 40)

Esse autor continua historicizando, passo a passo, o início e o desenvolvimento das ações educacionais, promovidas pelo Estado. Na década de 50, segundo ele, caracterizou-se a inclusão “dos jovens nos processos de modernização por meio das políticas educativas” (*idem*, p. 41). Interessante notar que é justamente nesse período na América Latina que se apresenta a “incorporação maciça de meninos, adolescentes e jovens nos ensinos primário e médio”. (*ibidem*)

Contudo, assinala ainda as consequências da inclusão maciça dos jovens numa educação de qualidade insuficiente. É então que entram em cena as políticas específicas devido aos grandes problemas sociais decorrentes da deteriorização da qualidade do ensino. Surge também a representação da figura do “menor infrator” como sendo aquele jovem pobre que se destina apenas o controle social. Do ponto de vista do autor, a estratégia de que a educação poderia oferecer melhores condições e ascensão de vida foi se perdendo com o passar do tempo devido à má qualidade da educação. (*idem*, p. 42)

Paralelamente, ao longo das décadas de 1960 e 1970, ocorreu uma crescente incorporação de jovens no ensino médio e superior, período em que aumentaram as manifestações contra a ordem vigente, nos países latino-americanos quando solucionava os conflitos políticos e também os sociais “pela via autoritária, com a instalação de ditaduras militares na maioria dos países da região”. (*ibidem*)

Já na década de 80 a preocupação estava em torno do pagamento da dívida que havia sido gerada pelas ditaduras nos países da América Latina. Com isso, o aumento e a expansão da pobreza por toda a região deixou os governos apreensivos. Como resultado da ausência do Estado no período militar, eclodiram as demandas sociais que haviam sido postergadas.

A maneira como esses governos encontraram para compensar tamanha pobreza, foi criando os chamados programas de transferência de renda “por meio de programas alimentares, de emprego temporário ou de assistência sanitária”, segundo Bango (*Idem*, p. 44).

Tais políticas, conhecidas como “de compensação social”, tentavam evitar estouros sociais e, assim, dar um marco de estabilidade política e continuidade aos processos de ajuste estrutural. Foram implementadas

através de um novo andaime institucional localizado fora das estruturas ministeriais existentes: os Fundos Sociais de Emergência. (*ibidem*)

Já na década de 90, a preocupação com a juventude se volta para incorporar o jovem no mercado de trabalho. Esse movimento foi considerado extremamente importante, pois naquele período o conhecimento era determinante para o crescimento econômico do país e, portanto, o momento era de investir em recursos humanos qualificados para atender ao mercado. (*idem*, p. 45)

O desafio, para Bango (2003), em termos propositivos e no plano político-normativo se coloca, na atualidade, é o seguinte:

Em primeiro lugar, as políticas de juventude devem ser consideradas a partir da perspectiva de um projeto de desenvolvimento estratégico. Isso supõe que devem ser pensadas no marco das políticas sociais e dentro de um esquema de articulação com as políticas econômicas.

Em segundo lugar, deve-se efetuar o trânsito das políticas de juventude, pensadas como políticas estatais, para um conceito de políticas públicas de juventude.

Em terceiro lugar, nos enfoques resenhados na seção destinada ao balanço, deve-se passar a um enfoque das políticas de juventude centrado no fato de que os jovens são sujeitos de direito.

O desafio é reorientar as políticas de juventude na direção de um modelo de jovens cidadãos e sujeitos de direito, que deixe paulatinamente para trás enfoques como o do jovem-problema que ameaça a segurança pública. E isso requer um esforço a mais no plano simbólico. Supõe que deve haver uma estratégia clara a ser implementada, fundamentalmente através dos meios de comunicação de massa, para o qual deve existir uma aliança estratégica com o setor. (*idem*, pp. 49-50)

Sposito (2003), contudo, constata que não há consenso social, na atualidade, a respeito das políticas públicas para a juventude, identificando, inclusive, um contexto de disputa a esse respeito quando os que “falam em nome desses atores [jovens] ou por meio dos próprios coletivos juvenis” discursam através de percepções dominantes sobre o que “é ser jovem, suas demandas, necessidades e relações com o mundo adulto e com as instituições [...]”. (*idem*, p. 63)

1.5 Crianças e jovens como sujeitos de direitos: o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA

O ECA foi criado no dia 13 de julho de 1990 pela Lei n. 8.069. Ele é composto de 267 artigos que determinam a responsabilidade de garantir os direitos das crianças e adolescentes, - que são considerados em condição especial de

desenvolvimento, quais sejam: família, Estado e sociedade (ECA, 2004)⁶. Ao longo do Estatuto, discorre-se sobre políticas relativas à saúde, educação, adoção, tutela e questões relacionadas à criança e ao adolescente, conforme Andrade (2000).

Durante um longo período da humanidade as crianças ficaram destituídas de reconhecimento, de proteção e também de direitos. Com a 1ª Guerra Mundial, a atual Organização das Nações Unidas - ONU, em 1924, adotou a 1ª declaração chamada “Declaração de Genebra”, que definia a proteção e os direitos às crianças e adolescentes. (*Idem*, p. 09)

Conforme o autor,

Tal Declaração – um texto breve e genérico, composto de cinco artigos -, não obstante a ausência de coercitividade, representou um marco inicial. Assentava as bases para o reconhecimento e proteção dos direitos da infância, além de cristalizar mudanças em relação à concepção sobre a autonomia e os direitos da criança e do adolescente. A Declaração de Genebra trazia à luz, ademais, o importante conceito denominado *interesse superior da criança*, mais tarde retomado e desenvolvido pela Convenção de 1989. (*Idem*, p. 11)

Depois da 2ª Guerra Mundial, ainda segundo Andrade (*ibidem*), criou-se, em 1947, o Fundo das Nações Unidas para a Infância, atualmente conhecido como UNICEF, órgão que defende os direitos das crianças e adolescentes em todo o mundo. Em 20 de novembro de 1959 um novo documento atualizava a Declaração de Genebra contendo 10 princípios de proteção e garantia dos direitos. O Brasil firmou essa Convenção em 26 de janeiro de 1990.

O artigo 227 da Constituição Brasileira define que,

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, Art. 227)

Cabe ao Estado, portanto, através de políticas públicas, promover iniciativas que garantam o desenvolvimento integral da criança e do adolescente, podendo receber contribuições de organizações privadas, conforme especifica o ECA.

O ECA considera crianças que pertencem à faixa etária de 0 a 12 anos incompletos, e adolescentes de 12 a 17 anos e 11 meses.

⁶ Estatuto da Criança e do Adolescente. Senado Federal, 5ª Edição, 2004.

É indispensável ressaltar que a movimentação da sociedade para a aprovação dos artigos 227 e 228 da Constituição Federal, resultando no Estatuto, teve grande importância. Entre outros aspectos, ao invés de “punir” a criança e o adolescente com penas criminais, foram propostas medidas de âmbito pedagógico. As políticas para a infância e adolescência passam a ser acompanhadas pelos Conselhos de Direito em todos os níveis: nacional, estadual e municipal. Ademais, deve existir em cada município brasileiro um conselho tutelar para fiscalizar a garantia dos direitos às crianças e adolescentes de todo o país. Foram, igualmente, encaminhadas medidas de proteção cabíveis a esses segmentos sociais, bem como medidas sócio-educativas, que serão apresentadas a seguir.

1.5.1 Medida de proteção

As medidas de proteção, quando direcionadas às crianças e adolescentes, são aplicáveis quando seus direitos encontrarem-se ameaçados ou violados “por ação ou omissão da sociedade ou do Estado; por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsáveis ou em razão de sua conduta”, conforme expresso no artigo 98 do ECA. (ECA, 2004, p. 20)

Essas medidas podem ser executadas isolada ou cumulativamente ou mesmo substituídas em qualquer tempo, conforme estipula o artigo 99. Sempre pensando no restabelecimento dos vínculos familiares e comunitários, a aplicação da medida deve considerar as necessidades pedagógicas como exposto no artigo 100 do Estatuto. (*ibidem*).

Interessante notar que o Artigo 101 do Estatuto (ECA, 2004, p. 21) determina como medida de proteção: I – Encaminhamento aos pais ou responsáveis – considerando saudável a permanência no convívio “natural” do menor, - sua família - , aconselha-se a prioridade dessa medida sempre que necessário e possível para ambas as partes.

II – Orientação, Apoio e Acompanhamento Temporário – Implícita na primeira medida, entende-se que se deve considerar as condições que a família do menor têm para proporcionar-lhe a formação moral. No entanto, quando essa qualidade inexistente, solicita-se o apoio de instituições de educação para a sua execução.

III – Matrícula e Frequência Obrigatória em Estabelecimento de Ensino Fundamental – Entendendo que a escola permite a formação educacional da criança e do adolescente, essa medida garante o direito ao ensino, mas leva em consideração o processo de socialização e também previne o analfabetismo e a marginalidade.

IV – Programa Comunitário – prevê a inclusão da criança e do adolescente ou sua família e ainda tratamento a alcoólatras e toxicômanos para reinserção social em projetos comunitários.

V – Tratamento Médico, Psicológico ou Psiquiátrico – com o objetivo de prevenir doenças e garantir a saúde dos menores, essa medida torna-se sócio-educativa por tratar-se de internação provisória.

VI – Orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos – Considerando a enfermidade psíquica causada, tanto pelo álcool como pelas drogas, interessa nessa medida a correlação que se entende entre o vício e a criminalidade, bem como o tratamento terapêutico como indicador para garantir a proteção.

VII/VIII – Abrigo em Entidade/Colocação em Família Substituta – considera-se a situação de abrigamento como excepcional, caracterizada como uma preparação para a família substituta sendo, portanto, um momento de transição. Ressalta-se a internação do menor em últimos casos.

Foram aqui citados aqueles artigos e seus respectivos parágrafos relacionados ao Estatuto envolvendo medidas de proteção. A seguir serão apresentadas aquelas determinações do ECA, relacionadas às medidas sócio-educativas.

1.5.2 Medida sócio-educativa

Apesar das medidas sócio-educativas serem consideradas medidas de proteção, a diferença entre elas é que nas primeiras existe a intervenção do Conselho Tutelar. Já na medida de proteção, a decisão é apenas do Juiz de Direito. As medidas sócio-educativas são destinadas aos adolescentes que agem sob a prática de ato infracional, ou seja, aqueles cuja conduta contraria as leis. (ECA, 2004, p. 23)

Para a aplicação de medidas a esse ato infracional cometido pelo menor, o Juiz de Direito pode: I – advertir; II – obrigar a reparar o dano causado pelo ato infracional; III – prestar serviços à comunidade para reparar o ato infracional; IV – acompanhar a vida social do menor através da medida de liberdade assistida; V – inserir o adolescente em regime de semiliberdade, ou seja, antecede a privação de liberdade existindo atividades educativas “extra-muro”; VI – internar o jovem em alguma instituição educacional e a medida VI – que aponta qualquer uma das previstas no art. 101, I a VI, compreendendo o artigo 112, do ECA (2004, p. 23).

Com respeito à dignidade do adolescente, enfatiza-se que tais medidas devem ser aplicadas levando em consideração: I – sua capacidade para cumpri-la; II – não será admitido trabalho forçado e III – os adolescentes portadores de doenças devem receber tratamento adequado e voltado às suas condições. (*idem*, & 1, 2 e 3)

No artigo 113 do Estatuto considera-se imprescindível o disposto nos artigos 99 e 100, que se referem primeiramente à aplicação das medidas tanto isoladas quanto cumulativamente e, segundo, adotando preferencialmente medidas pedagógicas no intuito de fortalecer os vínculos familiares bem como comunitários dos adolescentes. (*ibidem*)

O Estatuto preocupou-se em cuidar da comprovação da autoria dos atos infracionais praticados por menores, quando diz em seu artigo 114 que a aplicação das medidas citadas nos incisos II e VI do artigo 112 (obrigação de reparar o dano e internação em estabelecimento educacional) devem obrigatoriamente vir acompanhados de prova material, bem como de indícios suficientes para comprovar a autoria do fato. (*ibidem*)

A garantia dos direitos de crianças e adolescentes é fator preponderante para que o Estatuto se concretize. Apesar de seus 20 anos de existência ainda se verifica o descomprometimento do Estado para fazer valer o referido documento. Assim sendo, será imprescindível o “compromisso de garantir ações no âmbito econômico-financeiro ao político-social”, conforme Andrade (2000, p. 27), além da mobilização da sociedade para que, de fato, se efetive o Estatuto.

1.6 A teoria das representações sociais

De acordo com Farr (*apud* GUARESCHI; JOVCHELOVITCH, 1995, p. 31), a teoria das representações sociais teve origem na Europa através da publicação que Moscovici realizou em seu estudo “La Psychanalyse: Son image et son public”, tornando essa proposição como uma “[...] forma sociológica da Psicologia Social”. Portanto, pode-se entender que as representações sociais significam “[...] a reprodução de uma percepção retida na lembrança ou do conteúdo do pensamento” (MINAYO *apud* GUARESCHI; JOVCHELOVITCH, 1995, p. 89). Ainda referindo-se a essa teoria, entende o homem como aquele que “[...] tanto é agente de mudança na sociedade como é um produto dessa sociedade”. (*idem*, p. 51)

Conforme Jovchelovitch (*apud* GUARESCHI; JOVCHELOVITCH, 1995, p. 65),

[...] as representações sociais, enquanto fenômeno psicossocial, estão necessariamente radicadas no espaço público e nos processos através dos quais o ser humano desenvolve uma identidade, cria símbolos e se abre para a diversidade de um mundo de Outros.

É através da presença de outras pessoas que se pode desenvolver relações sociais, conforme indica a teoria, ao mesmo tempo em que os seres humanos podem acessar suas próprias individualidades, pois haverão de conhecer-se a si mesmos através de outros. Isso se estende também para a vida em comunidade, uma vez que “[...] é através da ação de sujeitos sociais agindo no espaço que é comum a todos, que a esfera pública aparece como o lugar em que uma comunidade pode desenvolver e sustentar saberes sobre si própria – ou seja, representações sociais”. (*Idem*, p. 71)

Por esse motivo, a autora afirma que a realidade de todos pode ser considerada como a soma da experiência de cada indivíduo e sua ação na sociedade em que vive (*idem*, pp. 74-75). Argumenta Jovchelovitch (*Idem*, p. 78):

De um lado, é através de sua atividade e relação com outros que as representações têm origem, permitindo uma mediação entre o sujeito e o mundo que ele ao *mesmo tempo* descobre e constrói. De outro lado, as representações permitem a existência de símbolos – pedaços de realidade social mobilizados pela atividade criadora de sujeitos sociais para dar sentido e forma às circunstâncias nas quais eles se encontram. É desnecessário dizer que, tanto de uma perspectiva conceitual como de uma perspectiva genética, não há possibilidade para a construção simbólica fora de uma rede de significados já constituídos. É sobre e dentro dessa rede que se dão os trabalhos do sujeito de re-criar o que já está lá. O sujeito psíquico, portanto, não está nem abstraído da realidade social, nem meramente condenado a reproduzi-la. Sua tarefa é elaborar a permanente tensão entre um mundo que já se encontra constituído e seus próprios esforços para ser um sujeito.

A autora vai além quando afirma que as representações sociais são “uma estratégia desenvolvida por atores sociais para enfrentar a diversidade e a mobilidade de um mundo que, embora pertença a todos, transcende a cada um individualmente” (*idem*, p. 81). Isso sugere o entendimento do termo mediação social que a autora apresenta como o processo de comunicação em que acontece a troca entre as relações dos indivíduos, ou seja, entre as relações sociais.

Conforme Duveen (*apud* GUARESCHI; JOVCHELOVITCH, 1995, p. 267) ao explicar a teoria das representações sociais, explicita que o sujeito internaliza aquilo que para ele é considerado uma representação de algo e ao mesmo tempo externaliza para o mundo o que isso significou. Ainda acrescenta:

É essa dupla operação de definir o mundo e localizar um lugar nele que fornece às representações o seu valor simbólico. Moscovici refere-se a isso quando fala de representações sociais estabelecendo ‘uma ordem que permite aos sujeitos orientar-se no seu mundo material e social, e comandá-lo’ (1973, p. xiii). (*Ibidem*)

Duveen (*idem*, pp. 279-280) ainda entende que, a partir da perspectiva Vigotskiniana, a criança pode construir, por meio de suas vivências cotidianas, representações sociais sobre o mundo. “Pois é pelo processo de internalização do mundo que também pode ser considerado um produto histórico-cultural para o indivíduo”.

A partir do estudo “Representações Sociais e Esfera pública”, Sandra Jovchelovitch (2000) apresenta seus pressupostos sobre a temática, chamando a atenção para a apreciação do caso brasileiro. Diz a autora (*idem*, p. 25) que é “indispensável levar em consideração, para analisar as representações sociais em nosso país, a desigualdade social”. Ou seja, a concentração da riqueza para poucos brasileiros e a pobreza quase que generalizada. Em suas palavras “Desigualdade no Brasil não é um jargão da política, mas um elemento constitutivo da vida cotidiana e do tecido social”. (*Ibidem*)

Conforme Jovchelovitch (*idem*, p. 26):

A reversão de expectativas populares sobre a resolução de problemas econômicos e sociais e uma frustração crescente com as instituições do estado em geral – na maior parte das vezes marcadas por corrupção, ineficiência e burocracia – conduziram àquilo que eu chamaria de “desencantamento com a esfera pública”. Alguns dos sintomas deste desencantamento aparecem claramente na vida cotidiana: a debilidade do laço social pode ser vista na criminalidade, que no caso brasileiro tornou-se

patologia social; no tráfego, que tornou-se uma espécie de campo de batalha para sujeitos que parecem não ter ligação alguma uns com os outros; na ausência de confiança mútua que é extremamente necessária para construir qualquer projeto de vida que, pelo menos em alguma medida, tome em consideração o espaço público, ou seja, o espaço dos outros.

Em decorrência do que foi mencionado, torna-se importante considerar que há certo desencanto pelo projeto social, enquanto esfera pública, por parte dos brasileiros, uma vez que é impossível, diante de tanta corrupção e ausência da garantia dos direitos constitucionais, acreditar em algo relacionado ao bem comum. Diante disso, percebe-se como resultado “a alienação e fatalismo para os sujeitos sociais”. (*Idem*, p. 27)

Jovchelovitch (*Idem*, p. 185) relata, referindo-se a esfera pública brasileira:

A nossa, como Chauí (1992) observou, ainda é uma sociedade autoritária, onde os direitos de alguns constituem a carência de muitos, onde a lei não é capaz de desempenhar seu papel de proteger os direitos dos cidadãos e onde a cidadania permanece uma noção abstrata no discurso de um grande número de políticos cuja ligação com o teste de realidade é questionável. Nesta sociedade, a esfera pública permanece uma aspiração, um projeto, algo pelo qual ainda é preciso lutar.

As representações sociais são construídas, portanto, nos espaços públicos em que os sujeitos convivem cotidianamente. Conforme Moscovici (1984 *apud* Jovchelovitch, *idem*, pp. 40-41) “[...] as representações sociais estão radicadas nas reuniões públicas, nos cafés, nas ruas, nos meios de comunicação, nas instituições sociais e assim por diante. Este é o espaço em que elas se incubam, se cristalizam e são transmitidas”.

Ante o exposto, conclui-se sinteticamente, por um lado, usando como referência básica a proposição de Moscovici (2003), que as representações sociais como um sistema de valores, idéias e práticas têm uma dupla função: a de estabelecer uma ordem que possibilite às pessoas orientar-se em seu mundo material e social para poder nele conviver, e possibilitar a comunicação entre os membros de um dado contexto comunitário, fornecendo-lhes um código para nomear e classificar os aspectos de seu mundo e de sua história individual e social. Assim sendo, por outro lado, pode-se concluir que elas encontram-se além do psiquismo de cada um dos indivíduos que os compõem, surgindo como um processo que anuncia também o campo social. Portanto, conforme Jovchelovitch (2000, p. 113),

Sujeitos sociais revelam muito mais do que visões idiossincráticas quando se expressam; sua experiência não está descolada da experiência de sua

sociedade. Observando e participando em uma parte de seu cotidiano – que foi intencionalmente isolado para ser mais facilmente apreendido – também se encontram os elementos que permitem à parte fazer parte de um todo: é precisamente do conjunto multifacetado de experiências únicas que a totalidade da realidade social emerge.

2 CARACTERIZAÇÃO DO CONTEXTO DA INVESTIGAÇÃO

Joinville conta atualmente com cerca de 492.101 mil habitantes⁷, vindos de diversas regiões brasileiras, com o objetivo de melhorar suas condições de vida. Localizada na região sul do país e nordeste do estado de Santa Catarina a 180 km da capital Florianópolis, é considerada a cidade mais industrial e também a mais populosa do Estado e também é município pólo da microrregião nordeste.

Para além da ocupação pré-colonial do espaço demarcado atualmente como município de Joinville, sua história remonta ao contrato assinado entre a Sociedade Colonizadora de Hamburgo com os príncipes de Joinville, François Ferdinand - filho do último Rei da França - e Princesa Francisca Carolina, irmã do Imperador Dom Pedro II e filha de Dom Pedro I, em 1849. Fazia parte desse contrato a concessão de 8 léguas quadradas de terra para ser colonizada. Vieram para o espaço que hoje constitui a cidade de Joinville, imigrantes alemães, suíços e noruegueses trazidos pela barca “Colon”. A cidade então homenageou a Princesa dando o nome da cidade de “Colônia Dona Francisca”.

No entanto, conta a história local que,

[...] há cerca de cinco mil anos, comunidades de caçadores já ocupavam a região, deixando vestígios (sambaquis, artefatos). Índios ainda habitavam as cercanias quando aqui chegaram os primeiros imigrantes. Por fim, no século XVIII, estabeleceram-se na região famílias de origem portuguesa, com seus escravos negros, vindos provavelmente da capitania de São Vicente (hoje Estado de São Paulo) e da vizinha cidade de São Francisco do Sul. Adquiriram grandes lotes de terra (sesmarias) nas regiões do Cubatão, Bucarein, Boa Vista, Itaum e aí passaram a cultivar mandioca, cana-de-açúcar, arroz, milho entre outros. (IPPUJ, 2008, p. 15)

Em 1840, com a crise econômica da Europa, 17 mil pessoas, entre 1850 e 1888, resolveram emigrar para a Colônia Dona Francisca. O governo do Brasil na época aceitava as emigrações, pois tinha como objetivo “substituir a mão-de-obra escrava por colonos “livres”, ocupar os vazios demográficos e também “branquear” a população brasileira”. (*Ibidem*)

Habitavam na área rural, em sua maioria, 12 mil pessoas no ano de 1877. Os tempos foram difíceis para os novos habitantes devido à natureza, com suas matas fechadas, terreno pantaneiro, região úmida e as muitas doenças tropicais.

Havia quatro engenhos de erva-mate, 200 moinhos, onze olarias. Exportava-se madeira, couro, louça, sapatos, móveis, cigarros e mate; importava-se ferro, artigos de porcelana e pedra, instrumentos musicais, máquinas e instrumentos agrícolas, sal, medicamentos, trigo, vinho, cerveja, carne seca e sardinha. (*Ibidem*)

⁷ Fonte: IPPUJ, Joinville Cidade em dados, 2008.

Já em 1880, as primeiras indústrias têxteis e as metalúrgicas passaram a existir na Colônia Dona Francisca. O principal produto exportado era o mate e no comércio predominavam paranaenses afortunados. “Nesse período, Joinville já contava com inúmeras associações culturais (ginástica, tiro, canto, teatro), escola, igrejas, hospital, loja maçônica, corpo de bombeiros entre outros” (*Ibidem*). A cidade começou a se desenvolver no início do século XX, pois com a criação da Estrada de Ferro de São Paulo-Rio Grande do Sul, passando por Joinville com destino também a São Francisco do Sul, fez-se necessária a instalação de energia elétrica, a chegada de automóveis, telefone e o transporte coletivo. Contou, também, com a reforma do ensino realizada pelo professor paulista, Orestes Guimarães.

Contando com 46 mil habitantes no ano de 1926, Joinville tinha como chefe executivo o superintendente e depois prefeito, e no poder legislativo era constituído por 9 conselheiros (atuais vereadores). Presenciou-se também o fortalecimento do setor metal-mecânico nesse período. (*Ibidem*)

A “Campanha de Nacionalização” da era Vargas em 1938 proibiu em Joinville que se falasse a língua alemã, exigindo a extinção das associações alemãs, tendo se presenciado perseguição e prisão de alemães e seus descendentes. Iniciativas como essa ensejaram a entrada do Brasil na 2ª Guerra Mundial.

Joinville, entre as décadas de 50 e 80, viveu seus momentos de glória, crescendo populacionalmente e também economicamente. A cidade tornou-se a “Manchester Catarinense” (referindo-se à cidade inglesa com a mesma denominação) por ter que produzir aquilo que era importado, uma vez que com o fim do conflito mundial, o país deixou de receber tais mercadorias da Europa, impulsionando a fabricação interna.

Ainda de acordo com dados do IPPUJ (*Idem*, p. 154), no que diz respeito às fontes de receitas municipais – composição em reais:

DESCRIÇÃO	PERÍODO				
	2003	2004	2005	2006	2007
RECEITAS PRÓPRIAS	7.732	12.291	13.875	14.975	15.701
COSIP	4.191	4.645	5.741	7.107	8.570

ITBI	10.450	13.694	9.277	13.195	9.972
DÍVIDA ATIVA	28.767	37.160	46.140	51.060	58.461
ISS	11.893	13.903	17.412	21.311	26.259
IPVA	3.729	5.041	5.683	13.093	13.698
IRRF	3.373	5.388	4.794	5.422	6.364
TLL	11.190	***	***	***	***
TAXA DE LIMPEZA		15.314			
SERV. CAPT. TRATAM. ÁGUA		28.747	28.747	***	***
RECEITAS DIVERSAS*	21.339	24.771	20.268	24.687	29.198
IPTU	22.825	26.701	38.323	40.552	44.143
SUBTOTAL 1	125.489	158.908	190.260	191.402	212.366
RECEITAS TRANSFERIDAS					
SALÁRIO EDUCAÇÃO	4.493	4.455	7.119	8.470	7.714
ROYALTIES	***	1.675	407	2.315	1.961
IPI EXP.	4.851	4.489	5.166	4.849	4.900
ITR	62	84	64	62	62
CIDE	***	543	860	845	866
ICMS EXPORTAÇÃO	4.442	3.105	5.068	4.773	4.329
FUNDEF	23.854	30.581	35.481	40.915	42.578
FPM	16.506	17.689	22.016	24.219	27.904
ICMS	126.321	133.775	143.476	138.251	153.988
SUBTOTAL 2	180.529	196.396	219.657	224.699	244.302
TOTAL GERAL	306.018	355.304	409.917	416.101	456.668

Tabela 01 - Fontes de receitas municipais de Joinville

*C.M.; A.F.; DIV; MULTAS; ALVARÁS; TAXAS DIV.; INDENIZ.; REST.; LIMP.URBANA.

Fonte: Secretaria Municipal de Fazenda - controle de arrecadação – 2008/01

Ainda conforme dados do IPPUJ (*Idem*), são 244.917 os homens na cidade e 247.184 mulheres, predominando pessoas na área urbana e também do sexo feminino (todas as idades) em maior quantidade na cidade.

ANO	HOMENS	MULHERES	TOTAL
2000	214.735	214.869	429.604
2003	228.480	233.096	454.559
2004	237.580	240.391	477.971
2005	241.802	245.243	487.045
2006	246.273	249.778	496.051
2007	242.380	244.623	487.003
2008*	244.917	247.184	492.101

Tabela 02 - Estimativa de homens e mulheres em Joinville

Fonte: IBGE – Censos Demográficos e Contagem Populacional; estimativas preliminares dos totais populacionais, estratificada por idade e sexo Secretaria Municipal de Saúde/Cadastramento e acompanhamento do Usuário/SUS 2007. *Estimativa Ippuj 2008.

Quanto ao público alvo desta pesquisa, segundo o Instituto, existem em Joinville 135.829 jovens na faixa etária entre 15 e 29 anos de idade, representando

27,6% da população total. Destes, 68.569 são do sexo masculino e 67.260 do sexo feminino, predominando o primeiro gênero sobre a população jovem de Joinville, conforme tabela abaixo. (*Idem*, p. 53)

Faixa Etária	% População	Masculino	Feminino	Total
Menor de 1 ano	1,3	3.294	3.149	6.443
1 a 4 anos	5,7	14.380	13.844	28.224
5 a 9 anos	8,0	19.958	19.242	39.200
10 a 14 anos	8,2	20.553	19.977	40.530
15 a 19 anos	8,9	22.112	21.612	43.724
20 a 29 anos	18,7	46.457	45.648	92.105
30 a 39 anos	16,5	40.205	41.019	81.224
40 a 49 anos	14,5	34.891	36.459	71.350
50 a 59 anos	9,8	23.354	24.962	48.316
60 a 69 anos	4,9	11.204	12.990	24.194
70 a 79 anos	2,4	4.849	7.093	11.942
80 e +	1,0	1.643	3.206	4.849
Total	100,0	242.900	249.201	492.101

Tabela 03 - Estimativa por faixa etária populacional de Joinville

Fonte: DataSUS-2008 (1980, 1991 e 2000: IBGE - Censos Demográficos /1996: IBGE - Contagem Populacional /1981-1990, 1992-1999, 2001-2006: IBGE - Estimativas preliminares para os anos intercensitários dos totais populacionais, estratificadas por idade e sexo pelo MS/SE/Datasus /2007-2008: IBGE - Estimativas elaboradas no âmbito do Projeto UNFPA/IBGE (BRA/4/P31A) - População e Desenvolvimento. Coordenação de População e Indicadores Sociais)

Joinville conta com 39 bairros, sendo que os mais populosos são os bairros: Aventureiro, Iririú e Paranaguamirim e os menos habitados: Vila Cubatão, São Marcos e Jardim Sofia. A distribuição correta por bairro encontra-se na tabela 04, a seguir. (*Idem*, p. 50)

Nome do Bairro	(km2)	1980	1991	2000	2004	2005	2006	2007	2008
1.Adhemar Garcia	2,02	-	-	14 173	8.499	8.660	8.824	10.303	10.411
2.América	4,54	8.455	8.873	9 877	10.649	10.851	11.056	10.698	10.810
3.Anita Garibaldi	3,05	6.493	6.164	7 663	8.262	8.419	8.578	7.870	7.952

4.Atiradores	2,73	3.102	3.951	4 400	4.744	4.834	4.925	4.997	5.049
5.Aventureiro	9,29	-	20.042	30 395	32.772	33.395	34.026	34.555	34.917
6.Boa Vista	5,85	32.410	42.876	16 598	17.896	18.236	18.581	17.447	17.630
7.Boehmerwald	3,16	-	-	8 326	16.051	15.656	15.952	8.543	8.632
8.Bom Retiro	3,89	8.085	9.462	9 479	10.220	10.414	10.611	10.698	10.810
9.Bucarein	2,04	5.176	4.925	5 227	5.636	5.743	5.852	5.525	5.583
10.Centro	1,32	4.445	3.740	4 431	4.777	4.868	4.886	5.080	5.133
11.Comasa	3,09	-	-	19 048	20.537	20.927	21.323	20.562	20.777
12.Costa e Silva	6,60	11.398	18.576	22 299	24.043	24.499	24.962	25.059	25.321
13.Espinheiros	4,34	-	-	6 139	6.619	6.744	6.871	8.070	8.154
14.Fátima	2,46	6.480	17.407	13 468	17.151	16.565	16.878	14.565	14.717
15.Floresta	5,01	14.529	14.109	16 990	18.318	18.666	19.019	18.032	18.221
16.Glória	5,48	6.200	7.311	8 213	8.855	9.023	9.194	8.345	8.432
17.Guanabara	3,04	8.637	10.044	9 465	10.205	10.325	10.520	9.414	9.513
18.Iririú	6,26	31.088	34.408	21 357	23.027	23.464	23.907	23.636	23.883
19.Itaum	3,18	22.549	31.419	11 568	12.472	12.709	12.949	12.240	12.368
20.Itinga	7,86	2.549	11.674	15 360	16.788	16.875	17.194	6.764	6.835
21.Itoupava- ú	-	-	-	1.324	1.349	1.374	-	-	-
22.Jardim Iririú	3,29	-	-	19 162	20.661	21.053	21.451	21.455	21.680
23.Jardim Paraíso	3,27	-	-	12 685	13.676	13.935	14.198	15.503	15.665
24.Jardim Sofia	2,12	-	2.164	3 170	3.418	3.482	3.548	4.110	4.153
25.Jarivatuba	2,09	7.834	23.575	15 440	12.657	12.898	13.142	16.694	16.869
26.João Costa	3,41	-	-	10 475	9.106	6.374	6.494	10.832	10.945
27.Morro do Meio	3,60	-	3.326	7 413	7.993	8.145	8.299	9.508	9.608
28.Nova Brasília	9,34	7.431	11.221	11 211	12.808	13.051	13.298	11.886	12.010
28.Paranaguamirim	17,18	-	-	9 879	14.491	14.671	14.948	23.124	23.366
30.Parque Guarani	4,46	-	-	-	9.936	10.124	10.315	10.210	10.317
31.Petrópolis	3,02	-	-	13 064	14.085	14.353	14.624	13.621	13.764
32.Profipo	1,61	-	-	-	-	-	4700	5.909	5.971
33.Ulysses Guimarães	3,25	-	-	-	6.601	6.726	6.851	6.868	6.940
34.Saguacu	4,90	10.812	11.473	11 122	11.992	12.220	12.451	10.787	10.900
35.Santa Catarina	5,45	7.104	11.985	11 769	12.916	10.489	5.989	6.804	6.875
36.Santo Antônio	2,20	3.883	3.999	4 736	5.106	5.203	5.301	5.387	5.443
37.São Marcos	4,97	3.436	3.621	2 477	2.671	2.722	2.773	2.565	2.592
38.Vila Cubatão	0,36	-	-	1 076	1.160	1.182	1.204	1.269	1.282
39.Vila Nova	13,71	2.437	8.883	15 695	16.922	17.243	17.569	19.619	19.824
1.Zona Industrial Norte	22,50	2.541	937	1 948	2.224	2.266	2.309	2.310	2.334
2.Zona Industrial Tupy	1,65	-	-	52	56	57	58	56	57
Total dos Bairros	197,59	217.074	326.165	405.850	450.324	458.416	467.004	460.920	465.746
Total Area Rural Sede	516,48	6.632	6.693	6.777	7.907	8.385	8.543	7.382	7.459
Total Geral da Sede	714,07	223.706	332.858	412.627	458.231	466.801	475.547	468.302	473.205

Tabela 04 - Estimativa de habitantes por bairro em Joinville

Fonte: IBGE, Censos Demográficos e Contagem Populacional;1980,1991,2000. Secretaria Municipal de Saúde/Cadastramento e acompanhamento do Usuário/SUS 2007. Estimativas IPPUJ 2008.

OBS.: Foi considerado o mesmo percentual de crescimento para todos os bairros, sem levar em consideração as peculiaridades individuais de crescimento. O Bairro Profipo foi desmembrado do Bairro Santa Catarina, por isto a diferença dos números da população.

Em 2008, com base na estimativa IBGE, taxa de crescimento 1,0489% (Ippuj)

Na área rural, a agricultura familiar é predominante em Joinville, com cerca de 97% das propriedades agrícolas com 50 hectares de terra. Destaca-se o cultivo de arroz irrigado, banana e hortaliças, além da produção de leite de vaca, presente em 68% das propriedades. Apesar de ser um grande consumidor, Joinville atrai os jovens rurais para as indústrias refletindo o aumento da idade média do agricultor.

PRODUTO	PRODUTORES	ÁREA (ha)	PRODUÇÃO (ton. / ano)
Olericultura			
• Hortaliças de folhas	361	220	4391

• Hortaliças – Raízes	804	526	7284
Agricultura			
• Arroz Irrigado	223	3.000	24.000
• Cana-de-açúcar	165	275	20.625
• Milho	15	60	240
• Mandioca (Aipim)	655	1.088	16.320
• Batata Doce	30	20	300
Fruticultura			
• Banana	173	1.047	28.764

Tabela 05 - Produção agrícola em Joinville

Fonte: Fundação Municipal de Desenvolvimento Rural 25 de Julho – 2008

Destaca-se, também, em terrenos de produção rural, a piscicultura que se encontra em franco desenvolvimento, caracterizando Joinville como o maior produtor de pescado de água doce do Estado, contando com 2 estações de produção de alevinos. O turismo rural também é promovido no município, com foco na Estrada Bonita e na Região do Piraí, com a Floresta Atlântica Tropical e a Encosta da Serra do Mar, aumentando a renda do agricultor, assim como a indústria artesanal de alimentos.

ÁREAS	UNIDADES	EMPREGOS DIRETOS	PRODUÇÃO ANUAL (TON)
Panificação (pães, bolachas, cucas, bolos) Massas	11	40	225,9
Derivados de vegetais (geléias, doces, conservas, compotas, pré-processamento de aipim)	11	25	218,70
Derivados de cana-de-açúcar (melado e musse)	10	40	241,83
Derivados de leite (iogurte, queijo, nata, manteiga e kochkäse)	02	10	3,6
TOTAL	34	115	390,03

Tabela 06 - Agroindústria artesanal de alimentos

Fonte: Fundação Municipal de Desenvolvimento Rural 25 de Julho – 2008

A zona Industrial Norte, aprovada em 1973 pela Lei n. 1.262 e posteriormente instituída pela Lei n. 1.411 de 1975, consolidou-se com a criação em 1979 do Distrito Industrial de Joinville. Atualmente conta com 38 indústrias que geram 18 mil empregos diretos, destacando-se a produção nos setores metalmeccânicos, têxtil e

de plásticos. Ressalte-se que somente a cidade é responsável por 20% das exportações de Santa Catarina.

Terceiro pólo industrial da região Sul, com volume de receitas geradas aos cofres públicos inferior apenas às capitais Porto Alegre (RS) e Curitiba (PR), Joinville figura entre os quinze maiores arrecadadores de tributos e taxas municipais, estaduais e federais. A cidade concentra grande parte da atividade econômica na indústria - que gera um faturamento de US\$ 14,8 bilhões por ano - com destaque para os setores metalmeccânico, têxtil, plástico, metalúrgico, químico e farmacêutico. O Produto Interno Bruto per capita de Joinville também é um dos maiores do país, em torno de US\$ 8.456 por ano. (IPPUJ, 2008, p. 14)

Atualmente, a cidade conta com 48 escolas estaduais, 139 escolas municipais e 175 particulares, sendo que existem ainda 57 unidades para o ensino profissionalizante e 27 instituições destinadas ao ensino técnico, além de 12 dedicadas ao ensino superior. Segundo IPPUJ, 66% dos professores (2.178) possuem pós-graduação, e 18% nível superior na rede municipal de ensino.

REDE	ÁREA	Creche	C EI	Ensino Fund.	Ensino Médio	Ensino Superior	Jardim Infância	Total Rede*
ESTADUAL	URBANA	-	4	43	43	1	-	48
RURAL		-	-	-	-	-	-	-
MUNICIPAL	URBANA	-	-	55	57	-	-	112
RURAL	-	-	-	27	-	-	-	27
PARTICULAR	URBANA	9	88	57	10	11	-	175
RURAL		-						
TOTAL TIPO	9	147	184	53	12	362		

Tabela 07 - Número de escolas públicas em Joinville

Fonte: Secretaria Municipal de Educação / SINPRONORTE 2008

No total, são atendidos 164.538 estudantes nas escolas estaduais, municipais, particulares e de ensino superior. Sobre a quantidade de cursos, os estabelecimentos de ensino superior oferecem 106 cursos, os de ensino profissionalizante 232 cursos e do ensino técnico 68 cursos, como mostra a tabela a seguir.

ANO	REDE DE ENSINO	EDUCAÇÃO INFANTIL	ENSINO FUNDAMENTAL	EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	ENSINO MÉDIO REGULAR PROFISSIONALIZANTE	TOTAL
				FUNDAMENTAL MÉDIO		
2003	ESTADUAL	2.039	23.027	3.247	20.604	52.805
				3.888		

	MUNICIPAL	4.296	46.341	8.469 -	-	59.106
	PARTICULAR	6.067	7.230	348 1.917	7.898	23.460
	TOTAL	12.402	76.598	12.064 5.805	28.502	135.371
2004	ESTADUAL	1.948	21.844	4.839 5.687	21.535	55.853
	MUNICIPAL	4.649	46.154	8.284 -	-	59.087
	PARTICULAR	6.190	7.115	259 2.035	8.529	24.128
	TOTAL	12.787	75.113	13.382 7.722	30.064	139.068
2005	ESTADUAL	1.925	20.830	2.159 4.760	20.976	50.650
	MUNICIPAL	5.064	46.577	6.903 -	-	58.544
	PARTICULAR	6.534	7.102	217 1.598	9.519	24.970
	TOTAL	13.523	74.509	9.279 6.358	30.495	134.164
2006	ESTADUAL	1.736	20.430	1.988 5.511	19.289	48.954
	MUNICIPAL	6.848	48.071	6.231 -	-	61.150
	PARTICULAR	7.485	7.305	375 1.489	9.690	26.344
	TOTAL	16.069	75.806	8.594 7.000	28.979	136.448
2007	ESTADUAL	1.384	19.966	1.245 3.787	17.424	43.806
	MUNICIPAL	7.359	47.515	6.489 -	-	61.363
	PARTICULAR	8.305	8.141	237 1.260	9.329	27.272
	FEDERAL	-	-	- -	181	181
	TOTAL	17.048	75.622	7.971 5.047	26.934	132.622

Tabela 08 - Número de alunos nas escolas públicas e particulares em Joinville
 Fonte: Secretaria Municipal de Educação/ INEP - Censo Educacional 2007

A rede municipal de ensino ainda oferece alguns programas para melhorar e ampliar a qualidade e a formação dos alunos, tais como: “Programa Escola Campeã” presente em 51 unidades escolares; “Formação dos profissionais em Educação”; “Programa Leia Joinville” com 28 praças de leitura; “Programa de Informática Pedagógica”; Oferta do ensino de língua Estrangeira como o inglês a partir da 2ª série do Ensino Fundamental em todas as escolas; Ensino do idioma alemão na Escola Municipal Agrícola Carlos Heins Funke e do italiano e francês nas escolas-pólo; “Programas Cantando e Dançando na Escola”; 8 escolas de período integral; “Superação Jovem”, “Caráter Conta” presente em 19 escolas, beneficiando 9.762 alunos; Avaliação Nutricional realizada de fevereiro a novembro nas escolas; Programa de Prevenção em Saúde; Programa Mama Nenê e o APOMT – Aviso por

maus tratos, com 28 encaminhamentos ao Conselho Tutelar e, por fim, o Programa Saúde Escolar.

Dos programas que garantem a permanência do aluno na escola contando com aprendizagem de qualidade registram-se os “Núcleos de Atendimento” (NAPES) e as “Salas de Recursos” para atender os alunos portadores de necessidades educativas especiais; reforço escolar para alunos com dificuldade de aprendizagem com alimentação, uniforme e material escolar gratuito e, por fim, o Programa de Combate à Evasão Escolar, atendendo crianças e adolescentes de 7 a 18 anos, com vistas a garantir sua permanência na escola até que concluem o ensino fundamental.

Cabe aqui observar que todos os programas/projetos da Secretaria de Educação de Joinville aplicam-se em alguma medida aos jovens da pesquisa (15 a 29 anos). No entanto, não há informações suficientes para diagnosticar esse atendimento. Além disso, essa secretaria não respondeu à Coordenação de Políticas Públicas para a Juventude, do gabinete do Vice-prefeito quando solicitados, via ofício, para informar sobre as iniciativas voltadas à juventude.

Na área da saúde, Joinville conta com 8 hospitais, 5 pronto-socorros, 4 pronto-atendimentos 24 horas, 4 pronto-atendimentos ambulatorial, 27 postos de saúde. Neles, 300 médicos trabalham pelo SUS, 1.319 médicos atuando no município de maneira particular, 144 dentistas também pelo SUS, 551 dentistas particulares e 719 consultórios especializados, dentre os quais se encontram os públicos e privados. Do total, são destinados 26% do orçamento do município para a saúde.

A tabela a seguir evidencia os profissionais que atuam na área da saúde, em Joinville.

FORMAÇÃO	QUANTIDADE
Médico	300
Odontólogo	144
Fisioterapeuta	6
Fonoaudiólogo	11
Enfermeiro	133

Auxiliar de Enfermagem	267
Farmacêutico/Farmacologista	16
Médico Veterinário	05
Nutricionista	04
Psicólogo	35
Terapeuta Ocupacional	19
Assistente Social	16
Agentes de Saúde	859
Biomédico/Bioquímico	16
Técnico em Enfermagem	89
Outros técnicos	31
Outros profissionais da área	398
Total	2.346

Tabela 09 - Número de profissionais atuando na área da saúde pública (SUS) em Joinville
 Fonte: Secretaria de Gestão de Pessoas /Secretaria Saúde – 2008/01

No atendimento social, Joinville oferece os Centros de Educação e Recreação Juvenil - CERJ; Programa Adolescente Cidadão que neste ano passou a chamar-se Programa de Iniciação Desportiva - PID; Programa de Orientação e Apoio Sócio-familiar - POASF; Abrigo Transitório (cujo nome correto é “Abrigo Infanto-Juvenil de Joinville”); Programa de Medidas Socioeducativas; Programa SENTINELA; Programa de Erradicação do Trabalho Infantil; Programa de Atendimento Emergencial – PLANTÃO; Programa Girassol; Programa Porto Seguro; Programa de Atendimento a Mulheres Vítimas de Violência; Centro de Referência e Assistência Social; Centro de Referência do Idoso “Casa Viva”; Programa de Atendimento a Pessoas Portadoras de Deficiência e o Programa Benefício de Prestação Continuada/BPC (BPC 412).

Os conselhos setoriais vinculados à Secretaria de Ação Social são 8: Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, Conselho Tutelar, Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência - COMDE, Conselho Municipal dos Direitos do Idoso - COMDI, Conselho Municipal dos Direitos da Mulher - CMDM, Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional - COMSEAN e o Conselho Municipal do Programa Bolsa Família.

As atividades culturais de Joinville ficam a cargo da Fundação Cultural de Joinville que oferece dentre outros atrativos o Museu “Casa Fritz Alt”; Museu da Indústria; Arquivo Histórico de Joinville; Museu Arqueológico de Sambaqui - MASJ; Museu da Bicicleta - MUBI; Museu de Arte de Joinville - MAJ; Museu da Fundação

Tupy; Museu Nacional do Bombeiro; Museu Nacional de Imigração e Colonização; Cidadela Cultural Antártica; Escola de Balé Bolshoi; Casa da Cultura Fausto Rocha Junior e o Cemitério do Imigrante. A tabela a seguir evidencia a infraestrutura de turismo, eventos e lazer de Joinville. (IPPUJ, 2008, p. 129)

DESIGNAÇÃO	CARÁTER	NÚMERO
TURISMO		
Bares, Restaurantes e Similares	Privado	893
Hotéis	Privado	58
Parques ecológicos	Público	4
EVENTOS		
Centreventos	Público	1
Centro de Convenções	Público	2
Centro de Convenções	Privado	27
Mini Centreventos	Público	15
LAZER		
Cinemas (salas)	Privado	7
Cinemas	Público	1
Clubes e recreativas classistas	Privado	52
Danceterias	Privado	21
Marinas	Privado	3
Motéis	Privado	33
Praças e áreas de Lazer	Público	81
Salões de Dança	Privado	21
ESPORTE		
Academias de Dança e Ginástica	Privado	50
Academias de Judô	Privado	2
Clubes de Golfe	Privado	1
Clubes de Tiro	Privado	3
Estádios de Futebol	Privado	2
Estádios de Futebol	Público	1
Campos de Futebol	Privado	36
Ginásios de Esportes	Privado	31
Ginásios de Esportes	Público	3
Pistas de atletismo	Privado	9
Pistas de Bolão	Privado	45

Tabela 10 - Infraestrutura de turismo, eventos e lazer de Joinville
 Fonte: Diversos órgãos de informações/ PMJ Setor de Alvará

A cidade ainda conta com bares, restaurantes, hotéis, parques ecológicos, centreventos, centro de convenções, cinemas, clubes e recreativas, danceterias, marinas, praças e áreas de lazer, salões de dança, academias de dança e ginástica, estádios e campos de futebol, também demonstrados na tabela 10.

No que diz respeito à segurança pública de Joinville, a cidade conta com 6

delegacias de polícia civil, além das especializadas: Delegacia Circunscrição de Polícia, CIRETRAN (DETRAN), Instituto Médico Legal, Presídio Público, Delegacia de Furtos/Roubos de Veículos, Delegacia de Trânsito e a Delegacia de Proteção à Mulher, Criança e Adolescente. A Polícia Militar conta com 49 oficiais, 66 subtenentes e sargentos e 799 cabos e soldados.

O 62º Batalhão de Infantaria que representa o exército brasileiro em Joinville possui um corpo efetivo de 1.086 militares dentre eles oficiais, subtenentes e sargentos, cabos e soldados.

Ainda se referindo à segurança, o município conta com a Sociedade Corpo de Bombeiros Voluntários de Joinville (SCBVJ) distribuídos em 10 unidades operacionais instaladas nos bairros: 2 unidades no Centro, Distrito Industrial, Guanabara, Iririú, Boa Vista, Floresta, Distrito Industrial, Pirabeiraba, Vila Nova e Aventureiro e conta com um corpo efetivo de 1645 bombeiros voluntários, voluntários – banda e efetivos, incluindo os bombeiros mirins não operacional (10 a 14 anos). Conta também com: Guarda Municipal, Polícia Federal, Defesa Civil e os Conselhos Comunitários de Segurança - CONSEG.

Os indicadores sociais da cidade, incluindo-se 20 emissoras de rádio e televisão, 8 jornais que circulam pela cidade e 6 bibliotecas, entre públicos e os privados são demonstrados na Tabela 11.

ÍNDICE	VALORES
Cobertura vacinal básica*	111%
Domicílios com coleta de lixo	129.700
Domicílios com telefone	126.769
Domicílios ligados à rede de água.	141.958
Domicílios ligados à rede de esgoto.	17.459
Domicílios ligados à rede de energia elétrica	148.768
Empregados com carteira assinada	143.391
Leitos hospitalares p/mil hab.	1,7
Bibliotecas públicas	6
Emissoras de rádio	9
Emissoras de televisão	11
Jornais em circulação	8
Espaços culturais e museus	12
Teatros	2
Comércio varejista de grande porte	22
Indústria de grande porte **	20
Estádios esportivos	3
Nº de assentos nos estádios	30.500
Área centro de congressos / feiras	36.851 m ²
Terminais telefones públicos	3.413
Veículos p/mil hab.	2,03
PIB per capita (R\$ 1,00 hab.)	R\$ 18.786,00

Tabela 11 - Indicadores sociais de Joinville

Fonte: Diversos órgãos de informações 2008

* o percentual de vacinas se deve ao fato de pessoas de outras cidades utilizarem o serviço em Joinville.

**acima de 1000 empregados

Índices de Qualidade de Vida dos joinvilenses, conforme o IPPUJ:

Unidades Ambulatoriais	55
Consultórios Especializados	719
Médicos município	1319
Dentistas município	551
Leitos Hospitalares	1,129/1000
Consultas Médicas	57651
Agentes de Saúde	859
Longevidade	0,85(alto *IDH)
Baixo peso ao nascer (<2,3 quilos)	7,5
Mortalidade geral	4,6
Hospitais/PA	11
Laboratórios	76
Enfermeiros município	1160
PSF	33
Esperança de Vida ao Nascer	73,44
Mortalidade infantil	7,4/1.000

Tabela 12 - Índice de qualidade de vida de Joinville

Fonte: Diversos órgãos de informações – 2008 (*Índice de Desenvolvimento Humano)

Outros dados fornecidos pelo Instituto dão conta que em Joinville há 40 sindicatos de empregados, 33 sindicatos de empregadores, 242.851 mil veículos automotores, 134.196 usuários do transporte coletivo e 10 estações da cidadania que interligam o transporte de passageiros do centro da cidade para os bairros.

Contrastando com os dados positivos acima apresentados, Joinville apresenta também índices de criminalidade entre crianças e jovens. Conforme dados apresentados pelo Fórum da Comarca de Joinville, através da Vara da Infância e da Juventude, tramitam atualmente 251 processos de Execução de Medida Sócio-Educativa, sobre adolescentes em conflito com a Lei. Além disso, tramitam ainda 73 processos de averiguação de atos infracionais. Por fim, existem 94 crianças e adolescentes abrigados na faixa etária de 0 a 17 anos de idade e 03 jovens entre 18 e 21 anos.

2.1 Programas para jovens em Joinville

Apesar de haver vários programas/projetos para a Juventude, em Joinville, eles estão dispersos em relação a diferentes órgãos municipais e o acesso a informações sobre eles demandou diferentes solicitações e um tempo razoável para obtê-los.

No dia 16 de março do corrente ano foi entregue uma carta de apresentação da mestrandia à Coordenação de Políticas Públicas para a Juventude de Joinville que fica sob responsabilidade do gabinete do Vice-prefeito da cidade, solicitando o acesso às propostas de ações para juventude do município, bem como demais informações sobre funcionamento e dinâmica dessas iniciativas, desde sua instalação até os dias atuais, além do número de funcionários e jovens envolvidos.

Em abril do mesmo ano foram entregues à mestrandia alguns dados sobre programas/projetos para a juventude de Joinville, pela Coordenação de Políticas para Jovens. Destaca-se ainda que a Fundação Cultural de Joinville respondeu pelo ofício nº. 493/2009 para esta Coordenação, que atende a todos os públicos, incluindo o jovem, mas não citou o nome de algum projeto ou programa desenvolvido, apenas informou que está “estudando a possibilidade reforçar os trabalhos já desenvolvidos e implementar novos projetos voltados para esse tema”.

Já a Secretaria de Saúde de Joinville enviou uma planilha, também para a Coordenação de Políticas de Juventude, com o resultado agrupado por regional de saúde sobre a população por faixa etária. O resultado populacional de jovens entre 15 e 29 anos na cidade, segundo essa planilha é de 143.041, ou seja, 7.212 jovens a mais que o cálculo do IPPUJ. Essa planilha conta com informações alimentadas pelos programas Estratégias Agentes Comunitários de Saúde - EACS; Estratégia Saúde da Família - ESF e Rede de Atenção Básica da Secretaria de Saúde de Joinville.

A Fundação de Esportes, Lazer e Eventos de Joinville - FELEJ enviou o ofício n. 024/09 informando sobre a existência do PID, que será um dos programas analisados nesta pesquisa e estará descrito adiante. Para finalizar, a Secretaria de Assistência Social de Joinville é o setor público que tem mais projetos e programas que contemplam o público jovem. Foram 4 projetos/programas informados, sendo eles: Abrigo Infante-Juvenil de Joinville; CERJ's; Eco-Cidadão e Projeto Pelotão

Mirim. Os programas/projetos serão descritos mais detalhadamente adiante, para melhor constatação iniciando pelo PID da FELEJ e seguidos dos programas da Secretaria de Assistência Social de Joinville.

O Fórum da Comarca de Joinville, através da Vara da Infância e da Juventude, especialmente o setor de mediação, enviou alguns dados sobre os jovens atendidos por esse órgão: existem atualmente 251 processos em Execução de Medida Sócio Educativa envolvendo crianças e adolescentes de 0 a 17 anos em conflito com a Lei. Também tramitam nessa Vara, 73 processos de averiguação de atos infracionais. Além disso, existem 94 crianças e adolescentes abrigados na faixa etária de 0 a 17 anos e 03 jovens entre 18 e 21 anos, também em situação de abrigo.

2.2 Fundação de Esportes, Lazer e Eventos de Joinville – FELEJ: o Programa de Iniciação Desportiva – PID

O Programa de Iniciação Desportiva - PID é de execução do Município de Joinville por meio da FELEJ e tem coordenação do Departamento de Iniciação Esportiva que pertence à mesma fundação de esportes⁸. Possui uma equipe de 133 profissionais envolvidos, dentre esses 06 profissionais compoem a equipe administrativa, 01 coordenador do programa, 03 supervisores gerais, 20 supervisores de modalidade e 104 monitores/professores para atender a uma estimativa de 9.000 participantes de 5 a 16 anos em Joinville.

Os jovens que frequentam o Programa e que se encontram na faixa etária destinada as políticas de juventude e também da presente pesquisa (entre 15 e 29 anos) somam um total de 436 jovens; dos quais 313 são do sexo masculino e 123 do sexo feminino.

O programa oferece 17 modalidades esportivas, mas nem todas essas modalidades são frequentadas por jovens na idade pesquisada, ou seja, entre 15 e 29 anos. Apenas as modalidades de Atletismo, Basquete, Futebol, Futsal, Handebol, Karatê, Punhobol, Tênis de mesa, Voleibol de quadra e voleibol de praia podem ser encontrados os jovens entre 15 e 16 anos.

⁸ Apesar de solicitado, não foram informados dados referentes ao orçamento financeiro do Programa de Iniciação Desportiva.

As atividades esportivas acontecem em 98 locais da cidade, distribuídos em 32 bairros, isso é, o Programa não acontece em todos os espaços de Joinville. Os locais são em escolas municipais e estaduais, CEI's, associação de moradores, clubes, recreativas, academias, universidades, dentre outras. Com duração máxima de 1 hora por dia, 2 ou 3 vezes na semana, as aulas acontecem de acordo com a modalidade oferecida, ressaltando-se que nem todas as modalidades seguirão essa regra, com período de duração de março a novembro de cada ano.

Com o objetivo de garantir o acesso gratuito em diferentes modalidades esportivas às crianças e adolescentes entre 5 e 16 anos com a finalidade de incluí-los socialmente, o Programa atende ao maior número de jovens no município de Joinville, dentre todas as iniciativas pesquisadas. Além disso, o PID cria oportunidade para prática esportiva visando o bem-estar e a qualidade de vida, incentiva a socialização e integração pela prática do esporte. Também através do PID, conforme material fornecido, praticando esporte os jovens afastam-se de situações de vulnerabilidade sociais, ofertando atividades esportivas na maioria dos bairros da cidade e, por fim, permite que instituições públicas e privadas possam trabalhar com crianças e adolescentes de Joinville, incluindo-os socialmente.

2.3 Programas/projetos da Secretaria de Assistência Social de Joinville

O Abrigo Infante-Juvenil de Joinville situa-se à rua Padre Kolb, 1449, no Bairro Anita Garibaldi, em Joinville. Dentre os profissionais do Abrigo encontram-se um Coordenador, um Assistente Social, um Psicólogo, um Pedagogo, que são funcionários concursados pelo município (efetivos), além disso, 25 Educadores Sociais trabalham como contratados através de Processo Seletivo (CLT). Apenas o Coordenador do Abrigo recebe gratificação remunerada por responder pelo cargo⁹.

A instituição trabalha com o Serviço de Proteção Social Especial de Alta Complexidade atendendo como medida de proteção crianças e adolescentes de 07 a 18 anos de ambos os sexos do município e oferece 20 vagas: 16 para o público

⁹ Apesar de solicitado, não foram informados dados referentes ao orçamento financeiro do Abrigo Infante Juvenil de Joinville.

joinvilense e quatro para vagas de recâmbio¹⁰. Atualmente abriga quatro meninos entre 15 e 17 anos e duas meninas também entre 15 e 17 anos.

O público atendido no Abrigo é constituído de crianças e adolescentes com direitos violados, que foram retirados temporariamente do convívio familiar para garantir sua proteção, conforme prevê o ECA, Lei n. 8.069 de 13 de julho de 1990. O abrigo possui 2 quartos para meninos e 1 quarto para meninas. Cabe informar que estão sendo tomadas as providências para mudança de endereço, instalando-se no bairro Escolinha, onde contarão com 2 quartos para cada gênero, ou seja, contarão com mais espaços para atender a clientela. Conforme o texto informado, a missão do Abrigo é,

Acolher em medida de proteção a criança e o adolescente, proporcionando atendimento integral e acompanhamento familiar, zelando por seus aspectos físicos, psicológicos e sociais, contribuindo assim para a construção de um desenvolvimento continuado educando o adolescente como um todo, para uma sociedade como um todo. (ABRIGO INFANTO-JUVENIL DE JOINVILLE)

Ainda segundo o documento enviado pela Secretaria, os profissionais trabalham no sentido de desenvolver no adolescente abrigado a responsabilidade de ir a escola diariamente e também instigar o desejo pelo trabalho que resultaria no exercício da cidadania com dignidade, reforçando os laços familiares, avaliando seu comportamento visando sua integração ao convívio social.

São dois os Centros de Educação e Recreação Juvenil - CERJ's e estão instalados nos bairros Escolinha (zona sul de Joinville) e Jardim Paraíso (zona norte de Joinville). No primeiro bairro, o Programa conta com 6 educadores e no segundo são 5 educadores. Também no primeiro bairro são oferecidas atividades de artesanato, reciclagem, roda de cultura e teares. Já no segundo, as atividades são artesanato, contação de história, macramê e música. Todas as 2 unidades contam com 4 propostas de atividades aos educandos.

O CERJ é um programa socioeducativo cujo objetivo, de acordo com o material fornecido pela Secretaria de Assistência Social, é “contribuir com a formação de cidadania e inclusão social (escola, vida familiar e comunitária) dos educandos atendidos e suas famílias”. Dentro desse objetivo, atende crianças e

¹⁰ As vagas de recâmbio atendem os jovens que não moram em Joinville, mas que de alguma forma são encontrados “perambulando” pela cidade e destina-se a enviá-los imediatamente para a cidade de origem.

adolescentes entre 12 e 18 anos no contraturno escolar, nos períodos matutino e vespertino, de 2ª a 5ª feira, pois na 6ª feira os educadores planejam as atividades e também acontece o serviço interno do Programa. Além de almoço, é oferecido lanche para os educandos nos dois períodos oferecidos pelo Programa.

Existe um cronograma semanal de atividades e todos os educandos devem participar das atividades propostas pelos educadores, conforme salienta o material fornecido para a pesquisa. Ainda informa que não é realizada atividade escolar, apenas oferece espaços para “oficinas pedagógicas”. Os grupos de trabalho acordam suas regras de funcionamento e quando existe alguma alteração dessa norma acontece o registrado nas fichas de avaliação.

O material fornecido pela instituição ainda informa que não é permitido ao educando ausentar-se das unidades sem autorização dos educadores, pais ou responsáveis; também não é permitida a entrada de “objetos perigosos e estranhos” para as atividades propostas; nem tampouco é permitido o uso de aparelho celular durante essas ações, tanto para educandos quanto para educadores; o Programa não se responsabiliza por perdas ou danos de materiais trazidos pelos educandos; o atraso às aulas será tolerado com justificativas, “devendo o educando pegar autorização na Secretaria para frequentar as atividades do dia” e o educando deverá portar roupas adequadas às atividades recomendadas.

O CERJ é considerado um espaço público compartilhado, e define as seguintes orientações:

No CERJ deverá prevalecer o direito público dos atos e restrição a condutas que causam constrangimentos às pessoas que compartilham desse espaço, tais como o namoro, o uso de celulares, o uso de objetos perigosos ou prejudiciais às atividades socioeducativas. Desta forma, compreende-se que o namoro é uma atividade privadas, não permitida no CERJ. (CENTRO DE EDUCAÇÃO E RECREAÇÃO JUVENIL)

Outro programa da Secretaria de Assistência Social é o Programa Eco-Cidadão que existe há 10 anos em Joinville. É um programa desenvolvido em parceria com a Associação de Servidores Públicos Municipais, oferecendo espaços para a realização das atividades de recreação e esporte semanais. Além da referida parceria, conta com a participação da Fundação Municipal de Esporte (que disponibiliza profissionais que atuam em atividades específicas); Secretaria de Administração e Gestão de Pessoas da Prefeitura Municipal de Joinville (fornece 20 cestas básicas para as famílias dos adolescentes atendidos no Programa); Casa

Brasil (oferece local, profissionais e atividades direcionadas); Associação 25 de Julho; Fundação Municipal Albano Schmidt - FUNDAMA; Companhia de Desenvolvimento e Urbanização de Joinville - CONURB e Águas de Joinville – Companhia de Saneamento Básico.

O Eco-Cidadão é voltado ao público de crianças e adolescentes entre 14 e 18 anos de idade que frequentem o turno vespertino escolar e que residam em Joinville. As atividades do Programa acontecem no período matutino de 3ª a 6ª feira, pois na 2ª feira os educadores realizam pesquisas, estudos, consultas e encaminhamentos.

Os educandos devem realizar a inscrição para o programa na Secretaria de Assistência Social, especificamente no Programa de Geração e Renda, e a seleção dos participantes é realizada pelo Setor Sócioeducativo dessa Secretaria, por Assistentes Sociais que consideram como critérios de seleção a frequência escolar, a renda familiar (que não ultrapasse meio salário mínimo) e a situação de risco social. O Programa atende anualmente 80 educandos num período de 4 meses por turmas de 40 alunos cada.

O Programa tem como objetivo:

Atender adolescentes em situação de risco através de vivências educativas não escolarizantes, que trabalhem noções de cidadania e preservação do meio ambiente com atividades de informática, dinâmicas de grupo, palestras, práticas de jardinagem, reaproveitamento de alimentos, apresentação de filmes e documentários. (PROGRAMA ECO-CIDADÃO)

Além de contribuir para a formação social do adolescente, ainda problematiza o tema sobre preservação ambiental, permite que os jovens experienciem vivências de qualidade, oferece atividades educativas além das ofertadas na escola, trabalha com os pais questões complexas como drogas, sexualidade, violências, dentre outras, oferece oficinas educativas de informática, prática esportiva, reaproveitamento alimentar, leitura direcionada etc.

O Programa ainda tem como objetivo atender adolescentes que estejam vivendo algum tipo de vulnerabilidade social, permitindo que se construam enquanto cidadãos responsáveis e sujeitos que participem da preservação do meio ambiente. A equipe de trabalho do Eco-Cidadão é formada por Assistente Social, Psicólogo e Pedagogo, além dos educadores sociais, coordenação e gerência.

O projeto Pelotão Mirim, por sua vez, tem como parceiros, além da Secretaria de Assistência Social de Joinville, a Associação Collon de Judô; o Instituto “A fonte

da Alegria” (através do Laboratório Catarinense) e o 62º Batalhão de Infantaria Francisco de Lima e Silva.

Embora atenda a crianças e adolescentes entre 12 e 14 anos do sexo masculino, e não se enquadre no que se convencionou para esta pesquisa, que são as políticas para jovens entre 15 e 29 anos de idade em Joinville, será apresentado, uma vez que atende igualmente o público infanto-juvenil.

Seus participantes devem estar envolvidos em situação de vulnerabilidade social de baixa renda, devendo o projeto garantir “sua proteção e cuidados necessários para seu bem estar, levando em consideração seu desenvolvimento pessoal, bem como o conhecimento de seus direitos e deveres” (PROJETO PELOTÃO MIRIM). O material fornecido para a pesquisa ainda aponta que o público-alvo do Projeto são adolescentes encaminhados pelos órgãos da rede de ensino e de assistência do município, citando o Conselho Tutelar, escolas, comunidade, programas da Secretaria de Assistência Social de Joinville, dentre outros.

Promove vivências grupais comunitárias cotidianas dentro das instalações do exército em Joinville. Orienta quanto às questões de higiene, hábitos e normas de convivência sociais. Oportuniza a melhoria dos estados físico e mental através de iniciativas de esporte, cultura e recreação. Permite a iniciação e a continuidade da formação escolar quando realiza o apoio escolar aos participantes. Fortalece o convívio familiar, aprimorando mecanismos para isso e, por fim, o Projeto, por meio do trabalho, desperta o valor do trabalho em grupo, conforme material fornecido para a pesquisa.

As atividades são realizadas nas dependências do 62º Batalhão de Infantaria Francisco de Lima e Silva, em Joinville. Segundo informações do projeto, em 1998 foram atendidos 15 adolescentes, em 1999 o projeto conseguiu receber 25 jovens e desde 2000 participam 30 alunos, anualmente. Para o preenchimento da ficha de identificação são exigidos a Certidão de Nascimento ou Identidade do adolescente, comprovantes de residência, comprovante de matrícula no período matutino, comprovante de renda dos pais ou responsáveis e número de telefone para contato.

Dos critérios para a participação dos adolescentes no Projeto Pelotão Mirim, faz-se necessário que sejam do sexo masculino, que estejam matriculados e frequentando a escola pela manhã, que tenham entre 12 e 14 anos de idade, não

estejam envolvido em atos infracionais e o projeto prioriza famílias com renda *per capita* de até meio salário mínimo.

O adolescente selecionado para o Projeto Pelotão Mirim recebe: 2 vales transportes para seu deslocamento diário, 1 mochila, 2 camisetas com manga curta, 2 camisetas regatas para educação física, 1 bermudão, 2 calças compridas, 1 short para educação física, 2 pares de tênis, 1 par de chinelos para o banho, 1 jaqueta de nylon, 1 escova de dente, 1 creme dental, 1 sabonete com saboneteira, 2 pares de meia, 2 cuecas, 2 toalhas de banho.

O projeto acontece no período de março a novembro de cada ano das 13h20min às 17h00min horas, de 2ª a 5ª feira no 62º Batalhão de Infantaria de Joinville. O projeto ainda realiza um trabalho com os pais, por meio de reuniões mensais, visitas domiciliares, eventos e encaminhamentos, dentre outros citados pelo material fornecido para esta pesquisa.

A equipe do Projeto Pelotão Mirim é composta por Coordenador, Educador, Psicólogo, Pedagogo, Assistente Social, além dos profissionais indicados pelos parceiros do projeto Eco-Cidadão citados anteriormente.

Das oficinas oferecidas no Projeto estão: orientação escolar, mecânica, elétrica, informática, nós e amarrações, hinos e canções, homenagens, visitas e passeios, pesquisas, palestras sobre temas diversos, afetividade, lealdade, responsabilidade, família, combate a incêndio, treinamento físico militar, higiene corporal e do ambiente, alimentação, vídeos, pista de orientação, normas do programa. Também são realizadas reuniões nas quais são discutidos temas afins, formaturas de ingresso e encerramento no programa, encaminhamentos a psicólogos, médicos, dentistas, dentre outros profissionais e avaliações.

Conforme levantamento de dados no documento intitulado Joinville em Dados do IPPUJ, no que se refere aos programas existentes na Secretara de Assistência Social o referido texto ainda apresenta os programas:

- Programa de Orientação e Apoio sócio-familiar – POASF, com 528 atendidos e 182 famílias beneficiadas;

- Programa de medidas socioeducativas no quesito prestação de serviço à comunidade no qual foram realizados 50 atendimentos, 50 famílias beneficiadas e 26 demandas reprimidas;

- Liberdade Assistida, registrando 82 atendimentos, 82 famílias beneficiadas e 34 demandas reprimidas;

- Programa Sentinela, no qual aconteceram 100 atendimentos e 56 famílias beneficiadas;
- Programa de Erradicação do trabalho infantil – PET, com 271 famílias e 551 crianças e adolescentes atendidos;
- Programa de atendimento emergencial – PLANTÃO, com 572 atendimentos;
- Programa Girassol, registrando 200 atendidos;
- Programa Porto Seguro, com 398 atendimentos realizados;
- Programa de atendimento a mulheres vítimas de violência com registro de 95 atendimentos e 28 encaminhamentos para a Casa Viva Rosa;
- Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, que registra 1.000 famílias atendidas por ano no bairro Jardim Paraíso e também 1.000 famílias atendidas por ano no bairro Parque Joinville;
- Centro de Referência do Idoso “Casa Viva”: 500 famílias beneficiadas no Acolhimento e Referência Social ao Idoso e 40 famílias beneficiadas no Projeto Integrando e Valorizando o idoso, 25 atendimentos no Projeto Exercitando a 3ª Idade e 70 grupos de convivência com 2.903 idosos participantes;
- Programa de atendimento a pessoas portadoras de deficiência com 1.187 famílias cadastradas;
- Projeto Vivência e Construção com 30 famílias beneficiadas;
- Programa Benefício de Prestação Continuada – BPC, com 412 beneficiários acompanhados na revisão do BPC.

Vale destacar que esses programas podem atingir tangencialmente a categoria pesquisada (jovens entre 15 e 29 anos). No entanto, não foram recebidos mais detalhes como objetivos do programa, recursos financeiros destinados, funcionários trabalhando etc. Além dos listados, a Prefeitura também registra, através de gestão compartilhada com organizações não governamentais, o Albergue do Peregrino Marta e Maria, Renascer e Lar Abdon Batista, mas que foram apenas citados no referido documento, sem mais informações a respeito.

3 O ABRIGO INFANTO-JUVENIL DE JOINVILLE: CONDIÇÕES DE FUNCIONAMENTO E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DOS PROFISSIONAIS E USUÁRIOS SOBRE A REALIDADE EM ANÁLISE

O Abrigo Infante-Juvenil, de acordo com o Projeto Político Pedagógico - PPP fornecido pela Coordenação da instituição, presta atendimento a crianças e adolescentes de 7 a 18 anos sob medida de proteção pertencendo ao Serviço de Proteção Social Especial de Alta Complexidade em Joinville, desde que tenham seus direitos ameaçados ou violados como norma do ECA, necessitando serem afastados de seus familiares ou responsáveis.

Para a construção do Projeto Político Pedagógico do Abrigo Infante-Juvenil de Joinville foram utilizados os seguintes organismos de atendimento a crianças e adolescentes: ECA (Estatuto da Criança e do adolescente); CONANDA (Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do adolescente); NOB/SUAS (Norma Operacional Básica/Sistema Único de Assistência Social); PNCDCFC (Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária).

É oferecido um total de 20 vagas no Abrigo Infante-Juvenil de Joinville, 16 destinadas para atendimentos da própria cidade e 4 vagas destinadas a recâmbio¹¹ que são jovens que se encontram em Joinville por algum motivo, mas que não residem na cidade.

3.1 Histórico e condições atuais de funcionamento do Abrigo Infante-Juvenil de Joinville

Em 10 de março de 1989, sob a legislação do antigo “Código de Menores”, inaugurava-se em Joinville o Abrigo Infante-Juvenil ainda com base na metodologia de repressão e exclusão.

¹¹ É quando a criança ou adolescente permanecem em medida de proteção, sob os cuidados temporários do Abrigo, enquanto são providenciados, pelos Conselheiros Tutelares, junto a Vara da Infância e Juventude, os meios legais e necessários para o seu encaminhamento para a cidade de origem e/ou local em que tenham vínculos familiares. (PPP ABRIGO)

Nos anos de 2005 e 2006 o Abrigo foi dividido por gêneros, havia uma casa para atender as meninas e outra os meninos e conforme relato, a dinâmica funcionava de maneira adequada e também havia melhor qualidade no trabalho. Em janeiro de 2007 novamente juntaram o atendimento em uma única casa tanto para meninos quanto para meninas aumentando o número de atendimentos de 12 para 20 vagas, das quais 16 eram fixas e 4 recâmbios, como informado anteriormente.

O Abrigo apresenta uma situação delicada no que se refere aos abrigados, pois alguns apresentam casos psiquiátricos, casos em que fazem uso de substâncias psicoativas e outros sem perspectiva de desabrigamento por não existirem familiares vivos. A instituição concentra, ao mesmo tempo, Casa de passagem, abrigo e república, tornando o trabalho dos profissionais do Abrigo insuficiente no sentido de não haver possibilidade de tratamento dos casos citados senão com ajuda da rede municipal de assistência social.

Nesse sentido, foram desenvolvidas algumas iniciativas para atender a realidade do Abrigo. Assim, foram criados o Projeto Força Jovem, A Casa República, o CAPSI e CEPAD para tentar amenizar a problemática da instituição. Também foi firmada uma parceria entre o Abrigo e a Vara da Infância e Juventude de Joinville procedendo na resolução dos casos de maneira responsável e eficiente. Por fim, a notória participação do Ministério Público em paralelo ao Serviço social forense no acompanhamento do Projeto CELESC Adolescente Aprendiz em parceria com o CIEE¹² possibilitou a colocação no mercado de trabalho de alguns jovens abrigados.

Atualmente, com cerca de 150 metros quadrados, o Abrigo situa-se no bairro Anita Garibaldi, em Joinville sem identificação institucional, conforme determinação do CONANDA, destacando que nova sede será inaugurada no bairro Escolinha (apesar de não existir data definida). Existe 1 quarto para atender o público masculino e 2 para o feminino, além de se encaixar nos padrões de residência conforme especificação do Conselho (Item 3.2.1, 2008).

Contando com uma equipe de 25 profissionais (quadro defasado de funcionários), dentre contratados (celetistas) e concursados (efetivos), apenas o cargo de Coordenador recebe função gratificada, uma espécie de cargo

¹² O CIEE – Centro de Integração Empresa Escola desenvolve o Programa Adolescente Aprendiz com o objetivo de potencializar a inserção dos jovens de 14 e 24 anos, no mundo do trabalho e também viabilizar sua formação humana e profissional. Com princípios pautados na legislação que sanciona a Lei da Aprendizagem (10.097/2002). Ver mais em: www.cieesc.org.br. Acesso em 15 de novembro de 2009.

comissionado pela Prefeitura de Joinville. A equipe conta ainda com profissionais terceirizados para limpeza e segurança.

Como procedimento padrão no Abrigo Infanto-Juvenil de Joinville, durante o abrigamento deve-se considerar o que diz a Portaria n. 03/2009, notificar o abrigamento até o 2º dia útil ao Juiz de direito. Também pertence ao procedimento da casa o acolhimento inicial, que deverá ser feito de maneira afetuosa, permitindo nesse momento que possa conhecer os demais abrigados, as instalações físicas, bem como são registrados os pertences do novo abrigado e a situação de proteção, conforme especificado no 3.2.3 do CONANDA (2008). Além disso, apresentam-se as normas e rotinas da casa quanto à higiene, refeições, regulamentos, dentre outros.

Quanto às atividades pedagógicas, os abrigados frequentam a escola diariamente e são oportunizados cursos no contraturno escolar de modo que seja permitido às crianças e adolescentes da casa ampliar seu conhecimento em níveis de cultura, cidadania, projeto de vida, sexualidade, dentre outros. Existe ainda o acompanhamento e encaminhamento aos programas da rede municipal de assistência social de Joinville.

Já no que diz respeito às atividades de lazer, são oferecidos às crianças e adolescentes do Abrigo, desde momentos de vídeo e TV, sempre com programas voltados à idade adequada dos abrigados; passeios podem acontecer nos fins de semana, com horário para retornar, por adolescentes com idade acima de 14 anos e que tenham tido comportamento adequado durante a semana. Os menores de 14 anos somente saem acompanhados ou com termo de responsabilidade, isso vale também para os passeios noturnos e aqueles que envolvem pernoites.

Com respeito ao desligamento do abrigado, ele acontece de maneira gradativa sob a responsabilidade tanto da equipe de especialistas, quanto do Conselho Tutelar e do judiciário através da Vara da Infância e da Juventude de Joinville. E, num período de até 6 meses após o desligamento, faz-se necessário realizar o acompanhamento da criança e do adolescente no âmbito familiar pela rede de atendimento do município, conforme especifica o ECA.

A essência do papel da instituição, conforme seu PPP é fortalecer e restabelecer os vínculos familiares das crianças e adolescentes para que eles retornem de maneira segura aos seus lares, de modo que fiquem o menor tempo possível em situação de abrigamento, sempre envolvendo os órgãos ligados à

situação de abrigamento, quais sejam o Conselho Tutelar e a Vara da Infância e da Juventude de Joinville.

Os profissionais do Abrigo estabeleceram algumas metas que pretendem alcançar no ano de 2009, especificadas como: possibilitar que todos os abrigados estudem; construir parcerias para oferecer oportunidades de atividades para além das ofertadas na casa atualmente; prover atividades de caráter “artístico-cultural-esportiva” aos abrigados; permitir 2 vezes por ano momentos de integração para a equipe dos profissionais do Abrigo; mudar para a nova sede no bairro Escolinha; permitir que a Casa de passagem seja implantada separadamente do Abrigo; construir a biblioteca para a instituição instigando os abrigados à leitura; construção de salas adequadas ao trabalho dos especialistas (sala para o psicólogo, sala para o assistente social etc.), e, por fim, promover a discussão e (talvez) implantar a separação do Abrigo por gêneros.

Os adolescentes têm, por sua vez, algumas expectativas para melhorar o abrigo, segundo o PPP: aumentar o espaço físico, principalmente os quartos; destinar armários privativos; melhorar a oportunidade de atividades culturais e esportivas.

A rede de atendimento municipal cita como meta: atender individualmente crianças e adolescentes fora do abrigo; capacitar os profissionais da rede de atendimento a crianças e adolescentes por meio do estabelecimento de parcerias; estudar o apadrinhamento como forma de fortalecer os vínculos fora do abrigo; promover o protagonismo juvenil com o Programa de Educação para a Saúde Sexual em parceria com a Rede de Serviços; promover a garantia do direito a participação na construção de políticas públicas das crianças e adolescentes do Abrigo; desenvolver o projeto de educação em direitos humanos com a parceria da rede de Serviços; articular com a Rede de Serviços a necessidade de instigar o protagonismo juvenil como meio de incluir os abrigados enquanto cidadãos de direito; incentivar a colaboração dos profissionais do Abrigo com a Rede de Serviços, de garantia de direitos, de políticas públicas de modo a beneficiar o atendimento aos abrigados, e, por fim, construir um fluxograma que servirá de norte no atendimento a crianças e adolescente para toda a Rede de Serviços de Joinville.

Quanto ao regimento interno do abrigo, são 29 artigos embasados no ECA que estará disponível como anexo 5, no fim desta pesquisa.

A rotina da casa está assim exposta:

- 8 horas: despertar e organizar os quartos; 8:30: café da manhã; 9:30: acompanhamento escolar; 10:00: atividades pedagógicas; 11:00: livre (Som, T.V, jogos); 11:45: almoço; 13:30: livre (Som, T.V, jogos); 14:00: acompanhamento escolar; 15:30: café da tarde; 16:00: atividades esportivas; 17:30: banho; 18:30: livre; 19:30: jantar; 20:00: organização da cozinha; 20:30: atividades pedagógicas; 22:00: descanso.

Quanto às Normas e Procedimentos do Abrigo, encontram-se primeiramente descritos no PPP sobre a organização da casa. Devem participar na limpeza e organização da casa; manter limpo e organizado os quartos; cuidar dos pertences pessoais; respeitar a escala de limpeza e louça; manter o banheiro limpo e seco principalmente após o banho; respeitar o horário das refeições, bem como o momento de reflexão e oração.

Sobre seus objetos pessoais, o abrigado deve preencher corretamente a lista de pertences e manter os de maior valor sob responsabilidade da instituição; os objetos trazidos depois do abrigamento também devem ser de conhecimento da casa; não é permitido o uso de aparelho celular, ficando sob cuidado do abrigo; não é permitido negociar troca de roupas, objetos etc. entre abrigados; não é permitido utilizar, sem autorização, objetos dos colegas e, por último, conservar os produtos de higiene e limpeza fornecidos pela instituição.

A respeito de visitas e ligações de familiares: devem ser agendadas com a equipe de especialistas no abrigo durante a semana para verificar a possibilidade e as condições; serão autorizadas mediante contato ou visita do assistente social às visitas aos familiares e as ligações telefônicas também serão permitidas somente com autorização da equipe do abrigo e supervisão do educador de plantão.

No que se refere às saídas nos fins de semana serão permitidas para os maiores de 14 anos mediante avaliação do comportamento que o jovem teve durante a semana, mas existe horário definido para o retorno. Com respeito aos menores de 14 anos, saem apenas acompanhados com responsáveis. O abrigado, durante seu primeiro fim de semana na instituição, não exerce o direito de sair permanecendo na casa para avaliação do caso.

Conforme apresenta o PPP do Abrigo não é permitido o relacionamento entre os jovens no Abrigo, também se proíbem palavrões, fumar nas dependências da casa, sair sem autorização, depredar a instituição, entrar com objetos na casa e não

avisar os educadores, além de ser dever do abrigado respeitar os colegas e os funcionários da instituição.

Interessante notar que além dessas normas, existem ainda algumas orientações gerais aos educandos: nas situações em que ocorrerem furtos em geral será chamada a Polícia Militar, ou então deverá ser registrado Boletim de Ocorrência enviando o caso também à justiça. Periodicamente serão realizadas revistas nos cômodos da casa e também durante as entradas e saídas dos adolescentes como forma de garantir a segurança de todos. Respeitar-se-á a idade dos abrigados durante a exibição de programas de TV mediante autorização do educador de plantão e também de concordância entre todos. O educando que se evadir do Abrigo perderá automaticamente o direito de sair nos fins de semana pelo período de uma semana, além de ser avisada a Polícia Militar, o Conselho Tutelar, a família e a justiça, através de relatório.

3.2 Análise das entrevistas com os profissionais que atuam no Abrigo Infanto-Juvenil de Joinville

Para fins deste estudo, foram entrevistados seis profissionais que atuam no Abrigo Infanto-Juvenil de Joinville no período de 27 a 31 de julho de 2009, cujos perfis encontram-se na Tabela 13. Na análise das respostas os profissionais serão denominados de A, B, C, D, E, F, respectivamente, obedecendo a sequência exposta na tabela. Esses profissionais foram selecionados mediante composição de suas equipes já prontamente definidas. Somente a equipe de educadores, por trabalhar em turno de plantão, teve 2 de seus representantes entrevistados. Os demais profissionais da equipe de especialistas, todos foram entrevistados.

3.2.1 Perfil social dos profissionais entrevistados

As idades dos entrevistados variam de 30 a 43 anos, dos quais três são do sexo masculino e três do feminino, conforme a tabela 13.

PROFISSIONAL	IDADE	SEXO
Profissional A	30 anos	Feminino
Profissional B	47 anos	Masculino
Profissional C	34 anos	Masculino
Profissional D	38 anos	Feminino
Profissional E	35 anos	Masculino
Profissional F	43 anos	Feminino

Tabela 13 - Perfis dos profissionais do Abrigo Infanto-Juvenil de Joinville

Quando perguntados sobre o cargo e as atividades que desenvolvem na instituição, alguns profissionais reportaram-se ao ECA para discorrer sobre suas atividades profissionais e não ao que especifica o Projeto Político Pedagógico do Abrigo Infanto-Juvenil. Percebe-se que muitas das atribuições dos profissionais do Abrigo de alguma forma não são efetivadas por esses profissionais. Em resposta à pergunta, o profissional A esclareceu que é pós-graduado em Gestão de Pessoas, trabalha há 4 anos na instituição e respondeu que atua como coordenador e sua função é proteger as crianças e adolescentes no abrigo, de acordo com o que especifica o ECA e, em assim sendo, é “a pessoa responsável por tudo o que acontece”. O profissional B possui o ensino médio completo, trabalha há 15 anos e atua como educador, tanto nos aspectos pedagógicos como nos relacionados ao lazer e, muitas vezes, também desenvolve outras atividades de acordo com as necessidades que surgem no dia-a-dia. Já o profissional C, possui o título de Mestre em Educação, além das atividades de Psicólogo, emite relatórios com análise de casos, acompanha visitas às famílias, participa de audiências e também faz um trabalho de orientação aos abrigados. Trabalha há 1 ano no abrigo. O profissional D possui nível superior e há 5 anos trabalha na instituição como assistente social, desenvolvendo um trabalho de acompanhamento do adolescente abrigado por medida de proteção, em decorrência de alguma violação de seus direitos, procurando restabelecer os vínculos entre eles e seus familiares. O profissional E, por sua vez, possui nível superior e em um ano de trabalho desenvolve diversas atividades de acordo com a demanda da casa. Faz contatos com outras instituições (esportivas e educacionais) para estabelecer parcerias, dar suporte e orientação aos educadores em relação ao tratamento para com os adolescentes e desenvolver projetos para a melhoria das atividades, como por exemplo, a criação de uma biblioteca no abrigo. O último profissional, F, é educador, têm o ensino médio

concluído e trabalha há 7 anos, com atividades voltadas a desenvolver a cidadania dos abrigados.

Vale lembrar o que diz o PPP da instituição sobre as atribuições de cada profissional, iniciando pelo que compete ao coordenador do Abrigo:

- Coordenar as atividades pedagógicas e administrativas do Programa;
- II – zelar pela integridade física e moral dos educandos, conforme diretrizes do ECA;
- III – participar do plano e relatório anual das atividades;
- IV – participar da elaboração das normas internas do Programa;
- V – cumprir e fazer cumprir o regimento e as normas internas do Programa;
- VI – sugerir modalidades de treinamentos para os funcionários;
- VII – baixar ordens de serviço e circulares normativas internas;
- VIII – receber, informar e despachar papéis encaminhando-os à autoridade competente (relatórios, ofícios, comunicados etc.);
- IX – rubricar livros de escrituração e assinar correspondências e expedientes;
- X – manter contatos com o Poder Judiciário, Conselho Tutelar, Órgãos Públicos e similares;
- XI – tomar decisões sobre questões que transcendam sua competência, comunicando o fato ao Conselho Tutelar, Poder Judiciário, Divisão a que o Programa está subordinado;
- XII – tomar providências junto ao Conselho Tutelar e Poder Judiciário a fim de que o prazo legal de permanência da criança e/ou adolescente no Programa seja respeitado;
- XIII – tomar todas as providências necessárias quando da apresentação das crianças e/ou adolescente no Conselho Tutelar ou Juizado da Infância e Juventude;
- XIV – convocar e coordenar reuniões de serviço e administrativas;
- XV – propor admissão ou desligamento do servidor, bem como, aplicação de medidas disciplinares, de acordo com a filosofia da Divisão;
- XVI – acompanhar e orientar os profissionais no trabalho desenvolvido, bem como nas atividades solicitadas;
- XVII – participar de reuniões e prestar informações a outros órgãos ou instituições afins sempre que for solicitada;
- XVIII – solicitar sempre que necessário o serviço de manutenção do prédio, bem como lista de pedidos: alimentação, material de expediente, pedagógico etc.;
- XIX – informar a chefia imediata às ocorrências do Programa. (Artigo 13 do PPP - ABRIGO INFANTO-JUVENIL DE JOINVILLE)

Das atribuições dos educadores e auxiliares do Abrigo Infante-Juvenil de Joinville,

- I – responsabilizar-se pelas ocorrências dentro do horário de trabalho;
- II – substituir os plantões quando necessário ausentando-se do seu plantão somente após a chegada do próximo plantonista;
- III – realizar a revista nas crianças e adolescentes no momento da medida de abrigo e no quarto sempre que houver necessidade;
- IV – preencher a ficha de admissão e relacionar seus pertences;
- V – informar a criança e ao adolescente das normas internas no ato da admissão;
- VI – registrar em livro de ocorrência acontecimentos ocorridos durante o plantão;
- VII – planejar e desenvolver as atividades pedagógicas a serem realizadas com os educandos;

- VIII – conter fisicamente o educando em casos de agressões conforme a situação permitir;
- XIX – acompanhar e orientar os educandos nas atividades pedagógicas, de rotina, na alimentação e na higiene;
- X – preparar as refeições fora do horário de trabalho da cozinha. (Artigo 15 do PPP - ABRIGO INFANTO-JUVENIL DE JOINVILLE)

Das atribuições do Psicólogo no Abrigo Infante-Juvenil de Joinville,

- I – Orientar e dar suporte psicológico aos educadores em relação ao dia-a-dia de trabalho no atendimento às crianças e adolescentes;
- II – realizar trabalho de grupo com os educadores a fim de instrumentalizá-los e prepará-los enquanto equipe e também no relacionamento com os educandos;
- III – orientar e dar suporte à coordenação, em relação à sua equipe e a sua liderança, quanto ao enfrentamento das dificuldades diárias;
- IV – realizar entrevistas com os educandos no momento da sua entrada ao abrigo a fim de levantar dados psicológicos e sociais;
- V – orientar e dar suporte psicológico aos educandos sempre que se fizer necessário;
- VI – encaminhar o educando a um processo terapêutico mediante a aceitação do mesmo;
- VII – realizar entrevista com o educando a fim de prepará-lo para o seu desligamento. (Artigo 20 do PPP - ABRIGO INFANTO-JUVENIL DE JOINVILLE)

Pertinente ao cargo do Pedagogo no Abrigo Infante-Juvenil de Joinville encontra-se:

- I – promover e orientar atividades pedagógicas junto ao Programa, verificando necessidades, avaliando resultados junto aos educadores a fim de buscar respostas às situações;
- II – supervisionar o Programa e a elaboração e manutenção da proposta pedagógica de atendimento à criança e adolescente, promovendo reuniões de estudos e orientação;
- III – pesquisar material de estudos para aplicação de atividades e oficinas para os adolescentes;
- IV – desenvolver projetos pedagógicos de treinamento para instrumentalizar o educador em sua área de atuação, a fim de promover o aperfeiçoamento técnico;
- V - orientar e dar suporte à coordenação, em relação à sua equipe e a sua liderança, quanto ao enfrentamento das dificuldades diárias. (Artigo 21 do PPP - ABRIGO INFANTO-JUVENIL DE JOINVILLE)

Já ao Assistente Social compete:

- I – realizar entrevistas com os educandos a fim de colher dados e informações acerca de sua história de vida, como também para mantê-los informados sobre o andamento do processo e notícias de seus familiares;
- II – realizar estudos e pesquisas a fim de conhecer a realidade das famílias;
- III – acompanhar o desenvolvimento social das famílias dos abrigados através de visitas domiciliares e entrevistas;
- IV – esclarecer, orientar e encaminhar as famílias aos recursos públicos existentes;
- V – estabelecer contatos com o Conselho Tutelar e Juizado da Infância e Juventude a fim de solicitar ou repassar informações;

- VI – elaborar estudos sócio-econômicos e/ou parecer técnico sugerindo alternativas e medidas legais a serem aplicadas pelo Juizado e Conselhos Tutelares;
- VII – orientar e dar suporte à coordenação, em relação à sua equipe e a sua liderança, quanto ao enfrentamento das dificuldades diárias. (Artigo 19 PPP - ABRIGO INFANTO-JUVENIL DE JOINVILLE)

Quando indagados sobre suas experiências anteriores em trabalhos semelhantes ao que desenvolvem no abrigo, o profissional A respondeu que nunca havia trabalhado com adolescentes em situações complexas como os que se encontram no abrigo. Teve experiência com educação infantil e ensino fundamental. O profissional B, ao contrário, relata que tem bastante experiência no trabalho com crianças e adolescentes em situação de rua, pois trabalhou na FUCABEM (Fundação Catarinense do Bem Estar do Menor) organizando atividades com adolescentes trabalhadores. Coordenou o programa “Menino de Rua em Joinville, o pequeno trabalhador”, no qual orientava as crianças e adolescentes em situação de rua para o mercado de trabalho.

Igualmente, o profissional C tem experiência anterior no SENTINELA¹³, onde trabalhou com crianças e adolescentes que apresentavam alguns de seus direitos violados. O profissional D realizou um estágio em uma fundação desenvolvendo um trabalho semelhante ao que realiza no Abrigo. Já o profissional E afirma que trabalhou anteriormente com adolescentes em um programa de medida socioeducativa e também já havia trabalhado como professor na rede pública. O profissional F não teve nenhuma experiência anterior com crianças e adolescentes que se encontram em iguais condições das que estão no abrigo, tendo somente trabalhado com educação infantil.

D’Aroz (2008, p. 96) faz uma análise sobre o que é ser educador social: “Ser educador social é começar entendendo a relação consigo mesmo e a sua trajetória no que se refere ao educar. Ser educador social requer envolvimento, amor, comprometimento com a educação”.

Já Romans (*apud* D’ARÓZ, 2008, p. 96) salienta que:

[...] ser educador requer uma vontade individual de aprendizagem, multiplicidade de funções, uma formação orientada para o desenvolvimento integral da pessoa a fim de que se envolva em seu pleno desenvolvimento em nível fisiológico, psicológico e social.

¹³ Programa de Combate à Violência e Exploração Sexual Infanto-Juvenil. Ver mais em <http://www.mds.gov.br>. Acesso em 14 de novembro de 2009.

Ao serem perguntados se receberam algum curso ou qualificação para exercer suas funções no abrigo, foi possível perceber a necessidade de mais capacitação em áreas específicas ligadas à juventude, pois esse fator encontra-se diretamente ligado na pergunta sobre em que sentido a equipe do Abrigo poderia melhorar, quando da resposta do profissional F:

“Eu acho que deveria mudar alguma coisa sim, eu acho que nós deveríamos ter mais cursos de capacitação, mais curso, porque agente trabalha com jovens a gente precisa saber mais assim sobre sexo. Eu vejo nós especialistas né que agente passa pra eles né sobre o que agente sabe, por que agente ta todo dia com eles né e até pra gente pra auto-estima da gente”. (PROFISSIONAL F)

Alguns jovens abrigados reclamaram do atendimento dos educadores a eles, alegando serem “estúpidos” e “muito grossos”, às vezes. Fato que também pode estar ligado à falta de capacitação dos profissionais.

Em resposta à pergunta, o profissional A disse que recebeu capacitação para educadores e que existem muitos cursos, congressos, seminários, mas lamenta o fato de muitos profissionais envolvidos não aproveitarem a oportunidade de participar; o profissional B enfatizou que quando começou suas atividades no abrigo aprendeu sua função por meio da rotina diária e participou de capacitações somente nos últimos 3 anos, mas não lembra o nome dos cursos (ressalta-se que este profissional já trabalha há 15 anos na instituição). O profissional C disse que não recebeu qualificação alguma para a função que exerce no Abrigo. O profissional D, por sua vez, afirma que se percebe uma preocupação da gestão municipal em capacitações no último ano, que não recebeu cursos específicos, apenas seminários e encontros que acontecem na cidade, entre eles, um curso no programa “Famílias Acolhedoras” que considera muito rico para rever o papel institucional do Abrigo. O profissional E recebeu curso quando trabalhava no programa medidas socioeducativas e afirma que essa qualificação também tem serventia para o Abrigo, pois a clientela é praticamente a mesma. O profissional F, por fim, também afirma ter participado da capacitação para educadores sociais em Joinville e que foi importante para a troca de experiências, entre elas, sobre o trabalho com adolescentes. Esses dados encontram-se na tabela 14 a seguir.

PROFISSIONAIS	RECEBEU CAPACITAÇÃO PARA A FUNÇÃO QUE EXERCE?	NOME DO CURSO
Profissional A	Sim	Capacitação para educadores
Profissional B	Sim	Não lembra
Profissional C	Não	--
Profissional D	Sim	Famílias acolhedoras
Profissional E	Sim	Programa Medidas sócio-educativas
Profissional F	Sim	Capacitação para educadores

Tabela 14 - Cursos e qualificação para exercer a função no Abrigo

Sobre a experiência necessária para atuar em políticas públicas sociais e também a adequada capacitação daqueles que lidam com a criança e o adolescente, questiona-se de como o aparato do Estado está preparado para essa responsabilidade. Nesse sentido, Cohn (*apud* NOVAES; VANNUCHI, 2004, p. 179) ressalta que o importante é:

[...] não só questionar a capacidade do Estado para captar o novo [...] mas a capacidade de técnicos, políticos e especialistas das mais diferentes áreas captarem o que são essas juventudes hoje, esses novos sujeitos sociais que não encontram mais no Estado e na ordem estabelecida a alteridade que permite a construção de sua identidade social, seja em termos políticos, seja em termos sociais e culturais.

As crianças e adolescentes tendem a aprender com os adultos a seu redor, tanto para o bem quanto para o mal. Freud (*apud* JOVCHELOVITCH, 2000, p. 61) argumenta: *‘na vida psíquica individual alguém está sempre envolvido como modelo, como objeto, como apoio, como oponente, daí que desde o início a Psicologia Individual, na forma extensa mas perfeitamente justificável da palavra, é ao mesmo tempo uma Psicologia Social’*. Por isso a necessidade da formação e experiência dos profissionais do abrigo em análise.

À pergunta “Você conhece a trajetória e a realidade atual da Instituição”?, ficou evidente que mesmo o Abrigo completando 20 anos de existência na cidade de Joinville, alguns profissionais ainda não dominam sua história. Isso pode influenciar significativamente o entendimento que esses profissionais têm sobre o papel da própria instituição quando desconhecem sua trajetória. Estas foram as respostas: o profissional A disse que o Abrigo Infante-Juvenil de Joinville completou 20 anos e que nasceu com o Código Mello Mattos e cresceu com o ECA, antes apresentava a privação da liberdade, diferente da instituição atual:

O que eu sei dizer assim é que hoje é diferente daquele tempo. Hoje eles têm o direito de ir e vir até porque é o que prevê o Estatuto da Criança e do Adolescente. Eles vão pra escola conforme prevê o Conanda, eles têm que ter acesso à comunidade. Não é uma prisão, é uma medida de proteção.
(PROFISSIONAL A)

O profissional B, assim como o profissional C, comenta que o objetivo era o mesmo do atual Abrigo, “zelar pelo adolescente e tentar reinseri-lo na sua família” (profissional B), mas que recentemente a instituição conta com melhores estruturas físicas e de profissionais; “apenas os arranjos profissionais mudaram e enfatiza os adolescentes como vítimas e/ou vitimizadores” (profissional C). O profissional D comenta que não domina o histórico do Abrigo muito bem, mas tem conhecimento que antes não era trabalhada a medida de proteção, “pois era um abrigo transitório e depois virou casa do menor com a separação dos gêneros”. O profissional E explica que a instituição atendia até 12 jovens e que atualmente “tem capacidade para 20”, ressaltando que a tendência atual não é afastar o jovem da comunidade, mas sim reintegrá-los. E o profissional F disse não conhecer a trajetória a fundo, comentando que inicialmente era apenas um local para abrigar os adolescentes. Saliente-se que os profissionais A e C afirmaram que o Abrigo surgiu e se desenvolveu com base no ECA e que cada profissional citou um endereço distinto da localização anterior da instituição.

Quando arguidos sobre a participação do município e/ou outras esferas públicas e privadas para a manutenção do Abrigo todos os profissionais responderam que o Abrigo é mantido pela Prefeitura Municipal de Joinville e que acreditam que ele receba verbas do governo federal que são repassadas ao Abrigo. Os profissionais E e F ainda citaram um programa do governo federal “Mesa Brasil” que envia alimentos esporadicamente. Os profissionais B e C apontaram doações da comunidade e empresas privadas que colaboram em algumas situações com o Abrigo. Apesar de não terem sido identificados o orçamento do Abrigo, devido à ausência dessa informação, conforme citado anteriormente.

No que se refere a essas duas últimas abordagens, percebe-se certa confusão entre os profissionais sobre a trajetória da instituição em que desenvolvem atividades bem como as esferas públicas que ajudam na manutenção do abrigo. O questionamento elaborado por Cohn (*apud* NOVAES; VANNUCHI, 2004, p. 177-178) é bastante pertinente:

[...] até que ponto o aparato do Estado está preparado para incorporar o novo, o ainda não sedimentado e institucionalizado – atributo inerente, por definição, às vivências experimentadas pela juventude -, desde que se pretenda formular políticas consequentes de inclusão social desse segmento sem institucionalizá-lo na camisa-de-força da concepção de 'prepará-los para a corrida'. [...] não só questionar a capacidade do Estado para captar o novo, não mais como o 'futuro já previsto da sociedade salarial', mas a capacidade de técnicos, políticos e especialistas das mais diferentes áreas.

Então essa falta de conhecimento pode comprometer os reais objetivos do trabalho desenvolvido no Abrigo Infante-Juvenil de Joinville.

3.2.2 Concepções sobre a adolescência de um modo geral e sobre os abrigados

Entre opiniões positivas e negativas, a representação social que os profissionais do Abrigo possuem sobre o adolescente/jovem encontra-se envolvido nos fatores de idade, mudança corporal, personalidade, falta ou extrema necessidade de orientação, que são revoltados, necessitam também de limites, que se encontram muito questionadores sobre as coisas do mundo e de si próprio e que são sujeitos de direitos, mas também de deveres. Assim, cinco profissionais: A, B, D, E e F dizem que a adolescência corresponde a uma fase do desenvolvimento na qual ocorrem muitas mudanças que dependem, muitas vezes, de como o adolescente é orientado pela família, ou no caso dos adolescentes do Abrigo, pelos profissionais. O profissional E define o adolescente como um sujeito de direito que possui responsabilidades e que deve ser protagonista na construção do seu projeto de vida.

O profissional A respondeu que:

O adolescente pra mim é todo aquele que tem 12 a 18 anos, está numa fase de desenvolvimento e ao mesmo tempo não tem conhecimento do seu próprio desenvolvimento, que precisa de muito auxílio, muita orientação, que ele tem muita confusão daquilo do que eu serei, quem eu serei, com quem eu poderei contar. (PROFISSIONAL A)

O profissional B, por sua vez, considera,

Adolescente é o aborrecente. Eu vejo assim oh, o adolescente é aquela fase questionadora, quer saber de tudo, e quer saber o porquê de tudo, é a fase da vida que eles procuram subsídios e informação pra se auto-afirmar, né?. É uma fase difícil de se trabalhar, eu acho que até é a mais difícil por

serem muito questionadores, muito revoltados e eu vejo a concepção de adolescente é isso. E por outro lado eu vejo também que é o futuro, depende muito de como as informações são repassadas pra eles, se eu ver um menino, vem aqui e conversa comigo, e eu colocar: você é um aborrecente, você só me enche o saco, eu vou estar afirmando isso pra ele, então ele vai introjetar e vai pensar que é mesmo, então eu acho que depende muito de como a pessoa vai passar o conteúdo. Eu acho que a fase mesmo é essa e eu acho que nós que trabalhamos com isso temos que saber como passar. (PROFISSIONAL B)

Já o profissional C explica que diante do comportamento dos adolescentes, eles necessitam de limites e que o poder público tem muita responsabilidade sobre eles, apesar de não saber o que fazer com esses jovens, fato que barbariza a própria condição.

O profissional D assinala que

[...] é um ser em desenvolvimento. O adolescente é uma pessoa muito complexa, porque normalmente as questões que eles apresentam e que nós apresentamos não são muito bem compreendidas ou traduzidas, justamente por que é uma fase em que vai mudando a própria concepção de mundo, vai se conhecendo tudo e se negando muita coisa. Então, em função desse movimento todo, muitas vezes o adolescente não encontra as respostas que precisa e passa a agir de uma maneira que é estranha ao meio onde ele vive, e convive, é isso. Mas em outras vezes isso, essa descoberta se dá de uma forma mais tranquila, mais ponderada e são adolescentes que conseguem sucesso assim, nos seus investimentos. Conseguem sucesso na escola e outros casos não, que são adolescentes que nós atendemos, na maioria deles que por algum motivo alguma razão envolve a família, sua criação, passaram por alguma forma de privação, seja material ou psicológica, e que geraram alguma instabilidade maior nessa fase. Muitos lançam mão da própria integridade, sem perceber muitas vezes envolve prostituição ou mesmo assim em conflitos que não são muito bem elaborados por eles, mas acho que assim o grande diferencial dos adolescentes que nós atendemos, que demarca mesmo é a questão da pobreza gerando muitas outras questões. Porque o movimento de negação e de instabilidade é natural em qualquer pessoa, é próprio da adolescência mesmo. O que muda são as posições que eles têm ou que eles não têm e também as condições que a família tem de estar direcionando essas crises, essas tentativas né? (PROFISSIONAL D)

O profissional E explica que o adolescente é um sujeito com direitos, não é criança, mas também não é adulto e que precisa de muita orientação, enfatizando o papel dos profissionais do Abrigo para esse trabalho de direcioná-lo para que consiga construir seu projeto de vida, sabendo que toda escolha tem sua consequência. Por fim, o profissional F apresenta o adolescente como negativo, assim como a fase em que ele se encontra, mas alega que o modo como se pode trabalhar com os jovens deve considerar o pensamento positivo para com eles.

Essa variada gama de opiniões, expressa pelos profissionais encontra sua razão de existir na própria indefinição sobre o que é ser jovem hoje. Kehl (*apud* NOVAES; VANNUCHI, 2004, p. 93) salienta:

O adolescente das últimas décadas do século XX deixou de ser a criança grande, desajeitada e inibida, de pele ruim e hábitos anti-sociais, para se transformar no modelo de beleza, liberdade e sensualidade para todas as outras faixas etárias. O adolescente pós-moderno desfruta de todas as liberdades da vida adulta, mas é poupado de quase todas as responsabilidades.

Mais adiante a autora acrescenta (*idem*, p. 94):

A “crise da adolescência” é compreendida, na psicanálise, como um retorno da crise edipiana em proporções aumentadas; no adolescente os desejos incestuosos se tornam mais ameaçadores em função da maturidade hormonal/genital, e a rivalidade edípica com o genitor do mesmo sexo se intensifica, aliada às moções de liberdades próprios da ambiguidade (não mais criança/ainda não adulto) desse período.

O ser jovem hoje perpassa a mera definição. Há que se levar em consideração em sua conceituação, vários fatores que contribuem para o comportamento dos jovens, tais como o meio em que vivem, os estímulos recebidos, os valores repassados, o banimento da sociedade. Os jovens que são frutos das desigualdades sociais enfrentam dificuldades outras, diferentes dos jovens que não sofreram os mesmos problemas. Além do preconceito social, terão de enfrentar outros tipos de prejuízos, também visíveis nos quesitos formação educacional e inserção no mercado de trabalho.

Em relação ao perfil social dos adolescentes abrigados, pelas respostas de todos os profissionais entrevistados, pode-se perceber que a maioria dos adolescentes abrigados é oriunda da classe baixa, salientando a carência financeira, mas também a emocional. Cabe mencionar o ECA, quando em seu 23º artigo afirma sobre a carência de recursos financeiros das famílias, não considera fator preponderante para que os filhos fiquem em instituições em medida de abrigo. Como segue: “*A falta ou carência de recursos materiais não constitui motivo suficiente para a perda ou a suspensão do pátrio poder*”. (ECA, p. 5)

Porém, Benevides (*apud* NOVAES & VANNUCHI, 2004, p. 44) faz uma análise do que se considera classe baixa, principalmente quando o termo é usado pelos meios de comunicação que possuem forte ascendência sobre a opinião pública:

[...] os meios de comunicação de massa seguem associando a violência à pobreza, à ignorância, à marginalidade social e cultural. É o medo dos “de

baixo” se revoltarem um dia que motiva os “de cima” a manter o estigma sobre os direitos humanos.

Os profissionais A e E comentaram sobre casos de atendimentos a adolescentes de classe média/alta, porém explicam que quando acontece a violação de um direito do adolescente nessas classes sociais, normalmente a família encobre e os casos não chegam ao conhecimento dos órgãos públicos. Sarli (*apud* NOVAES; VANNUCHI, 2004) salienta que existe tanto por parte do adolescente quanto da família uma dificuldade em reconhecer e aceitar que existem conflitos, o que dificulta a elaboração de problemas individuais, cuja solução pode estar no universo familiar.

Essa tendência à desqualificação, que se configura de várias formas, será tanto mais acentuada quanto o jovem e sua família pertencerem aos estratos mais baixos da hierarquia social, dada a dificuldade de reconhecê-los, à família e ao jovem, um lugar e uma autoridade para falar. (*Idem*, p. 127)

Essa fala corrobora o que disse o profissional A: a violação dos direitos não escolhe classe social, mas afirma, assim como o profissional E, que a maioria é de classe baixa porque os mais abastados financeiramente conseguem outros recursos que não os públicos; o profissional B alega que se trata de adolescentes extremamente carentes tanto emocionalmente como financeiramente devido à falta de estrutura familiar adequada; o profissional C aponta muita miséria afetiva do ponto de vista psicológico também alegando a precária estrutura familiar dos jovens e, além disso, indaga a ausência de políticas educacionais que possam mantê-los na escola em período integral, com atividades que garantissem o desenvolvimento integral como uma tentativa de resolver esse problema social. O profissional D afirma que a grande maioria é pobre, cujos pais trabalham na informalidade, recebendo até dois salários mínimos. “[...] maioria deles que por algum motivo alguma razão envolve a família, sua criação, passaram por alguma forma de privação, seja material ou psicológica, e que geraram alguma instabilidade [...] (PROFISSIONAL D)”, O profissional F, por sua vez, relata apenas que o perfil é de classe baixa.

Quando se questionou sobre os principais motivos pelos quais os adolescentes estão no Abrigo, todos os depoimentos levam a confirmar que o motivo da internação em medida de proteção dos jovens abrigados está de acordo com o que preconiza o ECA em seu artigo 98º “[...] aplicáveis sempre que os direitos reconhecidos nesta lei forem ameaçados ou violados. [...]” (ECA, p. 20). As

respostas dos seis profissionais entrevistados mostram os problemas familiares como motivo principal, apontando alguns deles, quais sejam, dependência química, falecimento ou prisão dos pais. Os profissionais A, C e F mencionaram como motivos a violência sexual e os profissionais B, C, D e E comentaram sobre a negligência dos pais em relação aos filhos como um dos fatores que os levou ao abrigo. Já o profissional A apontou os conflitos familiares, abuso sexual e violência doméstica como os principais motivos; o profissional B alega os riscos físicos e emocionais que o adolescente sofre em casa e aponta como uma falha de alguém na família para esse motivo, tanto materno quanto paterno. O profissional C declara abandono por parte dos pais, violência sexual, prostituição e também os atos infracionais cometidos pelos próprios adolescentes. O profissional D, assim como o profissional E, assinala a negligência dos pais para com esses adolescentes, dependência química dos pais, muitas vezes presidiários, também os conflitos familiares e problemas psiquiátricos, pois no abrigo atualmente dois adolescentes têm problemas de ordem psiquiátrica. O profissional E acrescenta a situação de pais que já faleceram, não tendo os jovens, portanto, com quem morar. O profissional F apresenta os problemas familiares, violência sexual e os casos de recâmbios que são os adolescentes de outras cidades de origem, encontrados em Joinville e levados para o Abrigo até que sejam encaminhados novamente à cidade em que residem.

Para Soares (*apud* NOVAES & VANNUCHI, 2004, p. 139),

Por definição, mais expostas à angústia e à insegurança do desemprego, as famílias de baixa renda enfrentam com mais frequência as tensões que desestabilizam emoções e corroem a auto-estima. Se há alguma correlação entre experiência de rejeição infantil e violência doméstica, entre esta e o alcoolismo, e entre baixa auto-estima e alcoolismo, deduz-se a conexão entre desemprego e alcoolismo e, portanto, a ligação entre pobreza, violência doméstica e vivência infantil de rejeição. Ou seja, mesmo não havendo relações causais, diretas e mecânicas, há correlações entre fatores que pertencem a um mesmo campo de fenômenos, campo constituído pela força de gravidade que as tendências probabilísticas representam.

A média de tempo de abrigamento dos adolescentes, de acordo com os profissionais, é bastante variável. Cinco profissionais (A, C, D, E e F) responderam que o tempo varia de acordo com a demanda, mas foram unânimes em dizer que o ideal é o menor tempo possível, salvo exceções, como é o caso de adolescentes que não possuem ninguém na família. O profissional C foi o único a apontar que os adolescentes ficam em média 1 ano na instituição. Sobre este aspecto diz o 2º

parágrafo do ECA: “A medida não comporta prazo determinado, devendo sua manutenção ser reavaliada, mediante decisão fundamentada, no máximo a cada seis meses” (ECA, p. 25). Já o PPP do Abrigo relata:

O prazo de permanência na instituição deverá ser o mais breve possível, garantindo a criança e ao adolescente; salvo em situação de destituição do poder familiar; o retorno à família de origem, ampliada ou colocação em família substituta. (Art. 2º PPP - ABRIGO INFANTO-JUVENIL DE JOINVILLE)

Na continuidade, o profissional A assinala que é, em geral, de um a dois meses, mas existem casos que estão praticamente “institucionalizados” porque vivem há quase 18 anos na rede pública, seja em Casa Lar ou Abrigo porque não têm família, mas que o ideal é que fiquem abrigados o menor tempo possível. O profissional B se limitou a dizer “que já tiveram casos de adolescentes ficarem dois, três anos abrigados” e que não concorda com isso, uma vez que, permanecendo um longo período o jovem pode adquirir vícios (tanto de dependência química como comportamentais) dos outros abrigados. O profissional C alega que a média de abrigamento é de 1 ano, mas que o trabalho deles é tornar a reinserção familiar possível para que não permaneçam na instituição. O profissional D afirma que a média fica em torno de seis meses, com exceção dos casos psiquiátricos e daqueles adolescentes que não possuem família de origem, nem família ampliada. O profissional E respondeu inicialmente que não existe média, pois alguns ficam um dia, outros três meses, mas no fim da entrevista comentou o período de três meses, em geral, para os abrigamentos. O profissional F alega que existe uma média de um ano correspondendo ao período de tempo dos abrigamentos.

Um levantamento nacional, realizado pelo Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) constatou que o período de abrigamento varia de sete meses a cinco anos e a parcela mais significativa desta população (32,9%) está lá por um período que varia de dois a cinco anos. (BAPTISTA, *apud* D'ARÓZ, 2008, p. 50)

Na questão: “A seu ver, o que os pais, de um modo geral, precisam fazer para cuidar bem de seus filhos?”, o cuidar, dar atenção, carinho, amor afeto, limite fazem parte do papel de pai e de mãe na opinião dos profissionais do Abrigo. Sobre esse aspecto, Marlene Schussler D'aroz, em sua dissertação “Concepções de Cuidado Familiar na visão de adolescentes abrigados, das suas famílias e de educadores de uma ONG”, para a Universidade Federal do Paraná em 2008. O cuidar caracteriza

“dar atenção, conversar, limpar, alimentar, acarinhar, proteger, conter, curar e educar” (p. 72). E continua:

[...] a prática de cuidar também está sujeita à capacidade daquele que cuida em interagir com o outro e identificar suas necessidades. Essa capacidade é construída no interior da cultura, pela aprendizagem de determinados conceitos e habilidades, cuja base encontra-se nos diversos campos do conhecimento que estudam o processo de desenvolvimento e o cuidado humano. (*Idem*, p. 73)

Talvez um dos motivos pelos quais os jovens entrevistados encontram-se no Abrigo atualmente, diante da resposta dos profissionais, pode ser a ausência desse cuidado que os pais devem ter com seus filhos. A autora ainda indica a importância do cuidado diante da promessa de transformação quando retrata “nos mais diversos contextos, cuidar é um ato consciente que pode ser ensinado e que por sua vez consiste num dos maiores geradores de prazer que o mundo humano conhece. Logo, cuidar adequadamente dos outros e de si mesmo pode ser o início de uma grande transformação, tanto do ponto de vista individual como para o social”. (*Idem*, p. 74).

Como resposta, o profissional A aponta o,

Amor, então eu vejo assim oh que se tiver amor e respeito tem que ter porque, o que acontece eles não tem o mínimo, porque infelizmente eles não dão nada nem o mínimo. O mínimo de atenção eles não se respeitam e não conseguem respeitar os filhos. Então eles abandonam mesmo eu penso assim que se existir o mínimo que é o amor, a maternagem já é uma grande coisa e pra que haja isso. Por isso que eu digo desde o posto de saúde tem que ser trabalhado isso, o amor da mãe com o feto, o desenvolvimento dessa criança na barriga da mãe pra ter esse vínculo, porque se não tiver vínculo como é que ela vai olhar um bebê na mão ela tá e daí? Que muitas vezes foi gerado talvez por um abuso né? Foi gerado lá através, às vezes, já é o 7/8 filho então eu vejo assim, como que tá sendo essa gestação, e pior, como tá sendo acompanhado depois pelas políticas públicas, então é nesse sentido senão tiver amor como é que vai ter o resto? Não tem como, né? (PROFISSIONAL A)

O profissional B acredita que a maior grandeza do problema que envolve tanto o social, o econômico é a questão do desemprego, e que os pais são referência para seus filhos:

Se eu não for um espelho que reflita uma imagem positiva perante meus filhos eles têm tudo pra representar o que eu sou. Os pais são referência! Referência de cidadão, referência de bom pai, de boa pessoa na comunidade, e, infelizmente, nos nossos casos, os pais são referência negativa. Então os filhos acabam captando aquilo pra eles. (PROFISSIONAL B)

A teoria das Representações Sociais, Jovchelovitch (2000, pp. 61-62), também apresenta a seguinte possibilidade para entendermos a importância do Outro na vida social:

A dialética entre as esferas pública e privada no domínio social inclui, então, a dialética entre o Eu e o Outro, e ilumina a necessidade de levarmos em conta uma teoria do Eu quando avaliamos a qualidade tanto da vida pública quanto da vida privada. Porque quem sou Eu se não o Eu que Outros apresentam a mim?

A possibilidade real de reflexão nos é sempre dada por um outro espelho na vida cotidiana – a face de um Outro, os olhos de um Outro, o gesto de um Outro. O fato de que seres humanos podem interrogar a si mesmos e usar territórios diferentes para refletir sobre suas identidades demonstra claramente que, para além de qualquer tipo de isolamento e individualismo, a verdadeira possibilidade de acesso à individualidade reside na presença de Outros.

Nesse sentido, D'Aroz (2008, p. 57) reflete:

É relevante observar que mesmo com significativas mudanças na terminologia referenciada a criança e ao adolescente em situação de rua, estudos mostram que há lacunas no que se refere à realidade social e familiar, apontadas como sendo a causa da opção de vida na rua por estes sujeitos. Ou seja, optar pela vida na rua não é consequência somente da situação de pobreza e sim, de outros fatores como a vulnerabilidade social.

O profissional C aponta a falta de instrução dos pais incluindo a dificuldade de lidar com os limites por parte dos adolescentes como um dificultador para o relacionamento entre pais e filhos.

O profissional D, por sua vez, alega que os cuidados devem se concentrar em:

Ter um controle sobre o que o filho faz, o mínimo de controle. Então assim no caso das crianças, saúde, escola é o zelo mesmo por aquela criança, o diálogo em família. Porque não adianta a criança tá indo pra escola e ela não ter um ambiente favorável dentro de casa né? Em que mesmo quando o casal tá passando por uma dificuldade mesmo, quando tão separados e tal, a criança consiga ser preservada. Muitas vezes isso não acontece, então se a mãe tem um problema psiquiátrico a criança acaba manifestando os mesmos sintomas que a mãe. Então esses cuidados que muitas vezes independem desse pai e dessa mãe, que a carga que eles têm é tão grande que eu acho que aí se justifica a intervenção do Estado, e se vê como aceitável. É diferente a meu ver assim quando tu tem uma família em que mesmo de certa forma desestruturada existe uma privação naquele momento, mas existe um bom vínculo, existe uma saúde mental naquele lugar e que por conta daquela privação material que o Estado não pode dar um suporte aí aquela criança tem que vim pro abrigo [...]. (PROFISSIONAL D)

O profissional E relata que existe hoje uma ausência do compromisso de ser pai e mãe, porque os pais não querem exercer esse papel. Finalmente, o profissional

F diz: “Amor, dar amor né? Amor é mágico né? Amor é tudo e você precisa dizer não pro teu filho né? Os pais dizem: ah é criancinha, mas depois cresce né? Então amor e limite eu acho”.

Os profissionais A, E e F responderam que os pais precisam dar amor a seus filhos, sendo que os profissionais C, E e F acrescentaram que é necessário também dar limites. O profissional D apontou que os pais precisam ter controle, cuidado e promover um diálogo em família. O profissional B, por sua vez, aponta que é responsabilidade dos pais educarem os filhos, pois muitos acreditam que essa função é de outros atores sociais. Para ele, os pais é que darão referência aos filhos de como ser cidadãos. O profissional C ainda comentou sobre a falta de instrução dos pais em relação a como cuidar de seus filhos e aponta que muitos não conseguem educar os filhos por não ter estrutura emocional.

No artigo *Experiências educativas da juventude: entre a escola e os grupos culturais*, Janice Tirelli Ponte de Souza e Olga Celestina Durand (2002, p. 170), revelam a importância das interações sociais no comportamento dos jovens.

Nessa mesma direção, Charlot (2000) avança ao enfatizar a questão da ação do indivíduo sobre o mundo e no mundo. É sob essa ótica, que buscamos nesse autor, uma nova compreensão dos processos de socialização. Consideramos que a socialização dos jovens pode ser compreendida como o processo por meio do qual, esses sujeitos interagem com o social, construindo dessa relação seus valores, suas normas e seus papéis, definindo e redefinindo suas posições e representações das suas próprias necessidades e interesses, mediado continuamente pelas diversas fontes, instituições e outros espaços educativos, que constituem suas formas de pensar, sentir e agir.

Concluindo, a fala de D’Aroz (2008, p. 16) resume essa questão:

A criança quando bem cuidada aprende a se “autocuidar”, aprende a lidar com mais facilidade com as dificuldades cotidianas em qualquer contexto. Tem, como consequência na vida, a auto-estima, além de outros fatores positivos.

Como resposta a se o Abrigo tem levado em conta os cuidados necessários em relação ao desenvolvimento pessoal dos adolescentes abrigados, todos os profissionais responderam positivamente, apontando alguns cuidados oferecidos. Percebe-se a efetivação do estatuto diante dessas respostas, pois é justamente isso que preconiza o referido documento.

“Contribuir para a reintegração do adolescente na sociedade” (profissional A); “minimizar situações de abandono escolar” (profissional B); “garantir a proteção básica do adolescente” (profissional C); “orientações destinadas aos adolescentes”

(profissional D); “contribuir para a construção de um projeto de vida” (profissional E); e, finalmente, “o abrigo faz tudo por eles” (profissional F).

Cohn (*apud* NOVAES; VANNUCHI, 2004, p. 168) ao se falar em políticas públicas voltadas aos adolescentes no Brasil diz que “[...] implica em falar em políticas que garantam – se eficazes – o acesso a condições de vida e futuramente de trabalho dignas a um quinto da população brasileira, vale dizer, 34 milhões de jovens cidadãos”. Ressalta essa autora que o trabalho constitui apenas uma das possibilidades do universo de inserção social, que é necessário pensar quais as formas de inserção social, as quais ainda não se encontram totalmente institucionalizadas e, assim, não reconhecidas pelo Estado. Finaliza a autora (*Idem*, p. 172) ressaltando:

Se um dos maiores desafios que se apresentam hoje é como desenhar um novo perfil de ação do Estado na área social, construindo um sistema de proteção social que promova a justiça social, a equidade e a autonomia dos indivíduos enquanto sujeitos sociais há que se identificar algumas das principais questões que estão aí presentes e que precisam ser enfrentadas de forma criativa e inovadora.

Em relação às características dos adolescentes que facilitam o trabalho dos profissionais, as respostas foram distintas, como segue: profissional A apontou a carência e conseqüentemente a exigência de atenção dos adolescentes como facilitador do trabalho; o profissional B falou sobre a vontade de aprender e também a capacidade de aceitação da aprendizagem, citando inclusive a área da informática como exemplo; o profissional C ressaltou a facilidade de trabalhar com os adolescentes que percebem que tiveram seus direitos violados e que reconhecem o papel do Abrigo como ajudante na reconstrução de suas vidas; o profissional D ressaltou a propensão às mudanças em suas vidas; o profissional E comentou que gosta de trabalhar com adolescentes por si só e também porque qualquer diferença que faça na vida deles é muito rápida e satisfatória; e o profissional F citou a vontade que eles têm de aprender e de questionar sempre.

Muitos dos jovens que se encontram em condição de abrigo têm rosto definido, assinala Frigotto (*apud* NOVAES; VANNUCHI, 2004). Fazem parte de aproximadamente seis milhões de crianças e jovens que são inseridos precocemente no mundo do emprego ou subemprego. Ainda de acordo com esse autor, são filhos de pessoas que vivem de forma precária; trabalham em minifúndios ou como assalariados do campo; muitos vivem em acampamentos, mas o maior

número provém de famílias de trabalhadores assalariados que residem em bairros populares ou favelas de médias e grandes cidades brasileiras. Eles tendem a sofrer:

[...] um processo de adultização precoce [...] violentados em seu meio e em suas condições de vida, que se enquadram numa situação que, no mundo da física, se denomina de *ponto de não-reversibilidade*. Trata-se de grupos de jovens que foram tão desumanizados e socialmente violentados que se tornaram presas fáceis do mercado da prostituição infanto-juvenil ou de gangues que nada têm a perder ou constituem um exército de soldados do tráfico. (*Idem*, pp. 181-182)

Não é difícil depreender, diante do quadro exposto que esses jovens, em sua maioria, apresentem características que facilitam o trabalho de agentes que atuam com vistas à sua inserção na sociedade. Diferentemente, resistem às novas regras e limites impostos, diferentes das que estavam habituados, mas que pelo menos os respeitem em sua dignidade, como assinala a próxima questão.

Sobre os aspectos que dificultam o trabalho com os adolescentes o profissional A respondeu que estão presentes na resistência dos jovens abrigados; o profissional B relatou o movimento que hoje os adolescentes fazem para conseguir tudo mais rapidamente e quando se deparam com as regras, tornam mais difícil a convivência; o profissional C retratou os vícios de conduta oriundos na infração à lei e que ao se deparar com uma casa com regras acabam descontando na equipe de profissionais como se esses estivessem contra os adolescentes; o profissional D aponta a dificuldade de vinculação e, portanto, de confiança do adolescente com o profissional, o que impede que o trabalho aconteça. O profissional E apresentou a inconstância e o imediatismo do adolescente como dificultador e, finalmente, o profissional F assinalou a teimosia.

Circunstâncias decorrentes de abusos e violência foram citadas por todos os entrevistados. As facilidades que os adolescentes encontram fora do abrigo, sem limites e com liberdade (sem regras), fazem com que eles tenham dificuldades em se adaptar às normas, num primeiro momento, gerando descontentamentos e comportamentos inadequados por parte dos adolescentes, foram citados pelos profissionais C e D. Apontam ainda a teimosia, o imediatismo e a inconstância como características que dificultam o trabalho.

Frigotto (*Idem*, p. 210):

Por tratar-se de jovens que foram mutilados em sua existência, o caminho de volta é tortuoso, demorado e nem sempre bem-sucedido. De imediato, a inclusão na escola ou a inclusão no trabalho não lhes são mais atrativas. Algumas experiências indicam que este caminho de volta pode se dar no

âmbito de atividades culturais e do mundo da arte (teatro, música, dança etc.).

É importante lembrar que quando o abrigo recebe os adolescentes, eles lá chegam com muitas dificuldades e baixa autoestima e respondem com hostilidade, que leva certo tempo para mudar. Nesse sentido, ressalta D'Aroz (2008, p. 169) que “Cabe ao cuidador reverter e apoiar a criança ou o adolescente neste momento e durante todo o período de abrigamento [...] ressalta-se a relevância do papel que o educador representa para os sujeitos abrigados”.

Sobre as expectativas de futuro por parte dos adolescentes que se encontram no abrigo, na opinião de cinco profissionais o adolescente abrigado tem expectativas de futuro, porém encontra dificuldades para verbalizá-las. Elas estão fortemente ligadas ao imediatismo; pessimismo, principalmente por não terem apoio da família; e pela falta de equilíbrio emocional para pensar num projeto de vida.

O profissional A disse que é preocupante porque os abrigados não costumam pensar nessa questão, conforme segue,

Eu fiz a história da minha vida, o livro com eles, o livro da vida, a nível de futuro e tal né? Então assim muito claro: eu quero casar, quero ter uma moto, quero ter um carro, mas eles não querem trabalhar pra isso. Eles não querem ter que estudar pra isso né? Então assim, isso é triste porque eles pulam toda uma etapa da vida deles. Então assim, o agora é muito mais rápido, o agora, o que que é aquele traficante que tava dando dinheiro pra ele né? É a pessoa lá que convida pra um furto, é ir lá no supermercado roubar e ter né, então assim infelizmente muitas vezes esses adolescentes que vêm dessa vivência eles pensam assim. (PROFISSIONAL A)

O profissional B, assim como o profissional E, acrescenta o imediatismo dos adolescentes do Abrigo, e acrescenta:

Muitos pensam em voltar pra família, outros não querem nem saber, pensam em constituir família. Mas eles não entram muito de entrar nessa de se casar e construir família. Hoje momentaneamente eles não têm essa idéia de casar e constituir familiar, eles querem é trabalhar ter o dinheiro deles né? E ta sempre frequentando balada, curtição, o momento é de curtição. Não parou ainda pra pensar de a eu tenho que trabalhar pra que eu possa conseguir minha mulher, ter os meus filhos e eu dar conta. Ainda não tem essa visão. (PROFISSIONAL B)

O profissional C afirma que existe muito pessimismo por parte dos abrigados em relação ao futuro devido à falta de apoio dos familiares. O profissional D afirma:

É, eles alguns a gente vê assim que: ah eu quero ser juiz, falam muito isso eu quero ser juiz assim, mas eu vejo que muitos deles, eles sabem que eles não vão conseguir muita coisa né? Mas eles falam algumas coisas assim que a gente quer ouvir então eu sei que eu tenho que trabalhar e tal, mas nas ações diárias deles a gente percebe o grau de dificuldade que eles têm pra se manter na escola, por exemplo. A maioria deles, que já estão nessa

faixa de pensar em trabalhar eles são tão vulneráveis, tão frágeis que qualquer situação que envolva a família, que envolva as relações deles, já abala esse aspecto. Então a primeira coisa que eles deixam de lado é a escola então é muito difícil pensar no futuro. Mas nas meninas, por exemplo, é eu acredito assim que elas visualizem um futuro, assim um companheiro e filho né? Algumas meninas verbalizam a questão profissional, eu quero ser uma secretária eu quero estudar eu quero ser uma educadora eu lembro das que destacaram nesse sentido, os meninos acho que são mais o hoje não recebem muito assim os planos né?. (PROFISSIONAL D)

O profissional E alega que os jovens têm perspectiva de futuro sim, mas devido às questões emocionais estarem abaladas eles não consegue concretizá-las. O profissional F diz que a influência do discurso dos pais é tão forte que não acredita que possam ter expectativas de futuro.

Na infância tecem-se os fios da identidade, a memória das coisas, das oportunidades, que conformam o que somos e o que podemos ser num campo simbólico de boas lembranças e também de esquecimentos. Todos nós precisamos preservar nossa memória pessoal. Na linha da vida, lembrar o que fomos, como fomos e com quem nos relacionamos. (D'ARÓZ, 2008, p. 87)

O que a autora quer salientar é que é fundamental sabermos de onde viemos, as nossas origens, pois é essa característica que vai embasar e dar direcionamento ao que queremos ser, para onde queremos ir. Assim, em decorrência, podemos criar expectativas quanto ao futuro. Não o é diferente com os adolescentes abrigados. “Eles precisam saber o que acontece, como aconteceu e o que poderá acontecer”, salienta D'Aroz, (*Ibidem*).

Perguntados sobre se são favoráveis ou não à redução da maioria penal, os profissionais A, D e E afirmaram ser contra, com o profissional E posicionando-se absolutamente contra. Já os profissionais B, C e F disseram que são a favor da redução da maioria penal no Brasil. Assim, percebe-se a divisão nas opiniões dos profissionais. Seguem opiniões dos profissionais:

Profissional A:

Eu sou contra porque, por que assim oh, o problema não está na maioria ou na menor idade, o problema está na hipocrisia da sociedade porque na má informação na má instrução. Eu digo assim, até na covardia porque enquanto não estão mexendo na minha casa, roubando a minha casa, riscando o meu carro, pra mim ta ótimo. Se for lá na rua detrás melhor ainda ta tudo bem, então assim oh muitas vezes eu tenho na minha família alguém que ta usando droga, ta violando o próprio direito, eu não faço nada pra ajudar nisso né então assim se tem um dependente químico, eu não faço nada pra resolver isso né. Então assim cadê o direito da igualdade pra todos? Então assim se penitenciária resolvesse o problema, faria mais um monte enfiava todo mundo lá, mas pra que? Pra comer, pra dormir de graça e sair mais bandido do que entrou? Então eu digo assim oh tem que ter um

processo educativo mais firme com uma regra e com rotina. E eu digo assim oh começar a punir esse pai e essa mãe num sentido educativo. Não é punir de colocar na prisão então assim ta aonde que ta o teu filho?”(PROFISSIONAL A)

Profissional B: *“Eu acho assim oh que se eu sou capaz de dirigir um carro, se eu sou capaz de fazer um filho, se eu sou capaz de fazer tantas coisas, não só ruins mais boas, também eu acho que eu também sou capaz de responder pelos meus atos [...]”*. (PROFISSIONAL B)

Profissional C:

Eu concordo com a redução da maioria sim não tenho problema nenhum a isso. Eu penso que a detenção que a privação da liberdade sim né um rapaz de 15 anos que se meteu num assalto ele precisa ter a liberdade privada, numa perspectiva sócio-educativa. Mas ele precisa ter a liberdade privada, eu penso que ele precisa ser obrigado a prestar trabalho comunitário. Hoje às vezes agente numa escola quando o adolescente de 14/15 anos manda o professor tomar no cu, que é muito comum esse professor é violentado como cidadão, e se vai na promotoria, a promotoria não vai endossar que ele tenha que passar uma semana fazendo faxina na escola, como forma dele pagar pelo ato inadequado dele. Ah porque o adolescente ta sendo humilhado no seu direito, mas às vezes as pessoas também são humilhadas pelo aluno de 14 anos chamando um professor de 30/40 anos de idade vai tomar no cu, ou chama o professor de filho da puta, ou manda o professor, ou sai xingando da sala da aula e bate a porta. Péra aí. Cadê a autoridade desse professor, desse diretor de escola, acaba sendo completamente aviltada e isso ele faz também com a mãe com o pai, então eu acho que tem que haver sim. (PROFISSIONAL C)

Profissional D:

Eu tenho isso bem, é eu não tenho assim um motivo pra ser a favor, porque eu acho que não vai resolver entende. Eu acho que se reduzir hoje, muitos adolescentes eles são usados pelo tráfico né e aí o que vai acontecer é que os que estão abaixo dessa faixa vão passar a ser usados também. E assim as crianças elas não vão buscar isso, elas são seduzidas. Então pra eles seduzirem um de 10, um de oito, é uma questão de tempo e dedicação então eu não sou favorável. (PROFISSIONAL D)

Profissional E:

Absolutamente contra porque daqui a pouco, porque assim: beleza eu vou, eu sou a favor da responsabilização, a lei como ela está ela já responsabiliza a partir dos 13 anos o adolescente, cometeu o crime ele é responsabilizado porque ele pode ser contido no CIP, ele pode ser preso durante mais de três anos a lei está muito bem feita ela não tem problema algum. O problema aí que ta, as pessoas tão focando no lugar errado, o problema não está ali, o problema está na estrutura do estado. Nós temos três CERs, que são os centros educacionais regionais, eu tenho: Lajes, Criciúma e Florianópolis. Porque Joinville não tem? Por que o estado não investiu, e daí o juiz não prende porque sabe que não tem pra onde mandar. Aí como o CIP nunca tem vaga por que vive cheio, daí acaba mandando pra cá. Manda o lobo cuidar do carneiro. (PROFISSIONAL E)

Para finalizar esta questão, o profissional F diz: “Eu sou a favor porque, pode votar não pode? Pode trabalhar então. Eu acho que quando tu tem 16 anos já tem uma maturidade maior”.

Nesse sentido, diz Soares (*apud* NOVAES; VANNUCHI, 2004, p. 136):

Essa galera que, retoricamente, políticos e mídia intitulam “o futuro do país”, mas que continua por aí, arrastando os pés, e só pisa o salão nobre da agenda pública quando se discute a redução da idade de imputabilidade penal. O mais inacreditável é que o desenvolvimento humano, psicológico, afetivo, educacional e cultural desse naco da sociedade brasileira interessa, no longo prazo, àqueles que empinam o nariz e fazem cara feia, hoje, quando confrontados com a fatura do mutirão redentor. [...] De fato, não haverá país nenhum enquanto parte significativa da juventude, sem acesso a uma educação digna, for empurrada ladeira abaixo para o desemprego, o subemprego e as subeconomias da barbárie.

No que se refere ao tratamento recebido pelo sistema judiciário brasileiro pelos jovens, com opiniões divididas, os profissionais alegaram que há um distanciamento da justiça quanto ao trabalho desenvolvido no abrigo, seja por desconhecimento, seja por não se alinhar com o pensamento daqueles que efetivamente trabalham com os jovens.

A lentidão no julgamento dos casos foi citada pelo profissional A, mas ressaltou que a justiça tem também responsabilidades assim como os profissionais do Abrigo; o profissional B não concorda com as leis e nem com o trabalho do judiciário, enfatizando ainda a falta de fiscalização no cumprimento de medida socioeducativas. O profissional C afirma que não existe envolvimento da justiça brasileira com os abrigos de um modo geral, e, que é preciso que isso seja discutido. O profissional D aponta o distanciamento do judiciário do dia-a-dia do Abrigo, uma vez que recebem críticas que não são construtivas justamente pelo desconhecimento do trabalho realizado pelos profissionais, opinião partilhada pelo profissional F. O profissional E, por sua vez, alega que o judiciário não consegue ouvir outros profissionais, principalmente os envolvidos com sistemas de abrigamento.

A figura de conselhos compostos por membros da sociedade civil é um avanço no plano de firmar transparência e representação dos movimentos de base quer na elaboração, quer no acompanhamento e monitoramento das políticas. Também com a Constituição de 1988 se instituíram os conselhos sociais com tais funções; contudo, a vigilância sobre como se dá a representação da heterogeneidade dos movimentos sociais, o efetivo poder do exercício da autonomia dos conselhos sociais em relação ao governo e sua preparação ou seu poder de conhecimento para a processualística da democracia. (CASTRO *apud* NOVAES & VANNUCHI, 2004, p. 285)

3.2.3 Condições de atendimento aos abrigados

Quanto à rotina diária dos abrigados, as respostas dos profissionais B, C, D, E e F apontaram os horários de alimentação e higiene pessoal. A rotina dos abrigados durante seu tempo livre varia de acordo com as atividades desenvolvidas pelos educadores, sendo que nos fins de semana têm o direito de fazer passeios pela cidade, como ressaltaram os profissionais B, D e F. Esses passeios serão descartados caso o adolescente infrinja as regras do Abrigo, ou seja, serve como uma penalização por seu mau comportamento, de acordo com o relato dos profissionais B, C, E e F. Em relação às visitas recebidas pelos adolescentes, todos os profissionais entrevistados citaram que elas são supervisionadas, ou seja, o adolescente não permanece sozinho com seu familiar até que os vínculos estejam novamente restabelecidos. Os profissionais B, D e E salientaram ainda que nenhum abrigado é medicado na instituição, salvo por instrução médica. Percebe-se que a rotina da casa está em consonância com o estabelecido no Projeto Político Pedagógico da instituição.

Nesse sentido, o profissional A comenta que o abrigo é uma medida de proteção e não tem por objetivo privar a liberdade dos adolescentes e que a casa tem uma rotina comum a todos os lares, com alimentação no mesmo horário, os jovens frequentam a escola, além de cursos extracurriculares.

No que se refere à saúde, ao entrarem na instituição, é realizada uma avaliação médica e não existe possibilidade de medicação na casa, com exceção daqueles prescritos pelos médicos, ressaltado também pelos profissionais B, D e E. Todos que ficam doentes no Abrigo são encaminhados aos hospitais da cidade. As visitas acontecem de acordo com a avaliação da equipe técnica que também colabora com a aproximação gradativa dos jovens e seus familiares, fato também descrito pelos profissionais B, C, D, E e F. O Abrigo fornece todo material necessário à higiene pessoal.

O profissional B, assim como os profissionais C, D, E e F, comentou sobre os horários fixos para o café da manhã, almoço, café da tarde e jantar, além dos cursos que alguns jovens participam e da escola que todos frequentam. Salienta que o banho é obrigatório a todos antes do jantar. Existe a possibilidade de sair para passear com o abrigado e até mesmo dormir na casa dos pais um fim de semana,

por exemplo, e que os adolescentes são punidos com o impedimento de sair nos fins de semana quando cometem alguma infração.

O profissional C relatou que os adolescentes que permanecem na instituição colaboram com a limpeza e conservação da casa. Nos fins de semana não é permitido receber visitas, e também não é permitida a entrada de parentes no interior do abrigo, e eles ficam na sala da equipe técnica. Isso acontece para não promover o acomodamento da família e o movimento contrário de o jovem não ser inserido na família porque entende que o adolescente pode ter uma situação boa no abrigo, além de impedir a invasão da privacidade dos outros jovens. Essas visitas, segundo o profissional C, duram de 20 minutos à uma hora. Quanto às penalidades, o adolescente que quebrar alguma regra da casa é representado em um boletim de ocorrência e encaminhado ao promotor de justiça, além de ser privado das saídas nos fins de semana para passeio, fato também relatado pelo profissional D, que ainda acrescenta que a rotina é comum a todo adolescente e como medida de proteção quando a equipe do abrigo toma conhecimento de algo ameaçador ao abrigado, ele é acompanhado à escola e às demais atividades externas ao abrigo, com vistas a preservá-lo. Salientou que depois do jantar alguns assistem filmes, dependendo dos educadores do dia. As portas dos quartos ficam abertas e não podem ser fechadas em momento algum. Quanto às visitas, esse profissional diz,

As visitas elas se dão mais aos finais de semana. Esporadicamente, é quando a visita tem que ser monitorada pela equipe técnica, principalmente as visitas iniciais de familiares, aí é durante a semana quando a equipe técnica se encontra no abrigo, e daí fica alguém junto e em alguns casos assim em que a gente sente assim que tem que investir mesmo que aquela criança, aquele adolescente, tem que voltar pra casa e a gente vê que a família não ta oferecendo risco naquele momento. Ou assim: a família, digamos o pai e mãe que oferece risco, mas a gente descobriu que tem uma tia que pode ficar com aquela criança, daí essa criança é liberada pra passar os finais de semana ou, às vezes, até ah aquela família vai viajar, a gente pede autorização pro juiz a criança vai. A gente não tem assim aquele cuidado exagerado então a gente investe muito nisso assim na manutenção dos vínculos fora do abrigo. (PROFISSIONAL D)

O profissional E descreveu que, quanto às penalidades, elas dependem da gravidade do fato: se houver ataque físico a algum profissional do abrigo é registrado um boletim de ocorrência. Em infrações mais leves são restringidas as possibilidades de saídas do abrigado para passeios aos finais de semana. Ante o exposto, ambas as penalidades encontram-se em consonância com o que pressupõe o Projeto Político Pedagógico da Instituição.

O profissional F enfatizou que depois do jantar alguns abrigados participam de oficinas de artesanatos e às 22h30 todos devem ir dormir em silêncio. Sobre as penalidades, esse profissional diz:

Quando eles incomodam, eles não saem final de semana. Daí eles não vão ao shopping, na pracinha, eles ficam só em casa. Não pode namorar. É bem complicado: tem que ta com o olho bem aberto, tão pertinho de mão dada, pode sair, se afasta fica um lá e um cá, não pode. Tem que ter respeito. Ainda mais que moram junto aqui. (PROFISSIONAL F)

O advento do ECA possibilitou que os antigos orfanatos e colégios internos passassem a ser denominados abrigos, a partir de então com diretrizes regulando seu funcionamento, tendo como mudança fundamental o abrigamento pelo menor tempo possível, e orientando para a reinserção do jovem na família de origem. (BAPTISTA, 2006 *apud* D'ARÓZ, 2008, p. 46)

A família, nesse intervalo de tempo, também mudou, mostrando uma estrutura frágil, e Baptista (*ibidem*) assinala que os abrigos ganharam em importância na política de atendimento a crianças e adolescentes em situação de risco. Assim, com o ECA, esses seres passaram a ser sujeitos de direitos, por força de lei. O Estatuto prevê o abrigamento da criança que apresenta uma multiplicidade de dificuldades, começando pela impossibilidade dos pais de prover até mesmo o essencial para sua sobrevivência.

O abrigamento ressalta Baptista (*Idem*, p. 48), não é somente dar um teto, mas dar à criança e ao adolescente algumas outras atribuições:

No que se refere às crianças e aos adolescentes, enquanto tiverem que permanecer nos abrigos, a legislação indica que outros esforços devam ser feitos no sentido de propiciar o direito à convivência familiar e comunitária para esta população, seja por meio da colocação em família substituta, por meio da guarda ou pela vivência em abrigos mais semelhantes a uma residência e mais acolhedores que proporcionem atendimento individualizado e personalizado para crianças e adolescentes que lá vivem. A estes sujeitos, o abrigo deve assegurar que sejam assistidos por profissionais das diversas áreas e que sejam aplicadas medidas com objetivo de proteger a criança ou adolescente. A medida de abrigo não pode ser utilizada quando ocorre a constatação de extrema pobreza, ou dificuldades de proporcionar condições de moradia e alimentação de uma família (ECA, 1990, Artigo 23). Mesmo assim, esta medida é comum, pois nem sempre as políticas existentes de proteção à família atendem a demanda de necessitados.

O profissional A respondeu ao questionamento sobre a necessidade de mudanças da rotina analisada no tópico anterior: "A rotina do trabalho realizado no abrigo, devido à especificidade do público atendido, nem sempre é seguida em

sua íntegra, sendo esta modificada sempre que necessário”. O profissional B afirmou que seria necessário que os abrigados trabalhassem, pois entende que o ser humano precisa trabalhar, além de mais atividades externas, como visitas a museus, escolas etc. O profissional C, assim como o profissional F, citou a necessidade de mais atividades lúdico-pedagógicas para dar conta da formação do sujeito. “*Acho que deveriam ter mais atividades como teatro, psicodrama, ginástica do tipo laboral, pra melhorar a rotina*” (PROFISSIONAL C).

O profissional D, por sua vez, apontou a normatização de uma regra só para todos os abrigados em termos de horários e também a liberdade de rotina desses jovens, que deve ser modificada, uma vez que o ideal é que permaneçam o mínimo possível na instituição. Também citou a necessidade de mudanças na estrutura física da casa que deve se aproximar o máximo possível à de um lar. O profissional E avaliou como boa, apesar de dizer que não concorda com a presença de um guarda e de um portão na frente do abrigo, mas justifica como sendo necessário não somente para impedir a saída dos jovens, mas ainda a entrada de estranhos e de pessoas indesejáveis na casa. O profissional F aponta que a divisão do abrigo em gênero seria a ideal, porque no seu entendimento será mais fácil trabalhar com os abrigados.

O profissional B não concorda com todo rigor da rotina, porém entende que seja necessário nas condições que se apresentam atualmente. O profissional D acredita ser necessária e importante a questão dos horários para que os jovens adquiram mais responsabilidades. Dois profissionais, C e F, citaram a necessidade de mais atividades lúdico-pedagógicas, visitas monitoradas, mais acesso à cultura, sendo que o profissional B acredita que seria interessante que os adolescentes tivessem mais acesso a estágios e trabalhos remunerados para que aprendessem uma atividade laboral.

Na questão relacionada à opinião dos profissionais sobre como os adolescentes avaliam suas condições de vida no Abrigo, todos os profissionais entrevistados responderam que inicialmente os jovens avaliam como muito positivas as condições no abrigo, já que se deparam com uma realidade diferente da que estavam acostumados em suas casas, em se tratando de questões materiais. Porém, logo reclamam em relação ao cumprimento de regras e horários para manter a rotina e o estabelecimento de limites, considerados pelos profissionais como novas vivências, já que vêm de ambientes que não propiciam esse tipo de controle.

Os profissionais A, B, C, D, E e F conseguem compreender que os adolescentes percebem os pontos positivos relacionados a questões de infraestrutura (materiais) que encontram na instituição e não na casa da família. Em compensação, quanto ao comportamento e o modo como lidam com as regras torna o convívio difícil. O profissional B acredita que existem relacionamentos positivos de abrigado para educador e também os negativos e que isso pode influenciar de maneira improdutiva no que se refere ao trabalho da instituição. O profissional C também identifica o imediatismo como fator que impede o adolescente de conseguir construir seu projeto de vida; o profissional D acredita que alguns adolescentes conseguem enxergar uma proteção nos momentos iniciais no Abrigo, no entanto quando se deparam com as regras da casa percebe-se sua insatisfação, principalmente porque acontecem as interferências dos profissionais. O profissional E diz que realizou uma atividade no início do ano e comenta que a avaliação dos adolescentes naquele momento foi positiva sobre as questões materiais e também quanto aos profissionais, já negativa no que se refere às regras da instituição e ao ambiente estrutural físico. O profissional F avalia somente como boa, apontando atividades como filmes, passeios e as conversas entre os adolescentes como condições favoráveis oferecidas no Abrigo.

Não é difícil entender porque o adolescente tem restrições quanto à rotina do Abrigo e das regras que lhes impõem limites, uma vez que:

Um dos espaços onde encontram liberdade e novas companhias é a rua. Sem a presença de outro cuidador, a rua tem sido para muitas crianças e adolescentes um contexto de fuga, pois para eles permanecer longe da violência familiar e das dificuldades por eles vivenciadas parece-lhes uma questão de sobrevivência. (KOLLER, *apud* D'ARÓZ, 2008, p. 18)

À pergunta “Em que sentido a equipe do Abrigo poderia melhorar?”, a avaliação de todos os profissionais em relação à equipe de trabalho é ótima e justificaram essa avaliação baseando-se no comprometimento da equipe, com os profissionais A e B salientando que apesar disso, são pouco valorizados. O que foi percebido no momento das entrevistas é que alguns profissionais do Abrigo, principalmente os educadores, encontram-se esgotados de seus trabalhos, sendo que naquele período muitos estavam sob licença médica ou haviam solicitado transferência para outros programas da Rede de Serviços da Secretaria de Assistência Social. Nesse sentido, conforme especificado pelo profissional A:

Hoje precisa-se de nove educadores. Tem um processo seletivo de 220 se eu não me engano, já foi chamado mais de 100 e só conseguiram chamar um. Por quê? Por que eles daí eles fazem concurso [processo seletivo] dizendo que tem tal formação chega lá na hora não tem diploma pra comprovar. Dizem que tem experiência e não tem. E o salário é bom pra trabalhar um dia e folgar dois né, então assim isso a nível médio. (PROFISSIONAL A)

O profissional A apontou a necessidade do aumento do número de educadores, cujo ideal é três por plantão e atualmente existem somente dois, assim como profissional B que incluiu a falta de materiais pedagógicos para o trabalho. O profissional C recomendou momentos de descontração e relaxamento para a equipe técnica. Os profissionais D e F assinalaram a necessidade de capacitações, qualificações e acompanhamento psicológico para a equipe melhorar, além de o profissional D ter mencionado o cuidado que os profissionais de toda a rede de atendimento à criança e adolescente do município devem ter ao se reportar a um adolescente abrigado. O profissional E comentou que não é a equipe técnica que precisa melhorar e sim a compreensão e o entendimento do papel do Abrigo perante outros órgãos que trabalham com a instituição.

Os profissionais D e F citaram a necessidade de mais cursos de capacitação específicos para desenvolver o trabalho com os adolescentes; os profissionais A e B apontaram a escassez de profissionais com o profissional B acrescentando a falta de materiais para desenvolver os trabalhos; técnicas para relaxamento e alívio do estresse pelo profissional C mostram o “peso” das atividades desenvolvidas; por fim, o profissional E citou como dificuldade a incompreensão por parte de outros órgãos públicos e também da sociedade como um todo em relação ao papel dos profissionais do abrigo. Percebe-se que as mudanças permeiam desde materiais didáticos para o trabalho com os jovens até cursos e capacitação para profissionais, bem como o entendimento que os demais profissionais que atendem crianças e adolescentes de Joinville precisam ter com os abrigados.

Na questão sobre o planejamento das atividades desenvolvidas no Abrigo Infante-Juvenil, percebe-se pelas respostas que todos os profissionais têm de elaborar um planejamento das atividades realizadas no Abrigo, de formas diferenciadas, com vários enfoques. Os técnicos educadores desenvolvem projetos que são executados durante um período previamente estipulado. De acordo com o profissional D, no início do ano é elaborado o plano de ação, para o planejamento estratégico. Ressaltando que os especialistas realizam reuniões semanais para

organizar suas rotinas, porém as realizam de acordo com as demandas da casa, não há um planejamento formalizado em papel, somente nestes encontros semanais.

O profissional A disse que existem projetos que são elaborados pelos educadores e aplicados durante 3 meses que somam 30 plantões. O profissional B afirmou que cada dupla de educadores tem a responsabilidade de planejar as atividades, somente as duplas que trabalham à noite é que desenvolvem atividades mais leves, pois os jovens já se ocuparam durante todo o dia. O profissional C disse que o planejamento dos educadores é voltado para atividades pedagógicas e que o planejamento dos especialistas é sempre voltado para os casos e situações do dia-a-dia no intuito de resolvê-los. O profissional D informou que existe o plano de ação que é montado no início do ano e cada profissional repassa à coordenação, que reúne as informações compondo o plano estratégico do Abrigo, mas os educadores realizam o planejamento para seis meses priorizando a preferência das atividades dos adolescentes. O profissional E disse,

Essas atividades elas são feitas e esses projetos eles têm durações de um mês. Vamos dizer é feito uma vez por semana, aquele projeto de xadrez, é feito uma vez por semana. Isso é uma orientação nossa aqui da casa. Os educadores fazem esses projetos e submetem a mim esses projetos tem duração de uma semana, um mês não mais do que dois meses. Porque a criança ela não fica mais tempo aqui. Cada dupla de educador tem sei lá, seus dois, três projetos. Eles têm dois ou três na manga porque dependendo de como está à configuração da casa, mais meninas e menos meninos, ah a gente tem aquele projeto de tricô sei lá né? Então vai interessar mais as meninas do que aos meninos, então de repente a gente vai aplicar esse. Pode acontecer também de eles terem a carta na manga, mas naquele dia eles não queiram fazer aquela atividade: pô, to de saco cheio e não quero fazer essa atividade, então eles têm a carta na manda e joga outra então. Na verdade obviamente eles só vão renovar essas cartas dali uns quatro meses né? Porque são vários projetos e tem os projetos de outros educadores, então eu diria mais ou menos a cada 6 meses. (PROFISSIONAL E)

O profissional F disse que elabora projetos voltados para o artesanato, dinâmicas de grupo e encontros sobre a palavra de Deus.

Questionados sobre a realização da avaliação de desempenho no Abrigo, o profissional A informou, assim como o profissional C, que é realizado o relatório quanti-qualitativo a cada vinte dias, informando o número de atendimentos psicológicos, as visitas familiares, os encaminhamentos, quantidade de escutas, quantidade de usuários no Abrigo. Nesse relatório incluem-se ainda os pontos positivos e negativos, sobre o relacionamento com a rede municipal, compondo o aspecto qualitativo, também salientado pelo profissional D; já o profissional B

assinalou não ter conhecimento da avaliação da instituição, somente dos profissionais; o profissional D, por sua vez, informou que a avaliação é feita sempre no fim do ano; o profissional E cientificou que existe uma avaliação, pois recebeu um questionário do setor de Recursos Humanos da Secretaria de Assistência Social do município, mas não sabe informar a periodicidade. E por fim, o profissional F disse que é discutido sobre o que precisa melhorar nas reuniões do Abrigo.

Ao serem questionados sobre a realização de avaliação de desempenho do Abrigo, a forma que é efetuada e a periodicidade, foram apontadas as reuniões como uma forma de avaliação; os profissionais C e D citaram uma avaliação mensal realizada pelo coordenador do Abrigo que aborda aspectos qualitativos e quantitativos do desempenho da instituição. O profissional D indicou uma avaliação feita anualmente em forma de questionário aplicada aos profissionais do Abrigo.

Em relação à construção de relatórios, periodicidade e os dados que são informados, os profissionais afirmaram que são realizados, conforme segue: o profissional A, assim como o profissional B, D e F, apontou as anotações diárias sobre a rotina do abrigo por parte dos educadores que estão no plantão, em um livro denominado “Livro de registro”, no qual são registrados o comportamento e o desenvolvimento das atividades diárias de cada abrigado. O profissional B explicou que são averbados somente os comportamentos que alteram a rotina da casa (os que chamam a atenção); o profissional C disse que os relatórios são feitos nas reuniões mensais quando são realizadas avaliações pelos especialistas. O profissional D ressaltou que cada dupla de educador possui um caderno de planejamento e, quando o comportamento do adolescente é grave, devem registrar no livro, também comentado pelo profissional F; o profissional E salientou que são realizados relatórios e que é preciso alimentar o sistema para que o judiciário saiba quantos jovens estão abrigados.

O “Livro de registro” foi apontado pelos profissionais A, B, D e F como um instrumento onde são registrados os casos mais graves, e o apontaram como uma forma de relatório. Ele consiste em uma ficha individual de cada adolescente em que são registrados todos os acontecimentos conforme suas ocorrências; o profissional C, porém, indica que é redigido um relatório mensal que aborda aspectos qualitativos e quantitativos da instituição.

Sobre o número de funcionários que atuam no Abrigo Infanto-Juvenil de Joinville, o profissional A, que é coordenador da Instituição, disse que atualmente a

equipe está defasada contando com apenas 25 profissionais, sendo que o quadro prevê 30 pessoas; o profissional B apontou uns 20 profissionais e os profissionais C, D, E e F responderam 30 pessoas, como evidencia a tabela 15 a seguir.

PROFISSIONAIS	NÚMERO DE FUNCIONÁRIOS?
Profissional A	25 funcionários
Profissional B	20 funcionários
Profissional C	30 funcionários
Profissional D	30 funcionários
Profissional E	30 funcionários
Profissional F	30 funcionários

Tabela 15 - Número de funcionários do Abrigo Infanto-Juvenil de Joinville

A propósito de como os profissionais avaliam o desempenho da Instituição a respeito dos cuidados com os abrigados, o profissional A respondeu que a função de todos os profissionais envolvidos no Abrigo é de garantir o máximo de satisfação por parte dos adolescentes, também citado pelo profissional B, que avalia como muito positiva, mas também preocupante; o profissional C avalia como boa devido aos cuidados no atendimento aos abrigados por todos da casa; o profissional D acredita que poderia melhorar se houvesse mais recursos pedagógicos para os adolescentes abrigados; o profissional E acredita que o Abrigo ainda precisa avançar muito, mas também que é uma equipe comprometida e envolvida com o trabalho e o profissional F diz que, considerando a precariedade das condições de vida dos abrigados, o Abrigo tem um bom desempenho.

Na pergunta “Como você avalia o desempenho da Instituição, em relação aos cuidados dispensados às crianças e jovens? Por quê?”, a maioria dos profissionais avaliou como boa e justificaram essa avaliação por conta do envolvimento e comprometimento da equipe de trabalho. Os profissionais D e F afirmaram que os cuidados poderiam ser ainda melhores, com o profissional D ressaltando que seria melhor se houvesse mais recursos materiais e financeiros.

Quando solicitados a apontar os aspectos positivos desse desempenho, o profissional A respondeu que o bom desempenho é resultado do esforço dos

profissionais do abrigo ao fazerem a diferença na vida dos abrigados; o profissional B acredita que se não fosse positivo tantos jovens não retornariam à instituição; o profissional C percebe como positivo o equilíbrio psicológico dos profissionais do abrigo; o profissional D compreende que o ponto positivo está evidenciado no cuidado que esses adolescentes recebem da instituição; o profissional E cita o empenho no tratamento com os adolescentes e o profissional F alega que o ponto positivo é o fato de tirar os adolescentes da rua e da violência.

Os profissionais A, B, D, E acham que os pontos positivos encontram-se no relacionamento com os adolescentes e os cuidados a eles dispensados, ou seja, a possibilidade de promover o cuidado para com os abrigados e também promover a independência desses jovens, que, por conseguinte, demonstram reconhecimento em relação ao trabalho da equipe; os profissionais C e F citaram o empenho da equipe de trabalho como ponto positivo.

Já sobre as dificuldades e os desafios do Abrigo Infanto-Juvenil de Joinville, o profissional A apontou como dificuldade a mistura de gêneros, também ressaltado pelo profissional C, e os transtornos psiquiátricos e de conduta; o profissional B assinalou a imagem do abrigo, pois a sociedade ainda confunde os abrigados com bandidos; o profissional C identificou a dificuldade de encaminhar os adolescentes para o atendimento na rede municipal e a urgência em ensinar aos jovens que existem deveres a ser cumpridos e não apenas direitos. O profissional D comentou que o ideal é criar uma estrutura melhor para o abrigo, capacitar seus profissionais, além de possibilitar melhores discussões entre o judiciário, conselho tutelar e a rede de atendimento à criança e o adolescente de Joinville, também citado pelo profissional E, que ressaltou a importância em direcionar o atendimento para que se obtenha uma uniformidade. E o profissional F assinalou a falta de materiais pedagógicos, a falta de profissionais e o espaço físico que precisa ser maior.

Ao serem questionados sobre as dificuldades e desafios enfrentados pela instituição, os profissionais A e C citaram a questão de gênero, pois acreditam que deveria haver abrigos separados. Além disso, o profissional A ainda identificou a existência da confusão de casos encaminhados ao Abrigo, como por exemplo, adolescentes com transtornos psiquiátricos ou de conduta. Os profissionais C, D e E mencionaram as dificuldades no encaminhamento dos adolescentes a outros serviços públicos, pois além de não terem prioridade no atendimento, muitas vezes não tem conhecimento de como e para onde encaminhar. Os profissionais D e F

ainda citaram a falta de estrutura da casa, escassez de material didático, e de profissionais para a realização dos trabalhos. O profissional B apontou a não aceitação da sociedade como um todo e, principalmente do mercado de trabalho, dos adolescentes que por algum motivo estiveram no Abrigo, confundindo-os com marginais.

Embora suscite sentimentos semelhantes, o cuidado com profissional demandando instrumentos de trabalho próprios. Entre eles, encontra-se a supervisão profissional, capaz de promover o autoconhecimento, para que as atitudes do educador não se transformem em defesas pelas dificuldades em lidar com as próprias emoções. Afinal, o cuidado do educador deve favorecer o processo de crescimento e desenvolvimento da criança. Processo este que também depende do vínculo construído entre eles (D'ARÓZ, 2008, p. 72-73).

Na questão “Existe demanda reprimida? Se existe como vocês evidenciam? Por quê?”, o profissional A, opinião partilhada pelo profissional C, disse que não existe demanda reprimida; já o profissional B disse que existe, porque são encaminhados via justiça, sendo essa a opinião dos profissionais D, E e F. O profissional C afirma que existem outros abrigos que não pertencem à rede municipal e também ONGs que dividem a demanda. O profissional D disse que depende de encaminhamentos do conselho tutelar e o profissional E salientou que o ideal é não aumentar as vagas do Abrigo, pois os jovens deveriam conviver com suas famílias. Dividiram-se as opiniões quanto à demanda reprimida, com os profissionais A e C salientando que não existe, em contraponto à opinião de outros três profissionais B, D, E e F que afirmaram que há repressão de demanda, pois os casos são analisados antes de serem encaminhados ao Abrigo e existe instituições que não são propícias ao abrigamento ou ainda que estão com o número de vagas disponíveis excedido.

PROFISSIONAIS	EXISTE DEMANDA REPRIMIDA?
Profissional A	Não
Profissional B	Sim
Profissional C	Não
Profissional D	Sim
Profissional E	Sim
Profissional F	Sim

Tabela 16: Existe demanda reprimida?

Como informa a Vara da Infância e da Juventude de Joinville, existe atualmente cerca de 97 crianças e jovens entre 0 a 21 anos em situação de abrigo no município. Pelo número de vagas oferecidas no Abrigo Infanto-Juvenil de Joinville, 20 ao todo, percebe-se que existe sim demanda reprimida. E conforme D'ARoz (*Idem*, p. 50):

[...] mesmo com significativas mudanças nas políticas públicas de atendimento a crianças e adolescentes, estes números tendem a crescer, se levarmos em conta o número de famílias em situação vulnerável. Os desafios não param por aqui. Frente a estes dados, outros como o perfil, gênero, motivo do abrigo, realidade familiar são de extrema relevância e merecem atenção e espaço para uma longa discussão.

Arguidos se existe a necessidade de aumentar o número de vagas no Abrigo Infanto-Juvenil de Joinville, todos os profissionais responderam que acreditam não ser essa a melhor solução, pois somente aumentaria o número de adolescentes fora de suas famílias. Assim, a resposta a essa questão foi unânime, pois os profissionais acreditam que não seja saudável a ampliação.

O CMDCA estipula um número máximo de vinte e cinco abrigados por unidade. Nem todos os abrigos obedecem à Resolução que fixa esse limite, e D'Aroz (*Ibidem*) salienta que esse número deve aumentar em decorrência da vulnerabilidade da família contemporânea.

Perguntados se têm ou tiveram alguma proposta para melhorar a instituição, mas que não haviam conseguido colocar em prática, apenas o profissional C respondeu que não teve projeto algum; os profissionais A, B, D, E e F apontaram que possuem projetos nas áreas sociais, esportivas, de inserção do jovem no mercado de trabalho e de ampliação do abrigo, porém dependem de apoio financeiro ou de outras instituições para concretizá-los.

O profissional A apontou projetos de sala de informática, sala de jogos, biblioteca e estruturas melhores para a casa como um todo. O profissional B, por seu turno, também respondeu positivamente, informando seu projeto:

Um abrigo rural, no Cubatão, no Vila Nova, numa terra, eu vejo assim oh, não é tirar de circulação, do meio, é assim oh, com regras mais firmes, com comportamentos adequados tipo assim oh vamos trabalhar. Então quem é a criança abrigada? É aquela que sofreu maus tratos. Então vamos construir um abrigo na zona rural, vamos equipá-lo, vamos fazer, eu acredito, muito na educação para o trabalho, acho que tu tem que produzir aquilo que tu come, vamos plantar alface, ta por quê? Porque tu vai mexer com a terra que é uma terapia, vai cuidar dos animais, vai produzir o teu alimento, o teu sustento, vai ser uma forma de remunerá-lo também. Tem um espaço pra ele poder aprender a mexer com marcenaria, com eletricidade e ao mesmo tempo em que ele possa estudar. Mas que o adolescente seja trabalhado

pra que ele possa produzir e não ganhar tudo de mão beijada, de graça.
(PROFISSIONAL B)

O profissional C respondeu que não tem projeto algum, enquanto o profissional D destacou a criação da sala dos especialistas que antes não existia. O profissional E identifica como projeto ações para eliminar a dificuldade de inserir o adolescente no mercado de trabalho e o profissional F indica a construção de uma quadra de esportes.

3.3 Análise das entrevistas com usuários do Abrigo Infanto-Juvenil de Joinville

Foram entrevistados todos os seis adolescentes que estavam presentes no Abrigo Infanto-Juvenil de Joinville no período da pesquisa, que ocorreu de 20 a 24 de julho de 2009.

Por questões legais e de ética não serão citados os nomes dos adolescentes abrigados, que serão identificados de acordo com o especificado na Tabela 17.

3.3.1 Perfil social dos abrigados entrevistados

As idades dos jovens variam entre 15 e 17 anos, apresentando as demais características, conforme a tabela a seguir.

USUÁRIOS	IDADE	SEXO	ETNIA	CREDO
Usuário 1	16 anos	Masculino	Branca	Católico
Usuário 2	15 anos	Masculino	Branca	Ateu
Usuário 3	17 anos	Feminino	Branca	Evangélico
Usuário 4	17 anos	Masculino	Negra	Católico
Usuário 5	16 anos	Masculino	Negra	Católico
Usuário 6	15 anos	Feminino	Branca	Evangélico

Tabela 17 - Idade, sexo, cor/etnia e religião dos usuários do Abrigo Infanto-Juvenil de Joinville

São todos adolescentes, uma vez que o ECA, em seu artigo 2 define adolescente como a pessoa “entre doze e dezoito anos”. Pochmann (2004, p. 220) analisa a “questão etária como sendo limitada demais para dar conta da juventude e alega que é devido a determinações de cada sociedade, além de vários outros fatores culturais internos”.

Quando perguntados onde nasceram, os usuários 1, 2, 3, 4 e 5 responderam que nasceram em Joinville (SC). Apenas o usuário 6 nasceu no estado do Paraná. Sobre os bairros que residiam antes de estarem no Abrigo, estes responderam que moravam nos seguintes bairros: Comasa (usuário 1), Jardim Iririú (usuário 2), o usuário 3, 4 e 5 vieram de outro abrigo para crianças chamado Casa Lar¹⁴ e por fim, o usuário 6 morou no bairro Petrópolis.

Sobre o tempo de permanência no Abrigo Infanto-Juvenil de Joinville, os usuários 1 e 5 encontram-se há seis meses. Os usuários 2, 4 e 6 encontram-se abrigados há 9, 11 e 4 meses, respectivamente. O usuário 3 é o que mais tempo encontra-se abrigado: 2 anos.

O local de nascimento e há quanto tempo estão no abrigo estão demonstrados na tabela 18 a seguir:

USUÁRIOS	LOCAL DE NASCIMENTO	QUANTO TEMPO ESTÁ NO ABRIGO?
Usuário 1	Joinville	6 meses
Usuário 2	Joinville	9 meses
Usuário 3	Joinville	2 anos
Usuário 4	Joinville	11 meses
Usuário 5	Joinville	6 meses
Usuário 6	Guarapuava	4 meses

Tabela 18 - Local de nascimento e tempo em que se encontra abrigado

Perguntados sobre que série frequentam, as respostas estão assim distribuídas: Todos os seis usuários estudam por módulo presencial via Educação de

¹⁴ O bairro onde se encontra instalada a Casa Lar não foi informado.

Jovens e Adultos¹⁵, sendo que os usuários 1, 2, 4, 5 e 6 cursam módulos de 5ª à 8ª séries e o usuário 3 cursa o ensino médio, também via módulo. Desses, os usuários 1, 2, 3, 4 e 5 estudam no período noturno e o usuário 6 no período matutino. O usuário 6 nunca repetiu de série, os demais já repetiram alguma vez o ano (pergunta de número 19), como mostra a tabela 19 a seguir.

USUÁRIOS	QUE SÉRIE FREQUENTA?	JÁ REPETIU O ANO?
Usuário 1	Módulo de 5ª a 8ª série	Sim
Usuário 2	Módulo de 5ª a 8ª série	Sim
Usuário 3	Módulo 1º ano do 2º grau	Sim
Usuário 4	Módulo de 5ª a 8ª série	Sim
Usuário 5	Módulo de 5ª a 8ª série	Sim
Usuário 6	Módulo de 5ª a 8ª série	Não

Tabela 19 - Que série frequenta e se já repetiu o ano

Os usuários do abrigo cursam os ensinos médio e fundamental, estudando por módulos, lembrando que conforme a Constituição Federal, através do Artigo 205, sobre Educação, Cultura e Desporto:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (GOMES, 2005, p. 135)

Ao serem questionados sobre o que sabe a respeito de seus pais e por que não mora com eles, o usuário 1 respondeu que seu pai é de Balneário Camboriú e que sua mãe o abandonou, “que tem o ‘nariz empinado’ [...] e que não teve condições de cuidar de mim [...] minha mãe adotiva eu vejo todos os domingos”. O usuário 2, por sua vez, disse “Minha mãe verdadeira é usuária de droga [...] O meu pai eu não conheço [...] não resido com ela por questões financeiras”. Já o usuário 3 respondeu: “Que eles fumavam, bebiam, cheiravam quando eu era pequena, foi o que me contaram [...] perderam a guarda porque eles bebem”. “Meu pai [...] morreu em 2007 e minha mãe é alcoólatra [...] sempre visito ela [...] mora sozinha e se vira

¹⁵ A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é o segmento de ensino da rede escolar pública brasileira que recebe os jovens e adultos que não completaram os anos da Educação Básica em idade apropriada. Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/EJA>. Acessado em 12 de novembro de 2009.

sozinha [...] ela achou que no abrigo eu ia ser cuidado”, diz o usuário 4. O usuário 5 nada sabe a respeito dos pais, só que morreram. Por fim, o usuário 6 respondeu que a mãe é morta e que o pai casou novamente “eles bebem muito [...] brigam muito”.

As respostas mostram o rearranjo da família brasileira, ressaltado por D’Aroz (2008, p. 20), visível na transição do modelo nuclear/intacto (pai+mãe+filhos) para a família descasada (mãe+filhos ou pai+filhos) e, posteriormente, recasada (pai + esposa / madrasta + filhos; mãe + esposo / padrasto + filhos).

Feres-Carneiro (*apud* D’ARÓZ, 2008, p. 20) assinala que:

Pesquisas indicam que esta passagem de um modelo a outro, exige dos membros da família uma adaptação às mudanças de relacionamento, papéis e estrutura familiar, assim como às demandas do mundo externo. Esse processo de transição se caracteriza, na maioria das vezes, como um momento de crise.

Ainda sobre essa situação apresentada, a de famílias consideradas irregulares, D’Aroz (2008, p. 68) adverte:

De acordo com Bowlby (1990), uma criança que tem pais afetivos e vive em um lar bem estruturado, no qual encontra conforto e proteção, consegue desenvolver um sentimento de segurança e confiança em si mesma e em relação àqueles que convivem com ela. Do contrário, se uma criança cresce em situação irregular (afastada da vida familiar), pressupõe-se que sua base de segurança tende a desaparecer, o que pode prejudicar suas relações com os outros, havendo assim, prejuízos nas demais funções de seu desenvolvimento se agravando no período da adolescência.

3.3.2 Representações sociais dos abrigados sobre as condições de abrigamento

Ao retratar a rotina do abrigo, em resposta à pergunta, foi possível perceber que a maioria acorda entre 07h30 e 08 horas, e o café é servido entre 08 e 09 horas, depois limpam a casa e assistem TV ou ouvem música e aqueles que estudam, trabalham ou fazem curso cumprem seus compromissos. A partir das 11h30 e até as 13 horas servem o almoço. Depois do almoço e entre o café que está disponível a partir das 15 horas os usuários assistem TV, ouvem música, estudam, dormem, e também aqueles que fazem cursos ou estudam, cumprem suas obrigações. Às 19 horas o jantar é servido e depois os usuários assistem novela ou filme e entre 22 e 22h30 todos apagam as luzes e fazem silêncio para dormir. Entre as atividades que

realizam fora do Abrigo, encontram-se cursos de informática, secretariado, digitação, atividades esportivas, dança e música.

Baptista (*apud* D'ARÓZ, 2008, p. 49) que o abrigo deve tentar reproduzir

[...] um cotidiano similar ao de um ambiente residencial, o que não significa substituir a família ou imitá-la, os abrigos implantaram em sua proposta um atendimento personalizado. A idéia é que o abrigo tenha as características de uma casa familiar, e para isso propõe que funcione em uma casa térrea, com dependências similares às de uma casa nos padrões normais, de fácil acesso a todos os recursos (saúde, educação, lazer).

Todos os usuários realizam alguma atividade fora da casa além do estudo em turnos diferentes pelo menos uma vez por semana, apesar de constar como solicitação de melhoria na casa mais oportunidades de atividades: *“a educação mais cursos mais opções eletricitista, mecânico, soldador, informática”*. (USUÁRIO 2); *“Eu acho que é as atividades assim devia ter mais atividades tipo sair, mais poder, atividades pra gente fazer aqui dentro mesmo de artesanato assim, é acho que é isso”* (Usuário 6). Nesse quesito o Abrigo está deixando a desejar, pois em muitos momentos durante a entrevista, foi percebido alguns jovens em frente à televisão durante o período vespertino, quando poderiam estar realizando alguma atividade lúdico-pedagógica e/ou comunitária como determina o Estatuto.

Nesse sentido, D'Aroz (2008, p. 71) enfatiza:

Cabe ao cuidador a tarefa de promover um espaço, seja no contexto familiar, educacional ou institucional, desde que, este, proporcione a criança subsídios para se desenvolver. Os aspectos que irão possibilitar o desenvolvimento devem haver desde a concepção, pois apenas assim a criança terá chances de atingir um desenvolvimento cognitivo, emocional e social pleno e saudável.

Os usuários 1, 2, 3, 4 e 6 disseram que acordam às 8 horas, tomam café da manhã, fazem atividades pedagógicas com artesanato até o meio-dia e dinâmicas de grupo com o educador. Tomam café da tarde às 15 horas e fazem trabalhos ou têm o tempo livre. Depois do jantar, assistem filmes e/ou novela até 22/22h30 e vão dormir. O usuário 2, assim como o usuário 3, diz que gosta das refeições e que faz curso de secretariado e música. O usuário 3 assinalou que vai iniciar um curso de informática. O usuário 4 revelou que no domingo almoça com uma tia e que trabalha “no pet shop, lavo cachorro, boto na gaiola eu trabalho todas as quartas à tarde”. O usuário 5 acorda às 6 horas porque trabalha “na Celesc, no computador”. Participa de dança de rua aos sábados e no “CIEE eu vou 2ª e 4ª a tarde toda”. O usuário 6 estuda.

Na análise das respostas dos pesquisados, percebe-se a importância que eles dão ao cuidado recebido, cuidados básicos diários como: alimentação, saúde e educação. Mas, além desses aspectos, cuidar é também orientar, trabalhar regras e limites, de acordo com D'Aroz (*Idem*, p. 170).

Todos os 6 usuários entrevistados disseram que gostam das refeições, com o usuário 1 relatando que as refeições naquele período estavam ruins, alegando inclusive que o prefeito da cidade almoçou na casa e naquele dia o almoço estava muito bom, mas em compensação nos outros dias deixaram a desejar, mas que nem sempre foi assim, em geral a comida é boa. Todos os seis usuários estudam, sendo que os usuários 1, 2, 4, 5 e 6 cursam módulos de 5^a à 8^a séries e o usuário 3 cursa o ensino médio, também via módulo que corresponde à Educação de Jovens e Adultos, com aulas presenciais e/ou semipresenciais. Desses, os usuários 1, 2, 3, 4 e 5 estudam no período noturno e o usuário 6 no período matutino. Os usuários 1, 2, 3, 4 e 5 são repetentes.

A importância do estudo e da educação está expressa na LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), que encara o jovem sob três perspectivas, segundo Costa (*apud* NOVAES; VANNUCHI, 2004, p. 245):

1. A perspectiva da *pessoa* (“o pleno desenvolvimento do educando”).
 2. A perspectiva do *cidadão* (“seu preparo para o exercício da cidadania”).
 3. E a perspectiva do *futuro profissional* (“sua qualificação para o trabalho”).
- O artigo 2º da LDB nos dá o ideal antropológico da educação brasileira:
Art. 2º - A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Ainda Costa (*Idem*, p. 252) “De acordo com o Paradigma do Desenvolvimento Humano, educar é transformar o potencial de uma pessoa em competências, capacidades e habilidades”.

Apesar da diversidade das respostas, algumas positivas e outras negativas, é importante ressaltar que o abrigo constitui o ambiente imediato de maior impacto na vida dos abrigados, ou seja, é o espaço no qual eles realizam um bom número de atividades, passam a assumir papéis e responsabilidades e ainda estabelece um relacionamento pessoal. Trata-se de uma situação que pode durar pouco ou muito tempo.

Os padrões de interação, conforme persistem e progridem por meio do tempo, constituem os veículos de mudança comportamental e de desenvolvimento pessoal, igual importância é atribuída às conexões entre

as pessoas presentes no ambiente, à natureza desses vínculos e à sua influência direta e indireta sobre a pessoa em desenvolvimento. (HADDAD *apud* D'ARÓZ, 2008, p. 29)

É possível depreender ainda a existência, mesmo que subliminar, de uma troca, como bem ressalta D'Aroz (2008, p. 170):

O adolescente espera do educador algo mais do que o cuidado eficiente e diário. A tarefa do educador de mediar as atividades e as necessidades do adolescente faz parte do campo de ação. O educador também espera o mesmo do adolescente. O diferencial está na qualidade do cuidado do educador e na intensidade da relação entre eles. A relação pode nascer de um pequeno gesto e, assim a segurança vai crescendo e o adolescente vai ultrapassando os obstáculos, vai definindo qual o melhor caminho a seguir e o comportamento a adotar.

Quando questionados sobre quais atividades gostariam de desenvolver esportes diversos foram citados pela maioria dos entrevistados, seguidos de artes, dança e música com duas indicações para cada modalidade. Música (Usuários 1, 2); oficinas de recreação, artes, esportes (usuário 2), dança (usuários 2 e 5); digitação, informática, ginástica rítmica, dança de salão (usuário 3); futebol, judô, (usuário 4); vôlei (usuários 4 e 5); futebol de salão (usuário 5), e, por fim, artesanato (usuário 6). Aos usuários também foi perguntado sobre quem cuida deles durante o dia e se gostam da forma como são cuidados. Os educadores foram citados por todos os usuários como a pessoa responsável por cuidar deles durante o dia, cujas respostas encontram-se na tabela 20 a seguir.

USUÁRIOS	QUEM CUIDA DE VOCÊS DURANTE O DIA
Usuário 1	Os educadores (as)
Usuário 2	Os educadores (as)
Usuário 3	Os educadores (as)
Usuário 4	Os educadores (as)
Usuário 5	Os educadores (as)
Usuário 6	Os educadores (as)

Tabela 20 - Quem cuida dos abrigados durante o dia?

Bronfenbrenner (*apud* D'Aroz, 2004, p. 84) afirma que: “[...] instituições infantis como contextos de desenvolvimento, também constituem princípios gerais experimentais para uma ecologia do desenvolvimento humano”.

Nesse sentido, o autor assinala que se a instituição abrigadora proporcionar aos abrigados um ambiente limpo, espaçoso, tranquilo, com atividades diversas e cuidados adequados, a criança pode até desenvolver-se nela de uma forma mais saudável do que junto da sua família.

Fernandes (*apud* NOVAES; VANNUCHI, 2004, p. 262) salienta que para atender essas necessidades dos adolescentes deveria provocar respostas de diversos setores da sociedade: “[...] ações esportivas para quem é de esporte; música e arte para quem é de cultura; mediação de conflitos para o pessoal do direito; acesso ao mercado de trabalho, cuidado com os equipamentos [...]”.

Sobre a forma como são cuidados, os usuários gostam de como são cuidados, os usuários 3, 4, 5 e 6 responderam que gostam. O usuário 1 relatou que depende do educador e o usuário 2 disse que não gosta. Portanto, a maioria dos jovens abrigados gosta da forma como são cuidados. O usuário 1 respondeu que depende do educador “porque tem educadores que são muito grossos [...]”. O usuário 2 disse: “sinceramente não”, alegando que se sente em uma cadeia “quando saio sou revistado e quando entro sou revistado”. Já o usuário 3 ressaltou que gosta, porque recebe atenção e carinho, assim como os usuários 4, 5 e 6, este último ressaltando que são vigiados toda hora e que até acha que são filmados.

Sobre esse assunto, Marlene Schüssler D’aroz (2008, p. 74) nos diz:

[...] essa relação de apego entre o educador e o menino tem acontecido a partir das relações diárias. É natural em um ambiente como o abrigo, educadores construirão vínculos afetivos e emocionais com os meninos, o que assume grande importância no cotidiano de todos os envolvidos. Quando os meninos chegam ao abrigo estão fragilizados, trazem consigo uma carga emocional muito grande, resultado das dificuldades vivenciadas na família e motivo pelos quais estão sendo abrigados.

No que refere às instituições socioeducativas, Soares (*apud* NOVAES; VANNUCHI, 2004, p. 144) Ressalta que

Quando seria necessário reforçar a auto-estima dos jovens transgressores no processo de sua recuperação e mudança, as instituições jurídico-políticas os encaminham na direção contrária: punem, humilham e dizem a eles: “Vocês são o lixo da humanidade”. É isso que lhes é dito quando são enviados às “instituições socioeducativas”, que não merecem o nome que têm – o nome mais parece uma ironia.

D’Aroz (2008) revela que alguns estudos mostraram que o ato de cuidar não deve ser confundido com o de dar assistência e dar ênfase a questões de higiene. A literatura nacional, segundo a autora (p. 65):

[...] foi acusada de "atrapalhar" o desenvolvimento da ação pedagógica restringindo as atividades educativas apenas aos intervalos que "sobravam" para o educador. Tais discursos e acusações decorriam da falta de definições precisas do que sejam o cuidar e o educar em relação a crianças. Também demonstravam a ausência de uma integração efetiva entre as noções de saúde e educação, além de denunciar uma restrição indesejável tanto nas concepções de cuidado, quanto nas de educação da criança.

Quando os usuários ficam doentes são encaminhados ao Posto de Atendimento 24 horas, segundo os usuários 1, 4, 5 e 6; em casos mais graves ao Hospital Infantil de Joinville para que sejam avaliados, respondeu o usuário 3, assim como os remédios que são fornecidos apenas com orientação médica, de acordo com os usuários 2, 3, 4 e 6.

Sobre o que é permitido aos usuários realizarem no Abrigo, as respostas foram: segundo o usuário 1, não pode namorar, "ficar de agarramento", xingar, beijar, fumar, este item também apontado pelo usuário 2, que acrescenta que não pode ver cliques, somente pode "conversar e brincar", estes aspectos também citados pelos usuários 3 e 5. O usuário 4 salientou que primeiro a limpeza depois as outras atividades. O usuário 5 disse que sexo não pode. O usuário 6, por sua vez, respondeu que "pode assistir TV [...] tem horário pra assistir TV [...] estudar [...] fazer as atividades do colégio".

Apenas 3 usuários (2, 3 e 5) responderam que podem brincar, conversar, dançar e ouvir som e os demais não opinaram a esse respeito. Todos se referiram à proibição de namorar e deitar fora de hora, com os usuários 1 e 2 respondendo que não podem fumar. Estas proibições constam no Projeto Político Pedagógico da Instituição.

O Abrigo tem normas internas que devem ser conhecidas e respeitadas por todos os abrigados. Limites são necessários, até porque a adolescência é considerada como um novo nascimento. Costa (*apud* NOVAES; VANNUCHI, 2004, p. 244) citando Cláudia Jacinto diz que o ser humano nasce duas vezes, com o segundo nascimento "*na adolescência, quando – desafiados a construir identidade e projeto de vida – nascemos para nós mesmos e para a sociedade*".

Ressalta o autor que é na realização dessas duas tarefas, a construção da identidade e do projeto de vida, que se caracteriza a transição ou travessia da infante-adolescência para o mundo adulto.

D'Aroz (2008, p. 100) ressalta que,

Aprendemos muito uns com os outros, e a criança aprende com os adultos do seu convívio os valores fundamentais para sua existência. Precisam de limites e de regras claras para pautar suas atitudes, mas precisam igualmente de compreensão e de afeto. O educador deve se conscientizar que cada atitude sua é um recado que manda para a criança a que atende. Entretanto, a sua autoridade pode ser exercida em bases democráticas, sem autoritarismo.

Na sequência, foram questionados sobre o que acontece quando eles desobedecem, quando algum usuário transgride as regras da casa. O usuário 1 respondeu que “se for de noite, vai dormir”, e se for dia, são chamados à atenção e conforme a gravidade, registrado no Livro e penalizado, mesmas respostas dos usuários 3 e 5. O usuário 2 disse que conforme a gravidade “chamam a polícia”. O usuário 4 disse que quando há fuga de algum adolescente, é aplicado o castigo 24 horas, ou seja, trabalhar na limpeza. O usuário 6 ressalta que “não pode sair fim de semana [...] eles chamam pra conversar”.

A política adotada é sempre a conversa inicialmente, como relatado por todos os usuários. O usuário 2 ainda acrescentou que a polícia é solicitada quando a conversa não resolve. Uma das respostas mais citadas foi a privação de saídas nos fins de semana e também que os usuários devem permanecer no quarto e não podem sair do quarto como castigo (USUÁRIOS 1, 3, 5 e 6). Por fim, o usuário 6 apontou que como punição ao usuário em fuga, ele fica responsável pela limpeza da casa.

O artigo 27 do Projeto Político Pedagógico do Abrigo informa:

Será vedada a aplicação de medidas disciplinares prejudicial à formação do educando e/ou que esteja desacordo com o ECA. Os casos extraordinários serão discutidos em primeira instância pela equipe técnica do abrigo e posteriormente com o juizado da infância e juventude. (Art. 27º PPP - ABRIGO INFANTO-JUVENIL DE JOINVILLE)

Sobre a punição, D’Aroz (2008) ressalta que tirar as coisas que o adolescente gosta nem sempre funciona. Segundo Aratangy (*apud* D’ARÓZ, 2008, p. 133), castigo é parte integrante do processo educacional e por isso não deve ser utilizado como um ato de vingança ou penitência. Ressalta ainda que a punição tem de ser aplicada imediatamente após o delito e ser de natureza a oferecer a possibilidade de reparação, de corrigir o que foi mal feito.

Por fim, Koller (*Idem*, p. 134) afirma que:

[...] assim como os pais podem determinar aspectos de PROTEÇÃO (envolvimento, afeto, regras claras, responsividade etc.), podem determinar

também aspectos de RISCO (punição física, negligência, regras inconsistentes ou ausência de regras etc.).

Quando questionados sobre se possuem amigos na casa e quem são eles, compondo a 24ª questão, interessante ressaltar que os amigos e colegas citados pertencem ao sexo masculino, nenhuma amiga foi referida pelos usuários entrevistados e a média de idade dos colegas descritos concentra-se na faixa etária entre 14 e 16 anos.

Os usuários 1 e 6 dizem “que na verdade não, só colegas”, opinião compartilhada pelo usuário 2 que diz ter um primo na casa, que é seu amigo. Os usuários 3 e 5 também dizem não ter amigos na casa. Já o usuário 4 diz ter quatro amigos na casa.

A adolescência é uma fase de transição um pouco delicada e complicada para muitos seres humanos. “Quando ele chega nesta fase precisa aprender a lidar com as mudanças ao seu redor, seja na família, na escola, com os amigos e com a comunidade” ressalta D’Aroz (2008, p. 171).

Além de servir como moradia, o processo de abrigamento pode causar traumas irreversíveis ou os melhores momentos da vida desses sujeitos. São momentos em que seu universo familiar (seus laços de parentesco, amizades e vizinhança) fica suspenso e ameaçado e é substituído por uma instituição que o acolhe, passando a conviver com inúmeras crianças e profissionais, de diferentes contextos familiares (ERNESTO; ROSA, *apud* D’Aroz, 2008, p. 48).

A 27ª questão aborda o que os usuários apontariam de bom na instituição, e o usuário 1 respondeu que o pedagogo e a coordenadora o auxiliam muito; o usuário 2 nada aponta de bom na casa; o usuário 3 indica a comida, as brincadeiras, TV e som; os profissionais do Abrigo são apontados pelo usuário 4 ressaltando os cuidados recebidos dizendo que por isso “vai sair bem daqui” e que nada tem a reclamar, além de enfatizar o grupo de dança que o auxiliou a deixar as drogas; já o usuário 5 diz ter paz e amor. E o usuário 6 não conseguiu responder o que apontaria de bom na casa, afirmando que gostaria de deixar a casa e que sua família mudasse e o desse mais valor.

Stoltz (*Idem*, p. 112) diz que “a criança solicita o fazer conjunto (no brincar, comer, passear, aprender, rir, jogar...)”. Saliencia esse autor que o fazer em conjunto, aliado ao atendimento que recebe permite o estabelecimento da relação afetiva e a conquista da confiança da criança na pessoa do cuidador.

Nesse sentido, também Campos (*Ibidem*) ressalta que o cuidar inclui todas as atividades ligadas ao cotidiano de qualquer criança: "alimentar, lavar, trocar, curar, proteger, consolar, todas as atividades que são integrantes ao educar".

As opiniões dos autores citados convergem para o conjunto das atividades cujo objetivo é atender as necessidades da criança no seu processo de crescimento e desenvolvimento.

Para finalizar, a 28ª questão trata dos quesitos que deveriam melhorar no Abrigo, percebendo-se nas respostas que, para além apenas das melhorias de estruturas físicas da casa, propiciando maior privacidade, os jovens abrigados necessitam ser melhor tratados em seu cotidiano. Também almejam mais liberdade para namorar e sair, questões estas últimas vedadas segundo o PPP do Abrigo Infante-Juvenil de Joinville.

Assim sendo, responderam que deve ser liberado "o ficar e o beijar" dentro da casa, as saídas, ter mais tempo para sair aos fins de semana, assistir diversos filmes e ter um bom aparelho de som, dormir às 23h30, liberação de medicamentos, mais educação por parte dos educadores que por vezes são estúpidos, punição rigorosa para quem fala palavrão, ter um espaço maior na casa, uma quadra de esportes e armários individuais, apontado pelo usuário 1. O usuário 2 acredita que deveria melhorar tudo: alimentação, saúde, mais opção de cursos, melhorar o espaço da casa e também liberar o namoro. O usuário 3 relata que a comida no Abrigo já esteve melhor, o relacionamento entre os usuários deve melhorar, o quarto devia ser maior, mais banheiros, devia ser mais prolongado o horário para acordar, além de afirmar que deveria aumentar o salário dos profissionais do Abrigo e que eles devem "pegar mais firme" com os usuários. Já o usuário 4 acredita que o espaço do Abrigo deve aumentar, ter uma quadra de esportes, não deveria ter criança junto com adolescente na instituição, aumentar o comprimento do portão para os usuários não fugirem, consertar a pia da cozinha que está caindo e também que os usuários devem parar de falar palavrão. O usuário 5 diz que deve existir paz, amor e mais respeito, que os usuários devem ajudar a limpar a casa e aumentar o tamanho dos quartos. E, por fim, o usuário 6 diz que o Abrigo é uma oportunidade para que os usuários mudem de vida, que deve oferecer mais atividades e que os educadores devem ser menos estúpidos com os usuários dentro da casa.

Rizzini (*Idem*, pp. 121-122) fala dos resultados de um estudo de sua autoria sobre jovens moradores de rua, assinalando "que estes jovens necessitam não só

de lugares seguros, serviços de saúde e educação, mas também de ambientes oportunistas, ou seja, estruturas de oportunidades precisam ser construídas ininterruptamente”.

D’Aroz (2008) também cita estudos de Acosta e Vitale, que concluíram que quando a criança recebe afeto a sociedade deixará de abrigar um possível transgressor, que receberia, como consequência, a exclusão social. A “falta de cuidados pode desencadear a agressividade destrutiva na infância e esta apresenta alta correlação com a delinquência e o uso de drogas na adolescência” (p. 114).

[...] entender o aumento da delinquência juvenil nos nossos dias como um sintoma do conjunto da sociedade, efeito do venho chamado de *tenagização* da cultura ocidental. Com isto quero dizer que o adolescente “sem lei”, ou à margem da lei, é efeito de uma sociedade em que ninguém quer ocupar o lugar do adulto, cuja principal função é ser representante da lei diante das novas gerações. (KEHL *apud* NOVAES; VANNUCHI, 2004, p. 96).

3.3.3 Concepções sobre família, direitos sociais e adolescência

Solicitada a opinião dos usuários sobre o que pensam do estudo, para que serve o estudo, percebe-se pelas respostas que os usuários valorizam o estudo na medida em que ele pode auxiliar na melhoria da condição econômica e de vida também, como se constata na fala dos adolescentes. “Ah pra mim o estudo é fundamental porque serve pro futuro né, se eu não estudo hoje amanhã eu não sou ninguém né” (USUÁRIO 2) ou então “Acho que é essencial né pra arrumar um emprego bom, pra se formar, ah pra ser diferente né, sei lá. Assim é essencial, sem estudo a gente não vai conseguir emprego bom”. (USUÁRIO 6)

O usuário 1 disse que é importante para garantir o futuro, para trabalhar, opinião compartilhada pelos usuários 2, 3, 5 e 6, tendo o usuário 3 citado que serve para entrar na faculdade. O usuário 4, por sua vez salientou que “serve para ter a mente mais ocupada e também aquele que consegue estudar sempre tem que ajudar o próximo”. Já o usuário 5 disse que estudando pode conseguir uma boa casa. O usuário 6, por sua vez, disse ser essencial para ser diferente.

O direito ao estudo é um dos direitos assegurados a todo ser humano. Direitos humanos são comuns a todos, sem distinção de etnia, nacionalidade, sexo,

classe social, entre outros. São naturais e universais. Esses direitos são reconhecidos e proclamados pela Constituição Brasileira, que reza em seu artigo 3º:

Construir uma sociedade livre, justa e solidária; garantir o desenvolvimento nacional; erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Os direitos sociais, por sua vez, incluem a educação, saúde, moradia, trabalho, lazer, segurança, previdência social, proteção à maternidade e à infância e assistência aos desamparados, e estão no artigo 6º da Constituição.

O acesso à escola não garante, por si, uma educação de boa qualidade. Três aspectos associam-se [...]. O primeiro aspecto diz respeito ao dualismo explícito formalmente ou pelo tipo de escola que se oferece e que se perpetua ao longo de nossa história: uma escola de acordo com a classe social [...]. O segundo [...] ao desmonte da escola básica, tratando-a não como direito, mas como filantropia e mediante campanhas de “amigos e padrinhos da escola” ou “adoção e voluntariado”. Finalmente, nos anos 1990, a desqualificação da escola básica pública se efetiva mediante a adoção unilateral do ideário da pedagogia do mercado: pedagogia das competências e da empregabilidade. (FRIGOTTO *apud* NOVAES; VANNUCHI, 2004, p. 192)

Quando percebe que existe essa dicotomia, que a escola e a educação não vai lhe garantir um futuro melhor, o jovem a abandona.

Constata-se, por exemplo, que os jovens filhos de pobres no país encontram-se praticamente condenados ao trabalho como uma das poucas condições de mobilidade social. Porém, ao ingressar muito cedo no mercado de trabalho, o fazem com baixa escolaridade, ocupando as vagas de menor remuneração disponíveis, quase sempre conjugadas com posições de subordinação no interior da hierarquia do trabalho. (POCHMANN, *Idem*, p. 233)

Sobre o que pensam de um adolescente na idade deles trabalhar (questão 21), importante salientar que todos os entrevistados vêem no trabalho fatores positivos tanto ligados ao momento atual de suas vidas como ao futuro. O usuário 1 respondeu que é bom e que deveriam começar a trabalhar já aos 12 anos. O usuário 2 também é favorável ao trabalho (mesma opinião dos usuários 5 e 6) e disse que “o adolescente que não trabalha é vagabundo”. Já o usuário 3 acha importante, pois podem comprar roupa, comida e ajudar a família. O usuário 4 acha interessante, uma vez que pode comprar uma casa e constituir família.

Costa (*apud* NOVAES; VANNUCHI, 2004) faz uma interessante analogia entre o trabalho e a figura do “vencedor”, surgida nas últimas três décadas e analisadas por Sennett (1999) em seu livro “A corrosão do caráter.

Os indivíduos, afetados pela competição crescente por empregos inseguros, começaram a adaptar suas condutas psicológicas ao perfil social do “vencedor”. O “vencedor” deve ser maleável, criativo, afirmativo e, sobretudo, superficial nos contatos pessoais e indiferente a projetos de vida duradouros. [...] ele deve aprender a não ter elos sólidos com família, lugares, tradições culturais, antiga habilidades [...]. (*Idem*, p. 79):

Continuando sua análise, Costa (*Idem*) diz que no mercado de trabalho da sociedade capitalista o valor do sujeito está em como ele se veste, os adornos que usa, o tipo de automóvel que tem, as relações sociais que cria. São fatores importantes para avaliarem-se as perspectivas dos jovens abrigados.

Ainda em relação ao funcionamento do mercado de trabalho, verifica-se que o desemprego de jovens de baixa renda é bem maior (26,2%) do que o desemprego dos jovens de renda elevada (11,6%). Por fim, cabe ainda destacar a relação entre nível de renda e educação, uma vez que entre os jovens pobres apenas 38,1% estudavam, enquanto entre os jovens ricos inativos 80% estudavam. (POCHMANN, *Idem*, p. 233)

Em se tratando da idade adequada para um adolescente trabalhar, os usuários 4, 5 e 6 apontam 16 anos como a melhor idade para iniciar no mercado de trabalho. A opinião dos demais ficou assim distribuída: 18 anos (USUÁRIO 3), 14 anos (USUÁRIO 2) e 12 anos (USUÁRIO 1) como mostra a tabela a seguir. Os motivos para essas escolhas permeiam os temas: “têm maturidade” (USUÁRIO 1), “têm mais experiência” (usuários 3, 5 e 6); “para não cair nas drogas” (USUÁRIO 2) e, por fim, “para começar a se preparar” (usuário 6). Enfatiza-se o que especifica o ECA no artigo 60 “É proibido qualquer trabalho a menores de quatorze anos de idade, salvo na condição de aprendiz”. (ECA, p. 11)

USUÁRIOS	QUE IDADE É IDEAL PARA O ADOLESCENTE TRABALHAR?
Usuário 1	12 anos
Usuário 2	14 anos
Usuário 3	18 anos
Usuário 4	16 anos
Usuário 5	16 anos
Usuário 6	16 anos

Tabela 21 - Idade que os adolescentes consideram ideal para trabalhar

A esse respeito, Pochmann (2004, p. 230) apresenta como condição para melhorar as condições de ingresso no mercado de trabalho a “*postergação da inatividade juvenil*”, citando a experiência do Programa Bolsa Trabalho, da Secretaria do Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade da Prefeitura de São Paulo, onde os resultados obtidos foram a elevação da escolaridade além de adiar a entrada dos jovens no emprego, pois se garantiu uma renda associada à aprendizagem teórica e práticas comunitárias. Iniciativa fundamental, segundo o autor, para a reprovação do trabalho precoce. Pochmann (*Idem*, p. 239) ainda salienta que “[...] o Brasil necessita apoiar decididamente a educação para o conjunto da juventude, libertando-a da condenação ao trabalho pela sobrevivência”. Os adolescentes (USUÁRIOS 1 e 5) trabalham como Adolescentes Aprendizes na Celesc em parceria com o CIEE de Joinville atualmente.

Soares (*apud* NOVAES; VANNUCHI, 2004, p. 141) constata que, paradoxalmente, no Brasil para os jovens oriundos da classe baixa quase não há adolescência, ou seja, “salta-se direto da infância ao mundo do trabalho (ou do desemprego)”.

A 23ª questão investiga o que é ser jovem na opinião dos entrevistados. O usuário 1 respondeu que é descobrir coisas novas, idéias, trabalhos, namoro, mulheres, sexo, é descobrir o mundo; o usuário 2 relata que se trata de felicidade, dos amigos, dos estudos e das brincadeiras. Já o usuário 3 diz que ser jovem é ser livre, voar, crescer, brincar e rir. O usuário 4 afirma que é “uma coisa muito boa”, também é andar, conversar com os amigos e saber distinguir o certo do errado. O usuário 5 acredita que é se divertir, brincar, dançar, jogar e trabalhar. Por fim, o usuário 6 aponta para a descoberta de muitas coisas e para pensar em ter a própria vida, a própria casa e também no trabalho. Com efeito, nessa faixa etária “[...] convivem contraditórias imagens e expectativas: juventude perigosa, juventude como lugar de esperança, juventude como paradigma do desejável e muitas outras” consideram Novaes e Vannuchi (2004, p. 10). Ribeiro (*apud* NOVAES; VANNUCHI, 2004, p. 24) explica com mais detalhes o que é ser jovem:

Uma certa fase da vida, quando já se saiu da infância e da dependência, e ainda não se entrou na fase marcada pelas exigências do casamento, da paternidade, da produção, desenha um espaço livre para a busca do próprio caminho e a contestação sistemática do que até hoje funcionou. Esses 10 a 20 assumem, assim, vários sentidos. São fundamentais, para cada um, na sua escolha do rumo a tomar na vida.

Corroborando, Ribeiro (*Idem*, p. 27), diz que “A idéia de liberdade pessoal, em nossa sociedade, está cada vez mais marcada por valores que associamos à mocidade. O corpo bem cuidado, a saúde, a liberdade até mesmo de desfazer relacionamentos, a possibilidade de sucessivos recomeços afetivos e profissionais: tudo isso tem a ver com uma conversão do humano em jovem”.

A respeito do que pretendem ser no futuro, respostas à 25ª questão, o usuário 1 diz que quer administrar uma lanchonete, ser DJ, estudar, ter a própria casa, o seu carro, deseja ter a sua vida e não pensa em construir uma família e ter filho agora. O usuário 2 respondeu que quer ser um cara sensato, humilde, quieto e que deseja ser eletricitista. Já o usuário 3 sonha em ser advogado. O usuário 4 deseja ser uma pessoa de bem e também ser veterinário. O usuário 5 afirma que será “um bom rapaz de vida” que não usa drogas, que também será dançarino e que deseja construir uma família e ter dois filhos. Por fim, o usuário 6 quer ser médico. Sobre se tem outra vontade ou sonho, representando a 26ª questão, o usuário 1 quer morar na praia, ter um bom carro e um bom trabalho; ser cabo do exército, salienta o usuário 2; o usuário 3 sonha em ter a sua família de volta; ser bombeiro ou policial, diz o usuário 4; já o usuário 5 quer sair do abrigo e ter uma casa e uma família, e o usuário 6, por fim, quer ser psicólogo e ter a própria casa.

A tendência geral, afirma D’Aroz (2008), é que as pessoas oriundas de uma família desajustada queiram construir uma família boa, ou seja, aquela que se desejou, mas não teve. Essa foi uma das opções mais apontadas pelos abrigados.

A geração dos jovens atualmente é bastante afetada por desencanto, incertezas quanto ao futuro, distanciamento em relação às instituições, descrença na legitimidade das mesmas e na política formal, além de resistência a autoritarismos e à “adulocracia” (RIZZINI *apud* D’AROS, 2008, p. 60).

Soares (*apud* NOVAES; VANNUCHI, 2004, p. 148) explica que:

[...] ter um emprego é muito mais que se credenciar a um salário; é fazer parte de um grupo, compartilhando uma identidade, escovando sua auto-estima; é merecer o apreço da família, dos vizinhos, da comunidade; é sentir-se valorizado, porque, segundo nossas tradições, trabalho enobrece.

Em linhas gerais, pode-se sinteticamente afirmar que existe a necessidade de melhorar a capacitação dos profissionais do Abrigo, uma vez que foi citada essa demanda, tanto pelos profissionais que nele atuam como pelos próprios jovens abrigados. O desconhecimento sobre a trajetória da instituição também se

apresentou como negativo, pois o Abrigo existe há 20 anos em Joinville e seus profissionais ainda não dominam a história da casa.

Sobre o ambiente físico da casa, identificou-se a existência de limitações diante do precário espaço físico e instalações inadequadas, apontadas tanto pelos profissionais quanto pelos jovens abrigados.

No que se refere à equipe de profissionais do Abrigo, existe a necessidade de aumentar o número de educadores sociais, uma vez que a quantidade desses profissionais está defasada na casa, impossibilitando um trabalho adequado.

Percebeu-se a inexistência de relatórios, planejamento de aulas e avaliação de desempenho do Abrigo, uma vez que as respostas dos profissionais entrevistados foram contraditórias. Ora um profissional afirma que existe, outro diz que não existe no papel, somente nas reuniões semanais.

Outro aspecto relativo a dificuldades e desafios é a falta de autonomia dos profissionais do Abrigo para lidar com os recursos financeiros. Nem mesmo existiu a possibilidade de fornecer informações sobre o orçamento da instituição para esta pesquisa.

As representações que os profissionais possuem sobre a adolescência/juventude referem-se a uma fase do desenvolvimento humano marcada por mudanças corporais e psicológicas e de modo especial pela rebeldia. A diferença que se destaca são os aspectos negativos associados aos jovens abrigados, nas representações dos profissionais da casa. Vale destacar que o perfil dos jovens abrigados corresponde aos de baixa renda se comparados aos dos jovens do PID.

Outro aspecto destacado trata da falta de alternativas de atividades oferecidas aos jovens abrigados, tratando-se a sua ampliação uma sugestão apontada tanto pelos profissionais como pelos adolescentes abrigados.

Vale também destacar que como forma de punir os abrigados quando não colaboram com o funcionamento do Abrigo, tem-se como castigo/punição o impedimento de sair nos fins de semana, bem como a responsabilidade da limpeza por um período de tempo na casa.

Outro aspecto, diz respeito à expectativa do futuro por parte dos jovens que inexistiria, na opinião dos profissionais, mas que foi identificada durante a pesquisa. Portanto, existe um erro de interpretação por parte dos profissionais do Abrigo quando entendem que os adolescentes abrigados não pensam no futuro.

Por fim, o aumento do número de vagas no Abrigo é visto como negativo pelos seus profissionais, pois muito mais jovens estariam fora de suas famílias.

4 O PROGRAMA DE INICIAÇÃO DESPORTIVA – PID: PERFIL SOCIAL E CONCEPÇÕES DOS PROFISSIONAIS E USUÁRIOS SOBRE ASPECTOS DO PROGRAMA EM ANÁLISE

O PID compreende um projeto de esporte educacional, ofertado a crianças de 5 a 11 anos e aos adolescentes de até 16 anos, oferecendo a oportunidade de participar de modalidades esportivas de sua preferência na cidade de Joinville. Essa iniciativa pertence à prefeitura Municipal e é executada pela Fundação de Esportes, Lazer e Eventos do município – FELEJ e conta, ainda, com a participação de empresas privadas.

Durante os meses de março a novembro acontecem de 2 a 3 vezes por semana as atividades esportivas, por meio de aulas com duração de até 60 minutos cada. São oferecidas 17 modalidades esportivas: Atletismo, Basquete, Futebol, Futsal, Ginástica Olímpica, Ginástica Rítmica, Handebol, Judô, Karatê, Natação, Patinação artística, Punhobol, Tênis, Tênis de mesa, Voleibol, Vôlei de praia e Xadrez.

Não existe taxa de matrícula e muito menos cobra-se mensalidade para que a criança ou o adolescente participe do Programa, que é gratuito. Os locais onde acontecem as atividades esportivas são chamados de núcleos e estão espalhados pela cidade de Joinville e podem ser localizados em escolas municipais, estaduais, CEI's, associações de moradores, clubes, recreativas, academias, universidades, dentre outros locais. Totalizam 98 os locais atendidos pelo PID em 2009 distribuídos em 32 bairros da cidade de Joinville.

Cada modalidade possui uma equipe de profissionais que, dependendo do número de participantes, pode contar com mais de 1 professor e também mais de 1 supervisor de modalidade. A FELEJ é quem contrata os profissionais envolvidos com o programa e eles totalizam 133 profissionais. Na equipe administrativa encontram-se atuando no programa 06 pessoas, como supervisores gerais 03 profissionais, outros 20 para supervisionar cada modalidade e 104 professores/monitores.

Cabe ao professor/monitor ministrar sua aula de acordo com o planejamento, com ética e profissionalismo. Atender prontamente a comunidade em geral, incluindo os participantes sem discriminação nem exclusão. Informar ao supervisor da modalidade a que pertence sobre qualquer situação ocorrida e manter um

relacionamento profissional para com todas as pessoas envolvidas no Programa, no local onde ocorrem as atividades, bem como com os demais professores/monitores de outras modalidades esportivas e equipe administrativa.

Compete ao supervisor da modalidade acompanhar, orientar e acompanhar o desenvolvimento das atividades esportivas, os professores e seus planos de aula, bem como a execução das atividades propriamente ditas, além de coordenar reuniões pedagógicas com o grupo de sua modalidade esportiva e agendar reuniões e encontros com os pais e alunos do PID.

Para a supervisão geral cabe supervisionar e acompanhar o desenvolvimento das atividades em todos os núcleos envolvendo todas as modalidades esportivas. E também fazer contatos com as pessoas responsáveis pelos locais onde são executadas as modalidades do programa, além de acompanhar a prática esportiva.

Com respeito ao trabalho da Coordenação do PID cabe a ela planejar todas as atividades do projeto com os supervisores. Executa o trabalho de contratação e seleção de pessoal (professores/monitores e supervisores). Realiza o trabalho burocrático que antecede a realização dos eventos como: encontros de núcleos, implantação de núcleos, contratos de parcerias e distribuição de materiais. Portanto, todo o trabalho de organização, planejamento até a execução do PID, que é avaliado bimestralmente, é de competência da coordenação do programa.

Nos primeiros 7 meses do ano (período que antecede as férias escolares) somavam-se 436 alunos entre 15 e 16 anos participando de alguma modalidade esportiva do PID. Entre eles, 313 pertencem ao sexo masculino e 123 ao sexo feminino. Para o ano de 2009 a meta foi de atender 9.000 participantes no programa para prática esportiva.

As modalidades escolhidas pelos jovens são: Atletismo, Basquete, Futebol, Futsal, Handebol, karatê, Punhobol, Tênis de Mesa, Voleibol e Vôlei de praia. Entre aquelas que são mais frequentadas pelos jovens estão Futsal e Vôlei de quadra. Já as menos procuradas são o Punhobol e o Atletismo, justamente as modalidades escolhidas para a pesquisa de campo, por serem as mais e menos solicitadas pelos jovens que participam do PID.

O principal objetivo do PID é “promover a inclusão social por meio do esporte, oferecendo as crianças, de 5 a 16 anos o acesso a prática esportiva gratuita, de diferentes modalidades, sem distinção de cor, raça ou grupo social”. (PROGRAMA DE INICIAÇÃO DESPORTIVA)

Fazendo referência ainda sobre os objetivos, segundo documento fornecido pela fundação, essa iniciativa oportuniza a prática do esporte beneficiando o bem-estar e a qualidade de vida das crianças e adolescentes. Ainda permite o exercício da socialização e integração através da prática de esportes.

O texto faz referência inclusive ao preenchimento do tempo ocioso dos jovens que ficam em casa sem nada para fazer, podendo participar de atividades saudáveis como as oferecidas pelo PID. Pretende-se oferecer em todos os bairros de Joinville as atividades do programa e garantir parcerias com entidades públicas, privadas e ONG's com o objetivo de incluir socialmente as crianças e adolescentes da cidade.

A justificativa para a existência do PID, conforme informações fornecidas para esta pesquisa faz referência a crescente população da cidade de Joinville, e com isso a preocupação com crianças e adolescentes, sua formação e desenvolvimento. Conforme o documento "O esporte é uma atividade benéfica que engloba valores sócio-educativos, sendo uma ferramenta preciosa na construção do caráter e da cidadania, proporcionando valorização pessoal e diminuindo a vulnerabilidade social que levam a marginalidade". (PROGRAMA DE INICIAÇÃO DESPORTIVA)

4.1 Perfil e representações sociais dos profissionais que atuam no Programa de Iniciação Desportiva - PID sobre a realidade em análise

Foram entrevistados sete profissionais do PID no período de 06 a 17 de julho de 2009 em diversos núcleos onde acontecem as modalidades do programa bem como alguns profissionais diretamente na FELEJ. Trata-se do Coordenador e Supervisores gerais, os demais professores/monitores foram entrevistados em seus locais de atuação, ou seja, nos núcleos dos bairros aos quais pertencem. As modalidades escolhidas foram aquelas que apresentam maior e menor número de participantes. O professor/monitor de Voleibol no bairro Iririú e Aventureiro, o professor/monitor de Futsal nos bairros Guanabara e Boa Vista, já os de Atletismo, no Guanabara e Costa e Silva também o professor/monitor do Punhobol no bairro Costa e Silva. Segue análise das entrevistas iniciando pelo perfil dos profissionais.

4.1.1 Perfil social dos profissionais entrevistados

Percebe-se que todos os profissionais, de uma forma ou de outra, encontram-se atuando na área específica de educação física, mesmo estando alguns ainda em formação. Os profissionais G, J, L e M são graduados em Educação Física; já os profissionais H, I e K estão cursando o mesmo curso. O profissional G é pós-graduado em Comunicação e Marketing.

PROFISSIONAIS	FORMAÇÃO	PÓS-GRADUAÇÃO
Profissional G	3º grau completo	Comunicação e marketing
Profissional H	Cursando 3º grau	--
Profissional I	Cursando 3º grau	--
Profissional J	3º grau completo	--
Profissional K	Cursando 3º grau	--
Profissional L	3º grau completo	--
Profissional M	3º grau completo	--

Tabela 22 - Formação dos profissionais do PID

A faixa etária dos profissionais entrevistados compreende entre 20 anos e 44 anos, predominando a presença masculina. Os profissionais I e K têm 20 anos; o H 21 anos; o profissional L tem 38 anos, enquanto que o profissional M está com 36 anos; o profissional J tem 37 anos e, finalmente, o profissional G está com 44 anos. Quanto ao sexo dos profissionais, com exceção do profissional M, os demais são do sexo masculino.

No que se refere ao cargo e atribuições de cada profissional, o profissional M é coordenador geral e organiza as atividades gerais que são desenvolvidas em todos os núcleos bem como têm a incumbência de supervisionar os supervisores gerais e os das modalidades, planejamento até a execução de eventos, buscando por patrocínios e aquisição de materiais esportivos. Não foram especificadas as atribuições do Coordenador pelo documento que compõem a pesquisa enviada pela FELEJ.

O profissional G tem o cargo de supervisor e desenvolve a função de supervisor geral, acompanhando e fornecendo estrutura à coordenação geral com o objetivo de viabilizar o bom funcionamento em todos os setores.

O profissional L, que também é supervisor geral, relata que sua função é manter contato com os diretores e diretoras de escolas e fundação municipal, bem como supervisionar a atuação dos monitores nas escolas, avaliando, dessa maneira, a parte técnica dos professores, dando suporte e buscando soluções para as irregularidades apontadas. Segundo o documento enviado pela FELEJ para compor a presente pesquisa, compete aos Supervisores Gerais do PID:

- Supervisionar e acompanhar o desenvolvimento das atividades, de maneira geral, em todos os núcleos e em todas as modalidades;
- Fazer contatos com os responsáveis dos locais para acompanhar o andamento das atividades; (PROGRAMA DE INICIAÇÃO DESPORTIVA)

Na função de professor/monitor de atletismo, o profissional K descreve suas atividades como um trabalho de base do esporte, evidenciado nas atividades físicas, recreativas, e semeando valores voltados ao resgate da cidadania de cada desportista. O profissional H, por sua vez, é professor/monitor de voleibol e trabalha promovendo treinos com os alunos de forma a resgatá-los da marginalidade. Já o profissional I é estagiário e atua como professor/monitor de punhobol, trabalhando os alunos para que possam desenvolver suas habilidades, envolvendo atividades recreativas, ginástica, bem como trabalhando toda ou parte de sua coordenação motora. Atuando como professor/monitor do núcleo de futsal, o profissional J tem como função repassar o histórico do esporte para então desenvolver na prática o conhecimento adquirido, respeitando a vida social escolar desse usuário, proporcionando atividades para recuperar a sua autoestima.

Já quanto à competência dos professores/monitores, o referido documento que compõem a pesquisa apresenta as seguintes atribuições:

- Ministras suas aulas conforme Planejamento da modalidade, através de planos de aulas;
- Ministras suas aulas com ética e profissionalismo;
- Atender prontamente a comunidade em geral, bem como os interessados em participar do Programa, sem discriminação e exclusão;
- Informar o seu supervisor de toda e qualquer situação ocorrida no seu núcleo;
- Manter um relacionamento profissional, adequado com as pessoas inseridas no seu núcleo de atuação. (professores de outras modalidades, funcionários da instituição, diretores e/ou responsáveis do local ou da instituição). (PROGRAMA DE INICIAÇÃO DESPORTIVA)

Ao serem questionados sobre o tempo e como passou a trabalhar no PID, Os profissionais G, I e L iniciaram suas atividades no PID em 2009; o profissional H trabalha há 4 anos; o profissional K trabalha há 3 anos; o profissional J está há 8 anos; por fim, o profissional M trabalha há 18 anos na Fundação e 6 anos diretamente no PID. Todos vieram da Fundação de Esportes, Lazer e Eventos de Joinville.

PROFISSIONAIS	TEMPO	FUNÇÃO
Profissional G	10 meses	Supervisor Geral
Profissional H	4 anos	Instrutor de modalidade
Profissional I	10 meses	Instrutor de modalidade
Profissional J	8 anos	Instrutor de modalidade
Profissional K	3 anos	Instrutor de modalidade
Profissional L	4 meses	Supervisor Geral
Profissional M	18 anos	Coordenador Geral

Tabela 23 - Tempo de trabalho e função no PID

Quando arguidos sobre se já haviam desenvolvido alguma atividade parecida com a atual, o profissional G respondeu que trabalhou como professor de educação física e como técnico de handebol, tendo começado suas atividades na iniciação esportiva no grêmio de uma empresa da cidade; o profissional H salientou que trabalhou como treinador em escola particular; O profissional I, por sua vez, participou como estagiário em um clube, treinando punhobol; o profissional J também foi estagiário na escolinha de futsal de empresa do município, tendo participado com escolinhas infantis no SESC¹⁶. Ressalte-se que são atividades parecidas, mas que não constituíam programas sociais. O profissional K disse que trabalhou com atletismo em um programa parecido, o profissional L trabalhou como voluntário em um colégio estadual com handebol. Já o profissional M atuou no programa Jovem Cidadão¹⁷.

¹⁶ SESC – Serviço Social do Comércio. Ver mais em: www.sesc.com.br.

¹⁷ Nome dado ao atual programa até o ano de 2008.

Questionados sobre se receberam cursos e qualificação para a função que exercem no PID, o profissional G disse que especificamente para as atividades do PID não, embora tenha participado de outros inúmeros nem todos na área de iniciação esportiva. O profissional H salientou que recebeu algumas capacitações, mas mais voltadas a como lidar com os usuários do PID, quase nada em iniciação esportiva, opinião compartilhada pelos profissionais I, J, K L e M, o profissional J salientou que foram mais voltados à inclusão social e que eram, na realidade, palestras; o profissional K ressaltou que eram mais voltados à cidadania e primeiros socorros e o profissional L na área de marketing esportivo. O profissional M disse que foram voltados a relações humanas e atendimento ao público.

A relação que se estabelece entre professor e aluno na prática desportiva é simétrica, diferente da estabelecida em sala de aula, que é assimétrica. Zaluar (1994) resalta que o professor de esportes não ocupa lugar no palco, apesar de deter o saber. “É o aluno que se desloca em movimentos e joga, o centro das atenções de todos que assistem à exibição. É dele a ação, para ele convergem os olhares” (*Idem*, p. 78).

A atividade do esporte parece favorecer também um conceito de educação global, amplamente utilizado por professores e estagiários que extrapola a própria atividade física. Ao contrário do que acontece nas academias da classe média e alta, os professores, segundo eles mesmos, são também um conselheiro, um amigo. (*Idem*, p. 79)

4.1.2 Concepções sobre o PID e seu funcionamento

Ao serem perguntados sobre o surgimento do Programa em Joinville, essas foram as respostas: o profissional H disse que acredita que foi por volta de 1990, quando houve uma preocupação da gestão municipal da época em implantar um programa com atividades desportivas objetivando resgatar crianças e adolescentes das ruas e evitar que os jovens ficassem na ociosidade. Surgiu inicialmente com o projeto Jovem Cidadão e aos poucos foi expandindo-se para atender a demanda, passando assim por muitas adaptações até chegar à estrutura atual. Essa também é a resposta do profissional H, que acrescentou que somente em 2009 recebeu o nome de PID. Os profissionais I, J, K, L e M confirmaram esses dados.

Sobre a participação do município de Joinville e de outras esferas públicas e privadas no PID, e de onde provem os recursos financeiros que mantêm o programa, todos foram unânimes em afirmar que os recursos financeiros para a execução do PID são provenientes da Prefeitura Municipal de Joinville, apesar de não terem sido informados para a presente pesquisa, conforme salientado anteriormente.

O profissional J assinalou que o governo federal eventualmente colabora, bem como algumas empresas locais citando a Tigre¹⁸ e algumas instituições universitárias com bolsas de estudo e estágio para os professores/monitores. Os profissionais G, H, I, L e M afirmaram que todos ou grande parte dos recursos financeiros são disponibilizados pela prefeitura com eventuais colaborações do SESI¹⁹ e alguns patrocinadores locais ou da região, como salientaram os profissionais G, H, I e K.

À pergunta sobre como avaliam as instalações físicas do PID, os profissionais G, H, J, K, L e M avaliaram como boas até pelo fato de se tratar de escolas municipais, recreativas de empresas locais, bem como algumas associações. Apenas o profissional I considera regulares as instalações físicas, pois trabalha em escolas que apesar de terem boa estrutura evidenciam algumas falhas que atrapalham o bom desempenho das atividades desportivas.

Com relação à avaliação da equipe de trabalho todos os profissionais consideram fazer parte de uma excelente equipe de trabalho, pois todos possuem habilitação na área de educação física, fator preponderante para a função. Há um apoio em todos os segmentos do esporte, recebem material adequado à prática esportiva com resultados significativos para a categoria repercutindo diretamente na atuação positiva com os usuários.

Quando questionados sobre como a equipe do PID poderia melhorar, os profissionais H e M avaliam que deveria haver maior investimento em materiais esportivos, pois trabalham com quantidade insuficiente para a realização de atividades desportivas, com o profissional M salientando a importância de mais apoio e valorização. Os profissionais I, J e K apontam a necessidade de melhoria na estrutura administrativa o que compromete a supervisão e organização dos demais segmentos. E os profissionais G e L ressaltam a importância da capacitação

¹⁸ Mais informações sobre a empresa, ver site: www.tigre.com.br.

¹⁹ Mais informações sobre a empresa, ver site: www.sesisc.org.br.

profissional e melhores condições de trabalho, supervisionando os núcleos onde acontecem as atividades.

Sobre se existe planejamento das atividades, os profissionais G, J, K, L e M responderam que existe; com os profissionais H e I respondendo que o programa não exige que seja feito um planejamento, mas que eles sentem a necessidade de planejar as atividades que serão desenvolvidas. Os profissionais G, J, K, L e M também afirmaram planejar todas as atividades de cada modalidade, estruturando o plano e as metas a serem alcançadas bimestralmente para então avaliar o trabalho desenvolvido em cada semestre.

Questionados se é realizada a avaliação do programa e em que periodicidade, percebeu-se que não há uma compreensão para todos quanto à realização de avaliação do programa. A avaliação existe, é feita em reuniões com a direção e responsáveis pela organização do PID, mediante relatórios de níveis de desempenho.

Foram estas as respostas: sim, por meio de reuniões mensais (profissionais G e L); sim, semestralmente por meio de questionários (profissionais H, J e M, este última salientando que é anual); não, estão implantando (profissional H); não lembra, mas acha que é anual (profissional K).

Quando perguntados se são elaborados relatórios, em que periodicidade e quais dados são informados, as respostas foram: sim, mensalmente e nele constam as atividades diárias, semanais, são apontados dados sobre os usuários - número, faixa etária, índice de participação etc. – (profissionais G e K); sim, mas somente com dados dos alunos (profissional J); sim, um semestral e um anual, este com detalhes e fotos de eventos realizados (profissional L); não (profissionais H e I, com este salientando que estão implantando); já o profissional M informou que estão reformulando essa prática, que agora é feita mensalmente, de forma informal, em reuniões, mas que é imprescindível o preenchimento dos relatórios solicitados pela coordenação, pois eles nortearão possíveis avanços e adaptações para implementação das atividades a serem desenvolvidas no ano seguinte.

Todos os profissionais relataram que atualmente não há voluntário no programa; “já teve” diz o profissional K; o profissional M, por sua vez, relata que já houve voluntário na modalidade de patinação. O profissional G ainda acrescentou que não é viável a participação de voluntário devido ao compromisso com as aulas,

que alguns deles podem frequentar um determinado tempo e em outro momento não vir mais. Com isso, torna-se inviável a presença de voluntários no PID.

Sobre o número de funcionários que existem no PID, o profissional I respondeu que o programa conta com número considerável de funcionários, mas não sabe precisar o total. Os demais profissionais apontam entre 60 a 300 o número de funcionários, como mostra a tabela 24 a seguir. Leva-se em conta o número especificado pelo Coordenador do Programa (profissional M) que é de 133 ao todo.

PROFISSIONAIS	VOLUNTÁRIOS	NÚMERO DE FUNCIONÁRIOS
Profissional G	Não	111
Profissional H	Não	60
Profissional I	Não	Não sabe
Profissional J	Não	150
Profissional K	Não	300
Profissional L	Não	133
Profissional M	Não	133

Tabela 24 - Número de voluntários e de funcionários no PID

Questionados sobre como avaliam o programa e por que, todos os profissionais avaliam o programa como bom: como medida socioeducativa (profissionais G e M); resgatando os menores e marginalizados (profissionais H e J); oportunizando a prática desportiva aliada à saúde, educação e lazer (profissionais I, J, K e L); prática da cidadania (profissional L) bem como a aproximação da teoria à aplicação no cotidiano da vida acadêmica do curso de Educação Física transformando-os em inovadores e atuantes no esporte (profissional M).

As respostas dos profissionais encontram eco no artigo 4º do ECA.

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. (ECA, 1990, Artigo 4º)

Em decorrência, quando o adolescente ou a criança não for atendido nesses direitos, se deparam vulneráveis ou em situação de risco e se for fundado por ação ou omissão da família, sociedade ou Estado, aplicar-se-ão as medidas de proteção previstas no artigo 101, Parágrafo VII, do Estatuto. (D'ARÓZ, 2008, p. 47)

Ao serem indagados sobre os aspectos positivos do Programa, todos os entrevistados afirmaram que ele atinge todas as classes sociais; promove a integração (profissionais H e I), o respeito mútuo (profissional I), o exercício da cidadania (profissionais H e K), bem como existe uma preocupação com a valorização dos profissionais oferecendo um atendimento de qualidade (profissional M).

O esporte tem muita importância para as classes trabalhadoras e populares e segundo Da Matta (*apud* ZALUAR, 1994, p. 61):

Isso se dá por não ter o país uma sociedade igualitária nem um Estado universalista em que a lei é válida para todos. O esporte fascina justamente porque veicula liberdade e igualdade, porque torna possível o exercício da escolha sem o constrangimento do sistema social brasileiro, onde o lugar de todos está pré-estabelecido – o dos pobres e o dos ricos, o das famílias com nome, o das famílias sem nome – e os direitos livres e iguais ainda não são plenamente reconhecidos.

Zaluar (1994, p. 61) ainda ressalta que: “No esporte, a mesma regra do jogo é válida para todos e talvez seja porque no campo, durante um jogo, esteja representada uma aspiração de sociedade mais justa que tanto fascina o brasileiro”.

A proliferação de programas e projetos esportivos e de educação pelo trabalho que [...] pretenderam complementar ou substituir os processos educativos formais, especialmente para as classes de menor poder aquisitivo é um fator marcante. [...] Na década de 80, a emergência dos efeitos combinados da crise econômica e do fracasso da política educacional, bem como o aumento da criminalidade violenta e da participação dos jovens pobres nela (Coelho, 1988, Zaluar, 1989, 1990), fez surgir os projetos alternativos fundamentados na educação pelo trabalho. (*Idem*, p. 34).

Já sobre as dificuldades do programa, os profissionais G, H, J, K, L e M destacam a falta de recursos materiais e financeiros repercutindo diretamente na implementação do programa, pois dessa forma aumentaria o atendimento à demanda, uma vez que o programa atende uma parcela pequena de usuários jovens. O profissional K acredita que deveriam oferecer locais amplos e adequados, possibilitando o atendimento a um número considerável de jovens. E o profissional J afirma que além da falta de materiais, existem dificuldades quanto à implantação do

PAF (Programa Atleta do Futuro parceria com o SESI); o profissional H aponta para a necessidade de mais reuniões de acompanhamento.

Zaluar (1994, p. 147) nesse sentido, fala dos projetos governamentais, às vezes muito caros ou de difícil execução, atendendo a um número restrito de pessoas. “O desafio maior é, portanto, conseguir as verbas necessárias para a expansão dos programas ou adequá-los às existentes, de modo a fazê-los para todos os menores que deles necessitam”.

A divulgação do PID é realizada por meio de cartazes fixados em diversos locais da cidade, principalmente no bairro onde será desenvolvido, segundo os profissionais J, L e M. A escola é um dos meios de comunicação mais utilizados, de acordo com os profissionais G, H, K e L, pois a divulgação acontece nas salas de aula, com a permissão da direção. Também através da mídia acontece a divulgação, segundo os profissionais G, L e M; colaboradores e o próprio boca a boca dos participantes auxiliam para que o PID possa atingir o maior número possível de pessoas na comunidade, ressalta o profissional I.

Sobre esses mecanismos de divulgação, os profissionais G, H, I, J e K julgam não serem suficientes os mecanismos de divulgação utilizados até o momento, acreditando que é preciso reelaborar as campanhas de divulgação chamando realmente a atenção do público-alvo, dando ênfase às atividades desenvolvidas no programa, bem como buscar parcerias com entidades locais, civis e religiosas; já os profissionais G, H e K acreditam que possa melhorar e ser mais eficaz, utilizando a mídia, com o profissional H acrescentando que se fosse divulgado em igrejas atingiria um grande público; o profissional I acredita que se os pais fossem conscientizados melhoraria a divulgação. O profissional L acha suficiente porque as turmas são fechadas, opinião compartilhada com o profissional M, que acredita que poderia melhorar utilizando-se a mídia como meio de divulgação.

Em algumas modalidades existe demanda reprimida (profissionais G, J e L), pois dependendo da modalidade de esporte, há uma lista de espera (profissional J) e assim que ocorre a desistência, imediatamente é chamado outro jovem para assumir a vaga (profissionais G e H). Mas isso acontece mais com a natação, pois esse esporte é um dos mais procurados, confrontando com o número reduzido de piscinas existentes no município, apesar dessa modalidade não atender jovens na idade pesquisada, ressaltam os profissionais J, L e M e depende do bairro,

acrescenta o profissional G. Não existe demanda reprimida, afirma o profissional I e o profissional K não respondeu.

Sobre se é necessário ampliar as vagas e quais os impedimentos, se for levado em conta o número expressivo de adolescentes nas escolas e a procura pelo programa seria necessária a ampliação de vagas, afirmam os profissionais G, L e M. Acrescentam esses profissionais que é preciso destinar recursos para esse fim, implementando os espaços e adequando horários e toda a estrutura do programa, finalizam os profissionais I e K. Os profissionais H e J dizem que não há necessidade de ampliar o número de vagas.

Como o programa existe há muito tempo, a aceitação é positiva, refletem os profissionais G, H, I, J e M, levando-se em consideração a credibilidade conquistada, e também a implementação na maioria dos bairros de Joinville, complementam os profissionais G e I. Existe a vontade governamental, enfatizam os profissionais L e M. Já o fator dificultador foi apontado pelo profissional I na falta de espaços em alguns bairros destinados à prática desportiva, e também aos horários, que são restritos. Também o que deveria melhorar é a distribuição de recursos financeiros para implementação e planejamento adequando-o a cada realidade, acreditam os profissionais G e L. Os profissionais H e J, por sua vez, não vêem dificuldade. O profissional K não respondeu.

Sobre as propostas que apresentaram para melhorar o programa, os profissionais G, H, I, J e L disseram que fizeram algumas propostas, mas não diretamente e que foram feitas, geralmente em reuniões, sugestões para adequação do projeto, adaptando-o à realidade de cada bairro, horários, bem como a aquisição de um veículo para o departamento (profissional M), viabilizando um suporte direto, abrangente e efetivo. Porém, ainda não aconteceram essas melhorias, estando ainda em projeto. O profissional K respondeu que não tem propostas a fazer.

Propostas e projetos são importantes, pois vai além do que simplesmente está vigendo em estatutos e ementas. Educar não é somente observar o que foi previamente delineado. É ir além e surpreender.

Costa (*apud* D'ARÓZ, 2008, p. 96) diz que:

[...] quando se escolhe ser educador, cumpre a quem educa fazê-lo numa perspectiva solidária não apenas pessoal, mas também social. Não podemos mudar nossa atitude básica diante do nosso trabalho se antes não formos capazes de mudar nossa atitude básica diante da vida.

Rivera (*apud* D'ARÓZ, 2008, p. 97) vai além e salienta que educar é muito mais que transmitir conhecimentos:

Um autêntico educador é um forjador de consciências, um difusor de valores, um modelo de atitudes e compromisso, um formador de cidadãos. Porque as idéias por si só não mudam o mundo e a vida: são as pessoas imbuídas de idéias e ideais portadores de futuro, que o fazem - com seus desejos e sonhos, trabalho e audácia, esperanças e convicções, paixão e lucidez.

O município atende um número expressivo de adolescentes através de programas de inclusão, no entanto, ainda não consegue atingir no todo, diz o profissional G. A quantidade de programas de inclusão é boa quando comparada a outros municípios, ressaltam os profissionais I e L. É preciso fazer um planejamento e adaptar a demanda que existe adequando novos programas à realidade vigente, responderam todos os profissionais a respeito da consideração sobre a quantidade satisfatória de atividades para adolescentes em Joinville e já existe uma lista de atividades para implantar em 2010, tais como violão, bolão, bocha, mas é necessário adequar à estrutura, afirma o profissional L. Como sugestão, os profissionais H e L disseram que é preciso aumentar as áreas de lazer na cidade.

Sobre as atividades que consideram importantes existir no município que ainda não existem, a sugestão dos profissionais G e M é que poderia ser aproveitada a realidade local e incluir a modalidade de vela em parceria com o Joinville Iate Clube²⁰; praças de lazer (profissionais H e K), teatro (profissional H), música e arte (profissional I), escultura e boliche (profissional J). Melhorar as questões de cultura e lazer que são precárias na cidade ainda assinala o profissional J, salientando que é preciso estender o programa, aliando-o aos jogos abertos, valorizando os atletas que se destacam no programa, incentivando-os para um futuro promissor. Existe também a modalidade de tiro ao alvo como forma de manter preservada a tradição da cidade alemã, assim como outras questões que envolvem programas de preservação ao meio ambiente, asseguram os profissionais J, L e M.

²⁰ Clube voltado às atividades náuticas em Joinville. Ver mais em: www.joinvilleiateclub.com.br. Acesso em 14 de novembro de 2009.

4.1.3 Concepções sobre a adolescência de um modo geral e sobre os usuários do Programa de Iniciação Desportiva - PID

Quando questionados sobre sua concepção a respeito do adolescente/jovem, o profissional L lembra que é uma fase em que o jovem passa por uma transformação significativa, e por isso o profissional G os considera “aborrecentes”, mas que é uma fase bonita, que passa muito rápido (profissional H). São imediatistas, diz o profissional I; passam por muitas transformações, lembra o profissional J, e desafiadores ressaltam o profissional K, e por isso é complicado trabalhar com eles. O profissional M diz que por todas essas características é o momento em que o ser humano mais precisa de apoio. Porém, para desenvolver um bom trabalho e atingir a maioria dos adolescentes, é preciso conquistá-los adequando uma linguagem específica à sua realidade para então trazê-los ao foco principal do programa, desencadeando o processo de desenvolvimento das habilidades de cada um, ressaltam os profissionais G, H, K, L e M.

A juventude é um estado de espírito, é um jeito de corpo, é um sinal de saúde e disposição, é um perfil do consumidor, uma fatia do mercado onde todos querem se incluir. [...] A adolescência na modernidade tem o sentido de uma moratória, período dilatado de espera vivido pelos que já não são crianças, mas ainda não se incorporaram à vida adulta. [...] hiato entre a plena aquisição de capacidades físicas do adulto – força, destreza, habilidade, coordenação etc. – e a falta de maturidade intelectual e emocional, necessária para o ingresso no mercado de trabalho. (KEHL, *apud* NOVAES; VANNUCHI, 2004, p. 91).

Tirelli e Durand (2002) apresentam o seguinte entendimento sobre a juventude contemporânea:

O jovem contemporâneo pode assim ser considerado como modelo da cultura cuja transição do século XX para o XXI assiste a uma descronologização que incide sobre a vida das novas gerações de modo a não mais validar as referências cronológicas e sim as funcionais, que balizam os limites entre uma idade e outra, entre uma geração e outra. Este aspecto tem levado à reflexão acerca de como os jovens são socializados em relações advindas dessas transformações que se referem ao mundo do trabalho, da cultura, do lazer e que modificam as diversas dimensões de suas vidas. Hoje os jovens entram mais tarde no mercado de trabalho, enquanto os adultos saem mais cedo, no momento em que o ciclo de vida se alterou (a esperança de vida é maior). Os significados simbólicos de atributos se alteraram: tem-se acesso ao controle do próprio tempo, ao carro, à sexualidade, à moradia independente, ainda que o desemprego os obrigue a permanecer por mais tempo na casa paterna, o que se configura tanto como fenômeno social quanto cultural (PERALVA, 1997 *apud* TIRELLI; DURAND, 2002, p. 166)

O facilitador de trabalhar com adolescentes para o profissional H é que eles entendem bem o que lhes é solicitado. É quando ele realmente gosta de praticar esporte (profissionais I, J, K, L e M). Já o que pode dificultar é a instabilidade de comportamento, apontado pelos profissionais I, J e K; também quando eles apresentam-se com um comportamento rebelde, asseguram os profissionais K e L. O profissional G não respondeu às perguntas.

Sobre o que pensam sobre um adolescente trabalhar, os profissionais G e K pensam que é bom, não em uma jornada extensiva, mas adequada à capacidade deles, desde que manifestem o desejo de trabalhar; os profissionais H, I, L e M discordam sobre o adolescente trabalhar, uma vez que consideram essa fase da vida muito importante para o seu desenvolvimento, sobrecarregando de maneira acentuada uma jornada dupla de trabalho e a prática de esportes, vindo a somar resultados negativos no seu currículo diretamente ligado ao programa. Os profissionais G, K, L e M consideram a faixa etária a partir dos 16/17 anos ideal para alguém começar a trabalhar; com os profissionais H, I e J apontando 18 anos.

Todos consideram preocupante falar sobre a ociosidade dos adolescentes hoje em dia, com o profissional G salientando que deixa a porta aberta para outras coisas que podem não ser saudáveis. Tal preocupação justifica-se principalmente pelo fato de que o jovem muitas vezes é vulnerável, exposto a todos os tipos de caminhos abertos a situações inusitadas, desafiadoras e instigantes à sua curiosidade, asseguram os profissionais J, L e M e levando-os a mundos desconhecidos em se tratando de internet, de acordo com os profissionais H e L, entorpecentes (profissional L), à prostituição e à obesidade (profissional I). E é esse o objetivo do programa, ocupá-los, acrescenta o profissional I. O profissional K disse que tem muita coisa a fazer nessa idade, mas que o jovem pouco se interessa.

Zaluar (1994, p. 59) assinala que:

O ócio ou o que fazer nele ou ainda como preenchê-lo, sempre foi uma preocupação das classes privilegiadas ou abastadas. Dizem mesmo que é o próprio ócio que as caracteriza. [...] baseia-se na forma grega de pensar logicamente a oposição entre o trabalho e o lazer nos tempos clássicos [...] não seria apenas o estado de estar livre da necessidade de trabalhar. [...] Mais que isso, o lazer seria também o tempo livre para criar cultura e adquirir sabedoria, quando se constrói o espírito humano.

Nesse sentido, ócio ou ociosidade não recebe uma carga negativa, mas sim, liberdade no sentido positivo de criar, imaginar e produzir bens culturais.

Na opinião dos profissionais sobre as expectativas dos adolescentes participantes do PID em relação ao futuro de um modo geral, levando-se em consideração a realidade da maioria, percebe-se o significado do esporte como um propulsor para a ascensão social por parte de alguns usuários.

Alguns usuários demonstram imaturidade e não se preocupam com o futuro, ressaltam os profissionais I, J, K, L e M. Em continuar seus estudos, diz o profissional G, ter uma profissão, parecem estar anestesiados, mas destacam-se alguns que aparentemente começam a “acordar” para a vida, encarando os problemas com certo grau de maturidade, traçando metas para o futuro, resalta o profissional M. Alguns mostram expectativas com relação ao trabalho (profissionais H e K); fazer faculdade (profissional K) e ficar famoso por meio do esporte (profissional I).

O adolescente em situação de dificuldade pessoal e social apresenta certa dificuldade para visualizar seu futuro, como já ressaltado neste estudo. Com efeito, Costa (*apud* D'ARÓZ, 2008, p. 97) salienta que:

[...] ser educador no espaço social [...] é lutar para que nossos educandos possam ver realizarem-se na idade adulta as melhores promessas da primeira infância, superando os descaminhos da adolescência, frutos, a um tempo, das circunstâncias sociais e da peripécia existencial de cada um.

Sobre o perfil dos usuários, todos os profissionais (com exceção do profissional J que não respondeu a pergunta) afirmaram que aproximadamente 60% dos adolescentes são carentes, encontram-se na faixa etária entre 15 a 17 anos; os meninos são mais frequentes (profissional I); é misto (profissional H); alguns núcleos atendem também menores em conflito com a lei (profissional M). Vem por causa da mídia (profissional G). Perfil variável desde a classe mais baixa, trabalhando em 32 bairros, respondeu o profissional L.

Há um consenso que a maioria dos participantes do PID é carente, o que pressupõe que as famílias não podem atendê-las por si sós, em função de carência financeira e afetiva.

Segundo Carvalho (*apud* D'ARÓZ, 2008, p. 71),

[...] independente de qual configuração de família nos referimos, há quatro categorias de recursos familiares primordiais para o desenvolvimento infantil: renda, tempo, capital humano (escolaridade dos pais, emprego e profissão) e capital psicológico (atitudes e crenças parentais, saúde emocional dos pais e suporte social). Entretanto, mesmo diante da falta de alguns ou de todos os recursos citados acima, muitas famílias mantêm uma relação de cuidado com seus pares, e estes apresentam desenvolvimento psicológico saudável.

Para os profissionais, as expectativas dos adolescentes em relação ao PID restringem-se a ocupar parte do seu tempo ocioso (profissionais G e I); para outros a satisfação de usar a camisa do time (profissional H); bolas e todo equipamento necessário aos treinos, outros ainda apóiam-se no programa com o intuito de disputar campeonatos (profissional K), lançando-se como futuros atletas para ganhar reconhecimento ou patrocínio de alguma empresa ou clubes locais (profissionais G e L). Como a maioria vem de família carente, torna-se uma possibilidade de ser alguém, lembra o profissional J, e até de ganhar um tênis, assinala o profissional M.

As atividades preferidas dos adolescentes, segundo os profissionais, dividem-se principalmente entre o futebol, futsal e vôlei. O futebol de campo, por ser um fenômeno mundial e o futsal foram citados em primeiro lugar pelos profissionais G, J, K, L e M, até pelo fato do incentivo da mídia, e, a partir daí entra também o apoio que a família dá aos adolescentes, valorizando o nosso país que é considerado o país do futebol. Em segundo lugar destaca-se o voleibol (profissionais H, I, J, K, L e M) que já assegurou muitas conquistas em jogos olímpicos desencadeando uma verdadeira febre entre os torcedores e jogadores assíduos e praticantes dessa modalidade (profissional K). O profissional G citou ainda a Internet. Se tivesse tênis também teria público, influenciado pela figura de Guga²¹, ressalva o profissional J.

Zaluar (1994, p. 65) ressalta que:

O futebol e, mais recentemente, o vôlei e o basquete, são esportes de equipe que correspondem a essa necessidade simbólica de expressar o coletivo. Daí a marcada preferência por tais esportes nas classes populares [...]. No entanto, essa escolha não impede o aparecimento de investimentos individuais de vencer e se realizar através do esporte [...].

O fator preponderante para que o adolescente participe do PID é o fato de sair da ociosidade, ressaltam os profissionais G, I e J; os profissionais H e L dizem que é porque traz benefícios à saúde, contribuindo de maneira significativa para o desenvolvimento físico e mental, bem como sugestivamente despertando-o para a prática de esportes não apenas na qualidade de atleta, mas possivelmente um futuro profissional de educação física, como assinala o profissional K. Responsabilidade e cidadania foram citadas pelos profissionais I, K e L e a socialização, lembrada pelos profissionais J e M.

²¹ Gustavo Kuerten, jogador brasileiro de tênis de campo, que venceu o torneio de Roland Garros em 1997 na França.

Mas o esporte não é uma representação meramente simbólica da união, da coordenação e dos movimentos coletivos.

O esporte cria também um espaço real de encontro entre as pessoas que se reúnem tanto para aprender e experimentar suas habilidades, quanto para conhecer os outros e a si mesmas nisso. Daí resulta a ampliação do horizonte social dos jovens que acabam saindo do círculo familiar mais estreito, da rede de vizinhos mais próximos, da sua rua ou praça para o bairro, ou seja de redes de sociabilidade que vão integrá-los à cidade. (*ibidem*)

No que se refere à cidadania, citada por alguns profissionais, tanto do PID quanto do Abrigo Infante-Juvenil requer uma análise mais fundamentada. Nesse sentido, diz Zaluar (*Idem*, p. 146):

O próprio conceito de cidadania da criança e do adolescente exige, na Constituição, a realização do direito deles à proteção e à educação que, na ausência da família responsável, cabe ao Estado dar. Colocar o rótulo de “paternalismo”, “assistencialismo” ou “tutela” neste caso é idéia fora do lugar e pode levar a equívocos graves. [...] Apesar da retórica eivada de contradições, sem dúvida, as demandas da população foram ouvidas na formulação dos programas, especialmente os que tratavam da profissionalização e do emprego formal do menor, antiga reivindicação dos setores mais pobres da população brasileira que não era levada em conta nos projetos anteriores de educação pelo esporte e de educação pelo trabalho os quais, por rigidez ideológica, recusavam o pragmatismo da visão das classes populares.

Essa questão da cidadania apresenta mais complexidade quando se percebe o grande número de pessoas atendidas pelos serviços públicos e se os projetos atendem a esse quesito.

Com certeza a qualidade de vida dos adolescentes que ingressaram no PID melhorou consideravelmente segundo todos os profissionais entrevistados, pois o programa possui uma estrutura que desperta o interesse do adolescente trabalhando justamente de maneira que valorize o seu potencial, desenvolvendo suas habilidades no esporte que vem ao encontro de suas pretensões, embora não existam estatísticas a respeito, sinaliza o profissional M. Com a prática de esportes o adolescente para adquirir hábitos saudáveis (profissionais G, H, I e J), limites (profissional K), evitando a ociosidade e também riscos de saúde relacionados à obesidade decorrentes da falta de exercícios físicos, finaliza o profissional H. Melhora sua imagem perante a sociedade (profissional G) e contribui para fazer amigos e carreira, assegura o profissional L.

A participação no PID possibilita incluir socialmente o adolescente de Joinville, afirmam os profissionais entrevistados, pois uma vez integrado nesse

programa, abre-se um leque expandindo suas habilidades físicas sempre em busca de novos programas voltados à prática desportiva, dificilmente esse adolescente será excluído, impulsionando-o cada vez mais a novos projetos sociais dizem os profissionais J, L e M. O profissional G dá como exemplo o fato de alguns atuais profissionais serem oriundos do PID. O profissional H assinala que a socialização é importante e o profissional J diz por que é gratuito, fato que facilita.

Essa questão pontuada pelo profissional H merece uma reflexão. Uma nova palavra vem sendo utilizada na área social: resiliência. Resiliência constitui uma expressão nova na área social e encontra suas origens na Física, que explica que um corpo é resiliente quando volta ao seu normal depois de ter sofrido pressão. (D'AROZ, 2008, p. 75)

Costa (*apud* D'Aroz, 2008, p. 76) diz que resiliência na adolescência “é um conjunto de qualidades, não excepcionais que, quando bem articuladas e suficientemente desenvolvidas, resultam na capacidade da pessoa crescer mediante a adversidade.”

Assim sendo, mesmo diante de condições adversas a pessoa pode crescer se for resiliente. A resiliência pode ser promovida na medida em que ao adolescente seja permitido vivenciar determinadas situações, como incentivos, atitudes e valores.

A escolha pelo PID é justificada pela necessidade de pertencer a um grupo, segundo todos os profissionais, de ter uma identidade (profissional I). Dentre outros fatores foi citada a competitividade pelo profissional G, que inicialmente não está bem acentuada, mas que depois pelo seu próprio engajamento e nível de envolvimento com a equipe o impulsiona a uma participação efetiva. Esse profissional também cita a qualidade de vida. Porque é o único programa do município ressaltam os profissionais H e K e ainda é grátis, acrescentam os profissionais L e M.

O fato de ser grátis, atrai o jovem cuja família não tem condições financeiras para colocar seus filhos em clubes, mesmo que ele reúna aptidões para determinada modalidade. O Brasil é um celeiro de atletas oriundos de projetos sociais.

Todos nós nos sentimos reconfortados quando nos filiamos a algum grupo. Participar de um grupo é gratificante porque fortalece o sentimento que temos valor e a sensação de que aquilo que pensamos e sentimos é compartilhado por outros, o que lhe revigora o valor de verdade e de correção moral. Filósofos já disseram que realidade é ilusão compartilhada. Nem é preciso ser tão radical para compreender a relevância desse apoio mútuo. (SOARES *apud* NOVAES & VANNUCHI, 2004, p. 150)

Em geral, todas as atividades oferecidas no programa contribuem para o desenvolvimento do adolescente dizem os profissionais G, H, J, K e M, cada uma com suas técnicas diferenciadas. Colaboram para a saúde física e mental do adolescente, diz o profissional H, respeitando suas habilidades para determinados e variados tipos de esportes. Também é possível observar através do esporte a disciplina exigida pelo atleta não somente no que tange ao seu comportamento, mas principalmente nos seus hábitos alimentares e repouso, dizem os profissionais J, K e L. O profissional G ressalta a formação do cidadão. O profissional I acrescenta que a ginástica olímpica é a mais completa. O profissional K diz que as atividades contribuem para a educação e para isso é importante desenvolver o lúdico, acrescenta o profissional L.

Toda e qualquer atividade física possibilita melhora no desempenho escolar do adolescente, responderam os profissionais G, H, I, J, K, L e M, pois através do esporte, além dos cuidados com saúde física e mental (profissional G), também é preciso ter horários e respeitar regras de convivência (profissional L). O profissional J cita o judô como exemplo de disciplina. O professor/monitor do PID incentiva o aluno para que o mesmo tenha um bom rendimento na escola, assim como bom comportamento e responsabilidade, ressalta o profissional M.

São inúmeros os fatores que levam alguns adolescentes a desistirem das atividades: falta de interesse (profissional J), influência de outros amigos e mudança de bairro ou escola (profissional I), necessidade de trabalhar para contribuir com as despesas de casa (profissionais G e K). Às vezes também por culpa do professor que não soube cativar o aluno, ressaltam os profissionais H, I, J, L e M, nem ao menos buscou incentivá-lo a descobrir-se em outras modalidades, continuam esses profissionais. Os adolescentes também desistem do programa por orientação dos pais, segundo os profissionais L e M, que os castigam, tirando do programa.

Sobre os mecanismos para que os adolescentes não desistam do PID, em se tratando de adolescentes carentes, seria importante viabilizar recursos que se destinassem ao custeio e manutenção do programa, disponibilizando vestuário (profissionais G, I e K), calçado (profissional G), alimentação (profissional I) e o transporte até seu local de destino (profissionais G e I). Com certeza sendo beneficiado por esses recursos, o adolescente se sentiria motivado a participar do programa, diminuindo consideravelmente o índice de desistência, ressalta o profissional H. Os profissionais G e J ressaltam mais incentivo. Melhor qualificação

dos professores foi apontada pelo profissional M. O profissional L não respondeu à pergunta.

Perguntados se existe um acompanhamento da família do adolescente que participa do programa, essas foram as respostas: geralmente os pais fazem a inscrição do aluno para a modalidade pretendida, mas não acompanham seu filho, disseram os profissionais H e J, com exceção de poucos que assistem os treinos, finaliza o profissional H. Os pais tomam conhecimento pelas conversas informais com os profissionais, diz o profissional I. Somente quando há necessidade, informa o profissional K. Já o profissional J diz que os pais criam dificuldade no que se refere ao deslocamento e pelo perigo do trânsito quando há campeonatos, acrescentando que alguns pais de atletas menores às vezes acompanham. Os profissionais L e M explicam que está sendo cogitada a possibilidade de desenvolver uma proposta que envolva a participação da família indiretamente no programa, acompanhando o desenvolvimento de seu filho. Nas reuniões são abordados alguns assuntos e que realmente dificulta é a própria falta de acompanhamento dos pais, ressalta ainda o profissional L. A educação, o respeito e as regras de conduta que o aluno traz de casa facilitam bastante a participação dos adolescentes no PID, assinala o profissional G. Por outro lado, a necessidade do adolescente precisar trabalhar cedo (profissional G), o desconhecimento de como funciona o programa por falta dos pais (profissional I) e até mesmo a desmotivação dificultam um bom desenvolvimento e participação do adolescente no PID. O profissional H, a exemplo do que já foi citado, reiterou que existem pais que querendo castigar os filhos que foram mal na escola, os excluem das atividades.

Cataldo (*apud* D'Aroz, 2004, p. 40) salienta quatro funções da família relacionadas ao desenvolvimento da criança e do adolescente:

- a) As famílias devem oferecer cuidados e proteção às crianças, garantindo-lhes subsistência em condições dignas;
- b) As famílias devem contribuir para a socialização dos filhos em relação aos valores socialmente constituídos;
- c) As famílias devem dar suporte à evolução das crianças, controlá-las e ajudá-las no processo de escolarização e de instrução progressiva em outros âmbitos e instituições sociais;
- d) As famílias devem ajudar as crianças, proporcionando-lhes um suporte para que venham a ser pessoas emocionalmente equilibradas, capazes de estabelecer vínculos afetivos satisfatórios e respeitosos com os outros e com a própria identidade.

Sobre a importância de integrar a família nos trabalhos educativos, Zaluar (1994, p. 54) ressalta:

[...] a necessidade de integrar o trabalho educativo das crianças com suas famílias e os adultos que delas faziam parte. Isolar a criança e educá-la por meio do esporte não renderia grandes frutos [...] enquanto seus pais não recebessem atenção e não se tentasse um trabalho integrado com a família.

A comunidade auxilia o programa, às vezes até mesmo participa quando é convocada através da associação de moradores (profissionais G, J e M) envolvendo o espaço para a realização de reuniões, eventos recreativos e campeonatos locais. Tem escolas que cedem os espaços, segundo o profissional I. E a comunidade auxilia cobrando a execução do programa, diz o profissional L. O profissional H diz que a comunidade não auxilia e o profissional K não respondeu.

Os critérios envolvem a idade e o fato de o adolescente estar estudando, segundo os profissionais G, J e L. O programa busca envolver todo e qualquer adolescente geralmente de 8 a 16 anos (profissionais G, H e I), cobrando a frequência escolar, porém não a tornando obrigatória, pois o objetivo é justamente resgatá-lo da rua e da ociosidade evitando que se envolva com elementos negativos para a sociedade (profissionais G e M). Segundo o profissional G não há exclusão, e os profissionais G, I, J e L acreditam que esses critérios de inserção dos adolescentes no PID são adequados, pois uma vez que a proposta do programa é justamente incluir, dificilmente o adolescente se sentirá cobrado, nesse sentido irá participar até pelo fato de perceber a valorização que existe no programa. O profissional K não respondeu.

4.2 Resultados das entrevistas com os usuários que participam do Programa de Iniciação Desportiva - PID

Foram realizadas entrevistas com 13 adolescentes, participantes do PID no período de 03 a 07 de agosto de 2009, nas modalidades esportivas que possuem mais e menos participantes respectivamente. São elas: Futsal (5 usuários entrevistados), Voleibol de quadra (5 usuários entrevistados), Atletismo (2 usuários entrevistados) e Punhobol (1 usuário entrevistado) distribuídos em vários núcleos (bairros) da cidade, a saber: Guanabara e Boa Vista os usuários de Futsal, bairro

Iriú e Aventureiro os usuários de Voleibol de quadra, Costa e Silva e Guanabara os usuários de Atletismo e o bairro Costa de Silva para o único usuário da modalidade de Punhobol.

4.2.1 Perfil social dos jovens entrevistados

Trata-se de sete jovens com 16 anos e seis com 15 anos que, para efeitos deste estudo, serão denominados usuários, cujos nomes serão omitidos por questões legais e éticas. São oito jovens do sexo masculino e cinco do sexo feminino, dos quais 12 são brancos e 1 é negro, nove são católicos, três são evangélicos e um considera-se ateu. Percebe-se, portanto, a concentração dos usuários nas idades de 15 e 16 anos, participando do programa, e também, jovens brancos. Esses dados estão na tabela 25 a seguir:

USUÁRIO	IDADE	SEXO	COR/ETNIA	RELIGIÃO
USUÁRIO 7	16 anos	Feminino	Branca	Católica
USUÁRIO 8	15 anos	Feminino	Branca	Evangélica
USUÁRIO 9	16 anos	Masculino	Branca	Católica
USUÁRIO 10	15 anos	Masculino	Branca	Católica
USUÁRIO 11	15 anos	Masculino	Branca	Católica
USUÁRIO 12	16 anos	Feminino	Branca	Católica
USUÁRIO 13	15 anos	Feminino	Branca	Ateu
USUÁRIO 14	15 anos	Masculino	Branca	Católica
USUÁRIO 15	16 anos	Feminino	Branca	Evangélica
USUÁRIO 16	16 anos	Masculino	Branca	Católica
USUÁRIO 17	15 anos	Masculino	Negro	Católica
USUÁRIO 18	16 anos	Masculino	Branca	Católica
USUÁRIO 19	16 anos	Masculino	Branca	Evangélica

Tabela 25 - Idade e sexo dos alunos do PID

Dos 13 usuários entrevistados, apenas dois não nasceram em Joinville: São Paulo (usuário 13) e Paraná (usuário 12). As mesmas respostas foram dadas à pergunta seguinte que questiona a cidade de origem. Assim sendo, predominam usuários com naturalidade joinvillense participando do programa.

USUÁRIO	LOCAL DE NASCIMENTO	CIDADE DE ORIGEM
USUÁRIO 7	Joinville	Joinville
USUÁRIO 8	Joinville	Joinville
USUÁRIO 9	Joinville	Joinville
USUÁRIO 10	Joinville	Joinville
USUÁRIO 11	Joinville	Joinville
USUÁRIO 12	União da Vitória	União da Vitória
USUÁRIO 13	Ourinhos	Ourinhos
USUÁRIO 14	Joinville	Joinville
USUÁRIO 15	Joinville	Joinville
USUÁRIO 16	Joinville	Joinville
USUÁRIO 17	Joinville	Joinville
USUÁRIO 18	Joinville	Joinville
USUÁRIO 19	Joinville	Joinville

Tabela 26 - Local de nascimento e cidade de origem dos alunos do PID

Questionados sobre quanto tempo residem em Joinville, os usuários responderam: os usuários 7, 9, 15, 16 e 19 moram há 16 anos na cidade, enquanto os usuários 8, 10, 11, 14, 17 e 18 há 15 anos. O usuário 13 há 9 anos e o usuário 12 há seis anos. A variação do tempo em que moram na cidade encontra-se entre 6 e 16 anos.

A pergunta seguinte tratou a respeito do motivo da mudança para a cidade, e de acordo com a resposta anterior, os usuários 7, 8, 9, 10, 11, 14, 15, 16, 17, 18 e 19 sempre moraram em Joinville. O usuário 12 respondeu que o motivo da mudança para a cidade foi a separação dos pais, enquanto que a transferência do pai para Joinville por motivos profissionais foi o motivo alegado pelo usuário 13. Vieram de São Paulo e Paraná, respectivamente.

USUÁRIO	QUANTO TEMPO RESIDE EM JOINVILLE	MOTIVO DE MUDANÇA PARA JOINVILLE
USUÁRIO 7	16 anos	Sempre morou em Joinville
USUÁRIO 8	15 anos	Sempre morou em Joinville
USUÁRIO 9	16 anos	Sempre morou em Joinville
USUÁRIO 10	15 anos	Sempre morou em Joinville
USUÁRIO 11	15 anos	Sempre morou em Joinville
USUÁRIO 12	6 anos	Separação dos pais
USUÁRIO 13	9 anos	Transferência do trabalho do pai
USUÁRIO 14	15 anos	Sempre morou em Joinville
USUÁRIO 15	16 anos	Sempre morou em Joinville
USUÁRIO 16	16 anos	Sempre morou em Joinville
USUÁRIO 17	15 anos	Sempre morou em Joinville
USUÁRIO 18	15 anos	Sempre morou em Joinville
USUÁRIO 19	16 anos	Sempre morou em Joinville

Tabela 27 - Quanto tempo mora em Joinville e o motivo da mudança para a cidade

Sobre o bairro em que residem, responderam: Guanabara (usuários 11, 14, 16 e 19); Iriú (usuários 8 e 10); Itaum (usuário 7); Costa e Silva (usuários 9 e 18), Boa Vista (usuário 12); Vila Nova (usuário 13); Bom Retiro (usuário 15) e Aventureiro (usuário 17). Doze residem em casa própria e apenas o usuário 12 mora em casa alugada.

USUÁRIO	BAIRRO QUE RESIDE	TIPO DE MORADIA
USUÁRIO 7	Itaum	Própria
USUÁRIO 8	Iriú	Própria
USUÁRIO 9	Costa e Silva	Própria
USUÁRIO 10	Iriú	Própria
USUÁRIO 11	Guanabara	Própria
USUÁRIO 12	Boa Vista	Alugada
USUÁRIO 13	Vila Nova	Própria
USUÁRIO 14	Guanabara	Própria
USUÁRIO 15	Bom Retiro	Própria
USUÁRIO 16	Guanabara	Própria
USUÁRIO 17	Aventureiro	Própria
USUÁRIO 18	Costa e Silva	Própria
USUÁRIO 19	Guanabara	Própria

Tabela 28 - Bairro que reside e o tipo de moradia dos alunos do PID

Questionados sobre com quem residem os entrevistados responderam: com os pais (usuários 7, 8, 9, 10, 13, 16, 17, 18 e 19), somente com o pai (usuários 11 e 14), somente com a mãe (usuários 12 e 15). Quatro usuários (11, 12, 14 e 15) responderam que seus pais são separados e nove que são casados (7, 8, 9, 10, 13, 16, 17, 18 e 19). Sobre a composição familiar dos entrevistados: O usuário 16 possui 6 pessoas em sua família; Os usuários 8, 9 e 18 possuem 5 membros em sua família; Os usuários 10, 13, 15, 17 e 19 possuem 4 pessoas em sua família; O usuário 7 possui 3 pessoas na família e os usuários 11, 12 e 14 convivem com mais duas pessoas na mesma casa compondo sua família, incluindo os entrevistados.

USUÁRIO	COM QUEM RESIDE	SITUAÇÃO DOS PAIS	NR./IDADE DE IRMÃOS	NR./IDADE DE IRMÃS
USUÁRIO 7	Pai e mãe	Casados	Não tem irmãos	Não tem irmãs
USUÁRIO 8	Pai e mãe	Casados	01 (23 anos)	01 (18 anos)
USUÁRIO 9	Pai e mãe	Casados	02 (12/17anos)	Não tem irmãs
USUÁRIO 10	Pai e mãe	Casados	01 (18 anos)	Não tem irmãs
USUÁRIO 11	Pai	Separados	Não tem irmãos	Não tem irmãs
USUÁRIO 12	Mãe	Separados	Não tem irmãos	Não tem irmãs
USUÁRIO 13	Pai e mãe	Casados	Não tem irmãos	01 (06 anos)
USUÁRIO 14	Pai	Separados	Não tem irmãos	Não tem irmãs
USUÁRIO 15	Mãe	Separados	Não tem irmãos	02 (01/13anos)
USUÁRIO 16	Pai e mãe	Casados	03 (15/16/21anos)	Não tem irmãs
USUÁRIO 17	Pai e mãe	Casados	01 (26 anos)	Não tem irmãs
USUÁRIO 18	Pai e mãe	Casados	01 (12 anos)	01 (17 anos)
USUÁRIO 19	Pai e mãe	Casados	Não tem irmãos	01 (11 anos)

Tabela 29 - Com quem reside e a situação dos pais dos alunos do PID

A faixa etária dos pais/padrastos varia entre 34 a 54 anos. Já a idade das mães/madrastas está entre 32 a 48 anos de idade. No que se refere aos irmãos, a faixa etária oscila entre 12 e 26 anos entre o mais novo e o mais velho e das irmãs entre 01 a 18 anos.

A escolaridade dos pais/padrastos está assim configurada: 2 pais/padrastos possuem o 1º grau incompleto; 3 possuem o 1º grau completo; 2 possuem o 2º grau incompleto; 3 possuem o 2º grau completo; 1 possui o 3º grau completo e 1 possui o título de especialista (pós-graduação). Quanto à escolaridade das mães, assim se apresentam: 2 possuem o 1º grau incompleto; 2 possuem o 1º grau completo; 1 possui o 2º grau incompleto; 4 possuem o 2º grau completo; 2 possuem o 3º grau

completo e 1 é alfabetizada. A escolaridade dos pais/padrastos, mães/madrastas, irmãos e irmãs está demonstrada na tabela 30 a seguir.

USUÁRIO	ESCOLARIDADE DOS PAIS	ESCOLARIDADE DAS MÃES	ESCOLARIDADE DOS IRMÃOS	ESCOLARIDADE DAS IRMÃS
USUÁRIO 7	2º grau incompleto	2º grau completo	--	--
USUÁRIO 8	1º grau completo	1º grau incompleto	2º grau completo	2º grau completo
USUÁRIO 9	1º grau incompleto	Alfabetizada	1º e 2º graus incompletos	--
USUÁRIO 10	Título de especialista	2º grau incompleto	2º grau completo	--
USUÁRIO 11	2º grau completo	--	--	--
USUÁRIO 12	--	Magistério	--	--
USUÁRIO 13	2º grau completo	3º grau completo	--	1º grau incompleto
USUÁRIO 14	1º grau completo	1º grau completo	--	--
USUÁRIO 15	2º grau completo	2º grau completo	--	1º grau incompleto
USUÁRIO 16	1º grau incompleto	3º grau completo	1º e 2º graus incompletos	--
USUÁRIO 17	1º grau completo	1º grau completo	3º grau completo	--
USUÁRIO 18	3º grau completo	2º grau completo	1º grau incompleto	2º grau incompleto
USUÁRIO 19	2º grau incompleto	1º grau incompleto	--	1º grau incompleto

Tabela 30 - Escolaridade dos pais, mães, irmãos e irmãs dos alunos do PID

Sobre o trabalho, percebe-se a predominância dos homens no mercado de trabalho, bem como os mais altos salários também. Nenhum dos usuários entrevistados possui filhos.

Dos pais/padrastos que estão no mercado de trabalho, apenas um está aposentado (usuário 9); os demais estão na ativa. Das mães/madrastas, cinco estão trabalhando, uma está desempregada (usuário 7) e seis foram consideradas do lar (usuários 9, 10, 13, 14, 18 e 19).

USUÁRIO	OCUPAÇÃO DOS PAIS	OCUPAÇÃO DAS MÃES	OCUPAÇÃO DOS IRMÃOS	OCUPAÇÃO DAS IRMÃS
USUÁRIO 7	Monitor	Desempregada	--	--
USUÁRIO 8	Mecânico de máquinas	Diarista	Empresário	Aux. Adm.
USUÁRIO 9	Aposentado	Do lar	Estudantes	--
USUÁRIO 10	Analista de processo	Do lar	Estagiário	--
USUÁRIO 11	Gerente de bar	--	--	--
USUÁRIO 12	--	Secretária	--	--
USUÁRIO 13	Mecânico	Do lar	--	Estudante
USUÁRIO 14	Vigilante	Do lar	--	--
USUÁRIO 15	Repres. de Vendas	Aux. Administrativo	--	Estudante
USUÁRIO 16	Aux. Serviços Gerais	Cozinheira	Aux. Produção, marceneiro e estudante	--
USUÁRIO 17	Operador de máquina	Empregada Doméstica	Operador de máquina	--
USUÁRIO 18	Engenheiro	Do lar	Estudante	Estudante
USUÁRIO 19	Empresário	Do lar	--	Estudante

Tabela 31 - Ocupação dos pais, mães, irmãos e irmãs dos alunos do PID

A renda dos pais/padrastos varia entre R\$ 600,00 a R\$ 5.000,00 e das mães/madrastas de R\$ 200,00 a 1.200,00. Entre os irmãos a renda encontra-se dividida de R\$ 500,00 a R\$ 1.300,00 e das irmãs, apenas uma trabalha e recebe R\$ 900,00 por mês (usuário 2), como demonstra a tabela a seguir. Os irmãos dos demais usuários 4 estudam (3 no ensino fundamental e 1 no ensino médio) e quatro irmãs estudam (3 no ensino fundamental e 1 no ensino médio). Apenas um não estuda, pois ainda é bebê.

USUÁRIO	RENDA DOS PAIS	RENDA DAS MÃES	RENDA DOS IRMÃOS	RENDA DAS IRMÃS
USUÁRIO 7	R\$ 1.500,00	--	--	--
USUÁRIO 8	R\$ 1.500,00	R\$ 200,00	R\$ 1.000,00	R\$ 900,00
USUÁRIO 9	R\$ 1.600,00	--	--	--
USUÁRIO 10	R\$ 3.000,00	--	R\$ 500,00	--
USUÁRIO 11	R\$ 800,00	--	--	--
USUÁRIO 12	--	R\$ 600,00	--	--
USUÁRIO 13	R\$ 4.000,00	--	--	--
USUÁRIO 14	R\$ 600,00	--	--	--
USUÁRIO 15	R\$ 1.500,00	R\$ 1.200,00	--	--
USUÁRIO 16	R\$ 800,00	R\$ 500,00	R\$ 500,00	--
USUÁRIO 17	R\$ 800,00	R\$ 1.200,00	R\$ 1.300,00	--
USUÁRIO 18	R\$ 5.000,00	--	--	--
USUÁRIO 19	R\$ 3.000,00	--	--	--

Tabela 32 - Renda dos pais, das mães, dos irmãos e das irmãs dos alunos do PID

Questionados se estudam atualmente e se já estudavam quando iniciaram suas atividades no PID, todos os usuários responderam afirmativamente, percebendo-se a predominância de usuários frequentadores de escola pública estadual da cidade participando do programa.

Além disso, não houve evasão escolar por nenhum dos usuários depois do início das atividades no programa. Dos que estudam, 9 usuários estudam em Escola Estadual (7, 8, 9, 11, 12, 13, 15, 17 e 18); 2 usuários estudam em Escola Municipal (14 e 16) e 2 usuários (10 e 19) estudam em Escolas Particulares da cidade de Joinville.

A maioria dos usuários encontra-se no ensino médio e também estudam no período matutino. Oito usuários cursam o ensino médio (7, 8, 10, 12, 13, 15, 17 e 19), e os outros 5 usuários estudam no ensino fundamental (9, 11, 14, 16 e 18). Dez usuários (8, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17 e 19) estudam no período matutino. Dois usuários estudam no período vespertino (9 e 18) e apenas o usuário 7 estuda no período noturno, cujos dados encontram-se na tabela 33 a seguir.

USUÁRIO	SÉRIE QUE FREQUENTA	ESCOLA QUE FREQUENTA	TURNO QUE ESTUDA
USUÁRIO 7	Ensino médio	Escola Estadual	Noturno
USUÁRIO 8	Ensino médio	Escola Estadual	Matutino
USUÁRIO 9	Ensino fundamental	Escola Estadual	Vespertino
USUÁRIO 10	Ensino médio	Escola Particular	Matutino
USUÁRIO 11	Ensino fundamental	Escola Estadual	Matutino
USUÁRIO 12	Ensino médio	Escola Estadual	Matutino
USUÁRIO 13	Ensino médio	Escola Estadual	Matutino
USUÁRIO 14	Ensino fundamental	Escola Municipal	Matutino
USUÁRIO 15	Ensino médio	Escola Estadual	Matutino
USUÁRIO 16	Ensino fundamental	Escola Municipal	Matutino
USUÁRIO 17	Ensino médio	Escola Estadual	Matutino
USUÁRIO 18	Ensino fundamental	Escola Estadual	Vespertino
USUÁRIO 19	Ensino médio	Escola Particular	Matutino

Tabela 33 - Série, escola e turno em que estudam os usuários

Questionados sobre se já repetiram o ano, os usuários 7, 8, 10, 13, 15, 17 e 19 responderam que nunca repetiram; os usuários 9, 11, 12, 14, 16 e 18 já repetiram o ano alguma vez. Sobre se a repetência aconteceu antes ou depois de terem iniciado as atividades no PID, excluindo-se os sete usuários que nunca repetiram, os usuários 11, 14, 16 e 18 responderam que repetiram o ano antes de ter iniciado no programa. O usuário 9 repetiu o ano antes e depois de ter iniciado no PID, salientando dificuldades em matemática e português. E, por fim, o usuário 12 repetiu o ano após ter iniciado no PID, no futsal, alegando que não tinha tempo para estudar, além de afirmar que também foi sua culpa porque não queria estudar. Em nenhum dos casos foi verificado motivos de evasão escolar.

USUÁRIO	REPETIU O ANO	ANTES OU DEPOIS DE INICIAR NO PID?
USUÁRIO 7	Não	Nunca repetiu o ano
USUÁRIO 8	Não	Nunca repetiu o ano
USUÁRIO 9	Sim	Antes e depois
USUÁRIO 10	Não	Nunca repetiu o ano
USUÁRIO 11	Sim	Antes
USUÁRIO 12	Sim	Depois
USUÁRIO 13	Não	Nunca repetiu o ano
USUÁRIO 14	Sim	Antes
USUÁRIO 15	Não	Nunca repetiu o ano
USUÁRIO 16	Sim	Antes
USUÁRIO 17	Não	Nunca repetiu o ano
USUÁRIO 18	Sim	Antes
USUÁRIO 19	Não	Nunca repetiu o ano

Tabela 34 - Repetiu o ano? Antes ou depois de iniciar no PID?

Perguntada a sua percepção sobre os estudos, a maioria das respostas dos jovens entrevistados evidenciou alcançar a independência financeira e também para conseguir ascensão social.

Responderam que serve para ser alguém na vida (usuários 7, 8, 9, 10, 12, 14 e 18); que o estudo serve para conseguir um bom trabalho (usuários 7, 9, 10, 13, 17 e 18); outros ainda responderam que serve para ter um bom futuro (usuários 11 e 12); para construir uma família (usuários 7 e 13); para ter mais visão e conhecimento sobre as coisas (usuários 15 e 19); para aprender, para crescer, para saber administrar a vida (usuário 15); para se ter mais oportunidades e para ter a capacidade de fazer o que quiser e não ser empregado dos outros (usuário 16).

Costa (*apud* NOVAES; VANNUCHI, 2004, p. 86) sobre essas perspectivas dos jovens, reflete que elas convergem para duas saídas:

- 1) continuar a perpetuar um modo de vida que me parece pobre, por estreitar os horizontes da ação humana em uma só direção, qual seja, a do sucesso econômico, do cuidado obsessivo com o próprio prazer e da indiferença em relação ao mundo; 2) voltar-se para o outro, construir uma sociedade na qual todos tenham direito ao mínimo necessário à satisfação

das necessidades elementares, para que, então, possamos ser, de fato, livres para criar tantas formas de sermos quantas possamos imaginar.

Uma leitura histórica da origem da escola enquanto instituição central do projeto societário da burguesia nascente nos mostra que essa escola era concebida, por excelência, como uma instituição social e cultural, de produção do conhecimento e de valores e como espaço para o desenvolvimento lúdico, estético e artístico para as crianças e os jovens. A origem etimológica da palavra *escola* vem do grego, significa lugar *de ócio*. Um espaço, portanto, onde as crianças e os jovens vivem um longo tempo incorporando valores, conhecimentos e amadurecendo para a vida futura. Mas o mesmo retrospecto histórico nos evidencia que esta não era e nunca foi à escola para todos. [...] a escola para a classe trabalhadora sempre foi outra – uma escola para a disciplina do trabalho precoce e precário. (FRIGOTTO, *Idem*, p. 195)

As respostas dos usuários à pergunta “sobre o que você quer ser no futuro”, foram: o usuário 7 quer ser jogador de futsal; os usuários 8 e 15 disseram que desejam ser *designer*; os usuários 9 e 16 responderam que querem ser atleta; já o usuário 10 quer ser ferramenteiro; o usuário 12 professor de educação física ou técnico esportivo; o usuário 13 quer ser químico; o 14 engenheiro elétrico; o usuário 17 técnico em mecatrônica; o 18, por sua vez, fuzileiro do exército; o usuário 19 quer ser engenheiro mecânico e apenas o usuário 11 não pensou ainda no que deseja ser.

Sobre seus sonhos, os usuários responderam: designer (usuários 7 e 15); jogar vôlei (usuários 8 e 13); cantora (usuária 15); montar uma empresa de jogos eletrônicos (usuário 10), estudar e fazer faculdade (usuária 14); casar (usuário 16); músico (usuário 17); tenista (usuário 18); dar continuidade à empresa do pai (usuário 19) e, por fim, os usuários 9, 11 e 12 não possuem sonhos.

As crianças e os adolescentes atribuem às famílias as expectativas e a realização dos sonhos e, quando isso não se concretiza, apresentam dificuldades de socialização na escola e em outros ambientes onde poderiam ser estimuladas a crescer. Isso ajuda a explicar porque para muitas delas a rua exerce tanta atração e até mesmo mais segurança, em alguns casos. Nas ruas, elas se agregam a outros com quem se identificam. Sentem-se mais livres. Essa situação, inicialmente temporária, pode se estabelecer à medida que as articulações na rua vão se fortalecendo, ficando o retorno dessas crianças ao convívio sócio-familiar cada vez mais distante. (D'ARÓZ, 2008, p. 188)

“Se o esporte é associado à brincadeira ou à diversão, a própria vontade de vencer as disputas induz por si só à seriedade, ao trabalho”, ressalta Zaluar (1994, p. 87).

Não é raro ouvir do jovem que quer ser atleta. “É esse aspecto do esporte moderno que marca o ‘sonho’ de virar atleta, acalentado por tantos jovens das classes sociais mais baixas [...]”, continua Zaluar (1994, p. 87).

Essa capacidade de mobilização social que o esporte traz materializa-se na possibilidade de ascensão social. Com efeito, o jovem busca no esporte “o que não encontra na escola que exige um aprendizado muito mais lento e penoso”. (*Idem*, p. 90)

Zaluar (*Idem*, p. 94) cita uma pesquisa de Simone Guedes, aplicada em 1982, que registrou:

[...] uma trajetória na carreira dos operários de um subúrbio do Rio: até os 18 anos o sonho de levar o esporte a sério, se profissionalizar e ascender socialmente; aos 18 passar pelo ritual de servir o Exército, tornar-se adulto e, portanto, assumir as responsabilidades de provedor da família; por fim, as tentativas temporárias de conciliar esporte e trabalho.

A juventude tem o seguinte significado para os entrevistados: o usuário 7 disse que é um momento para aprender, no qual se pode errar; os usuários 8, 10, 11, 12, 13, 14, 16, 17, 18 e 19 apontaram-na como um momento para curtir a vida, se divertir e namorar; fazer amigos (USUÁRIO 8); sair, festar, adrenalina (usuário 10); ser feliz, confraternização (USUÁRIO 13); lazer, alegria, harmonia (USUÁRIO 18); o usuário 9 disse que é o momento de preparação para a vida adulta; praticar esporte e estar disposto (USUÁRIOS 15 e 17).

Na concepção das sociedades clássicas greco-romanas, a juventude se referia a uma idade entre os 22 e os 40 anos. *Juvenis* vem de *aeoum*, cujo significado etimológico é “aquele que está em plena força da idade”. Naquela cultura, a deusa grega *Juventa* era evocada justamente nas cerimônias do dia em que os mancebos (adolescentes) trocavam a roupa simples pela toga, tornando-se cidadãos de pleno direito. Hoje, de acordo com a maioria dos organismos internacionais, considera-se jovem a faixa de 15 a 24 anos. (NOVAES; VANUCHI, 2004, p. 10)

Quando questionados se trabalham e por que, os usuários 12, 13, 14 e 17 responderam que ainda não têm idade para trabalhar; os usuários 8, 9, 15 e 16 porque ainda não terminaram o ensino médio; os usuários 10 e 11 não trabalham porque seus pais possuem uma boa condição financeira e por isso eles não têm necessidade; o usuário 7 respondeu que não trabalha porque joga futsal pelo município e o usuário 9 porque pratica atletismo. Os usuários 18 e 19 não responderam a questão.

[...] Há um contingente de jovens que abandonaram a escola e estão só trabalhando ou buscando emprego. Aqui também se pode aliar políticas

distributivas, com apoio de bolsa de estudo, para que estes jovens retornem à escolaridade formal, e, em seguida, ou concomitantemente, políticas públicas emancipatórias como a do primeiro emprego. (FRIGOTTO *apud* NOVAES; VANNUCHI, 2004, p. 208).

Perguntados sobre se já trabalharam, os usuários 7, 16 e 19 responderam que já trabalharam. Os demais usuários nunca trabalharam. Foi também questionada qual a idade ideal para um adolescente trabalhar, com os usuários 7, 8, 12, 13, 15 e 18 respondendo 18 anos, idade em que já terminaram o ensino médio; o usuário 10 disse que o ideal seria aos 22 anos porque já tem um bom estudo concluído; já os usuários 14, 17 e 19 acreditam que aos 17 anos; e os usuários 9, 11 e 16 salientaram que aos 16 anos porque já terminaram o ensino fundamental. Os dados estão na tabela 35 a seguir.

USUÁRIO	JÁ TRABALHOU?	QUAL IDADE VOCÊ CONSIDERA IDEAL PARA TRABALHAR
USUÁRIO 7	Sim	18 anos
USUÁRIO 8	Não	18 anos
USUÁRIO 9	Não	16 anos
USUÁRIO 10	Não	22 anos
USUÁRIO 11	Não	16 anos
USUÁRIO 12	Não	18 anos
USUÁRIO 13	Não	18 anos
USUÁRIO 14	Não	17 anos
USUÁRIO 15	Não	18 anos
USUÁRIO 16	Sim	16 anos
USUÁRIO 17	Não	17 anos
USUÁRIO 18	Não	18 anos
USUÁRIO 19	Sim	17 anos

Tabela 35 - Já trabalhou? Qual a idade ideal para trabalhar?

A respeito da função que desempenhava, o usuário 7 exerceu a função de atendente em uma loja; o usuário 16 cumpriu a função de ajudante de serviços gerais, trabalhando com seu pai; e o usuário 19 trabalhou na empresa de seu pai

como caldeireiro, soldador e esmerilhador, todos sem carteira de trabalho assinada. Os 3 usuários ressaltaram que o trabalho não dificultava o estudo porque não trabalhavam todos os dias nem no período escolar. Sobre como se sentiam no trabalho, os usuários 7 e 16 responderam que se sentiam bem, fizeram amizades e aprenderam muito no trabalho. O usuário 19 respondeu que se sentia bem, pois fazia o que gostava.

Também foi perguntado sobre o que era mais importante no trabalho, com o usuário 7 respondendo que era o carisma para convencer os clientes a comprar os produtos e também a responsabilidade; o usuário 16 respondeu que o mais importante era fazer o trabalho certo e não pela metade; o usuário 19 disse que o que mais significava para ele no trabalho era adquirir experiência nessas funções.

4.2.2 Concepções dos usuários do Programa de Iniciação Desportiva - PID sobre a juventude e sobre sua própria condição de jovem

À pergunta sobre o que os usuários pensam a respeito de um adolescente na idade deles trabalhar, percebeu-se que os jovens estão ligando o trabalho a seu sustento, bem como com a hipótese de não entrarem no mundo das drogas, ou seja, vivendo algum tipo de vulnerabilidade social.

Foram estas as respostas: os usuários 7, 8, 11, 14, 18 e 19 responderam que é preciso estudar primeiro e depois começar a trabalhar. O usuário 9 respondeu que é bom um adolescente trabalhar porque se não tiver trabalhando ele pode ir para a rua e pode experimentar o álcool, o cigarro e se viciar. O usuário 10 disse que é bom para adquirir experiência, mas acha que deve começar a trabalhar por volta dos 22 anos. O usuário 12 disse que é bom para ter seu próprio dinheiro e não depender dos pais, com o que concordam os usuários 13, 15 e 16, salientando que podem ajudar sua família. O usuário 17 não acredita que o adolescente precise trabalhar que em parte é bom porque ele vai ter o seu dinheiro, mas em parte é ruim porque vai perder a juventude e vai aproveitar menos a vida.

Impedir alguém ou uma classe de pessoas de dispor do lazer é impedir que percorra os caminhos da aquisição da cultura e da sabedoria, e também do prazer em criar, do gosto pelo que é gratuito ou desinteressado. Quando se chama a população de baixa renda pelo nome de classes trabalhadoras, tem-se em mente essa limitação da qual sofrem os que não têm outra fonte

de renda que não a sua capacidade de trabalhar. Ter que trabalhar, uma realidade tão presente na fala dos pobres, é o limite dessa aspiração de todo ser humano: o direito ao tempo livre que é o lazer e no qual se desenvolve a imaginação e a capacidade de criar, que não prejudica o próximo e ajuda a desenvolver trocas mútuas entre diferentes culturas e grupos sociais. (ZALUAR, 1994, p. 60).

4.2.3 Representações sociais sobre as condições de funcionamento do Programa de Iniciação Desportiva - PID

Sobre o tempo que participam do PID, os usuários 7, 8, 9 e 13 frequentam há 4 anos; os usuários 10 e 14 há 9 meses; os usuários 11, 12 e 19 participam há 1 ano; o usuário 15 participa há 6 anos, sendo o que tem mais tempo de participação no programa; o usuário 17 participa há 3 anos do programa. Por fim, os usuários 16 e 18 estão há 2 anos no PID. Todos os usuários afirmaram não ter encontrado nenhuma dificuldade para iniciar as atividades esportivas no programa.

USUÁRIO	HÁ QUANTO TEMPO PARTICIPA DO PID?	ENCONTROU DIFICULDADE PARA ENTRAR NO PID?
USUÁRIO 7	4 anos	Não
USUÁRIO 8	4 anos	Não
USUÁRIO 9	4 anos	Não
USUÁRIO 10	9 meses	Não
USUÁRIO 11	1 ano	Não
USUÁRIO 12	1 ano	Não
USUÁRIO 13	4 anos	Não
USUÁRIO 14	9 meses	Não
USUÁRIO 15	6 anos	Não
USUÁRIO 16	2 anos	Não
USUÁRIO 17	3 anos	Não
USUÁRIO 18	2 anos	Não
USUÁRIO 19	1 ano	Não

Tabela 36 - Há quanto tempo participa do PID? Encontrou dificuldade para entrar no PID?

Questionados sobre como tomaram conhecimento do PID, os usuários 7, 8, 9, 13, 15 e 16 tomaram conhecimento por meio de divulgação na escola. Os usuários 10, 11, 12, 14, 17, 18 e 19 souberam do programa por amigos da escola onde estudam. Portanto, nos dois casos, o conhecimento sobre o programa se deu nas mediações da escola, compreendendo o importante papel que a escola tem para o funcionamento do PID.

Aos entrevistados foi perguntado por que frequentam o programa. O usuário 7 respondeu “porque é um tempo de tu relaxar, brincar com teus amigos”. Os usuários 8, 9 e 11 disseram que participam porque gostam e porque é importante para a saúde, compartilhado pelo usuário 12 que acrescentou que “acha que é o melhor esporte”. O usuário 16 falou que, além de ser bom para a saúde, auxilia a adquirir bons hábitos, melhorar nos estudos. O usuário 17 disse que frequenta para não ficar em casa com a mente vazia, comendo e engordando. Já o usuário 18 acha interessante. Os usuários 10, 13 e 15 alegaram que seu sonho é jogar vôlei, com o usuário 15 acrescentando que é bom para a saúde. O usuário 14 disse que frequenta porque gosta de jogar futsal. E o usuário 19, por fim, disse que frequenta porque não tem nada para fazer à tarde.

A própria concepção do esporte também não é consensual: mera ocupação do tempo livre e entretenimento da sociedade massificada, lazer comunitário a que todos têm direito, lazer supérfluo, sem importância para jovens diante da profissionalização ou saída profissional para os jovens pobres. (ZALUAR, 1994, p. 37)

Questionados sobre as atividades que desenvolvem, se gostam e por que gostam, os usuários 7, 11, 12, 14 e 19 responderam que jogam Futsal; os usuários 8, 13, 15 e 17 participam do Voleibol; já os usuários 9 e 16 fazem Atletismo; os usuários 9 e 18 jogam punhobol, com este último alegando que gosta porque é parecido com o vôlei; por fim, o usuário 10 pratica basquete. Futsal: Joga porque gosta (usuário 19); porque é um sonho jogar futsal (usuário 7); porque jogam desde pequenos (usuários 14 e 19); porque considera o melhor esporte (usuário 12); apenas porque gosta de praticar esporte e porque é interessante (usuário 11). Voleibol: gosta porque adora jogar vôlei (usuário 13); sempre gostou de vôlei (usuários 8 e 13); porque se dá bem no vôlei (usuário 15); porque participa de campeonatos jogando vôlei (usuário 17); porque acompanha desde pequeno (usuário 13). Atletismo: gosta porque tem futuro (usuário 9); porque tem vontade de

ganhar e chegar em primeiro lugar, viajar pelo mundo todo e porque corre bem (usuário 16).

Sobre o que aprenderam com essas atividades, os usuários 7, 10, 11, 12, 15 e 18 responderam trabalhar em grupo; o usuário 7 aprendeu a ter responsabilidade; os usuários 8, 10, 14 e 15 disseram que aprenderam a jogar vôlei melhor; a competir foi a resposta do usuário 9; o usuário 12 aprendeu a ter garra e a não desistir; o usuário 13 aprendeu a prevenir doenças; fazer amizades, foi a resposta do usuário 16, que acrescentou: “não brigar nem fazer vandalismo”; os usuários 17 e 19 responderam “respeitar as pessoas”, com este último acrescentando que aprendeu também a melhorar o rendimento.

As respostas às duas questões anteriores encontram respaldo na fala de Zaluar (1994, p. 60), que diz que o relatado somente se torna possível:

[...] através do jogo, isto é, dessa liberdade que têm os seres humanos de criar outra 'realidade' além da vida cotidiana, seja através do sonho, da fala, da brincadeira infantil do teatro etc. O jogo, por não ser 'real' ou a vida 'corrente' é que permite criar, inventar novas formas de viver. O jogo, portanto, satisfaz a necessidade pela fantasia e o sonho, mas também o gosto pelo inesperado, pelo resultado incontrolável e a busca da dificuldade gratuita a fim de vencê-la. Este vencer, entretanto, não é um vencer de qualquer maneira, pois o jogo se estabelece dentro dos limites impostos por regras válidas para todos que se propõem a jogar.

Outro ganho considerável é ainda exposto pela autora, que diz que quando participam de competições, os adolescentes ampliam seus horizontes:

Vão do seu bairro para outros núcleos da cidade [...] para outras cidades do Brasil. Essa participação em círculos cada vez mais amplos de pessoas, ao mesmo tempo em que aumenta o ritmo e a oportunidade de aprendizagem do próprio esporte, tem por efeito romper o paroquialismo na sua excessiva identificação com um local só ou uma só categoria de pessoas, o que, por sua vez, acarreta consequências psíquicas, morais, sociais e políticas de extrema importância na medida em que dissolve os mecanismos que mais comumente conduzem à violência. (*Idem*, p. 65).

Ao serem questionados se enfrentaram dificuldades para entrar no PID, o usuário 17 respondeu que os pais resistiram e somente permitiram depois que foram conversar com a diretora da escola. Os demais usuários não enfrentaram dificuldades.

Sobre o que faziam antes de frequentarem o programa, as respostas evidenciaram o efeito do programa na vida dos jovens que passaram a participar de atividades esportivas que antes não faziam. Os usuários 8, 12, 15, 17, 18 e 19 responderam que não faziam nada; que só comiam e dormiam em casa,

responderam os usuários 7 e 9; ou então que assistiam TV, como assinalaram os usuários 9 e 13; já os usuários 10 e 11 disseram que só ficavam em casa; usuários 10, 11 e 14 responderam que suas vidas antes de iniciarem as atividades no PID eram normais; os usuários 12 e 13 disseram que somente estudavam; e o usuário 16 comentou que brigava muito e que atualmente, devido aos conselhos do professor, ele respeita as pessoas.

Quando questionados sobre o que fazem para se divertir, os usuários 8 e 9 disseram que saem para comer com amigos e amigas, salientando que não vão à balada, fato também respondido pelos usuários 14, 15 e 16, com o usuário 14 ressaltando que o pai fixa o horário para chegar a casa. Os usuários 13 e 15 vão ao centro da cidade e também ao Shopping Center; os usuários 12 e 19 descreveram que frequentam festas com amigos e amigas; os usuários 11 e 12 gostam de jogar bola; o usuário 7 se diverte na internet, jogando videogame; o usuário 17 sai com amigos da igreja, que frequenta à noite; o usuário 18 vai a festas e atividades com o grupo de escoteiros e faz rapel; o usuário 19 sai com amigos e com sua namorada. O usuário 12 salientou "agora no momento a gente tá indo pra campeonato e tal, aí não compensa ir lá perder uma noite de sono [...] e saio só no fim de ano [...] balada [...]"; o usuário 10 vai a festas nas sextas e no domingo com os amigos, e, por fim, o usuário 13 adora viajar.

Sobre se sua qualidade de vida melhorou após ingressarem no PID, os usuários 7, 11, 15 e 18 responderam que houve melhora na área da saúde, com o usuário 7 dizendo que emagreceu; aumentaram o número de amigos, disseram os usuários 10 e 15; os usuários 14, 17 e 18 alegaram que evoluíram no relacionamento com os seus pais; já o usuário 12 disse que ocorreu um aumento positivo no número de "coisas" pra fazer, pois antes permanecia sem atividades para realizar; o usuário 9 respondeu que melhorou, pois atualmente recebe R\$ 150,00 para treinar atletismo e pode com esse dinheiro comprar suas "coisas" sem depender dos pais; o usuário 8 afirma que "está mais legal" no PID do que antes em casa; o usuário 13, por sua vez, afirma que melhorou porque participa de campeonatos e viaja com a equipe; o usuário 16 salientou que seu comportamento melhorou bem como os estudos e com relação ao respeito com as pessoas; o usuário 19 foi o único que respondeu que ficou a mesma coisa, que não percebeu melhoras em sua qualidade de vida após o PID uma vez que iniciou há pouco tempo

no programa. Entende-se que devido ao pouco tempo no programa, o usuário 19 não tenho tido tempo suficiente para confirmar alguma melhora após ingressar no PID.

Questionados sobre quais mudanças ocorreram na vida dos usuários após o PID, eles relataram: o usuário 7 mudou de forma geral, inclusive nos estudos e no relacionamento familiar, que de vez em quando precisa faltar o PID para fazer trabalhos da escola, mas não quer desistir das atividades; o usuário 11 respondeu que antes de ingressar no programa somente ficava em casa ou na rua e isso melhorou, com o usuário 14 expressando a mesma opinião. O usuário 12 disse que tem mais ocupação. Os usuários 8 e 15 alegaram que têm mais “coisas” para fazer, bem como ganharam mais amigos; o usuário 18 disse que melhorou o interesse pelas aulas; o usuário 9 disse que desenvolveu mais responsabilidade e caráter depois de entrar no PID; já o usuário 10 disse que aprendeu a jogar mais e melhor; o usuário 13 acredita que cresceu em altura, pois antes era bem baixinho; o usuário 16 melhorou seu respeito com os professores e agora possui mais amigos; por sua vez, o usuário 17 mudou o relacionamento com os pais, pois antes não conversava muito com eles e atualmente até em campeonatos seus pais participam e o usuário 19 tem mais disposição para acordar no dia seguinte além de ter melhorado seu desempenho na atividade do PID em que participa.

Esse fazer amizades, citados por alguns participantes, é consequência, segundo Zaluar (1994) do sentido de cooperação entre colegas, a solidariedade do time, o respeito mútuo e o sentimento de pertencer a um coletivo.

Zaluar (1994) em uma pesquisa aplicada na cidade do Rio de Janeiro, obteve das mães de participantes de um programa nos moldes do PID as seguintes observações:

A imensa maioria das mães, ao falar sobre os ganhos de seus filhos [...] ressaltaram a noção de responsabilidade adquirida, seja porque assumiu o compromisso de aprender o esporte, seja porque o próprio esporte exigia o responsável respeito às regras e aos outros. [...] também valorizavam a orientação dada pelo professor que poderia afastar seus filhos daquelas influências na rua que elas entendiam perigosas. (*Idem*, p. 80).

Sobre os pontos positivos do PID, o usuário 7 salientou: “[...] surgiu esse programa pra melhorar, querendo ou não o aluno melhora na escola”, opinião compartilhada pelo usuário 16. Já o usuário 8 salientou que é bom porque tem o que fazer. O fato de o programa existir e de oportunizar que as crianças não fiquem na rua, à mercê da violência, das drogas e do álcool é um ponto positivo para os

usuários 9, 11, 12, 14 e 19; os usuários 13, 15 e 18 disseram que é positivo ter a oportunidade de jogar, gostam de jogar e o incentivo à prática esportiva; o usuário 10 disse que é positivo o número de modalidades oferecidas; o usuário 17 relata que ajuda no convívio com os amigos, melhora o caráter, a responsabilidade da pessoa, o zelo com os materiais, ajuda a não brigar nem arrumar confusão. Nenhum dos usuários apontou a prática esportiva como um direito constitucional conforme artigo 71 do ECA (ECA, p. 13) “A criança e o adolescente têm direito a informação, cultura, lazer, esportes, diversões, espetáculos e produtos e serviços que respeitem sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento”.

Zaluar (1994, p. 64) ressalta que o esporte consegue atingir vários objetivos, muitos dos quais de suma importância para a classe social que valoriza e investe na coletividade, na solidariedade e na amizade “até mesmo porque não pode prescindir desses valores como meio de vencer as agruras da pobreza”.

Continua a autora (p. 85): “É justamente esse progredir no esporte que tem um efeito decisivo na formação, não só de seu caráter, como também de sua própria identidade social”.

Sobre o que poderia melhorar no programa: os usuários 7, 8, 10, 12, 13 e 16 afirmam a necessidade de melhorar a quantidade e qualidade dos materiais oferecidos no programa, além de ter outras opções como, por exemplo, cesta de basquete, com o usuário 12 afirmando que são poucas as quadras de futsal nos bairros, por isso acredita ser necessário aumentar o número e o usuário 16 concluindo que a pista de corrida do atletismo é de areia e com isso muitos ficam machucados por um mês, impossibilitados de participar dos treinos, com isso é necessário melhorar a pista de corrida; o usuário 17 diz que em dias de chuva não é possível jogar, pois a quadra não é coberta e, devido a isso, deveriam cobrir a quadra de esportes; o usuário 19 pensa que o professor precisa estar mais bem capacitado. Os usuários 9 e 18 estão satisfeitos, assim como o usuário 14, que inclui a necessidade de mais dias de atividades por semana, opinião compartilhada pelo usuário 15 que acha que poderia ter mais tempo de atividades. O usuário 11 alegou que precisa de mais divulgação.

Sobre se os usuários consideram importante participar do PID, os usuários 12, 14 e 16 disseram sim, para que o jovem não fique nas ruas sem ter o que fazer, sujeitos a violências diversas; os usuários 8 e 19 afirmam que sim, faz bem para a saúde; os usuários 7, 9, 13 e 15 responderam que sim para que não fiquem em casa

sem ter o que fazer e ainda para incentivar a prática esportiva; o usuário 10 disse que sim porque todos se conhecem; o usuário 11 respondeu sim porque é importante para a vida do adolescente; o usuário 17 também assinalou que sim porque tem adolescente que não pratica esporte por falta de informação e conhecimento sobre o PID; e, para finalizar, usuário 18 diz sim porque “praticando esporte já é um começo [...] eu vejo na TV atleta que era da favela e usava drogas [...] esse é o caminho [...] praticando esportes”. Portanto, todos os usuários concordam que é importante participar de programas que oferecem práticas esportivas.

Estudos apontam que as crianças encontradas nas ruas não eram, em sua maioria, abandonadas, pois passavam períodos na rua e depois voltavam ao convívio familiar (RIZZINI; ALVES *apud* D'ARÓZ, 2008).

Neste contexto desempenhavam atividades diversas como: vendedores de pequenos objetos, guardadores de carro, engraxates, entre outros. Por outro lado, uma parcela destas crianças e adolescentes recorriam a atividades como mendicância, furtos, uso de drogas e prostituição. Foi preciso então, ampliar o conhecimento do tema e distinguir “crianças na rua”, isto é, aqueles que exercem atividades na rua, mas vivem com suas famílias e “crianças de rua” sendo estes que romperam vínculos com seus familiares, ou pela falta dos mesmos passaram a viver na rua. (D'ARÓZ, 2008, p. 55)

Questionados a respeito de outras atividades esportivas das quais já tenham participado, o usuário 15 respondeu que não participou de outras atividades esportivas antes do PID. Todos os demais já haviam participado de outros esportes, dentre os quais se destacaram: os usuários 7, 9, 10, 12 e 19 já jogaram basquete; os usuários 7, 9, 14, 18 e 19 vôlei; já os usuários 7, 9, 14 e 19 jogaram handebol; o futsal já foi praticado pelos usuários 10, 11 e 16; os usuários 11, 17 e 19 já haviam praticado futebol de campo; a natação já havia sido praticada pelos usuários 8 e 18; o usuário 7 praticava tênis de mesa; o 18 tênis de campo; e, por fim o usuário 13 jogou xadrez e o usuário 19 futebol society. Portanto, apenas 1 usuário (15) não teve contato com esporte antes do programa, os demais todos de tiveram alguma relação com desportos.

Além das modalidades em que participam atualmente, os usuários 8, 9 e 17 responderam que gostariam de praticar natação; os usuários 7 e 16 disseram que gostariam de praticar vôlei; o handebol foi citado pelos usuários 10 e 13; já o usuário 14 gostaria de jogar futebol de campo; o usuário 15 quer aprender dança e a tocar instrumento; o hipismo foi citado pelo usuário 18; por fim, os usuários 11, 12 e 19

assinaram que não desejam praticar nenhuma outra modalidade esportiva. Percebe-se o gosto pelo esporte pelos usuários, uma vez que apresentam o interesse em continuar em outras modalidades, além das que já participam, apesar dos três últimos usuários desejarem apenas praticar as modalidades que se encontram atualmente frequentando. No entanto, em nenhum momento, algum usuário citou que gostaria de deixar de praticar esporte.

Dos usuários entrevistados, os usuários 8, 9, 10, 11, 14, 15, 17, 18 e 19 não têm outros familiares inseridos no PID. Os usuários 7 e 12 possuem um primo cada, que jogam futsal e tênis de mesa, respectivamente. O usuário 13 tem dois primos que jogam vôlei e uma irmã que também pratica esse esporte; o usuário 16 tem um irmão que joga futsal.

E, para finalizar a entrevista com os usuários do PID, foi questionado sobre se conhecem alguém que gostaria de participar do programa, tendo os usuários 7, 8, 9, 11, 12, 14, 15, 16, 17, 18 e 19 respondendo que não conhecem ninguém. Os usuários 10 e 13 conhecem amigos que gostariam de participar, mas não frequentam o programa atualmente por motivos particulares.

Em linhas gerais pode-se, sinteticamente, pode-se identificar aspectos positivos e negativos na pesquisa do PID, dentre eles, a necessidade de mais qualificação para os profissionais que nele atuam, pois diante das respostas, as capacitações que receberam foram poucas e não estavam voltadas especificamente ao programa.

Também existe, por parte dos profissionais que atuam no PID o desconhecimento sobre a trajetória histórica do Programa, o que sugere falta de comunicação por parte da coordenação dessa iniciativa.

Há insatisfação e demanda tanto dos jovens como dos profissionais do PID quanto ao tempo de duração das aulas de esporte, bem como a quantidade de encontros oferecidos. Além disso, as más condições das quadras para o esporte, a falta e má qualidade dos materiais utilizados na prática esportiva foram apontadas na pesquisa.

Não foi apontado melhora com relação à equipe de profissionais do PID devido à nova gestão exigir que os profissionais envolvidos no programa tenham formação específica na área de Educação Física.

Sobre a existência de relatórios, planos de aula e avaliação de desempenho do PID, os profissionais do Programa não possuem uma resposta linear para essa

questão, indicando uma possível falha na comunicação e também prejudicando o andamento das atividades do programa.

Outra dificuldade trata-se da ausência de autonomia para lidar com os recursos financeiros, bem como a falta desse recurso para dar conta da demanda existente no PID, que é vista como muito positiva. Nem mesmo as informações sobre o orçamento do Programa foram fornecidas para esta pesquisa.

A compreensão da adolescência/juventude, por parte dos profissionais é positiva se comparada aos profissionais do Abrigo, mas quando se questiona o que facilita e o que dificulta trabalhar com jovens é que se percebe respostas negativas de ambos os gestores dos programas.

Apesar de citados como jovens carentes pelos profissionais do PID, os jovens participantes do PID, apresentaram-se como de classe média, apontando para o desconhecimento do público atendido por parte dos profissionais do Programa de Iniciação Desportiva.

Como castigo apontado pelos profissionais do Abrigo, está a exclusão dos jovens que participam do Programa, quando seu rendimento escolar cai.

Para finalizar, a expectativa sobre o futuro de certo modo foi vista como positiva pelos profissionais do Programa de Iniciação Desportiva, se comparada aos profissionais do Abrigo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa nos dois programas, Abrigo Infante-Juvenil de Joinville e Programa de Iniciação Desportiva, permitiu identificar semelhanças e diferenças, tanto em relação a aspectos positivos como em desafios a serem enfrentados para que eles cumpram os objetivos a que se propuseram e, através deles, atendam suas prerrogativas como políticas públicas de proteção aos adolescentes e crianças a que se destinam.

Uma das preocupações iniciais investigada foi o investimento de ambas as Instituições na qualificação dos profissionais e demais agentes que nelas atuam. Constatou-se que raras são por parte do governo do município - mantenedor destas iniciativas -, as ações destinadas a qualificar os profissionais e demais agentes quanto a cursos e capacitações específicos. Em ambas as ações, alguns profissionais citaram cursos e qualificações, sendo que ao mesmo tempo, outros além de não citarem, também reclamaram da ausência delas para exercer tais cargos. Como efeito, o despreparo pode ser fator preponderante para algumas reclamações, tanto de usuários do Abrigo quanto do PID, no que se refere ao tratamento que lhes é destinado.

Ambos os programas também apresentam semelhança em relação ao conhecimento de seus profissionais sobre as respectivas histórias. Alguns profissionais responderam afirmando conhecê-la, e de fato o demonstraram, no entanto, outros nem sequer tinham noção do percurso que tal programa realizou.

Os profissionais de ambos os programas compreendem a adolescência/juventude como fase de desenvolvimento humano, com alguns pontos negativos e outros positivos. No entanto, predominam os aspectos negativos em relação aos jovens abrigados e os positivos para os jovens que frequentam o programa esportivo. Somente quando se questiona o que facilita e o que dificulta o trabalho com os jovens é que se percebem as respostas negativas dos profissionais no que se refere ao comportamento “rebelde” dos jovens. As facilidades, nas respostas dos profissionais de ambas as instituições encontram-se na consciência que os jovens possuem quando das determinações que os profissionais lhes impõem.

Torna-se importante ressaltar que o perfil social dos jovens de ambos os programas são diferentes. Entre os jovens do Abrigo predominam aqueles que são provenientes de famílias de baixa renda; já os do PID foram considerados carentes pelos seus profissionais, mas analisando o perfil dos jovens entrevistados, percebeu-se que estes não são carentes em sua totalidade, o que pode denotar falta de conhecimento dos profissionais do PID quanto ao perfil social dos jovens frequentadores do Programa.

Quanto à média de tempo de abrigamento dos jovens que se encontram por medida de proteção, no Abrigo Infante-Juvenil, percebeu-se que o município de Joinville não está levando em conta o 3º parágrafo do artigo 121 do ECA, sobre Internação. (ECA, p. 25) “*Em nenhuma hipótese o período máximo de internação excederá a três anos*”. Isso foi constatado, tendo em vista que é do conhecimento, tanto dos profissionais quanto dos usuários, que existem abrigados na casa há dois anos e que parte deles já vem de outros abrigos desde quando crianças.

Percebeu-se que, apesar dos profissionais entrevistados ao descreverem a rotina do Abrigo Infante-Juvenil de Joinville apresentarem indícios de que ela está em consonância com o estabelecido pelo seu próprio Projeto Político Pedagógico, tanto os profissionais quanto os usuários alegaram a falta de alternativas de atividades como fator que pode atrapalhar os trabalhos da casa. No caso do PID, há insatisfação e demandas quanto ao tempo de duração e a quantidade de aulas oferecidas.

Não se pode esquecer de informar que tanto para o Abrigo como para o PID, foi envolvida a questão do castigo como forma de punição quando os jovens não correspondem a algumas expectativas ou transgridem as regras. Em se tratando do Abrigo, dos jovens é retirado o direito aos passeios nos fins de semana. Quanto aos jovens do PID, se não apresentarem bom rendimento escolas, são os pais que os retiram do programa.

Diante dos relatos de profissionais e usuários percebe-se a urgente necessidade de melhorar as instalações físicas, levando em conta vários aspectos apontados como deficientes, especialmente as poucas dimensões de alguns espaços específicos, as precárias instalações de certos equipamentos e a falta de privacidade dos adolescentes, devido as limitações, muitas vezes, do espaço físico na casa. Já no PID, algumas quadras para esporte prejudicam o andamento das

atividades nos dias chuvosos, além de outros fatores como a falta e má qualidade dos materiais distribuídos aos alunos.

Sobre o que poderia melhorar na equipe dos dois programas, a equipe do PID ressaltou que nesta gestão não há necessidade de melhoras, pois todos os envolvidos estudam ou já concluíram a formação em Educação Física e que por isso estão todos trabalhando na área esportiva. No entanto, os profissionais do Abrigo alegaram que faltam alguns educadores, pois a equipe encontra-se desfalcada, e muitos educadores estão cobrindo dias de trabalho de outros que estão de licença, ou que faltam ao trabalho. Isso sobrecarrega o trabalho e pode ser considerado fator que muitas vezes desmotiva o trabalho na Instituição.

Em ambos os programas ficou constatado que os profissionais não possuem uma resposta única quando perguntados sobre se existem relatórios, planejamento de aulas e avaliação de desempenho das duas instituições. Obteve-se algumas respostas positivas de alguns profissionais, mas outros profissionais disseram que não existe, ou que não sabem informar. Isso denuncia a existência de alguma falha na comunicação entre a coordenação dos dois programas e demais profissionais. Pode, ao mesmo tempo, atrapalhar consideravelmente os trabalhos cotidianos das equipes de ambos os programas, pois a existência de relatórios, planejamentos e avaliações facilita a execução das atividades diárias. Vale destacar que a equipe de especialistas do Abrigo necessita, por determinação judicial, encaminhar relatórios ao Juizado da Infância e da Juventude. No entanto, quando se referem aos relatórios, planejamentos e avaliações da Instituição e trabalho interno, não existe concordância nas respostas, sendo que uns dizem que existe e outros afirmam que não, ou ainda que são feitos esporadicamente sem registro apropriado.

Outro aspecto relativo a dificuldades e desafios diz respeito a que ambos os programas foram unânimes em apontar a ausência de autonomia para lidar com os recursos financeiros, bem como a falta do próprio recurso financeiro para dar conta da demanda que existe para neles participar. O desafio encontra-se justamente em aumentar o número de atendimentos no PID e melhorar as instalações físicas, bem como aumentar o número de atividades aos jovens do Abrigo Infante-Juvenil. Sobre esse aspecto, vale igualmente lembrar que não foram fornecidas as informações a respeito dos orçamentos de ambos os programas.

A respeito das demandas de ambos os programas, os profissionais do PID recebem como muito boa a possibilidade de aumentar o número de jovens

atendidos. Já quanto ao Abrigo, foram quase unânimes as respostas em que consideraram inoportuno aumentar o número de vagas, pois haverá mais jovens fora de suas famílias em Joinville, se isso acontecer.

Interessante notar que alguns profissionais do PID disseram que muitos jovens não possuem expectativas quanto ao futuro de um modo geral e que outros demonstraram esperança e expectativas para mais adiante. Mas quanto aos jovens do Abrigo, quase houve unanimidade que, na opinião de seus profissionais, eles não pensam no futuro ou que não conseguem expressá-las. No entanto, ao contrário do que os profissionais alegaram, todos os usuários do Abrigo verbalizaram seus desejos e sonhos sobre o futuro, e os do PID de igual maneira.

Do ponto de vista dos projetos sugeridos pelos profissionais de ambos os programas, alguns citaram projetos que conseguiram concretizar outros nunca propuseram projeto algum à sua Coordenação.

Em linhas gerais, a impressão que se obteve foi a de que as representações sociais dos profissionais sobre o PID são positivas. Já sobre o Abrigo, foram evidenciados muitos questionamentos, além dos apresentados nesta pesquisa, relativos a profissionais esgotados, precariedade no trabalho e ausência da garantia dos direitos dos jovens abrigados em alguns quesitos.

Ao mesmo tempo, foi possível constatar que, por parte de alguns dos profissionais entrevistados a impressão que possuem dos jovens é a mesma apontada por Margulis (1996 *apud* TIRELLI; DURAN 2002, p. 165), ou seja: *“ignora-se o jovem como um ser que vive condições específicas de um ciclo de vida, como um ser social de direitos que deve ser reconhecido na sua condição histórico-cultural e que não está situado de forma homogênea como uma categoria social”*.

Além disso, a presença marcante do modo de tratar os jovens, como há décadas atrás, ainda é forte. Como afirmam Tirelli e Durand (2002, p. 165) *“A intervenção moderna sobre a vida de jovens e crianças teve como objetivos conter, controlar, vigiar suas energias desordenadas, disciplinando-as”*. Nesse sentido, afirmam as mesmas autoras (p. 166), e pôde-se perceber no presente estudo, *“que os jovens ainda são observados do ponto de vista do controle social, e são referenciados sem levar em conta as transformações da contemporaneidade, o que acaba respaldando o comportamento social da juventude”*.

Em síntese, no que diz respeito às entrevistas realizadas tanto com os profissionais como com os usuários, o que ficou caracterizado diante da análise dos

dois programas, é que apesar de alguns aspectos positivos apontados, prevalecem os aspectos negativos, especialmente em relação ao Abrigo. Com efeito, o município de Joinville oferece poucos recursos humanos, material escasso e de má qualidade, apesar da extrema necessidade tanto de um programa quanto do outro. Vale arriscar a seguinte conclusão: parte dos governos atuais está direcionando o foco para as políticas públicas de juventude. No entanto, como é o caso da Prefeitura de Joinville, essas propostas não encontram sustentação orçamentária para sua concretização. Ainda há muito que fazer para que a execução dos programas aqui analisados alcance a excelência, ou que pelo menos possa garantir os direitos às crianças e adolescentes do município, nos limites mínimos, de modo todo especial no que diz respeito ao Abrigo Infante-Juvenil.

REFERÊNCIAS

ABAD, M. Crítica política das políticas de juventude. In: FREITAS, M. V. de; PAPA, F. de C. (Org.). **Políticas públicas: juventude em pauta**. São Paulo: Cortez/ Ação Educativa. 2003, p. 13-32.

ANDRADE, A. P. de. **A Convenção sobre os direitos da criança em seu décimo aniversário: Avanços, Efetividade e Desafios**. Revista Fundação Escola Superior Ministério Público Federal Territórios. Brasília, Ano 8, V. 15, 2000, p. 9-28, jan/jun.

BANGO, J. Políticas de juventude na América Latina: identificação de desafios. In: FREITAS, M. V de; PAPA, F. de C. (Org.). **Políticas públicas: juventude em pauta**. São Paulo: Cortez/ Ação Educativa. 2003, p. 33-55.

BELUZZO, L.; VICTORINO, R. de C. A juventude nos caminhos da ação pública. **São Paulo em Perspectiva**. 18(4): (P. 8-19). 2004.

BOCK, A. M. B.; LIEBESNY, B. Quem eu quero ser quando crescer: um estudo sobre o projeto de vida de jovens em São Paulo. In: OZELLA, S. (Org.). **Adolescências construídas: a visão da psicologia sócio-histórica**. São Paulo: Cortez. 2003, p. 203-222.

BRASIL. **Constituição Brasileira**. Disponível em: www.planalto.gov.br. Acesso em: 04 de março de 2009.

CARRANO, P. C. R. Juventude: as identidades são múltiplas. **Movimento: Revista da Faculdade de Educação da UFF**. Rio de Janeiro. n. 1, maio 2000.

CARVALHO, G. C. A. de. **Juventude e Políticas Públicas: Mero destaque na agenda pública ou garantia de direitos?** Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC. Florianópolis. V. 2 nº 2 (4), agosto-dezembro/2006 (P. 163-15).

CARVALHO, I. C. Ambientalismo e juventude: o sujeito ecológico e o horizonte da ação política contemporânea. (P. 53 – 74). In: NOVAES, R. & VANNUCHI, P. (Org.). **Juventude e Sociedade: trabalho, educação, cultura e participação**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

CIEE. **Centro de Integração Empresa Escola**. Disponível em www.cieesc.org.br. Acesso em 15 de novembro de 2009.

COSTA, A. C. G. da. Educação para o empreendedorismo: uma visão brasileira. (P. 242-259). In: NOVAES, R. & VANNUCHI, P. (Org.). **Juventude e Sociedade: trabalho, educação, cultura e participação**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

D'AROZ, M. S. **Concepções de cuidado familiar na visão de adolescentes abrigados, das suas famílias e de educadores de uma ONG**. Curitiba, Universidade Federal do Paraná, 2008.

DURAND, Olga. Entrevista com Margulis, M. In: **Revista Perspectiva**. Florianópolis, v. 22, n. 02, p. 277-575, jul./dez. 2004.

DUVEEN, G. Crianças enquanto atores sociais: as representações sociais em desenvolvimento. In GUARESCHI, P. A.; JOVCHELOVITCH, S. (Orgs.). **Textos em Representações Sociais**. [Prefácio Serge Moscovici]. 2ª Edição. Petrópolis, RJ. Vozes, 1995.

ECA. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Senado Federal. Subsecretaria de Edições Técnicas. 5ª Edição. Brasília, 2004.

FARR, R. M. Representações sociais: a teoria e sua história. In GUARESCHI, P. A.; JOVCHELOVITCH, S. (Orgs.). **Textos em Representações Sociais**. [Prefácio Serge Moscovici]. 2ª Edição. Petrópolis, RJ. Vozes, 1995.

FERNANDES, R. C. Segurança para viver – Propostas para uma política de redução da violência entre adolescentes e jovens. (P. 260-274). In: NOVAES, R. & VANNUCHI, P. (Org.). **Juventude e Sociedade: trabalho, educação, cultura e participação**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

FREITAS, M. V. de & PAPA, F. de C. (Org.). **Políticas Públicas: juventude em pauta**. São Paulo: Cortez: Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação: Fundação Friedrich Ebert, 2003.

FRIGOTTO, G. Juventude, trabalho e educação no Brasil: perplexidades, desafios e perspectivas. (P. 180-216). In: NOVAES, R. & VANNUCHI, P. (Org.). **Juventude e Sociedade: trabalho, educação, cultura e participação**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

GOMES, F. L. (Org.). **Constituição Federal, Código Penal, Código de Processo Penal**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005, 7ª edição.

GUARESCHI, P. A.; JOVCHELOVITCH, S. (Orgs.). **Textos em Representações Sociais**. [Prefácio Serge Moscovici]. 2ª Edição. Petrópolis, RJ. Vozes, 1995.

GUARESCHI, P. A. 'Sem dinheiro não há salvação': Ancorando o bem e o mal entre neopentecostais. In GUARESCHI, P. A.; JOVCHELOVITCH, S. (Orgs.). **Textos em Representações Sociais**. [Prefácio Serge Moscovici]. 2ª Edição. Petrópolis, RJ. Vozes, 1995.

GUGA. G. K. **Site Oficial Gustavo Kuerten**. Disponível em: www.guga.com. Acesso em 14 de novembro de 2009.

GUIA. **De políticas públicas de juventude**. Brasília: Secretaria-Geral da Presidência da República, 2006.

IBGE. **Censo Demográfico 2000**. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em: 10 de Fevereiro de 2009.

JOFFE, H. 'Eu não', 'O meu grupo não': Representações sociais transculturais da AIDS. In GUARESCHI, P. A.; JOVCHELOVITCH, S. (Orgs.). **Textos em**

Representações Sociais. [Prefácio Serge Moscovici]. 2ª Edição. Petrópolis, RJ. Vozes, 1995.

JOINVILLE. **Cidade Em Dados 2008.** IPPUJ: Instituto de Pesquisa e Planejamento para o Desenvolvimento Sustentável de Joinville, Prefeitura Municipal de Joinville, 2008. Disponível em www.ippuj.sc.gov.br. Acesso em 10 de fevereiro de 2009.

JOINVILLE IATE CLUBE. J. **Site Joinville Iate Clube.** Disponível em www.joinvilleiateclube.com.br. Acesso em 14 de novembro de 2009.

JOVCHELOVITCH, S. Vivendo a vida com os outros: intersubjetividade, espaço público e representações sociais. In GUARESCHI, P. A.; JOVCHELOVITCH, S. (Orgs). **Textos em Representações Sociais.** [Prefácio Serge Moscovici]. 2ª Edição. Petrópolis, RJ. Vozes, 1995.

JOVCHELOVITCH, S. **Representações Sociais e Esfera Pública – A Construção Simbólica dos espaços públicos no Brasil.** Petrópolis, RJ. Vozes, 2000.

KEHL, M. R. A juventude como sintoma da cultura. (P. 89 – 114). In: NOVAES, R. & VANNUCHI, P. (Org). **Juventude e Sociedade: trabalho, educação, cultura e participação.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

LEÓN, O. D. Da agregação programática à visão construtiva de políticas de juventude. (P. 7-96). In: FREITAS, M. V. de & PAPA, F. de C. (Org.). **Políticas Públicas: juventude em pauta.** São Paulo: Cortez: Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação: Fundação Friedrich Ebert, 2003.

MINAYO, C. de S. (Org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

MINAYO, M. C. de S. O conceito de representações sociais dentro da sociologia clássica. In GUARESCHI, P. A.; JOVCHELOVITCH, S. (Orgs). **Textos em Representações Sociais.** [Prefácio Serge Moscovici]. 2ª Edição. Petrópolis, RJ. Vozes, 1995.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL. **Programa Sentinela.** Disponível em www.mds.gov.br. Acesso em 14 de novembro de 2009.

MELO, S F. C. de Lima. **Breve análise sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente.** Disponível em: <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=1645>. Acesso em 09 de Novembro de 2009.

NOVAES, R. & VANNUCHI, P. (Org.). **Juventude e Sociedade: trabalho, educação, cultura e participação.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

POCHMANN, M. Juventude em busca de novos caminhos no Brasil. (P. 217-241). In: NOVAES, R. & VANNUCHI, P. (Org.). **Juventude e Sociedade: trabalho, educação, cultura e participação.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

RIBEIRO, J. R. Política e juventude: o que fica da energia. (p. 19 – 33). In: NOVAES, R. & VANNUCHI, P. (Org). **Juventude e Sociedade: trabalho, educação, cultura e participação**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SARTI, C. A. O jovem na família: o outro necessário. (P. 115-129). In: NOVAES, R. & VANNUCHI, P. (Org). **Juventude e Sociedade: trabalho, educação, cultura e participação**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SESC. **Serviço Social do Comércio**. Disponível em www.sesc.com.br. Acesso em 14 de novembro de 2009.

SESI. **Serviço Social da Indústria**. Disponível em www.sesisc.org.br. Acesso em 14 de novembro de 2009.

SOARES, L. E. Juventude e violência no Brasil contemporâneo. (P. 130-159). In: NOVAES, R. & VANNUCHI, P. (Org). **Juventude e Sociedade: trabalho, educação, cultura e participação**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SPOSITO, M. Trajetórias na Constituição de Políticas Públicas de Juventude no Brasil. (P. 57-75). In: FREITAS & PAPA, (Org.). **Políticas Públicas Juventude em Pauta**. São Paulo: Cortez: Ação Educativa, 2003.

TIGRE. **Portal da TIGRE**. Disponível em www.tigre.com.br. Acesso em 14 de novembro de 2009.

TIRELLI, J. P. de S.; DURAND, O. C. **Experiências educativas da juventude: entre a escola e os grupos culturais**. Revista Perspectiva. Florianópolis, v. 20, n. Especial. P. 163-181, jul./dez. 2002.

UNESCO. **Políticas Públicas de/para/com as juventudes**. Brasília: 2004.

WASELFISZ, J. J. **Relatório de Desenvolvimento Juvenil 2007**. Rede de Informação Tecnológica Latino-Americana, RITLA; Instituto Sangari. Ministério da Ciência e Tecnologia, MCT, 2007.

WIKIPÉDIA. A enciclopédia livre. **EJA – Educação de Jovens e Adultos**. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/EJA>. Acesso em 12 de novembro de 2009.

ZALUAR, Alba. **Cidadãos não vão ao paraíso**. Editora: Escuta. Campinas, São Paulo, 1994.

ANEXOS

Roteiro para entrevista com profissionais que atuam no Abrigo Infanto-Juvenil

1. Escolaridade
2. Idade
3. Sexo
4. Qual o cargo e quais as funções que desempenha no Abrigo?
5. Há quanto tempo trabalha na Instituição e como passou a trabalhar nela?
6. Você já havia trabalhado em alguma atividade parecida com esta antes? Em que tipo de Instituição ou Programa?
7. Recebeu cursos e qualificação para a função que exerce aqui?
8. Você conhece a trajetória e a realidade atual da Instituição (quando foi fundado, onde funcionava, no início; quantas crianças/jovens abriga atualmente?)
9. Qual a participação do Município para a manutenção do Abrigo, e de outras esferas públicas e privadas?
10. Qual a sua concepção sobre adolescente/jovem?
11. Qual o perfil social dos adolescentes abrigados aqui?
12. Quais os principais motivos pelos quais estão na Instituição?
13. Há quanto tempo, em média, estes adolescentes estão abrigados aqui?
14. A seu ver, o que os pais, de um modo geral, precisam fazer para cuidar bem de seus filhos?
15. O abrigo tem levado em conta os cuidados necessários em relação ao desenvolvimento pessoal dos adolescentes abrigados aqui?
16. Quais características destes adolescentes facilitam o trabalho de vocês?
17. Quais aspectos que o dificultam?
18. Como é a rotina diária e semanal dos abrigados? (incluindo: alimentação, higiene pessoal, cuidados com a saúde, atividades escolares e de lazer, recebimento de visitas, disciplina, eventuais penalidades por mau comportamento etc.)
19. Como você avalia esta rotina? O que nela seria necessário mudar para melhor?
20. Na sua opinião, como os adolescentes avaliam suas condições de vida na Instituição?

21. Como você avalia as instalações físicas da Instituição? Boa () regular () ruim () péssima () Por quê?
22. Em relação à equipe de trabalho, como você avalia?
23. Em que sentido a equipe do Abrigo poderia melhorar?
24. Existe planejamento das atividades? Sim () Não () De que forma e qual a periodicidade?
25. É realizada a avaliação do desempenho da Instituição? De que forma? Qual a periodicidade?
26. É realizado relatório? Qual a periodicidade? Quais dados são informados?
27. Qual o número de funcionários envolvidos? (monitores, professores)?
28. Como você avalia o desempenho da Instituição, em relação aos cuidados dispensados às crianças e jovens? Por quê?
29. Quais os aspectos positivos neste desempenho, atualmente?
30. Quais as dificuldades e desafios enfrentados pela Instituição?
31. Na sua opinião, quais são as expectativas dos adolescentes em relação ao futuro, de um modo geral?
32. Existe demanda reprimida? Se existe como vocês evidenciam? Por quê?
33. Você acredita que seria necessário ampliar as vagas? Em caso positivo, quais os impedimentos para ampliá-las?
34. Você tem ou teve alguma proposta para melhorar o Abrigo, mas que ainda não conseguiu colocar em prática? Por quê?
35. Você é a favor ou contra a maioria penal?
36. Qual a sua opinião sobre o trabalho do judiciário com relação aos jovens?

Roteiro de entrevista com adolescentes que vivem no Abrigo Infanto-Juvenil

1. Nome:
2. Sexo:
3. Data de nascimento:
4. Cor / etnia:
5. Religião:
6. Local de Nascimento:
7. Quanto tempo está no Abrigo:
8. O que você sabe sobre seus pais?
9. Você sabe por que não reside com eles?
10. Como é o dia-dia (rotina) de vocês aqui no Abrigo? a) que horas levantam; b) qual o horário das refeições? C) Você gosta das refeições? D) quais as atividades que vocês fazem todos os dias e em que horários? Vocês frequentam as aulas todos os dias? Em que horário? Que outras atividades vocês fazem além das aulas e em que dias e horários?
11. Que outras atividades você gostaria de poder fazer aqui no Abrigo?
12. Quem cuida de vocês durante o dia?
13. Você gosta do jeito que vocês são cuidados?
14. O que um pai e uma mãe precisam fazer para cuidar bem de um filho?
15. Como é cuidada a saúde de vocês? Ou o que é feito quando vocês ficam doentes?
16. O que pode e o que não pode fazer (disciplina) na rotina de vocês?
17. E o que acontece quando vocês desobedecem às ordens dos monitores?
18. Que série de estudo frequenta?
19. Repetente? Sim () Não ()
20. O que você acha dos estudos? Para que servem?
21. O que você pensa de um adolescente na sua idade trabalhar? Por quê?
22. Qual a idade que você considera ideal para começar a trabalhar? Por quê?
23. Qual o significado de ser jovem para você?

24. Você tem amigos aqui? Quem são eles (se jovens também – meninos, meninas, quais idades)?
25. O que você pretende ser no futuro?
26. Você tem alguma outra vontade, sonho? Qual?
27. O que você apontaria de bom aqui na sua vida no Abrigo?
28. O que deveria melhorar aqui?

Roteiro para entrevista com profissionais que atuam no Programa de Iniciação Desportiva (PID)

1. Escolaridade
2. Idade
3. Sexo
4. Qual o cargo e quais as funções que desenvolve no PID?
5. Há quanto tempo trabalha no Programa e como passou a trabalhar nele?
6. Você já havia trabalhado em alguma atividade parecida com esta do PID antes?
A que se destinava?
7. Recebeu cursos e qualificação para a função que exerce neste Programa?
8. Como o Programa surgiu em Joinville?
9. Qual a participação do Município no PID, e de outras esferas públicas e privadas?
10. De onde vêm os recursos financeiros do PID?
11. Como você avalia as instalações físicas? Boa () regular () ruim () péssima () Por quê?
12. Em relação à equipe de trabalho, como você avalia?
13. Em que sentido a equipe do Programa poderia melhorar?
14. Existe planejamento das atividades? Sim () Não () De que forma e qual a periodicidade?
15. É realizada a avaliação do Programa? De que forma? Qual a periodicidade?
16. É realizado relatório? Qual a periodicidade? Quais dados são informados?
17. Existe voluntário no Programa? Quantos?
18. Qual o número de funcionários envolvidos? (monitores, professores)?
19. Como você avalia o Programa? Por quê?
20. Quais os aspectos positivos do Programa, atualmente?
21. Quais as dificuldades e desafios enfrentados pelo Programa?
22. Como é realizada a divulgação do PID?
23. Você acredita que estes mecanismos de divulgação são suficientes?

Em caso contrário, o que mais deveria ser feito a este respeito?

24. Qual a sua concepção sobre adolescente/jovem?

25. Quais características da adolescência facilitam o trabalho?

26. Quais aspectos que o dificultam?

27. O que você pensa sobre um adolescente trabalhar?

28. Qual idade que você considera ideal para alguém começar a trabalhar?

29. O que você pensa sobre o tempo ocioso dos adolescentes hoje em dia?

30. Na sua opinião, quais são as expectativas dos adolescentes em relação ao futuro, de um modo geral?

31. Qual o perfil dos adolescentes do Programa?

32. Quais são as expectativas dos adolescentes em relação ao PID?

33. Na sua opinião, qual a atividade preferida pelos adolescentes? Por quê?

34. Por que é importante que um adolescente participe deste Programa?

35. Você acredita que a qualidade de vida dos adolescentes melhorou após o ingresso no PID? De que maneira?

36. Você acredita que através deste Programa pode-se incluir socialmente o adolescente de Joinville? De que forma?

37. Que fatores motivam a escolha do PID, pelo adolescente?

38. Das atividades oferecidas no Programa, quais as que você acha que mais contribuem para o desenvolvimento do adolescente? Por quê?

39. Você acredita que estas atividades possibilitam melhora no desempenho escolar do adolescente? De que forma?

40. Por que alguns adolescentes desistem das atividades?

41. Quais os mecanismos que deveriam ser criados para diminuir a desistência no Programa?

42. Existe um acompanhamento com a família do adolescente que participa do Programa? De que forma?

43. Quanto às famílias, no que facilitam e no que dificultam a participação dos adolescentes no

PID?

44. A comunidade auxilia o Programa de alguma forma? Qual ou quais?

45. Quais são os critérios para inserção dos adolescentes neste Programa?

46. Você acredita que estes critérios são adequados? Por quê?

47. Existe demanda reprimida? Se existe como vocês evidenciam? Por quê?

48. Você acredita que seria necessário ampliar as vagas? Em caso positivo, quais os impedimentos para ampliá-las?

49. Cite os aspectos que facilitam a execução do Programa. Por quê?

50. Cite os aspectos que dificultam a execução do PID? Por quê?

51. Você tem ou teve alguma proposta para melhorar o Programa, mas que ainda não conseguiu aplicar? Por quê?

52. Você considera que Joinville possui quantidade satisfatória de atividades para adolescentes?

53. Quais atividades que este Programa não possui, mas você considera necessário existir neste

Programa, ou em outros programas no município? Por quê?

Roteiro de entrevista com adolescentes que participam do Programa de Iniciação Desportiva (PID)

1. Nome:
2. Sexo:
3. Data de nascimento:
4. Cor / etnia:
5. Religião:
6. Local de Nascimento:
7. Cidade de Origem:
8. Quanto tempo reside em Joinville:
9. Motivo de mudança para Joinville:
10. Bairro em que reside:
11. Moradia: Própria () alugada () cedida () outro:
12. Com quem reside? Pais () pai () mãe () responsável:
13. Qual é a composição (idade, profissão) e renda média familiar da família biológica?
14. Pais são: casados () união estável; () separados; () viúvo/a () outros
15. Caso não resida com os pais, quais os motivos porque não vive com eles?
16. Qual a composição (quem são, idade, sexo, profissão, renda média) do grupo doméstico com quem vive?
17. Possui filhos? Não () Sim () Idade:
18. Você estuda? Sim () Não ()
19. (Em caso afirmativo) Já estudava quando iniciou o curso/atividade neste programa?
Sim ()
Não ()
20. (Em caso negativo) Qual foi o motivo da evasão escolar?
21. Escola que frequenta ou qual frequentou?
22. Série que frequenta? Supletivo/Aceleração () EJA ()
23. Turno? Matutino () Vespertino () Noturno ()

24. Repetente? Sim () Não () Motivo?
25. Antes ou depois de iniciar as atividades no programa? Por quê?
26. O que você acha dos estudos? Para que servem?
27. O que você pretende ser no futuro?
28. Você tem alguma outra vontade, sonho? Qual?
29. Qual o significado de juventude pra você?
30. Você trabalha? Sim () Não () Por quê?
31. Já trabalhou? Sim () Não ()
32. Qual a função que desempenha ou desempenhava? Onde?
33. Tem ou tinha carteira assinada? Sim () Não () Desempenhando qual função?
34. De alguma forma o trabalho dificulta (dificultava) seu desempenho nos estudos? Por quê?
35. Como você se sente ou se sentia no trabalho? Por quê?
36. O que é mais importante no trabalho para você?
37. O que você pensa de um adolescente na sua idade trabalhar? Por quê?
38. Qual a idade que você considera ideal para começar a trabalhar? Por quê?
39. Há quanto tempo participa do programa?
40. Como ficou sabendo da existência do programa?
41. Por que você frequenta o programa?
42. Quais atividades que você realiza no programa? Você gosta? Por quê?
43. O que você aprendeu com estas atividades?
Por quê?
44. Você teve alguma dificuldade para entrar neste programa (PID)? Qual? Por quê?
45. Como era a sua vida antes de frequentar estas atividades?
46. O que você faz, de um modo geral, para se divertir? Quando? Em que período faz?
47. A sua qualidade de vida melhorou após iniciar as atividades no programa?
48. Quais as mudanças que você percebe que ocorreram em sua vida após ter iniciado as atividades do programa?

49. O que você apontaria de positivo no programa?
50. O que poderia melhorar no programa?
51. Você considera importante os adolescentes participarem desta atividade? Por quê?
52. Você já realizou alguma outra atividade esportiva? Qual? Onde? Por quê?
53. Que outra atividade gostaria de fazer? Por quê? O que falta para realizar esta atividade?
54. Possui outros membros da família inseridos neste programa? Sim () Não ()
Quantos? Quem são?
55. Qual a atividade que eles participam?
56. Tem alguém que você conhece que gostaria de fazer este curso? Por que não faz?

REGIMENTO INTERNO DO ABRIGO INFANTO-JUVENIL DE JOINVILLE

TÍTULO I

Das Características e Finalidades

Art. 1º - O Programa Abrigo Infanto-Juvenil é vinculado técnico e administrativamente à Prefeitura Municipal de Joinville, com sede à rua Padre Kolb, 1449 - Anita Garibaldi.

Art. 2º – O Programa Abrigo Infanto-Juvenil tem por finalidade abrigar como medida de proteção, crianças e adolescentes de ambos os sexos, na faixa etária de 07 a 17 anos de idade, que se encontram em situação de risco pessoal e social iminente. O Prazo de permanência na instituição deverá ser o mais breve possível, garantindo a criança e ao adolescente; salvo em situação de destituição do poder familiar; o retorno à família de origem, ampliada ou colocação em família substituta. O abrigo deverá dar o devido encaminhamento legal do caso.

Inciso primeiro: É incumbência do Abrigo realizar estudo social para melhor parecer técnico.

Art. 3º – Operacionalização do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA – Lei nº 8.069, com ênfase nos artigos 90 a 94. Art. 90 – As entidades de atendimento são responsáveis pela manutenção das próprias unidades, assim como pelo planejamento e execução de programas de proteção e sócio educativos destinadas a crianças e adolescentes em regime de:

IV – abrigo.

Parágrafo Único – As entidades governamentais deverão proceder à inscrição de seus programas especificando os regimes de atendimento na forma definida nesse artigo, junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente o qual manterá registro das inscrições e de suas alterações do que fará comunicação ao Conselho Tutelar e à autoridade judiciária.

Art. 91 – As entidades não governamentais somente poderão funcionar depois de registradas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente o qual comunicará seu registro ao Conselho Tutelar e à autoridade judiciária da respectiva localidade.

Parágrafo Único – será negado o registro à entidade que:

- a) Não ofereça instalações físicas em condições adequadas de habitabilidade, higiene, salubridade e segurança,
- b) Não apresente plano de trabalho compatível com os princípios desta lei,
- c) Esteja irregularmente constituída,
- d) Tenha em seus quadros pessoas inidôneas.

Art. 92 – As entidades que desenvolvem programas de abrigo deverão adotar os seguintes princípios:

I – preservação dos vínculos familiares;

II – integração em família substituta, quando esgotados os recursos de manutenção na família de origem;

III – atendimento personalizado e em pequenos grupos;

IV – desenvolvimento de atividades em regime de coeducação;

V – não desmembramento de grupos de irmãos;

VI – evitar sempre que possível a transferência para outras entidades de crianças e adolescentes abrigados;

VII – participação na vida da comunidade local;

VIII – preparação gradativa para o desligamento;

IX – participação de pessoas da comunidade no processo educativo.

Parágrafo Único – O dirigente da entidade de abrigo é equiparado ao guardião para todos os efeitos de direito.

Art. 93 – As entidades que mantenham programas de abrigo poderão em caráter excepcional e de urgência abrigar crianças e adolescentes sem prévia determinação da autoridade competente fazendo comunicação do fato em 48 horas.

Art. 94 – As entidades que mantenham programas de internação têm as seguintes obrigações, entre outras:

I – observar os direitos e garantias de que são titulares os adolescentes;

II – não restringir nenhum direito que não tenha sido objeto de restrição na decisão de internação;

III – oferecer atendimento personalizado, em pequenas unidades e grupos reduzidos;

IV – preservar a identidade e oferecer ambiente de respeito e dignidade ao adolescente;

V – diligenciar no sentido do restabelecimento e da preservação dos vínculos familiares;

VI – comunicar a autoridade judiciária periodicamente os casos em que se mostrem inviáveis ou impossível o reatamento dos vínculos familiares;

VII – oferecer instalações físicas em condições adequadas de habitabilidade, higiene, salubridade e segurança e os objetos necessários à higiene pessoal;

VIII – oferecer vestuário e alimentação suficientes e adequados à faixa etária dos adolescentes atendidos;

IX – oferecer cuidados médicos, psicológicos, odontológicos e farmacêuticos;

X – propiciar escolaridade e profissionalização;

XI – propiciar atividades culturais, esportivas e de lazer;

XII – propiciar assistência religiosa àqueles que desejarem, de acordo com suas crenças;

XIII – proceder ao estudo social e pessoal de cada caso;

XIV – reavaliar periodicamente cada caso, com intervalo máximo de seis meses, dando ciência dos resultados à autoridade competente;

XV – informar, periodicamente, o adolescente internado sobre sua situação processual;

XVI – comunicar às autoridades competentes todos os casos de adolescentes portadores de moléstias infecto-contagiosas;

XVII – fornecer comprovante de depósito dos pertences dos adolescentes;

XVIII – manter programas destinados ao apoio e acompanhamento de egressos;

XIX – providenciar os documentos necessários ao exercício da cidadania àqueles que não os tiverem;

XX – manter arquivo de anotações onde constem data e circunstâncias do atendimento, nome do adolescente, seus pais ou responsável, parentes, endereços, sexo, idade, acompanhamento de sua formação, relação de seus pertences e demais dados que possibilitem a sua identificação e a individualização do atendimento.

Inciso 1º – Aplicam-se, no que couber, as obrigações constantes deste artigo às entidades que mantêm programa de abrigo.

Inciso 2º – No cumprimento das obrigações a que alude este artigo às entidades utilizarão preferencialmente os recursos da comunidade.

TÍTULO II

Do número de vagas

Art. 4º – O Programa Abrigo Infante-Juvenil tem capacidade para atender 16 crianças e adolescentes de ambos os sexos, com a possibilidade expandir para 4 (quatro) vagas excedentes quando se fizer necessário o abrigamento de crianças e adolescentes para recâmbios (outros municípios) e/ou emergenciais (períodos noturnos, finais de semana e feriados prolongados).

TÍTULO III

Da Medida de Abrigo, Desligamento e Evasão.

Art. 5º – O abrigo será feito mediante encaminhamento, com determinação judicial ou pelo Conselho Tutelar, após confirmada a existência de vaga. A Polícia Militar poderá aplicar a medida de abrigo após o horário comercial, sendo que os órgãos competentes deverão ser comunicados em 48 horas.

Art. 6º – A criança ou adolescente será apresentada ao programa com a seguinte documentação:

- Guia de encaminhamento da autoridade competente, juntamente com um breve histórico da situação apresentada, bem como, dos encaminhamentos até então efetuados;
- Certidão de nascimento ou carteira de identidade quando possuir.

Art. 7º – O Programa deverá preencher formulário de cada criança ou adolescente no momento do seu abrigo, para que possa dar os devidos encaminhamentos, como também, garantir sua legitimidade. Esse formulário contém os seguintes dados: nome completo, data de nascimento, endereço, filiação, data e horário de entrada, pessoa que o abrigou, motivo do abrigo, situação apresentada, assinatura dos responsáveis.

Art. 8º – Não poderá ser abrigada a criança com idade inferior a 07 (sete) anos de idade e adolescente com idade superior a 17 (dezesete) anos e 11 (onze) meses.

Art. 9º – Também não serão aceitos por questão de segurança:

- Adolescentes que tenham recebido medida sócioeducativa no CIP e que em razão de não haver vaga nesta instituição sejam encaminhados ao Abrigo até surgimento de vagas no Cip;
- Crianças e adolescentes que estejam sob efeito de substâncias químicas / álcool no momento de seu abrigo;
- Com doenças infecto-contagiosas de alto risco que necessitem de atendimento especializado;

- Com deficiência física ou mental grave que caracterize dependência. Especialmente neste caso, criança e adolescente portador de sofrimento psíquico grave que exponha as demais crianças e adolescentes ao risco.

Art. 10º – Em situações de evasão, o Abrigo deverá comunicar imediatamente via telefone o conselho tutelar e a polícia militar, encaminhando posteriormente por escrito comunicado a este conselho, e após 24 horas registro de boletim de ocorrência, solicitando expedição de mandato de busca e apreensão ao Juizado da Infância e Juventude. A criança ou o adolescente retornará ao abrigo, preferencialmente através do comissariado da infância e juventude e/ou conselho tutelar. Após 10(dez) dias de evasão, será considerado desligado, necessitando de nova medida de abrigamento pelos órgãos competentes.

Art. 11º – A medida de desligamento será efetuada pelo Conselho Tutelar, Poder Judiciário e por familiares, sendo necessário parecer técnico e/ou da coordenação. Registrar em formulário da instituição a aplicação de tal medida.

TÍTULO IV

Das Atividades do Programa

Art. 12º – O Programa proporcionará às crianças e aos adolescentes atividades pedagógicas, culturais, esportivas e de lazer desenvolvidas através de serviços próprios ou de instituições comunitárias, visando o fortalecimento da auto-estima e o resgate da cidadania.

TÍTULO V

Das Atribuições

Art. 13º – Atribuições do Coordenador:

- I – coordenar as atividades pedagógicas e administrativas do Programa;
- II – zelar pela integridade física e moral dos educandos, conforme diretrizes do ECA;
- III – participar do plano e relatório anual das atividades;
- IV – participar da elaboração das normas internas do Programa;

V – cumprir e fazer cumprir o regimento e as normas internas do Programa;

VI – sugerir modalidades de treinamentos para os funcionários;

VII – baixar ordens de serviço e circulares normativas internas;

VIII – receber, informar e despachar papéis encaminhando-os à autoridade competente (relatórios, ofícios, comunicados etc.);

IX – rubricar livros de escrituração e assinar correspondências e expedientes;

X – manter contatos com o Poder Judiciário, Conselho Tutelar, Órgãos Públicos e similares;

XI – tomar decisões sobre questões que transcendam sua competência, comunicando o fato ao Conselho Tutelar, Poder Judiciário, Divisão a que o Programa está subordinado;

XII – tomar providências junto ao Conselho Tutelar e Poder Judiciário a fim de que o prazo legal de permanência da criança e/ou adolescente no Programa seja respeitado;

XIII – tomar todas as providências necessárias quando da apresentação das crianças e/ou adolescente no Conselho Tutelar ou Juizado da Infância e Juventude;

XIV – convocar e coordenar reuniões de serviço e administrativas;

XV – propor admissão ou desligamento do servidor, bem como, aplicação de medidas disciplinares, de acordo com a filosofia da Divisão;

XVI – acompanhar e orientar os profissionais no trabalho desenvolvido, bem como nas atividades solicitadas;

XVII – participar de reuniões e prestar informações a outros órgãos ou instituições afins sempre que for solicitada;

XVIII – solicitar sempre que necessário o serviço de manutenção do prédio, bem como lista de pedidos: alimentação, material de expediente, pedagógico etc.;

XIX – informar a chefia imediata às ocorrências do Programa.

Art. 14º – Dos Funcionários do Programa:

I – cumprir a carga horária determinada;

II – respeitar os direitos da criança e do adolescente abrigado no Programa;

III – cumprir e fazer cumprir as normas internas e o regimento interno do Programa;

IV – zelar pela conservação dos equipamentos e materiais pertencentes ao Programa;

V – em caso de acidentes, prestar os primeiros socorros à criança ou ao adolescente, encaminhando-os para os devidos atendimentos;

VI – participar de treinamentos e atividades organizadas pelo Programa.

Art. 15º – Dos Educadores e Auxiliares:

I – responsabilizar-se pelas ocorrências dentro do horário de trabalho;

II – substituir os plantões quando necessário ausentando-se do seu plantão somente após a chegada do próximo plantonista;

III – realizar a revista nas crianças e adolescentes no momento da medida de abrigo e no quarto sempre que houver necessidade;

IV – preencher a ficha de admissão e relacionar seus pertences;

V – informar a criança e ao adolescente das normas internas no ato da admissão;

VI – registrar em livro de ocorrência acontecimentos ocorridos durante o plantão;

VII – planejar e desenvolver as atividades pedagógicas a serem realizadas com os educandos;

VIII – conter fisicamente o educando em casos de agressões conforme a situação permitir;

XIX – acompanhar e orientar os educandos nas atividades pedagógicas, de rotina, na alimentação e na higiene;

X – preparar as refeições fora do horário de trabalho da cozinha.

Art. 16º – Das Cozinheiras:

I – manter a cozinha e dispensa em boas condições de higiene;

II – preparar a alimentação dos educandos de acordo com suas necessidades;

III – estar atenta as normas de segurança evitando possíveis acidentes;

IV – apresentar-se diariamente uniformizada e com boa aparência pessoal.

V – Respeitar os direitos da criança/adolescente abrigado.

Art. 17º – Das Serventes:

I – Manter e zelar pela higiene e organização das dependências do Programa;

II – Responsabilizar-se pela higiene e conservação das roupas de uso no abrigo.

III – apresentar-se diariamente uniformizada e com boa aparência pessoal;

IV – estar atenta às normas de segurança evitando assim possíveis acidentes;

V – Respeitar os direitos da criança/adolescente abrigado.

Art. 18º – Do Vigia:

I – zelar pela segurança dos educandos, funcionários e das instalações físicas do Programa;

II – controlar a entrada e saída de pessoas estranhas ao Programa;

III – auxiliar os educadores a conter os educandos, em caso de agressões físicas, quando solicitado;

V – Respeitar os direitos da criança/adolescente abrigado.

Art. 19º – Do Assistente Social:

I – realizar entrevistas com os educandos a fim de colher dados e informações acerca de sua história de vida, como também para mantê-los informados sobre o andamento do processo e notícias de seus familiares;

II – realizar estudos e pesquisas a fim de conhecer a realidade das famílias;

III – acompanhar o desenvolvimento social das famílias dos abrigados através de visitas domiciliares e entrevistas;

IV – esclarecer, orientar e encaminhar as famílias aos recursos públicos existentes;

V – estabelecer contatos com o Conselho Tutelar e Juizado da Infância e Juventude a fim de solicitar ou repassar informações;

VI – elaborar estudos sócio-econômicos e/ou parecer técnico sugerindo alternativas e medidas legais a serem aplicadas pelo Juizado e Conselhos Tutelares;

VII – orientar e dar suporte à coordenação, em relação à sua equipe e a sua liderança, quanto ao enfrentamento das dificuldades diárias.

Art. 20º – Do Psicólogo:

I – Orientar e dar suporte psicológico aos educadores em relação ao dia-a-dia de trabalho no atendimento às crianças e adolescentes;

II – realizar trabalho de grupo com os educadores a fim de instrumentalizá-los e prepará-los enquanto equipe e também no relacionamento com os educandos;

III – orientar e dar suporte à coordenação, em relação à sua equipe e a sua liderança, quanto ao enfrentamento das dificuldades diárias;

IV – realizar entrevistas com os educandos no momento da sua entrada ao abrigo a fim de levantar dados psicológicos e sociais;

V – orientar e dar suporte psicológico aos educandos sempre que se fizer necessário;

VI – encaminhar o educando a um processo terapêutico mediante a aceitação do mesmo;

VII – realizar entrevista com o educando a fim de prepará-lo para o seu desligamento.

Art. 21º – Do Pedagogo:

I – promover e orientar atividades pedagógicas junto ao Programa, verificando necessidades, avaliando resultados junto aos educadores a fim de buscar respostas às situações;

II – supervisionar o Programa e a elaboração e manutenção da proposta pedagógica de atendimento à criança e adolescente, promovendo reuniões de estudos e orientação;

III – pesquisar material de estudos para aplicação de atividades e oficinas para os adolescentes;

IV – desenvolver projetos pedagógicos de treinamento para instrumentalizar o educador em sua área de atuação, a fim de promover o aperfeiçoamento técnico;

V - orientar e dar suporte à coordenação, em relação à sua equipe e a sua liderança, quanto ao enfrentamento das dificuldades diárias.

Art. 22º - Do Agente Administrativo II (Escriturário):

- Recepcionar o público, diretamente ou por telefone, fornecendo as orientações necessárias e encaminhando o assunto à área responsável, contribuindo assim com a agilidade nos serviços prestados na Secretaria.
- Controlar a entrada e saída de documentos e correspondências, protocolando e encaminhando aos responsáveis, a fim de contribuir com a segurança e organização dos assuntos tratados na área.
- Realizar outros serviços de suporte administrativo como datilografia, digitação, pequenos cálculos, controle de materiais etc., de modo a auxiliar no andamento das atividades desenvolvidas na Secretaria.

TÍTULO VI

Dos Voluntários e Estagiários

Art. 22º – Toda a pessoa ou grupo que se propuser em realizar um trabalho voluntário, deverá antes apresentar um projeto de ação, o qual será avaliado pela equipe técnica e/ou coordenação.

Art. 23º – Todo estagiário deverá elaborar um projeto de ação o qual deverá ser supervisionado por um técnico específico da área.

TÍTULO VII

Do Beneficiado

Art. 24º – Crianças e Adolescente:

I – conhecer a dinâmica do Programa;

II – frequentar a escola todos os dias, respeitando as normas da escola;

III – fazer as tarefas solicitadas, participar da rotina da casa;

IV – respeitar e seguir as orientações do coordenador, técnicas e educadores responsáveis;

V – buscar uma convivência harmoniosa sem agressões físicas ou verbais;

VI – não dormir fora de casa sem autorização do responsável;

VII – avisar o local para onde vai e o horário de retorno, sempre com a permissão do coordenador, respeitando o que preconiza as normas internas do Programa;

VIII – cuidar da sua higiene pessoal;

IX – não ficar até tarde da noite na rua;

X – não se envolver com substâncias entorpecentes ou bebidas alcoólicas;

XI – não pegar objetos alheios sem permissão (roubar, furtar...);

XII – é proibida a mendicância e venda de produtos pelos educandos;

XIII – frequentar os cursos sugeridos até o seu término;

XIV – comparecer aos atendimentos médicos, terapêuticos e outros que foram encaminhados pelo Programa;

XV – Ter informações da sua situação judicial;

XVI – conhecer a realidade de sua família e as possibilidades de manter e/ou restabelecer os vínculos;

XVII – fica assegurado aos educandos o resguardo de seus pertences sob a supervisão da coordenação durante o período em que estiver abrigado;

XVIII – será respeitada a individualidade dos educandos no que diz respeito a quartos e banheiros separados e diferentes para os meninos e meninas.

Art. 25º – Quanto à família biológica e/ou ampliada:

I – manter o vínculo afetivo com os filhos abrigados através de contato telefônico e/ou visitas às crianças e adolescentes;

II – receber informações da situação da criança e adolescente;

III – seguir as orientações quanto aos horários de visitas e aos encaminhamentos necessários;

IV – comparecer aos atendimentos propostos pelo Programa;

V – receber os filhos nos finais de semana sempre com a autorização dos responsáveis pelo Programa;

VI – respeitar a integridade física, psíquica e moral da criança e adolescente sempre que estiver sob sua responsabilidade;

VII – obrigatoriedade de matrícula e acompanhamento na escola após o desabrigamento.

TÍTULO VIII

Da Aplicação de Medidas Disciplinares

Art. 26º – A aplicação de medidas disciplinares ficará a critério da equipe técnica e educadores levando em conta o caráter educativo e será regida pelo corpo de normas internas, graduadas de acordo com o ato infringido, e a faixa etária do educando. Observará a seguinte sequência:

- Advertência verbal, com a devida orientação.
- Advertência por escrito, orientação, com o agravante da impossibilidade de passeios aos finais de semana.
- Relatório informativo ao juizado da infância e juventude e/ou conselho tutelar, com o intuito de responsabilizar o adolescente pela sua conduta.
- Boletim de Ocorrência caracterizando ato infracional, quando se fizer necessário.

Art. 27º – Será vedada a aplicação de medidas disciplinares prejudicial à formação do educando e/ou que esteja desacordo com o ECA. Os casos extraordinários serão discutidos em primeira instancia pela equipe técnica do abrigo e posteriormente com o juizado da infância e juventude.

TÍTULO IX

Das Disposições Gerais

Art. 28º – O Programa obedecerá aos Estatutos, Regulamentos, Resoluções e Portarias da Secretaria de Assistência Social e Prefeitura Municipal de Joinville.

Art. 29º – Os casos que não estiverem relacionados no presente regimento, deverão ser levados ao conhecimento do coordenador (a) que encaminhará aos órgãos competentes para possíveis soluções.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)